

plural

revista de ciências sociais

v.26 n° 1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2019

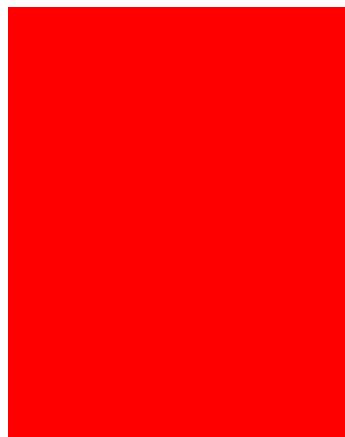
USP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP

26

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa.Dra.Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Coordenador do Programa de Pós-Graduação:

Profª. Drª. Marcia Regina de Lima Silva

Equipe Editorial - Revista Plural v. 26, n. 1

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro,

Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva

Anna Flávia Guimarães Hartmann, Bruno Naomassa Hayashi, Carolina Soares Nunes Pereira, Danilo Mendes Piaia, Darlan Praxedes Barboza, Fernanda de Araújo Patrocínio, João Filipe Araujo Cruz, Jéssica da Silva Höring, João Victor Kosicki, Letícia Simões Gomes, Luiz Vicente Justino Jácomo, Marcello Giovanni Pocai Stella, Marcus Campos, Marina Araujo Miorim, Mauricio Piatti Lages, Paula Carvalho, Pedro Paulo Martins Serra, Thais Silva de Assis, Vitor Matheus Oliveira de Menezes, Wellington Pascoal de Mendonça

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Comissão Executiva da *Plural*

Capa: Renata Felinto, A Espanhola, serie Afro Retratos, 2012, acrílica sobre papel.

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
E-mail: plural@usp.br
Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>
Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2019. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 26, n. 1, 2019 (publicado em julho de 2019).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia

2. Ciências Sociais

SUMÁRIO



Dossiê

Gênero em perspectiva interseccional

Organização: Flavia Rios e Edilza Sotero

Apresentação

- Gênero em perspectiva interseccional 1
Flavia Rios e Edilza Sotero

Entrevista

- Uma trajetória nos estudos de gênero e trabalho 11
Entrevista com Helena S. Hirata
Realizada por Alexandre Martins, Iuri Cardoso, Jéssica Melo e João Filipe Cruz

Memorial

- Memorial da Prof.^a Dr.^a Eva Blay ao receber o título de professora emérita. 33

Artigos

- A transgeracionalidade do papel de gênero e a condição feminina entre mãe e filha: reflexões sobre o trabalho doméstico não remunerado 46
Natália Silva Trindade, Maira Covre-Sussai

- Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. 79
Jackeline Aparecida Ferreira Romio

- Processos de criminalização e a participação feminina no tráfico de drogas 103
Jamile dos S. Carvalho

- Engolidas pela onda azul: um ensaio sobre a retração de direitos das mulheres no contexto pós-impeachment de Dilma Rousseff 133
Patrícia Rangel, Eneida Vinhaes Bello Dultra

- Conhecimento situado, gênero e raça: uma experiência de campo na Zona Leste de São Paulo. 155
Jonas Medeiros

Resenhas

- As várias faces da masculinidade na Nossa América 180
Henrique Restier da Costa Souza

- Uma Biografia Extraordinária para Herbert Daniel 185
Renan Quinalha

- A comunicação feminista como mobilização política:
lições de quarenta anos de imprensa feminista no Brasil 189
Danusa Marques

- Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras! 193
Renata Gonçalves

Tradução

- Manifesto do Coletivo Combahee River 197
Coletivo Combahee River
Traduzido por Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes

Entrevista

- Desigualdades e laços sociais: por uma renovação da teoria do vínculo 208
Entrevista com Serge Paugam realizada por Pedro Martins Serra
Tradução realizada por Pedro Martins Serra e Marcus de Campos Bicudo

Tradução

- A noção de campo de uma perspectiva transnacional:
A teoria da diferenciação social sob o prisma da história global 233
Gisèle Sapiro
Traduzido por Marcello G. P. Stella

Artigos

- Das mônadas às redes: o resgate de um social associativo para a Sociologia Digital 266
Leonardo Pastor

- Estudantes do Prouni na crise do lulismo 289
Henrique Bosso da Costa

Resenha

- Vergonha no self e na sociedade: uma resenha 312
Aristides Ariel Bernardo

■ APRESENTAÇÃO

Gênero em perspectiva interseccional

Gender in intersectional perspective

Flavia Rios^a e Edilza Sotero^b

Resumo A proposta epistemológica deste dossiê é pensar gênero em perspectiva interseccional. Na primeira parte desta apresentação, faremos uma breve reflexão sobre a forma como a interseccionalidade, a partir dos estudos de gênero, tem se estabelecido como paradigma incontornável nas ciências sociais. Adiante, destacaremos os trabalhos reunidos neste dossiê, que conta com temas clássicos dos estudos nacionais, como trabalho, política institucional, violência, movimentos sociais, de um lado, mas também novas abordagens como a presença das mulheres no cárcere e estudos de masculinidades, por outro.

Palavras-chave Gênero, Raça, Classe, Interseccionalidade.

Abstract The epistemological proposal of this special issue is to propose debates on gender in intersectional perspective. In the first part of this introduction, we will briefly reflect on how intersectionality, from the gender studies field, has been established as an inescapable paradigm in the social sciences. Later, we will highlight the articles in this issue, some with classic themes to the Brazilian sociology, such as labor market, politics, violence, and social movements. And also new approaches, such as the incarceration of women and masculinity studies.

Keywords Gender, Race, Class, Intersectionality.

Este é o primeiro dossiê destinado ao tema gênero na revista Plural do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. A proposta epistemológica desta reunião é pensar gênero em perspectiva interseccional. Esta abordagem mais do que sublinhar a relevância do uso da categoria gênero em ciências sociais, pretende ir um pouco além: estabelecer diálogo com o *frame* interseccional. Isso merece uma breve reflexão sobre a forma como a interseccionalidade, a partir dos estudos de gênero, tem se estabelecido como paradigma incontornável nas ciências sociais. Muitos dos trabalhos reunidos neste dossiê apontam nessa direção, ao menos no que toca à dimensão empírica das análises.

^a Professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

^b Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Aqui reunimos pesquisadoras e pesquisadores que tratam de temas clássicos dos estudos de gênero como trabalho, política institucional, violência, movimentos sociais, de um lado, mas também novas abordagens como as pesquisas sobre o encarceramento de mulheres e os estudos sobre masculinidades, por outro.

Em *L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*, Farinaz Fassa, Éléonore Lépinard e Marta Roca i Escoda (2016) defendem que a interseccionalidade é uma categoria incontornável no debate acadêmico da atualidade. Segundo as autoras, trata-se de um *approach* que gerou nova perspectiva teórica e empírica para as ciências sociais, em particular nos estudos de gênero. Já Patricia Hill Collins (2017), ao fazer uma reflexão sobre a inserção da interseccionalidade no mundo acadêmico, afirma que esta foi um processo de tradução de ideias forjadas nos movimentos sociais. Interseccionalidade, portanto, é uma abordagem crítica às formas analíticas tradicionais de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que se apresenta como instrumento de emancipação política.

No Brasil, Helena Hirata (2014) discute a recepção desse conceito comparando as tradições norte-americanas e francesas. A socióloga brasileira revela a tensão entre os termos *consubstancialidade*, de Danièle Kergoat, e *interseccionalidade*, definido por Kimberlé Crenshaw. Enquanto, em suas investigações sobre o mundo do trabalho, a socióloga francesa teria concebido seu conceito no imbricamento entre as categorias de classe e sexo respondendo ao marxismo e as novas demandas intelectuais das feministas de segunda onda; a jurista norte-americana teria ancorado seu conceito na raça e no gênero, levando em consideração o contexto de ações afirmativas e de discriminação persistente nos EUA. Para Hirata, se as categorias classe e sexualidade seriam mais marginais na produção intelectual de Crenshaw, Kergoat incluiria apenas recentemente a abordagem racial à sua análise.

Ao responder as críticas feitas ao seu trabalho, Crenshaw (2002) propõe que, assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores tais como classe, casta, raça, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual pesam na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. A autora norte-americana ensina que as desigualdades relacionadas à classe, gênero ou raça não são simplesmente possíveis de hierarquização: é a interação dessas categorias que atuam na produção e manutenção das desigualdades. Seguindo essa interpretação, Piscitelli (2008), uma das primeiras autoras nacionais a receptionar o termo, entende que a interseccionalidade oferece ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas desigualdades no Brasil.

No contexto mais amplo da América Latina, o debate da interseccionalidade encontra no diálogo com as teorias decoloniais, especialmente em sua interface com o pensamento feminista, espaços para a produção de reflexões que consideram aspectos estruturais e dinâmicos da colonialidade do poder associados aos eixos de opressão (BERNARDINO-COSTA, 2015). Apoiadas na crítica à colonialidade, autoras como Ochy Curiel (2017)¹ propõem interrogar os processos de produção das estruturas de opressão do sistema-mundo colonial. Para Curiel, a proposta de Crenshaw traduzida na interseccionalidade, estaria ancorada em uma perspectiva liberal, mais preocupada em produzir demandas por reconhecimento do que projeto de emancipação. Perdendo, assim, a capacidade de crítica substantiva ao processo de produção das opressões, antes as compreendendo como algo dado na conversão de diferenças em desigualdades. De forma semelhante, Carla Akotirene (2018) defende que o pensamento neoliberal pode apropriar-se da interseccionalidade, levando à redução e até simplificação de sua fortuna conceitual crítica.

Apesar da tensão e disputas no mundo acadêmico, no Brasil, a interseccionalidade tornou-se uma perspectiva potente nas pesquisas mais recentes no país. Em certa medida, isso se explica pela tradição dos estudos sobre gênero e relações raciais no país e pela presença do movimento social feminista negro, fortemente ativo no debate público, fazendo com que as intelectuais norte-americanas negras ganhassem mais centralidade no debate de ideias, especialmente por meio da tradução de suas obras. No debate nacional as categorias classe, gênero e raça são mais comuns, especialmente quando se trata de discutir a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais, uma vez que há “[...] o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão.” (HIRATA, 2014, p. 69). Contudo, as categorias sexualidade e geração têm ganhado força analítica em razão das transformações do tecido social e das representações coletivas nas duas últimas décadas (Rios; Maciel, 2018).

No campo da Antropologia, Laura Moutinho mapeou a recepção do termo interseccionalidade em revistas acadêmicas brasileiras. Sua pesquisa mostra que, ao contrário da produção acadêmica norte-americana em que o termo “mulheres negras” é a categoria central para pensar as desigualdades de raça e gênero, no Brasil, e particularmente “na produção antropológica brasileira, a figura da mulata e a mestiçagem ganham, igualmente, especial atenção” (MOUTINHO, 2014, p. 211). Se na antropologia se procedeu desta forma, o mesmo não ocorreu com a sociologia

1 Entrevista concedida a Analba Teixeira, Ariana Silva e Ângela Figueiredo.

nacional, área do conhecimento que privilegiou o estudo das desigualdades raciais em detrimento das diferenças, e a sua produção majoritária fez uso das categorias dos censos e pesquisas amostrais, como a PNAD, onde constam as categorias “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”. Sendo assim, em abordagens interseccionais, os grupos de cor são comumente articulados aos agrupamentos por sexo. Desse modo, as análises sobre as desigualdades de gênero e raça, pelo menos desde o final do século XX, consideraram mulheres negras (o somatório de pardas e pretas), homens negros, mulheres brancas e homens brancos, e não mulatos ou morenos, categorias êmicas usadas em estudos antropológicos². Exemplo flagrante de como a sociologia se diferenciou da antropologia pode ser encontrado nas pesquisas no campo da sociologia do trabalho, a exemplo das investigações de Nadya Guimarães, realizadas desde os anos de 1990, quando o termo interseccionalidade, importado dos Estados Unidos, ainda não tinha tomado corações e mentes das pesquisadoras brasileiras.

Já na Ciência Política nacional, em que o debate de gênero foi por muito tempo tema mais marginal – e os estudos da questão racial são tardios quando comparados ao desenvolvimento desse campo em outras áreas de conhecimento das ciências sociais –, autores como Flavia Biroli e Luiz Felipe Miguel, ao receptionarem o conceito, entendem que a interseccionalidade deve ser norteadora de uma abordagem das desigualdades sociais. Nas suas palavras:

(...)uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos. (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29).

Embora seja recente o uso do termo interseccionalidade nas ciências sociais, no pensamento feminista negro nacional, especialmente o das gerações dos anos 70 e 80, o tema da classe, do gênero e da raça, em articulação, são centrais para a explicação das desigualdades. Isso se deve tanto pela influência do marxismo nas academias brasileiras como pela tradição nacional dos estudos de relações

2 Na produção sociológica, os grupos “amarelos” e “indígenas” raramente são tratados nas análises estruturais abrangentes das relações raciais por conta da sua pouca relevância estatística nas áreas tradicionalmente analisadas (renda, trabalho, educação e política) em contraste com os grupos de maior representação demográfica.

raciais que quase sempre articulou o tema da raça ao da classe, porém raramente tratou do tema gênero; assim o referido pensamento é devedor dos então nascentes estudos sistemáticos sobre as hierarquias e subordinações sexuais. Em particular, o clássico dos estudos de gênero no Brasil, *A mulher na sociedade de classes* (1976), de Helelith Saffioti, que, apesar de não tratar teoricamente da discussão de raça, mostrou em termos empíricos as mulheres negras nas zonas descritivas de seu trabalho acadêmico.

Fato é que o tema das desigualdades de raça, gênero e classe passaram a ser articulados de forma intercambiáveis pelas feministas negras no contexto da redemocratização do Brasil. Para citar um trabalho que deveria ser leitura obrigatória das ciências sociais (mas ainda não é): *Racismo e sexism na cultura brasileira* (1984), de Lélia Gonzalez, em que a autora traz para o centro da análise uma abordagem interseccional, que envolve múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo colonial, persistentes e duradouras, que naturalizariam as hierarquias sociais. Quando entrevistada, Gonzalez trouxe de forma mais explícita o imbricamento dessas categorias: “a mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual” (GONZALEZ, [1981], 2018)³. Seu trabalho pode ser entendido como precursor em termos das análises de gênero em perspectiva interseccional, juntamente com os trabalhos já clássicos de Angela Davis, como *Mulheres. Raça e Classe* e de bell hooks, a exemplo de *Ain’t I a Woman: Black Women and Feminism*, ambos publicados em 1981.

Embora faça mais de três décadas que esse debate se iniciou, somente nos últimos dez anos, como vimos, ampliou-se a audiência e o número de interlocutoras, especialmente com a recepção do termo interseccionalidade. Com a tradução do termo ao pé da letra, as análises de gênero passaram a considerar a dimensão racial, apesar dessa abordagem ainda não ser dominante no país nesse campo de estudos. O mesmo ocorreu com os estudos das relações raciais: estes não davam centralidade ao gênero em suas análises, todavia passaram a incluí-lo nos últimos decênios. Tal mudança acompanha o diálogo mais intenso da produção nacional com as autoras do chamado *black feminism*, como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e Kimberlé Crenshaw. O mesmo se pode notar em países vizinhos, como a Colômbia, onde o debate da interseccionalidade também tem crescido nos últimos anos, como nos fazer ver Mara Viveros Vigoya, organizadora do *Black Feminism: teoria crítica, violências y racismo* (2019). Sendo assim, nada

3 Entrevista originalmente publicada em 1981 no Jornal AUÊ – Jornal de Sexualidade. O conjunto da obra de Lélia Gonzalez está reunido no livro *Primavera para as Rosas Negras*, de 2018, onde consta a republicação da entrevista supracitada.

mais desafiante na atualidade do que pensar gênero em perspectiva interseccional, desde que seus limites e alcances sejam constantemente problematizados.

O abre-alas desse dossiê é uma instigante entrevista com a professora e pesquisadora Helena Hirata, realizada pelo grupo NÓS (Núcleo de Sociologia, Sexualidade & Gênero) da Universidade de São Paulo. Nela é possível ver a trajetória de uma jovem estudante que saiu do país em direção à França, país que abrigou parte expressiva de intelectuais exilados durante a Ditadura Militar. Hirata, então pesquisadora do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*), não apenas mostra seu itinerário acadêmico, mas a forma como a temática de gênero entrou em suas preocupações de pesquisa. A entrevistada tece também algumas reflexões sobre o contexto atual no que se refere aos usos e abusos do gênero no debate público nacional.

O dossiê também conta com as memórias de Eva Blay, professora emérita do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e fortemente ativa na condução da ONU Mulheres USP. Enquanto docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, conduziu orientações e a disciplina de sociologia das relações de gênero, chegando a fundar o Núcleo de Estudos da Mulher e de Gênero, o NEMG, onde além de possuir um acervo importante sobre a imprensa feminista e reunir pesquisadoras de graduação e pós de diversas unidades universitárias, Eva Blay realizava importantes pesquisas, das quais destacamos àquela que resultou no livro *Horizontes que se Abrem*, onde podemos encontrar trajetórias das primeiras mulheres cientistas que seguiram a carreira docente de ensino superior naquela que se tornou uma das maiores e mais importantes universidades da América Latina. É também digno de destaque suas pesquisas sobre assassinato de mulheres, trabalho ainda mais fundamental porque não havia no Brasil, naquela ocasião, nenhum debate público sobre a tipificação do feminicídio.

O primeiro artigo do dossiê vem do núcleo de pesquisa das desigualdades contemporâneas e relações de gênero, NUDEG, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ. Escrito por Natália Trindade e Maira Covre-Sussai, o artigo versa sobre a forma como a reprodução da desigualdade de gênero ocorre no âmbito familiar e toma como hipótese a ser demonstrada a possibilidade de haver passagem culturalmente aprendida, de mãe para filha. A persistência dessa desigualdade de gênero de caráter geracional será observada no emprego doméstico não-remunerado, valendo-se para tanto da teoria do *habitus*, de Pierre Bourdieu.

O segundo artigo é da demógrafa Jackeline Romio, da UNICAMP, uma das primeiras autoras brasileiras a recepcionar o debate sobre o feminicídio no país.

Nele, Romio faz breve histórico da origem do termo e seu ingresso nos debates públicos, jurídicos e acadêmicos nacionais. A contribuição geral da autora para o debate é a construção de três tipologias criadas para abarcar as modalidades de assassinatos por motivações de gênero, a saber: o feminicídio sexual, o feminicídio reprodutivo e o feminicídio doméstico. Resultante de sua tese de doutorado em que a autora trabalha com dados de bases oficiais do ministério da saúde, Romio nos deixa uma grande contribuição para pensar a relação entre mortes e a idade reprodutiva das mulheres, valendo-se para tanto de reflexões sociológicas e demográficas.

Ainda no que toca ao tema violência, o dossiê conta ainda com a pesquisa de Jamile Carvalho, doutoranda na Universidade Federal da Bahia. Em seu artigo a investigadora expõe resultados de cinco anos de pesquisa empírica de caráter qualitativo em que a pesquisadora, com encontros presenciais, com mulheres no cárcere, consegue perfazer a trajetória social de algumas delas. No artigo, é possível compreender melhor as dinâmicas e os contextos que levam jovens mulheres a se envolverem com o tráfico, bem como as formas específicas que geram a vulnerabilidade de gênero. Trata-se, portanto, de uma incursão sobre o universo e a participação das mulheres no tráfico de drogas (em particular nas periferias e na região central de Salvador), seus itinerários sociais e seus processos de criminalização, bem como o ordenamento moral tipicamente feminino, vistos e narrados pelas agentes e interlocutoras da pesquisa.

O artigo assinado por Patrícia Rangel e Eneida Vinhaes Bello Dultra trata do tema das políticas públicas, centrando atenção na agenda de gênero e suas modificações atuais, especialmente no que toca ao direito das mulheres, desde a saída de Dilma Rousseff da presidência, em 2016. Fazendo uma relação entre ascensão do conservadorismo político e a redução de investimentos em políticas sociais já existentes, as autoras assinalam a acentuada diminuição da presença de mulheres em espaços de poder. Mesmo considerando o ambiente político pouco favorável, Rangel e Dultra concluem que cabe intensificar as demandas por consolidação de mecanismos institucionais comprometidos com a garantia da equidade de gênero e raça e promoção da cidadania.

O artigo de Jonas Medeiros, resultado de sua tese de doutorado na área de Sociologia da Educação na Unicamp, enfrenta a problemática do conhecimento situado, propondo uma reflexão metodológica sobre seu lugar como pesquisador, um homem branco de classe média, na relação com suas interlocutoras de pesquisa, mulheres da periferia de São Paulo, em sua maioria negras. Com base no diálogo desenvolvido com epistemologias feministas, Medeiros apresenta reflexões ousadas

sobre o cruzamento de opressões de gênero, raça e classe, quando se trata da dimensão metodológica da pesquisa social. Seu relato e análise do trabalho de campo trazem questionamentos fundamentais para a agenda das ciências sociais na contemporaneidade em contextos de contestações e conflitos, que envolvem os sujeitos de pesquisa.

Uma das resenhas do dossiê analisa o premiado livro de Mara Viveros Vigoya, doutora pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, atualmente presidente da LASA (*Latin American Studies Association*) e professora da Universidad Nacional de Colombia, onde atua tanto no Departamento de Antropologia como na *Escuela de Estudios de Género*, ambos da mesma instituição. A resenha do livro *Les Couleurs de la masculinité: expériences intersectionnelles et pratiques de pouvoir em amérique latine* foi realizada pelo doutorando Henrique Restier, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e especialista no tema das masculinidades. Além de pesquisador, Restier participaativamente do debate sobre o tema na esfera pública, realizando cursos e palestras sobre o assunto em diferentes partes do país.

A segunda resenha, escrita pelo professor Renan Quinalha, escrutina a biografia *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Hebert Daniel*, de autoria do historiador James Green. A refinadíssima pesquisa do professor da *Brown University* revela não só a trajetória do revolucionário, que atuou fortemente no contexto da Ditadura Militar, mas também vemos como o tema de gênero e sexualidade apareciam (ou não) nos círculos políticos, intelectuais daqueles que imaginaram e atuaram vivamente no processo da reconstrução democrática. Na sequência, temos a resenha de Danusa Marques, a respeito do livro *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*, fruto da tese de doutorado de Viviane Gonçalves, desenvolvida e defendida no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Renata Gonçalves, professora da Universidade Federal de São Paulo, nos brinda com uma resenha sobre a coletânea pioneira que reúne em mais de 700 páginas a obra completa de Lélia Gonzalez, uma feminista de primeira hora da segunda onda do feminismo brasileiro. Assim, como a sua colega de geração Ângela Davis, autora de numerosos artigos sobre a temática racial e suas interfaces com gênero e classe, Gonzalez é uma das poucas brasileiras da fração intelectual feminista de 1970 a figurar no debate internacional sobre interseccionalidade. Seus trabalhos têm sido revisitados e traduzidos nas recentes coletâneas organizadas no campo do *black feminism* na América Latina, nos EUA e na Europa. Nos últimos anos, a autora tem sido estudada e ganhou maior espaço nas citações em pesquisas

sobre a temática de gênero e relações raciais. Contudo, o acesso aos seus trabalhos era bastante difícil, já que seus livros se encontram esgotados e seus artigos, em revistas antigas que ainda não foram digitalizadas. Por essa razão, se fez oportuno registrar neste dossiê o recente esforço de uma editora independente em disponibilizar em um único livro a quase totalidade dos escritos da intelectual brasileira, que já dá nome a diversos coletivos feministas universitários e integra (ainda que tardivamente) a bibliografia de disciplinas com a temática de gênero nos cursos de ciências sociais nas universidades país afora.

O dossiê é encerrado com a tradução de um documento histórico para o debate acadêmico e político sobre o entrecruzamento de opressões, com enfoque para as categorias gênero, raça, classe e sexualidade. O Manifesto do Coletivo Combahee River, fundando em Boston, no ano de 1974. O nome do coletivo é uma lembrança ao Rio Combahee, uma rota de libertação de escravizados nos Estados Unidos no século XIX. Escrito por Demita Frazier, Beverly Smith e Barbara Smith, o manifesto marca a fundação do coletivo, sendo também um precursor para as formulações contemporâneas do *black feminism*. O Combahee River, formado por mulheres negras que se identificavam como feministas e lésbicas, promoveu a afirmação política do discurso de unidade, sem o apagamento das particularidades dos grupos engajados nos movimentos de libertação dos povos oprimidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Soc. Estado.*, v. 30, n. 1, p. 147-163, abr. 2015 .
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.
- _____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 12, p. 171-88, 2002.
- FASSA, Farinaz; LÉPINARD, Eléonore; Roca I Escoda, Marta (Dir.). *L'intersectionnalité : enjeux théoriques et politiques*. Paris: La Dispute, coll. Le genre du monde, 2016.

- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez, em primeira pessoa.* São Paulo: UCPA, 2018.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-74, nov. 2014.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 201-248, jun. 2014
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 18 dez. 2008.
- RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro em três tempos. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, julho/ 2017- junho 2018 /juillet 2017-juin 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976
- TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 03, n. 04, p. 106-120, out./dez. 2017.
- VIGOYA, Mara Viveros. *Black Feminism: teoría crítica, violencias y racismo*. Bogotá: Editora Universidad Nacional da Colômbia, 2019.

Uma trajetória nos estudos de gênero e trabalho

A trajectory in gender and work studies

Entrevista com Helena S. Hirata

Helena Hirata Interview

Realizada por Alexandre Martins^a, Iuri Cardoso^b, Jéssica Melo^c e João Filipe Cruz^d

Helena Hirata graduou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo em 1969, no período da Ditadura Militar brasileira. No início de 1971 devido à sua intensa atuação política, Hirata exilou-se na França onde ingressou no Doutorado em Sociologia na Universidade de Paris VIII, realizando uma pesquisa sobre o Estado contemporâneo e obtendo o título de doutora em 1979. Ela foi recrutada em 1980 pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) com um projeto de comparação internacional sobre os aspectos socioculturais e técnicos do trabalho realizado nas empresas multinacionais no Brasil, França e Japão. Em 1997, também na França, obteve o *Habilitation à Diriger des Recherches*, título equivalente à Livre Docência no Brasil, através de uma pesquisa com viés comparativo entre Brasil, França e Japão, apontando, sobretudo, como a divisão sexual do trabalho é fundamental para a compreensão das realidades sociais.

Desde a década de 1980 tem atuado na área das pesquisas de gênero, e ao longo de sua trajetória acadêmica, desenvolveu trabalhos com a intensa colaboração de Danièle Kergoat. As duas teóricas, juntas, propuseram importantes teses sobre como a divisão sexual do trabalho opera na distinção entre homens e mulheres em uma sociedade capitalista moderna. Nos últimos anos, tem se dedicado com afinco a investigar o trabalho de *care* (cuidado), que, segundo a mesma, expressaria uma forte relação entre as categorias de classe, raça, gênero e trabalho. Desse modo, com suas pesquisas comparativas, Helena Hirata construiu uma sólida carreira

-
- a Mestrando do Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do NÓS, Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade.
- b Mestrando do Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do NÓS, Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade.
- c Doutoranda do Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e mestra em Ciências Políticas pela Unifesp. É integrante do NÓS, Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade e do Grupo de pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC).
- d Mestrando do Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do NÓS, Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade.

acadêmica tratando do feminismo materialista, da divisão sexual do trabalho e de estudos sobre o *care*.

Atualmente é diretora de pesquisa emérita do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) associado à Universidade de Paris VIII *St. Denis* e a Universidade de Paris X *Nanterre*. No Brasil, atua desde 1988 como professora visitante do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), e também, como colaboradora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Esta entrevista foi realizada no dia 22 de novembro de 2018, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) por integrantes do Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade da Universidade de São Paulo (NÓS).

Revista Plural *Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecê-la por aceitar o convite para esta conversa. Para realizar a entrevista, revisitamos suas obras e procuramos mapear quais os seus enfoques analíticos e preocupações teóricas no decorrer de sua trajetória. Gostaríamos de começar questionando o que significou e significa ser mulher ao longo de sua trajetória?*

Helena Hirata Como todas as mulheres, eu tive uma evolução no tempo sobre a questão do feminismo, e de ser mulher. Certamente o que eu sou hoje como mulher e feminista nada tem a ver com o que eu era como mulher e feminista no passado. Quando eu trabalhava aqui, no Brasil, fazendo graduação no Departamento de Filosofia da USP, comecei a militar em um grupo que se chamava POC (Partido Operário Comunista) e que se considerava marxista, defendendo a construção de um partido de massa. Portanto, não era um partido guerrilheiro ou de luta armada. Nessa época, o grupo não era feminista e não tinha nenhum aspecto de feminismo e o fato de ser mulher me levou a trabalhar em uma célula interna. Isto é, uma célula que fazia panfletos, documentos internos. O papel que eu desenvolvia era na produção da datilografia desses manifestos e em sua mimeografia. Tudo isso fazia parte das atividades designadas às mulheres nessas organizações.

Quando eu saí fugida do Brasil em dezembro de 1970 porque estava sendo perseguida, cheguei à França sem nenhuma perspectiva feminista. Também não tinha questionado o fato de que, no Brasil, na organização [POC], dizia-se que não podíamos, por exemplo, ficar grávidas e ter filhos, porque isso significaria ser alvo mais fácil da repressão. Como não poderíamos ser alvos da repressão, não podíamos ter filhos. Era um tipo de injunção em que era a organização que decidia e não você, se teria filho ou não. Não cheguei a questionar esse ponto de vista porque eu não queria ter filho naquela época. Na França, eu entrei numa organização em

que a questão da mulher era muito importante, a Liga Comunista Revolucionária, a LCR, ligada à Quarta Internacional. A LCR tinha uma comissão de mulheres e eu entrei em uma célula que se chamava CAF (*Caisse d'allocations familiales*), organismo componente da política social e familiar da França.

Nesse momento tive contato com várias feministas e comecei a ter uma sensibilidade sobre a opressão das mulheres. No entanto, decidi mesmo ter uma prática militante-feminista quando fui objeto de agressão no metrô, quando quase fui estuprada. Nesse momento, eu vi a grande diferença entre os homens e as mulheres porque as mulheres estavam sujeitas a um tipo de violência que os homens não estavam. Eu consegui me safar porque eu gritei, gritei, esperneei, mas ninguém veio. Todo mundo fica com medo porque em vez de você dizer “socorro, estou sendo quase estuprada”, você diz só “socorro”. Então as pessoas não sabem se tem alguém armado ou o que está acontecendo. No metrô, todo mundo preferiu ficar parado na estação sem vir socorrer e ver o que estava acontecendo. Nessa época eu vi que realmente havia um problema de você, sendo mulher, não poder circular normalmente à noite. Isso foi dois anos após a Revolução dos Cravos em Portugal, eu estava indo a Portugal de férias, então a agressão foi em 1976, eu tinha acabado de fazer 30 anos.

Logo depois, entrei num grupo feminista que se chamava Círculo de Mulheres Brasileiras, onde havia, sobretudo, refugiadas políticas, exiladas políticas brasileiras, e eram todas universitárias ou já formadas. Esse foi um ponto de entrada no ambiente e organização que ligava o Brasil e a França porque era um grupo feminista de brasileiras, mas criado na França porque eram imigrantes e exiladas que não podiam voltar ao país naquele momento, em 1977, 1978. A Anistia veio no ano de 1979. Houve, então, uma certa dispersão e logo o grupo deixou de existir na França. Então é esse um pouco do circuito de como mudaram as coisas, e que eu fui mudando, do ponto de vista do pensamento feminista.

Revista Plural *Conseguimos identificar três pontos importantes em sua trajetória intelectual. O primeiro, diz respeito às suas pesquisas realizadas desde uma perspectiva de comparação internacional do trabalho. O segundo, durante a inflexão da noção de relações sociais de sexo/gênero para os estudos sobre as relações de trabalho. E, mais recentemente, a questão da subjetividade, precarização, gênero e trabalho, onde você deteve-se nas discussões sobre o cuidado ou “care”. Professora Helena, você poderia nos dizer como se deu esse processo de transição temática e quais os eventos responsáveis por essas mudanças de perspectivas?*

Helena Hirata Após cursar a graduação em filosofia na USP, eu me inscrevi no doutorado em Paris VIII que era em Vincennes, e em Vincennes havia pessoas que não tinham diploma e documentos e que poderiam se inscrever. Na época, eu não tinha nada, eu tinha apenas um documento falso que usei para viajar do Brasil para o Chile, para ir em seguida à França, então não tinha nenhum tipo de documentação provando meu nível universitário, nem mesmo do colégio. Não tive tempo de requerer o diploma da USP, e isso tampouco era possível porque eu estava clandestina, mas mesmo assim, eles me aceitaram. François Châtelet foi meu orientador e acabou falecendo, e depois, Jean-Marie Vincent me aceitou para orientação. Acabei escrevendo uma tese que se chama “*O papel do Estado nos países ‘subdesenvolvidos’: o caso do Brasil*” e era o que na França chamavam de *Doctorat de troisième cycle*, e que hoje em dia corresponde ao doutorado. É um trabalho que reflete sobre o papel do Estado nos países ditos “subdesenvolvidos”, a partir de uma discussão sobre o Estado contemporâneo a partir de teorias marxistas do Estado, como as produções de Altvater, Rosdolsky, Poulantzas, etc. Fiz essa tese em que a parte do Brasil foi inteiramente com dados de segunda mão porque eu não podia voltar ao Brasil. Então trabalhei na Biblioteca Nacional e lá eles tinham todos os livros do Sérgio Buarque de Holanda. Foi com base nessa literatura de segunda mão sobre o Brasil que eu escrevi a tese e publiquei capítulos [da tese] em vários lugares, inclusive em uma revista de cujo comitê de redação participava e que se chamava *Critiques d'Economie Politique*. Aqui no Brasil foi publicado em Belo Horizonte pela editora Vega junto com um artigo do Éder Sader e do Michael Löwy. Os três artigos que abordavam o Brasil, sendo publicado no começo da década de 1980.

Depois eu tentei entrar no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) da França, que é uma espécie de CNPq com pesquisadores próprios, e já na primeira tentativa, consegui. Na época a CFDT (*Confédération française démocratique du travail*) era um sindicato que tinha uma força muito grande. O sindicato inteiro se mobilizou para que as pessoas que tinham algum trabalho precário dentro do CNRS pudessem ser titularizadas. Hoje, isto é, nos últimos 2, 3 anos, houve o mesmo movimento, mas o sindicato está muito mais fraco e os movimentos sociais tem menos força e não conseguiram que ninguém que estivesse em situação precária fosse integrado ao CNRS. Na minha época, um número grande de pesquisadoras conseguiu ser integradas. Como era necessário um critério para a seleção daqueles que não tinham estatuto dentro do CNRS, tinham como único requisito para o ingresso, uma *fiche de paie*, isto é, um holerite de dezembro de 1975. Era um critério extremamente arbitrário.

Trabalhei todo o ano de 1975 com a Maria José Werebe que era uma pesquisadora, socióloga, professora da Faculdade de Educação da USP, e que durante a ditadura também acabou indo para a França. Ela entrou no CNRS e começou a fazer uma série de pesquisas sobre a sexualidade infantil, escolas e educação sexual. Em 1975, ela me pediu pra fazer várias transcrições, e ela me pagou com o holerite do CNRS porque ela era de lá. Foi assim que eu tinha o critério necessário para entrar na disputa de um posto no CNRS. Então eu entrei no CNRS em 1979 onde fiquei até a minha aposentadoria compulsória em 2011.

Em 1979, quando entrei no CNRS, era necessário um projeto de pesquisa. Primeiro, eu tinha feito um projeto na linha da minha tese de doutorado que era sobre Brasil, burocracia pública, o Estado e fui falar com Michel Crozier, já que era necessário alguém que me convidasse a integrar um laboratório. O Crozier era o diretor do laboratório onde trabalhava a Danièle Kergoat. Eu conheci a Danièle Kergoat pelo marido dela que era da Liga Comunista Revolucionária, dentro da organização em que eu militava. Ela não era militante da LCR, mas trabalhava no CNRS. Quando cheguei à França, consegui um trabalho só de final de semana e feriados em uma loja de produtos alimentícios de luxo que existia no aeroporto de Paris, lá em Roissy, para sobreviver, embora o recurso que nos enviava mensalmente o Prof. Simão Mathias, do Instituto de Química da USP e pai do meu companheiro, fosse suficiente para dois jovens viverem em Paris. Quando estava terminando esse trabalho em 1977, o marido da Danièle - hoje falecido – me disse: “a minha mulher trabalha no CNRS, e talvez, tenha algum trabalho para você”. Assim eu fui encontrar a Danièle, e ela tinha relatório de pesquisa de quase 600 páginas, e precisava de alguém para que o datilografasse. Como eu tinha experiência na organização do Brasil de “bater” estêncil, acabei fazendo todo esse trabalho. “Bati” as 600 páginas de relatório da Danièle Kergoat, e depois, eles perceberam que eu não tinha colocado na pressão mais forte para furar o estêncil, então precisei refazer. “Bati” de novo todas as 600 páginas do relatório com a força máxima da máquina elétrica. Tenho uma lembrança do meu trabalho administrativo no CNRS muito ruim (risadas). Além do que, muitas pessoas nesse laboratório me solicitavam o trabalho de datilografia. O trabalho era bem complexo assim, como: “[Cornelius] Castoriadis vírgula e deixavam em branco”, aí como eu sabia qual o livro e página, acabava preenchendo. Eu tinha muita competência e, digamos inclusive, que nesse laboratório eu era a única que tinha doutorado além do [Michel] Crozier e do Renaud Sainsaulieu, que eram os dois diretores do Centro. Alguns pesquisadores estavam fazendo ou nem iam fazer, como era o caso da Danièle Kergoat que nunca fez nem mestrado nem doutorado.

Ela escreveu livros, né? (risadas). Foi assim que ela entrou no CNRS. Ela não tinha diploma, e eu era uma das únicas diplomadas e que, conhecendo o assunto, podia fazer mais do que faria uma datilógrafa normal que iria apenas datilografar o texto.

Conversei com o [Michel] Crozier e ele me disse que havia muitas pessoas que estavam trabalhando sobre o Brasil, como o Luciano Martins, um pesquisador do CNRS na época. Então, ele me disse: “Mas isso não dá samba né? Não vai interessar o júri, a banca de pessoas que vai examinar sua candidatura para o CNRS, então é melhor fazer alguma coisa diferente. Você não fala japonês?”. Como eu falo japonês e nasci no Japão, ele sugeriu fazer alguma coisa sobre o país porque não tinha quase nada no CNRS com essa temática, então haveria um interesse do Centro. Na época, a tradução da Chie Nakane, havia acabado de sair. Ela é uma antropóloga social e o livro se chama *Sociedade Vertical* e versa sobre a sociedade e a organização social japonesa. Fiz um projeto de pesquisa que chamava *Aspectos técnicos e socioculturais da organização do trabalho: comparação Brasil, França e Japão*, e foi com esse projeto de pesquisa que eu consegui integrar o CNRS.

Nessa pesquisa não tinha nada sobre gênero, nem relação entre homens e mulheres, mas eu já estava trabalhando com a Danièle Kergoat em um sublaboratório dentro do laboratório do Michel Crozier, e nós tínhamos um grupo desde 1977 e 1978 sobre mulheres e a divisão sexual do trabalho. Quando eu comecei a observar o aspecto das diferenças entre homens e mulheres na promoção, na carreira, no salário, na organização do trabalho, ficou evidente que não dava para tratar só do gênero humano, mas que tinha que destacar a diferença entre os homens e as mulheres no processo produtivo, nas políticas de gestão, na tecnologia, e em tudo. Então eu comecei realmente a prestar atenção e trabalhar com a perspectiva de gênero. Os primeiros artigos que escrevi sobre essa questão datam do início dos anos 80 e foram artigos publicados na revista *Critiques d'Economie Politique*. Na época, também publiquei um texto sobre as secretárias que a gente, como mulher era fadada a ser secretária, mas não devia querer ser secretária porque naturaliza a sua função, o tipo de relação que você tem com o trabalho. Acho que esse foi o momento que eu comecei a desenvolver realmente com a análise de gênero e isso me acompanhou, e a partir de então, em todas as minhas pesquisas - e foram bastante variadas, porque desde o início de minha integração ao CNRS de 1980 a 1989, investiguei, sobretudo, a indústria. Foram 20 ramos industriais diferentes que observei a relação entre homens e mulheres em cada área, e só depois eu fui para o ramo de serviços, trabalhando, por exemplo, com a Light. Foi daí até chegar aos cuidados e cuidadoras, e com as cuidadoras, estamos evidentemente relacionando com a questão do trabalho doméstico no Brasil e em demais países.

A questão do cuidado, das cuidadoras e das empregadas domésticas são muito sensíveis e próximas. Inclusive, as empregadas domésticas no Brasil fazem o trabalho de cuidadoras porque elas sempre vão cuidar de crianças ou de idosos quando estão em casa - enquanto empregadas domésticas - para fazer a arrumação, e ao mesmo tempo, tem algum dependente em casa como idosos ou crianças. Há uma relação que é bastante evidente, e indissociável.

Revista Plural *Tendo em vista sua vasta trajetória como investigadora e considerando a sua produção acadêmica, quando você entende que passou a adotar uma epistemologia feminista?*

Helena Hirata Penso que a epistemologia feminista é um enfoque singular, isto é, não tem como passar de uma sociologia do gênero para uma epistemologia feminista sem alguma mediação. A epistemologia feminista exige, não só uma perspectiva feminista na teoria, no modo como se pensa o mundo, o conhecimento, sobretudo, a partir de um ângulo feminista, sobre como fazer uma ciência singular, em que a relação de gênero apareça como principal. Inclusive, eu acho que não posso dizer que fiz uma epistemologia feminista desde o início porque, na tradição francesa da sociologia do trabalho, onde eu comecei a pesquisar, eu fiz pesquisa empírica - na França, considera-se indissociável a teoria e o campo para uma pesquisa em Sociologia. Então, se você vem, por exemplo, para fazer um mestrado ou doutorado e você faz uma coisa livre, na base de textos, você não é aprovado porque na França, faz parte da pesquisa em Sociologia ter um campo empírico. Esse campo empírico não pode ser 10 pessoas, como muitas vezes se faz aqui [no Brasil], tese com campo de entrevistas de 10 pessoas. Não, entrevistas para um doutorado tem que ser no mínimo 50 pessoas, 50 entrevistas semi-diretivas. Essa é uma das questões fundamentais que colocamos quando há cotutelas entre o Brasil e a França. Do lado brasileiro não se exige um número tão grande, mas a cotutela é uma coisa que se faz ao mesmo tempo, nos dois países, e para receber os dois diplomas, com uma única tese, essa tese precisa valer para os dois lados. É realmente um problema esse de tipo metodológico e epistemológico.

No começo dos anos de 1980 quando, após eu ter ingressado no laboratório com o [Michel] Crozier, a [Danièle] Kergoat saiu do Centro de Sociologia das Organizações (CSO) para criar o que se chamou GEDISSST, grupo de estudos sobre a divisão social e sexual do trabalho. Desde o início, trabalhamos com a teoria da divisão sexual do trabalho e a problemática da divisão sexual do trabalho. Esse é um aspecto epistemológico central, porque vai contra os paradigmas epistemoló-

gicos dominantes da época, em que o masculino se pretende universal. Como era o caso das produções de [Pierre] Bourdieu, Michel Crozier e de todos os grandes sociólogos franceses dessa época. Então, na medida em que éramos contra essa ideia de que o masculino era universal e postulávamos outro tipo de ponto de vista, fazíamos uma epistemologia feminista desde o início.

Entretanto, trabalhar com a epistemologia feminista mesmo, isto é, estudando os trabalhos da Susan Harding, Donna Haraway e outros epistemólogos, como [Paul B.] Preciado, somente começou a me interessar mais tarde, a partir da influência de pesquisadores que não eram justamente da área de Sociologia do Trabalho, mas que partiram da epistemologia feminista em seus trabalhos, como é o caso da Ilana Löwy. Ela é bióloga molecular de origem, trabalhou no instituto Pasteur, depois, com a história da medicina, com febre amarela no Brasil e terapêuticas inovadoras em relação ao câncer. Sua perspectiva não é da Sociologia do Trabalho, da produção de um campo de pesquisa empírica, mas atuou intensamente com a questão das ciências e da epistemologia feminista. Foram pessoas como ela que tiveram bastante influência na minha formação dentro do que é a epistemologia feminista.

Penso que se considerarmos a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo como paradigma, uma epistemologia alternativa à dominante, podemos dizer que passamos a nos interessar pela epistemologia feminista ao mesmo tempo em que começamos a trabalhar em termos de divisão sexual do trabalho, isto é, desde os anos 1980. Uma análise detida dessas sociólogas, todavia, somente ocorreu posteriormente nos anos 1990. A Teresa de Lauretis, por exemplo, foi à França em 1996 em um seminário e houve traduções nesse período bem mais recente do livro *Technology of Love*, que ela publicou enquanto trabalhava na costa oeste dos Estados Unidos, embora seja italiana. Essas são pessoas que fazem epistemologia feminista e pelas quais eu me interessei nesses anos um pouco mais tardios em relação ao campo que fiz sobre gênero e trabalho de mulheres.

Revista Plural *Em uma avaliação sobre as assimetrias de gênero, para você, hoje ainda haveria uma espécie de “teto de vidro” para o sucesso das mulheres no campo acadêmico?*

Helena Hirata Creio que não mudou praticamente nada. Embora aparentemente tenha havido grandes mudanças societais, na realidade, em muitos campos a permanência de obstáculos têm sido muito grande. Quer dizer, continua um “teto de vidro” bem visível. As pessoas mais velhas que estão sendo aposentadas não dão lugar para uma substituição por mulheres mais jovens no mesmo nível

que elas, isto é, como professoras titulares, diretoras de departamentos, etc. Há então, um problema de continuidade, de ruptura e uma ausência de mulheres no campo acadêmico, nas instituições acadêmicas, que torne a presença delas mais visível e eficaz.

Certamente existe um “solo pegajoso” e “teto de vidro. Posso dizer que no Brasil e na França a situação é mais ou menos a mesma, não vejo grande diferença. Na França, muitos que trabalham sobre gênero se aposentaram. Por exemplo, eu e a Danièle Kergoat, nós duas fomos aposentadas porque no CNRS você tem que se aposentar com 65 anos, e ninguém dessa área foi contratado pela instituição. Hoje quem quer fazer uma tese sobre gênero e trabalho tem dificuldade de encontrar um(a) orientador(a), inclusive, porque a orientação na França teria [gente apta a orientar] se pudesse ter só o doutorado [como critério para poder orientar outros pesquisadores], como é aqui no Brasil. Lá você só pode orientar se tiver a *Habilitation à diriger des recherches* que é equivalente a uma livre-docência. É um outro diploma, posterior, difícil de obter porque mesmo para você conseguir se candidatar a esse diploma já há uma seleção da universidade e que é bastante forte... Então você tem uma possibilidade muito pequena de ter orientação na área de gênero e trabalho. As pessoas que poderiam dar continuidade à pesquisa de Danièle Kergoat, por exemplo, não conseguiram e acabaram indo para outros países. Agora, existem grupos relativamente guetoizados, porque são autônomos, centros de pesquisas dentro de universidades, como o CEDREF que é onde está a Jules Falquet, que trabalha com gênero, sexualidade e globalização, mas ela trabalha num centro de pesquisa... Ela fez um *Habilitation à diriger des recherches* e tem recebido alunas brasileiras que vão cursar o doutorado, mas são poucas que se encontram na mesma situação que ela e que podem orientar nessa área.

Revista Plural *Helena, a metodologia de comparação internacional tem sido estrutura fundamental para construção dos seus trabalhos. Tendo em vista também a sua dinâmica de transitoriedade entre Brasil e França, gostaríamos de saber como você percebe a produção e a hierarquização do conhecimento considerando os eixos Norte e Sul.*

Helena Hirata Uma das coisas importantes de se ver nessa relação Norte - Sul é a importância da perspectiva e teoria marxista que, embora sempre continuem presentes na França, têm um peso geral menor do que no Brasil. Inclusive o número de mulheres que trabalham com gênero e que se dizem marxistas ou que falam de feminismo materialista é muito grande - elas são bem variadas, estão em núcleos e universidades diferentes, e se propõem a estudar a questão do trabalho

feminino, da sexualidade e do gênero desde uma perspectiva feminista materialista. Isso realmente incide sobre a pesquisa, sobre o tipo e os temas abordados.

Um segundo ponto a se destacar é a questão do trabalho no caso de países como a França em que acabou ficando bastante secundária. Parece que há uma mudança de foco dos últimos 10 ou 15 anos na França que faz com que poucas pessoas trabalhem com Sociologia do Trabalho, tanto que o estudo sobre o *care* é muito mais consistente, havendo mais publicações sobre *care* e ética, *care* e filosofia, *care* e sentimentos, emoções, afetos do que a questão do trabalho, como eu pesquiso. Pascale Molinier é uma das poucas que pesquisa a questão de cuidadoras familiares, e a socióloga Caroline Ibos que estudou as trabalhadoras domiciliares imigrantes de origem africana nas famílias francesas, mas ela pesquisa arte e cuidado e outras questões que não tem nada que ver com trabalho. Esse estudo que ela desenvolveu sobre o trabalho saiu em um livro há uns 10 anos. Então dá para dizer que o tema acabou ficando realmente secundário na França, e suscitou outros como a arte, o trabalho artístico e sociedade. Outro tema que começou a ganhar importância foi o da sexualidade, tanto que surgiram revistas inclusive online, como a *Gênero, Sexualidade e Sociedade* (*Genre, Sexualité et Société*). Toda a questão da *teoria queer* desde 2005, quando houve a tradução muito tardia do livro “Problemas de Gênero” (*Gender Trouble*) da Judith Butler na França, causou bastante repercussão e tem havido cada vez mais interesse pela questão da sexualidade. Sobre esse tema, temos pelo menos um sociólogo, Éric Fassin que agora está em Paris VIII num laboratório que se chama LEGS. Ele tem escrito sobre sexualidade e influenciado a nova geração, e nisso eu vejo um paralelo com a situação do Brasil.

Revista Plural *Em entrevistas anteriores, você tomou uma postura crítica ao que chamou de guetoização dos estudos de gênero. No Brasil, parece-nos que gênero e sexualidade constituem, de certo modo, um campo disciplinar específico. Na França ocorre algo parecido?*

Helena Hirata Penso que gênero e sexualidade são duas coisas diferentes. Gênero tem mais aceitação hoje em dia, está mais bem instalado nas instituições, nas universidades, e continua sendo um gueto porque há sempre as especialistas da questão de gênero. Em relação à sexualidade, esse tema é mais marginalizado do que a questão de gênero. Depois de pelo menos trinta anos de existência dessa área, ela começa a entrar um pouco nas instituições e acaba tendo mais reconhecimento. Se bem que dever-se-ia juntar gênero e sexualidade como dois aspectos indissociáveis, de uma mesma problemática, porque é difícil pensar em gênero

sem pensar em sexualidade, e pensar em sexualidade sem pensar em gênero. Defendo a desguetoização da questão, tanto que o meu seminário é *Sociologia do Trabalho, do Gênero e do Cuidado*, então tento pensar gênero juntamente com trabalho e sempre foi essa a ideia da Danièle Kergoat que colocou a questão do gênero com o trabalho.

Revista Plural *Esse entrelaçamento entre gênero e sexualidade nos remete a outro debate presente nas suas produções recentes que diz respeito aos conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade. Você poderia nos falar um pouco mais sobre essa questão?*

Helena Hirata [De um lado,] a interseccionalidade e [,de outro,] a consubstancialidade das relações sociais onde há a imbricação do gênero, da raça e da classe como relações de poder que são indissociáveis e justapostas. Nas pesquisas sobre consubstancialidade ou interseccionalidade há duas correntes: Uma representada por Danièle Kergoat e também por outras pesquisadoras que consideram a consubstancialidade. A Danièle não usa o termo interseccionalidade porque o ponto dela seria a interdependência das relações de poder de classe, de raça e de gênero, embora, para a Danièle Kergoat, raça tenha vindo muito recentemente no fim dos anos 2000. Até 2006 ela não colocava o conceito de raça, era apenas sexo/gênero e classe, e só posteriormente, ela foi convencida de que raça era tão importante quanto o gênero e classe. Para ela, as três categorias sociais estão interligadas e mais nenhuma outra porque considera que o resto não é transversal, ou seja, não é uma relação social imbricada nos aspectos materiais. Ela é, assim, de uma corrente que considera apenas esses três aspectos. Por outro lado, a outra corrente, que eu chamo de “interseccionalidade de geometria variável” porque dependendo da questão você inclui ou não outras determinações. Não é restrito apenas à raça, ao gênero e à classe, é possível introduzir também a sexualidade, a idade, a questão intergeracional, nação, região. Podem-se considerar outras questões. Pessoalmente acho que sexualidade deveria estar nos três primeiros junto com gênero porque não consigo imaginar o gênero sem sexualidade. Obviamente quando se trata de gênero você pensa no masculino, no feminino, no trans... Quer dizer, você pode pensar em vários tipos de sexualidade, mas vê tudo isso dentro da categoria de gênero porque não é uma categoria binária, então todas as diferentes formas de sexualidade estão contidas no gênero e esse gênero é sexuado. Assim, quando se pensa sexualidade, não consigo dissociá-la do gênero. Para mim, então, a sexualidade é quase como um dos três componentes e ela está imbricada com o gênero. Todavia, mesmo pensando sexualidade de forma inde-

pendente, os estudos de interseccionalidade consideram que segundo o momento pode-se introduzir outras dimensões como fundamentais.

Nesse aspecto, a questão da pesquisa de campo é muito importante, quer dizer, numa pesquisa de campo em que aparece como central, por exemplo, a nação de origem você tem que considerar tal aspecto e não pode ficar restrito ao gênero, raça e classe. Esse é o caso de uma pesquisa desenvolvida por Amélie Le Renard, uma socióloga que trabalha com mulheres executivas expatriadas que trabalham em multinacionais na Arábia Saudita. Ela estuda empresas em Riyad e em Dubai na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes e mostra como a nação, sobretudo, o fato de estar em um país muçulmano faz com que haja uma interseccionalidade diferente onde a região ou o país é tão importante quanto o gênero ou a raça ou a classe.

Le Renard coloca em questão que nas pesquisas sobre interseccionalidade, em geral, tem se utilizado muito mais a intersecção dos oprimidos - isto é, a raça negra, a classe pobre, a mulher, a mulher imigrante. Ela afirma não ver pesquisas como a dela, sobre executivas mulheres, de dominantes nas pesquisas interseccionais. De fato, pelo que conhecemos da literatura sobre intersecção ou consubstancialidade quase todas são sobre categorias subordinadas. A própria Danièle Kergoat trabalha com operárias industriais e enfermeiras, ou seja, não são as categorias mais altas na hierarquia social mas de pessoas que estão em classes sociais desfavorecidas, e em geral são imigrantes, pobres e muitas vezes negras. Parece-me importante a observação que a Amélie Le Renard faz, mas ao mesmo tempo tenho contraexemplos, como o sociólogo francês, Guénolé Marchadour, que fez uma pesquisa de doutorado no Japão sobre *dekassegui*, imigrantes brasileiros de origem japonesa no Japão, e apesar de ser francês, está fazendo uma pesquisa sobre os professores universitários negros e professoras universitárias negras nas universidades no Brasil. Então claramente não se tem todas as subordinações juntas porque professor universitário não é uma categoria social subordinada, do ponto de vista da classe social, mas ao mesmo tempo, o fato de ser da raça negra já tem uma série de consequências ao nível das matrizes da opressão, como diz a [Patricia] Hill Collins. Tem-se uma relação diferente pelo fato de você ser negro, e ser professor universitário negro ou ser professora universitária negra. Marchadour tem tido bastante dificuldade em fazer essa pesquisa porque nem sempre os professores e professoras negras querem ser entrevistados por razões que se tem que analisar. Há um problema com o campo porque provavelmente é mais fácil entrevistar uma mulher negra integrante do programa Bolsa Família do que professoras universitárias negras a quem você diz “eu estou fazendo uma pesquisa sobre o fato de você ser negra e você estar na universidade”. Não é uma coisa simples de aceitar, ser

objeto de estudo e de pesquisa, mas é um contraexemplo de uma pesquisa em que a classe social não é a mais oprimida possível como a maior parte dos trabalhos sobre a interseccionalidade.

Revista Plural No artigo “*Paradigmas Sociológicos e a categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho?*”, escrito com Danièle Kergoat, e publicado em português em 2008, vocês partem da problemática da integração da dimensão sexuada nas análises do trabalho, e assim, evidenciam a emergência de categorias como “mulheres”, “os sexos”, “relações sociais de sexo” e seu impacto na renovação de enfoques sociológicos. Ao longo do texto, parece que é possível intercambiar o uso das noções de gênero e relações sociais de sexo. Desse modo, nós gostaríamos de ouvi-la um pouco sobre as aproximações, distanciamentos e tensões entre as noções de relações sociais de sexo e de gênero.

Helena Hirata Há também uma terceira noção. Não são apenas relações sociais de sexo e gênero, é uma diferença que só existe em francês e que se dá entre *rappports sociaux de sexe* e *relations sociales de sexe*. Em francês há esses dois termos para relações: *rappports* e *relations*. Danièle Kergoat utiliza *relations* para as relações interindividuais, ao nível de dois indivíduos, por exemplo, as relações entre um homem e uma mulher como um casal. Já o termo *rappports sociaux*, para designar relações antagônicas, conflituosas entre grupos sociais. É possível que haja uma relação contraditória, conflitual entre grupos sociais, entre o grupo social de homens e o grupo social de mulheres, e nesse caso, seria o *rappports*. Essas *relations sociales* poderiam ser conflituosas ou não, porque é possível haver uma relação afetiva positiva em termos individuais, mas essa relação pode se tornar antagônica considerando os grupo sociais. De acordo com a Danièle, os *rappports sociaux*, se referem a grupos sociais de homens e de mulheres e é sempre antagônico porque mesmo que as relações entre um homem e uma mulher no nível individual não sejam antagônicas, existe uma hierarquia social que faz com que os homens sejam considerados superiores às mulheres, e existe a divisão sexual do trabalho, que faz com que as mulheres sejam encarregadas do trabalho reprodutivo que os homens são dispensados de fazer. Todas essas diferenças e desigualdades fazem com que essa relação de grupos seja sempre antagônica. Então, é muito importante essa distinção a nível interindividual entre homens e mulheres e, o que se passa a nível dos grupos sociais, que são regidos pela divisão sexual do trabalho.

Sobre as relações sociais de sexo e gênero eu sempre considerei sinônimo. Quer dizer, falar em relações sociais de sexo ou falar em relações de gênero para

mim é a mesma coisa, porque é o termo “relações” que parece determinante: a relação de gênero, a relação social de sexo. O termo “relação” determina, portanto, o tipo de intercambiabilidade, ou de correlação entre os dois grupos ou entre as duas entidades (homem e mulher). Na França houve um grande debate e até hoje há pesquisadoras que preferem utilizar *rapports sociaux de sexe* e não utilizar gênero, embora seja mais frequente a utilização de gênero. Hoje é mais frequente a utilização de *gênero* do que na época em que se colocou tal questão das duas definições, algumas ainda dizem, como Danièle Kergoat, que *rapports sociaux* remete a relações sociais e a uma categoria de origem marxista, as relações sociais de produção. Assim, “relações sociais de sexo” pode evocar uma espécie de analogia com as *relações sociais de produção*, então quando se refere as *relações sociais de sexo* está falando sobre as relações sociais e remetendo à noção de “relações sociais”. Por outro lado, *gênero*, utilizado na formulação anglo-saxônica: *gender*, não remete necessariamente às relações sociais. Falar em *gender* não significa que se esteja pensando nas relações sociais entre o grupo dos homens e o grupo das mulheres, e é por isso que um certo número de [pesquisadoras] francesas, relutam em utilizar “gênero” e têm predileção em “relações sociais de sexo”.

Contudo, hoje em dia, praticamente todo mundo os adota como sinônimos. Eu utilizo *gender relations*, relações de gênero, e falando em relações de gênero eu não vejo diferença com relações sociais de sexo porque é o *relations*, as relações, o que é importante nesse termo, nessa denominação. Não há uma grande discussão sobre a preferência entre “gênero” ou “relações sociais de sexo” mas houve um momento em que havia bastante controvérsia em relação a isso, inclusive pelo fato de *gender* ter sido importado do contexto anglo-saxão, o que sempre foi uma reticência das francesas, a incorporação de elementos da língua inglesa na França, então, o que se podia evitar, elas evitariam... E *relações sociais de sexo* foi um conceito delineado pelas francesas mesmo. No francês fica *rapport de genre* ou *rapports sociaux de sexe* mas *gender*, em inglês, de jeito nenhum. Por outro lado, utiliza-se *queer* porque não há traduções boas, mas a história desse termo é diferente porque o termo *gênero* queria substituir um conceito francês - *rapport sociaux de sexe* - enquanto o *queer* não havia nenhuma noção francesa com a qual concorrer.

Revista Plural Considerando a produção de Michel Foucault, que é importante para o pensamento pós-estruturalista, qual foi a recepção de sua obra considerando o contexto francês e o brasileiro? E, também, como se deu a recepção do feminismo pós-estruturalista nesses países?

Helena Hirata Creio que [Michel] Foucault não tem uma influência [na França] tão forte quanto a que ele tem no Brasil. No Brasil, a influência do Foucault em várias disciplinas é mais forte. Não sei se é porque existe em torno de Foucault mais comentaristas que foram publicados no Brasil, além do próprio Foucault que foi todo traduzido para o Brasil ou, se é o fato de ele ser francês na França e não ter tanta repercussão... (risos gerais).

Foucault tem uma influência muito grande, mas nas Ciências Sociais, se você o compara com Bourdieu, por exemplo, o segundo tem muito mais influência. Já Foucault tem influência, sobretudo, nos escritos das pesquisadoras da área dele, isto é, da filosofia. Muitas coisas que tenho lido sobre a questão do feminismo, da sexualidade, etc, são do domínio da filosofia mesmo, ou então de pessoas muito próximas da filosofia como é o caso da Eleni Varikas, que tem textos nos quais ela fala do Foucault e da epistemologia feminista. Não creio que haja uma influência tão forte de Foucault no caso da própria França, comparando com o Brasil, mas é uma impressão. Eu mesma não trabalho com Foucault, e não conheço de perto essa literatura, não sei se existe realmente uma grande produção francesa que relate feminismo, sexualidade e Foucault.

Já a recepção do feminismo pós-estruturalista foi melhor no Brasil do que na França, mas existe, por exemplo, textos da Bila Sorj (2018) que comentam e situam o feminismo pós-moderno. Há também produções da Albertina Costa, da Fundação Carlos Chagas, que também fazem uma espécie de balanço da influência do pós-modernismo no Brasil. Pessoalmente acho que elas fazem análises muito interessantes, mostrando que aqui houve traduções muito imediatas de aulas que foram dadas, o que não aconteceu na França. Na França, essa recepção foi muito tardia e não sei se houve uma verdadeira influência sobre os que hoje trabalham sobre a questão da sexualidade, do gênero, da transexualidade. Tenho a impressão de que a influência foi tardia, parcial e nem sempre valorizada devidamente. Conheço pouca produção a respeito do pós-modernismo e não tenho visto uma receptividade tão grande quanto no Brasil, seja por intermédio de obras, estudos e textos, ou pela acolhida de pessoas, de personalidades representativas dessa corrente, etc. Tenho a impressão de que, no Brasil, há uma influência mais forte, mas é uma impressão, pois não tenho seguido de perto tudo que tem acontecido nesse campo.

Revista Plural Nos últimos anos você tem se dedicado com discussões sobre o “care”, chamando a atenção ao papel que a subjetividade e o afeto tem ganhado na sociologia do trabalho e do gênero, bem como à consolidação, por assim dizer,

de uma sociologia das emoções. Gostaríamos de saber, então, como a preocupação com a subjetividade nas análises sobre o trabalho e gênero têm impactado a renovação de conceitos e enfoques sociológicos.

Helena Hirata A Sociologia sempre pregou a preeminência da razão. O paradigma sociológico dominante sempre foi a racionalidade sobre as emoções, os afetos, o que quer dizer que é um predomínio de um modo como é apresentado o que é o masculino em relação ao que é o feminino, isto é, as emoções, a subjetividade e os afetos. Esse problema aparece claramente na Sociologia, e acho que todos os estudos sobre o *care* têm sido benéficos para questionar esse paradigma dominante e mostrar como é importante o aspecto das emoções, tudo que é afeto, a importância da sociologia das emoções. É bem sintomático que Arlie Hochschild (1979), que praticamente não foi publicada na França, só teve um grande livro e uma tradução muito tardia, pois o livro data dos anos 1980 e foi publicado em 2017 (HOCHSCHILD, 1983, 2017) revelando a importância de uma literatura sobre a questão do trabalho emocional.

Esse é um aspecto que inova muito em termos de Ciências Sociais, porque embora o paradigma dominante das Ciências Sociais nunca tenha apreciado a introdução na análise sociológica das emoções, sentimentos, afetos, sexualidade, ele está se impondo como uma maneira original para se pensar a questão do trabalho. O trabalho aparece como trabalho emocional, e como trabalho sexual, e tudo isso tem sido bastante importante do ponto de vista da análise sociológica. Há produções tanto na América Latina quanto na Europa, embora não sejam em número muito grande, sobre o trabalho sexual e o trabalho da prostituição. Ao passo que, no campo do cuidado, há uma série de estudos sobre o trabalho do cuidado em relação à sexualidade dos deficientes físicos e mentais. Aqui, [no Brasil] parece que não, mas na França existem associações e toda uma preocupação do Serviço Social em relação à forma como os deficientes físicos ou mentais podem aceder a uma sexualidade, a uma relação sexual exitosa. Nesse ponto, o papel das cuidadoras aparece como central. É muito controvertido como questão, como pesquisa, mas é certamente um dos campos onde existe alguma literatura a respeito que relate o trabalho, cuidado, emoções e sexualidade. Vale a pena ver porque é uma forma original de pensar a questão do trabalho de uma maneira que não foi até hoje pensada, inclusive, porque nunca se constituiu como um objeto digno de pesquisa.

Revista Plural Gostaríamos de ouvi-la um pouco sobre como tem se dado, no Brasil, a produção de conhecimento sobre “care”.

Helena Hirata Recentemente tenho me dedicado a estudar a genealogia do saber sobre o cuidado no Brasil. É um pouco uma análise das influências respeitativas dos anglo-saxões sobre a França e da França sobre o Brasil na área do cuidado. Parece que, na Filosofia, pelo menos aqui na USP, há um interesse sobre a ética do cuidado. Temos, no entanto, nos distanciado de uma problemática propriamente filosófica, de ética de cuidado, para trabalhar mais sobre a questão do trabalho de cuidado, porque é no trabalho de cuidado que podemos pensar o trabalho remunerado, o não remunerado, as cuidadoras como profissão. Nadya Guimarães e Priscila Vieira discutem de forma bastante interessante o trabalho de cuidado, diferenciando profissão, obrigação e ajuda, entendendo que a profissão seria propriamente remunerada, de modo a mercantilizar o cuidado. A obrigação, por outro lado, seria o trabalho de cuidado não remunerado feito por parentes - em geral pelas mulheres da família. E a ajuda, por fim, que vem de vizinhos, amigos, pessoas próximas que uma remuneração simbólica ou sem remuneração, auxiliariam no cuidado de crianças, idosos, enfermos ou doentes em caso de necessidade. Quando a família pobre se encontra numa situação em que não se tem a possibilidade de contratar uma cuidadora ou doméstica, essa análise da “ajuda” contribui a entender. Essas três dimensões dão, assim, uma ideia do que interessa e do que não interessa quando pensamos em termos de cuidado.

Pascale Molinier, que é uma psicóloga do trabalho, entende o cuidado e o trabalho como esferas indissociáveis do aspecto da ética e do aspecto da política. Pensar no trabalho de cuidado sem pensar no aspecto ético e no aspecto político, isso de uma certa forma remete à origem de todo o campo dos estudos sobre *care*, sobre cuidado, porque a Carol Gilligan, que é psicóloga do desenvolvimento humano, fez estudo com jovens, meninos e meninas pequenos, dando uma orientação de pesquisa para a questão do cuidado como ética, mostrando como, para homens e para mulheres, o sentido do cuidado é diferente. Você pensa o que é o cuidado de uma maneira diferente quando você é homem ou quando você é mulher. Há toda uma série de críticas sobre Carol Gilligan e o essencialismo dela. Bom, o livro se chama *In a different voice*, “Uma voz diferente”, e ela se refere a uma voz diferente das mulheres e dos homens. Tende-se a considerar que há um certo essencialismo na proposta dela, porque ela considera que homens são diferentes das mulheres pelo fato de serem homens e mulheres, e isso é essencialismo. Parece-me que esse é o ponto de partida dos estudos sobre *care*, mas entre as diferentes disciplinas, há uma diferença muito grande no desenvolvimento dos estudos sobre *care* na França e no Brasil. Na França, a renovação dos estudos sobre *care* começou em 2005, e nos anos 1980 já havia tradução em francês da Carol Gilligan. A renovação

dos estudos sobre *care* na França se deu por uma filósofa chamada Sandra Laugier, uma psicóloga, Pascale Molinier, e uma socióloga de sociologia moral e política, que é Patrícia Paperman. Então, é diferente do que se observa no Brasil, onde os estudos de trabalho e cuidado são mais recentes. Na comunicação que realizei no Congresso Internacional sobre cuidado em 5 de novembro de 2018 em Montevidéu “*Por uma arqueologia do saber sobre o cuidado*”, datei que mais notavelmente os estudos sobre cuidado no Brasil acontecem a partir de 2010, o que coincide com o curso que eu dei em 2010 aqui na USP, um colóquio internacional que Nadya Araujo Guimarães e eu organizamos no mesmo ano na USP, na Sociologia. Uma série de acontecimentos e eventos seguiram entre 2011-2015, entre os quais uma mesa que realizamos na Anpocs, coordenada pela Bila Sorj, um grupo de Trabalho que organizamos na ALAST de 2013 aqui na USP, em que mais de 30 contribuições foram apresentadas no grupo em mais de três dias de apresentações de trabalhos. Uma série de pesquisas que foram iniciadas naquela época.

Considero que no Brasil houve um atraso ainda maior do que na França, que mostrou algum atraso em relação às pesquisas de *care* anglo-saxã. Ao mesmo tempo, pode se dizer que atingiram disciplinas bastante diferentes porque no início, as pesquisas sobre cuidado eram nas áreas de gerontologia, geriatria e enfermagem. Atualmente é bastante importante as análises sobre o trabalho de cuidado no campo das Ciências Sociais. Curiosamente porque não é o caso da França nem dos países europeus, muitas pesquisas sobre o trabalho de cuidado são realizadas na área de Serviço Social. Na França, o Serviço Social (*travail social*) não é nem de nível universitário, ao passo que no Brasil, é de grande tradição. Deve-se fazer uma história do ensino de Serviço Social para entender a importância dessa área no país e o porquê de surgir pesquisas interessantes sobre cuidado, trabalho de cuidado e mesmo tentativa de formação de cuidadores nesse âmbito. Aqui é um campo profissional, não é ainda uma profissão regulamentada, portanto, não existe ainda de forma significativa uma formação sistemática de cuidadores com diploma reconhecido pelo MEC.

Revista Plural *Como você analisa o campo de pesquisa de gênero nas Ciências Sociais brasileiras atualmente?*

Helena Hirata Creio que no Brasil, como na França, há hoje, com o desenvolvimento e um certo reconhecimento do campo de estudos de gênero, uma certa heterogeneidade e compartimentação por temas e determinada especialização institucional. Um exemplo me parece que as pesquisas sobre gênero, sexualidade, prostituição que são desenvolvidas no PAGU/UNICAMP. Outro campo temático

em desenvolvimento hoje no Brasil parece ser o das teorias da interseccionalidade, e em particular, a análise da raça em sua interdependência com gênero e classe social. A interseccionalidade é uma problemática que mobiliza tanto o mundo da pesquisa quanto os grupos militantes. Viu-se no 8 de março de 2019 cartazes com os dizeres “O futuro é interseccional” (Paris) ou “O feminismo é interseccional” (Tóquio). Ao mesmo tempo as pesquisas sobre gênero e trabalho (profissional) parecem estar em regressão.

Tanto na França quanto no Brasil, o espaço da fábrica concentra um interesse muito minoritário de pesquisadoras em ciências sociais, quando o trabalho profissional feminino deu origem à área de gênero nos anos oitenta e noventa nesses dois países. Pesquisadoras engajam-se em campos novos como a música e as artes, ou se interessam, com novas motivações, pelo trabalho no espaço rural ou por um trabalho emocional e íntimo como o trabalho de cuidado. Nesse sentido, indico a leitura do artigo de Bila Sorj (2018) sobre a evolução das pesquisas sobre gênero e trabalho no Brasil dos anos 2000 para cá.

Revista Plural *Você faz parte de uma geração que foi exilada e que viu pesquisas sociológicas, carreiras acadêmicas e vidas serem interrompidas pela repressão de um sistema ditatorial e autoritário. Considerando essa experiência anterior e a atual conjuntura sociopolítica brasileira, o que lhe parece estar em jogo agora na produção da Sociologia: tanto em relação à produção sociológica brasileira no campo de gênero quanto as condições materiais (como o fornecimento de bolsas) para a realização das pesquisas?*

Helena Hirata É muito difícil e prematuro responder a essa questão porque realmente ainda não dá para saber em que direção estamos indo - como, por exemplo, o fato de ter havido uma supressão do Ministério do Trabalho, e depois, terem cancelado a supressão. Tantas coisas são propostas e retiradas que é muito difícil saber qual a correlação de forças nacional e internacional para avaliar o que se pode acontecer. É claro que, por exemplo, o meu curso “Sociologia do trabalho, do gênero e do cuidado”, tem termos como cuidado, gênero; e ideologia de gênero é tida hoje em dia como algo indesejável, algo que se deve combater. Ouvi dizer inclusive que algumas pessoas já estavam pensando em deixar a denominação de gênero no programa, no título, o que seria uma antecipação do que pode ocorrer. Considero que a preocupação é pertinente em função do que já ocorreu e está ocorrendo desde antes do primeiro turno. Pessoalmente parece-me que há certa repercussão e a reação internacional que é bastante saudável, tentando fazer paralelos entre a situação brasileira atual e a da Turquia. Onde tem havido

uma repressão sistemática a pesquisadores e professores universitários nos últimos anos, além do exílio de turcas e turcos na França e em outros países da Europa devido a situação de repressão em relação aos intelectuais daquele país. Pelo fato de haver neste momento no Brasil uma ojeriza em relação à intelectualidade, à produção de conceitos e de teorias, podemos realmente temer que seja necessária muita determinação das reações, na maneira de contornar ou de responder a qualquer tentativa conservadora. No entanto, é difícil no momento atual, dizer de que maneira a situação vai evoluir porque temos os desejos de como queremos que evoluia, mas entre os desejos e o que vai realmente acontecer há interrogações. Engraçado porque várias pessoas me perguntaram se eu tinha nacionalidade francesa - moro lá há 48 anos e nunca pedi por uma questão identitária, já que sou brasileira por opção. Tive que optar com 18 anos entre a nacionalidade japonesa porque nasci no Japão, e a brasileira. Eu nunca pedi, mas eu fico feliz de ter uma residência fora do Brasil porque ter a mesma experiência de repressão duas vezes seria muito ruim. Não vejo configurada a situação que eu vivi em 1969 e 1970, na época em que eu tive de fugir do país via Chile. Não vejo o mesmo quadro repressivo nem a ponto de começar a se estruturar, então muita coisa pode acontecer. Parece-me que existe também um potencial de mobilização contrária ao governo. Acho que é difícil responder essa pergunta porque é complicado avaliar de que maneira e de que forma a situação evoluirá. Sobretudo, se houvesse uma série de afirmações que fossem levadas até o fim, já se teria mais ideia do que pode acontecer, o que é diferente daquilo que tem ocorrido de apresentação e retirada de proposições. Não sabemos realmente com o que contar.

Em relação ao segundo ponto, penso que a produtividade na pesquisa e seu financiamento não é tão relacionado com o governo porque primeiro todos esses cortes que estão previstos e que estão acontecendo tanto da CAPES quanto do CNPq foram anteriores, ou seja, começaram numa época em que nem imaginávamos que pudesse acontecer da extrema direita estar no poder. Ao mesmo tempo, fizemos outra prova de que não é algo somente recente e atual. Na França existe o mesmo tipo de procedimento de produtividade, houve também uma série de cortes de bolsas de pesquisa, de financiamento de pesquisa. Hoje em dia, é preciso correndo atrás de recursos para projetos porque as verbas não caem do céu e nem fazem mais parte do fundo do CNRS como no passado, quando nós não precisávamos correr atrás de projeto porque o CNRS financiava os centros de pesquisa. Nesse momento temos que recorrer à ANR (*Agence Nationale de la Recherche*), que é a agência nacional de pesquisa e determina a alocação dos recursos que ela tem em função de critérios de produtividade. Critérios de produtividade das instituições, dos laboratórios, das

pessoas, etc. É claro que, na situação atual, certamente a situação tende a piorar. Os cortes de verbas de pesquisa vão piorar e provavelmente haverá uma seleção tanto pela produtividade e publicações, quanto pelo tipo de tema de pesquisa. Então não sei se, por exemplo, sexualidade seria um tema favorável, já que há uma série de interrogações sobre o que se quer fazer com uma pesquisa sobre sexualidade, com divulgação de informações falsas de que tais pesquisadores iriam querer convencer as pessoas a escolher seu sexo, a conduta da sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; Hirata, Helena; Lombardi, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ARAÚJO GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. Dossiê Trabalho e gênero. *Tempo Social*, n. 1, 2014.
- BAÇAL, Selma (org). *Trabalho, educação, empregabilidade e gênero*. Manaus: EDUA, 2009.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York and London: Routledge, 1999 [1990].
- _____. *Trouble dans le genre. Le féminisme et la subversion de l'identité*. Paris: La Découverte, 2006.
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (dir). *Sous les sciences sociales, le genre*. Paris: La Découverte, 2010.
- COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.) *Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais*. São Paulo: Ed. FGV, 2008.
- COSTA, Albertina de O. Dossiê “Trabalho e gênero”, *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v. 43, n. 149, maio-agosto, 2013.
- GOFFMAN, Erving. The arrangement between the sexes. *Theory and Society*, v.. 4, n. 3, p. 301-331, 1997.
- HAKIM, Catherine. *Key issues in women's work. Female heterogeneity and the polarisation of women's employment*. London e New Jersey: Athlone Press, 1996.
- HIRATA, Helena; et al. (coord.). *Dictionnaire critique du féminisme*, Paris: PUF, 2000; 2004.
- _____. *Dicionário Crítico do Feminismo*, SP: EDUNESP, 2009.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe trabalhadora tem dois sexos. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994a [1993].
- _____. La classe ouvrière a deux sexes. *Politis – la revue*, n. 4, p. 55-58, 1994b [1993].

1 À pedido da Revista, a professora Helena Hirata mobilizou uma bibliografia sobre estudos de sociologia do trabalho e gênero que julga fundamental para quem tem interesse na temática. Parte dos títulos foi citada durante a entrevista, e outra parte, complementa a indicação bibliográfica.

- _____. “Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail?” In: DURAND, Jean-Pierre; LINHART, Danièle. (coord.). *Les ressorts de la mobilisation au travail*, Toulouse: Octarès, 2005, p. 263-272.
- HOCHSCHILD, Arlie R. *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley, University of California Press, 1983.
- _____. Emotion work, feeling rules, and social structure. *American Journal of Sociology*, v. 85, n. 3, p. 551-575, 1997.
- _____. *Le prix des sentiments: au coeur du travail émotionnel*. Paris: La Découverte, 2017.
- KERGOAT, Danièle. “Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe”. In: HIRATA, Helena et al (coord.) *Dictionnaire critique du féminisme*, Paris: PUF, 2000, p. 35-44.
- _____. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo: EDUNESP, 2009, p. 67-75.
- _____. *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo, 2018².
- KOLLONTAI, Alexandra. “A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea”. In: SCHNEIDER URSO, Graziela (org). *A revolução das mulheres. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas panfletos, ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2017 [1908].
- MARUANI, Margaret (dir). *Je travaille, donc je suis. Perspectives féministes*. Paris: La Découverte, 2018.
- MOLINIER, Pascale. *Lénigme de la femme active. Égoïsme, sexe et compassion*. Paris: Payot, 2002.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei Nogueira. *A Feminização no Mundo do Trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.
- SCOTT, Joan. Genre, une catégorie utile d'analyse historique. *Les Cahiers du GRIF*, n. 37-38, p. 125-153, 1988.
- _____. *Educação & Realidade*. vol. 20, n. 2, p. 71-99, ju1./dez. 1995.
- SKEGG, Beverly. *Formation of Class and Gender: Becoming Respectable*, SAGE, 1997.
- SORJ, Bila. “Au Brésil, nouvelles perspectives?”. In: MARUANI, Margaret (dir.) *Je travaille, donc je suis. Perspectives féministes*. Paris: La Découverte, 2018, p. 84-93.
- SOARES, Ângelo. Tão longe, tão perto: o trabalho no setor de serviços. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 16, n. 26, p. 89-117, 2011.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe Operária tem Dois Sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2^a edição, 2011 [1991].

2 Tradução parcial de Kergoat, Danièle. *Se battre, disent-elles*. Paris: La Dispute, 2012.

Memorial da Prof.^a Dr.^a Eva Blay ao receber o título de professora emérita

*Speech of Prof. Dr. Eva Blay in her Professor
Emerita title conferral ceremony*

Caríssima Prof.^a Dr.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda, DD. Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Caríssimo Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto, DD. Chefe do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP. Caríssimos colegas docentes de várias áreas da USP que me honram com sua presença. Muito queridas alunas e alunos que ao longo de todos esses anos me permitiram estudar, ensinar, discutir, mudar, crescer, nunca parar – mesmo quando discutindo calorosamente.

Confesso que nunca tinha pensado em nenhum prêmio ou reconhecimento acadêmico. Sempre pensei que meu papel na Universidade fosse aprender e ensinar: aliás as duas faces de uma mesma moeda.

Só recentemente entendi o significado do título Emérita quando vi alguns professores que eu admiro profundamente, o obterem – como o eminentíssimo Prof. Goldemberg. Só então percebi o quanto ele é importante. E para completar essa avaliação ouvi o relato feito pelo meu colega e ex-aluno Reginaldo Prandi que fez uma bela reconstrução da trajetória dos que o receberam nas Ciências Sociais.

No Departamento atualmente chamado de Sociologia, procurei as mulheres que o obtiveram e encontrei minha grande e querida amiga e mentora Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ela o recebeu em...1990! Aliás já nem me surpreendo pois levou “apenas” 28 anos para que uma docente mulher o recebesse no Departamento de Sociologia. Isso porque “não há discriminação” de gênero na universidade, como todos sabem....

As distâncias vão se encurtando e meu comparecimento aqui devo a um homem, ao reconhecimento de um jovem colega, Chefe do meu Departamento, o Prof. Ruy Gomes Braga Neto! Obrigada desde já querido amigo. Você entra na lista do HeForShe da ONU! Você é o exemplo que queremos dos homens que, quando no poder, reconhecem o trabalho das mulheres. Eu fui a número 12 depois de 11 homens.

Ao recompor minha trajetória de como cheguei à USP e à Sociologia faço-o seguindo a mesma metodologia que ensino a meus estudantes quando fazemos uma pesquisa baseada na história oral. No meu caso não serei tanto a protagonista, mas construirei um relato de abrangência coletiva.

Não pensem que escolhi a história oral por ser um caminho simples, sem obstáculos. Colhi ao longo desses 50 anos muitas histórias, através delas recompus parcelas da vida da camada operária, e elas me impuseram um grande dilema. Nada menos do que brigar com Engels! A pesquisa à qual me refiro focalizava as vilas operárias, e me deparei desde logo com a angústia dos trabalhadores e das trabalhadoras moradores que eventualmente poderiam ficar sem a casa onde moravam. Sem o trabalho e sem a casa (pela qual eles pagavam). Engels analisando o problema do ponto de vista político afirmava que a propriedade da casa não deveria ser um objetivo da classe trabalhadora, que a propriedade da casa ia contra as conquistas do proletariado, pois dificultava a mobilidade do trabalhador, mas... os operários e as operárias com quem eu conversava diziam que trocariam tudo para ter a casa própria. Engels tinha um prisma da luta de classes e não considerava o que a casa representava para os trabalhadores e as trabalhadoras, como eles me contavam. Vejam a contradição: para a pesquisadora o que deveria prevalecer: a perspectiva ideológica ou a realidade vivida pelos trabalhadores? Colocada a questão passei a discuti-la com meu querido Prof. Azis Simão. Essa questão teórica e ideológica me leva a recompor a extraordinária relação com o Prof. Azis Simão, pois já estava na etapa da livre docência quando temos total liberdade. Porém, eu nunca me afastei dos meus mestres, sempre os consultei, e eles sempre estiveram disponíveis! Azis e eu tivemos uma longa discussão, ele usando os argumentos de Engels, eu a fala dos operários e das operárias. Como um incontestável socialista, parceiro do operariado, ele finalmente concordou comigo. O resultado está em meu livro *Eu não tenho onde morar*, publicado pela editora Nobel.

E isso me leva a lembrar o início da trajetória no curso de Sociologia: para quem não sabe Azis ficara cego já em idade adulta. Mas foi ele quem me ensinou a ler Sociologia. Estava no primeiro ano, desesperada e pronta para desistir do curso e lhe disse: “Professor, não dá, eu não entendo nada o que está escrito.” Calmamente Azis me pediu que trouxesse o manual de sociologia que usávamos e que eu lesse em voz alta as primeiras linhas. Agora, disse ele, você grife, o sujeito dessa frase; em seguida disse grife o verbo... Assim, ao reler o texto através das palavras grifadas, tudo se esclareceu. Ele via! Ele ensinava! Ele me ensinou. Eu continuei sua eterna aluna.

O ACASO QUE NÃO É ACASO

Em 1956, sempre interessada em questões que diziam respeito à sociedade, às pessoas, eu ouvi por acaso uma colega dizer que fazia um curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras onde se fazia pesquisa. Palavra mágica! Eu não

sabia muito bem o que era pesquisa, mas valia a pena procurar. Minha professora de História, no Clássico do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, Dona Maria Simões, já tinha dado um nome a essa minha vocação ao me premiar com um livro: *Introdução à Sociologia*, de Armand Cuvillier.

O vestibular para Ciências Sociais selecionava através de uma prova de História e, confesso, o meu conhecimento era bem limitado (mal tínhamos chegado a reunificação alemã no Colégio). No exame oral, com o Prof. Lourival Gomes Machado, imaginem que ele que já era o grande especialista em história da arte, mas examinava no vestibular. Sorteei um ponto sobre o qual eu não sabia nada. Confessei ao Prof. Lourival, então disse-me ele:

- Sobre o que você gostaria de falar?
- Sobre a Revolução Francesa.

Pois é: falei...e fui aprovada.

No Departamento de Sociologia éramos uns 8 ou 10 alunos no curso diurno. Outro tanto no noturno. Descrevo, pois, uma Faculdade de Filosofia anterior às mudanças que ampliaram quantitativa e qualitativamente a entrada na universidade pública. Certamente éramos uma elite – não econômica, mas uma elite intelectual, aquela que conseguira entrar para a universidade. Imagine-se três ou quatro jovens mulheres entrando para a universidade em 1956. Claro que na época não tínhamos a dimensão do salto que hoje posso avaliar. Nas nossas famílias, entrar para uma Faculdade não era problema, isso era o esperado. Mas nossos pais eram considerados errados, pois para a sociedade “essas meninas nunca iriam se casar, se continuassem a estudar!” Sábios esses nossos pais!

Para se entender a situação atual é preciso recompor os processos de mudança de onde partimos. Na Faculdade, para nós alunas, os problemas eram superar a lacuna bibliográfica; quase nada havia em português e o pouco que havia era em inglês ou francês. Havia múltiplos entraves. Analisemos os avanços da tecnologia por uma perspectiva sociológica. Comecei o curso numa faculdade em que até telefone era um bem raro. Que fique claro que não estou falando que não tínhamos o computador onde digitei esse texto, não tínhamos Internet onde hoje faço minhas pesquisas, mas quero entrar na raiz desse déficit: a tecnologia avança rapidamente, mas a disponibilização do uso da tecnologia passa por um estreito canal político e econômico.

Na população, tinha telefone quem tivesse dinheiro ou tivesse acesso político. Os bens em sociedades capitalistas ou socialistas são distribuídos aos privilegiados. Para entrar na estreita camada dos privilegiados tínhamos que superar a burocracia criada especialmente para evitar roubos e justamente por isso os facilitava. Um

dos mecanismos para abrir o acesso ao conhecimento é – ou era no caso – ampliar bibliotecas, comprar revistas internacionais.

Me voluntariei para atuar na biblioteca da Faculdade. Como é óbvio quis fazer a assinatura de uma revista científica, me informei, etc. e apresentei o projeto ao Diretor da Faculdade. “Como você vai pagar pela assinatura de uma revista estrangeira antes de recebê-la”, me perguntou ele? Era óbvio que se paga e a editora envia a publicação. Mas a reação do Diretor era a desconfiança com o estrangeiro, ou a desconfiança de ser roubado, ou a total ignorância do mecanismo de mercado. Portanto, a revista não foi comprada. Aí está uma das origens da burocracia! E do atraso que se sente até hoje. Levamos vários anos para superar esse empecilho, para comprar livros ou revistas científicas para a biblioteca.

A PESQUISA NO CURSO

Fiz o curso de Ciências Sociais como uma aplicada aluna. Assistia todas as aulas, lia o possível e aproveitava todas as oportunidades de pesquisa que o curso não dava: fui com Maria Silvia de Carvalho Franco fazer pesquisa nos cartórios empoeirados de Cunha, fui com Juarez Rubens Brandão Lopes e Carolina Martuccelli Bori para Cataguases e Leopoldina pesquisar as condições de vida dos operários das tecelagens locais, subi a pé todos os morros da Penha em São Paulo para fazer a pesquisa de campo de Bertrand Hutchinson. Tudo *fora* do curso pois nele mesmo só pesquisei a Vila Mariana, meu bairro.

Por outro lado, li Mannheim num inesquecível curso de meu querido Professor Florestan Fernandes. Que não se furtou de me encontrar no hall da Maria Antônia para corrigir um artigo, o primeiro de minha vida, a ser publicado no jornal do CEUPES!

Aliás, atenção, alunos e alunas, eu sou fundadora do CEUPES!

Ao chegar ao fim do curso uma coisa eu sabia: faltava no programa uma intensa e sistemática experiência em pesquisa empírica. Solucionar esse problema marcou as futuras décadas de meu trabalho na USP, no departamento ou fora dele.

O Curso de Ciências Sociais permitia contatos extraordinários. O Prof. Fernando de Azevedo, nas vésperas de se aposentar, nos deu raras aulas. Me lembro de uma, creio que em 1962, quando ele falou com entusiasmo sobre a atriz Marilyn Monroe, lamentando sua precoce morte que abalara meio mundo. Uma mulher atraente, que passava um misto de beleza e ingenuidade, excelente atriz, mas totalmente desqualificada pela versão sexualizada que a propaganda insistia em apresentá-la. Tenho uma foto dela, não em poses sensuais ou pornográficas, mas

lendo um livro que a acompanhava durante os intervalos das filmagens!¹ Morreu aos 36 anos. Pena que não sobreviveu para se incluir no MeToo!

Mas do Dr. Fernando tenho outros alertas: ele contava sobre sua atividade como Secretário da Educação de São Paulo. Dizia como ficara atônito quando algumas professoras que pediam transferência de uma cidade para outra ficavam agradecidas, pois ele nunca lhes pedira favores sexuais para conceder essa transferência. Ele falava disso com total espanto!

Um curso de Ciências Sociais permite N experiências. Mas quando se tem uma mestra amiga como Maria Isaura, as oportunidades são ampliadas. Maria Isaura prestava atenção na aluna, observava. Por vezes sugeria algum curso, por exemplo assistir as aulas do Prof. Ruy Coelho! Levei muitos anos para entender o que ele ensinava! Era sofisticado demais, erudito demais, lia desde Proust a histórias em quadrinhos.

Concluída a graduação, tive, junto com outras colegas a ousadia (ou ignorância política) de fazer uma avaliação do curso sugerindo, evidentemente, pesquisas. Talvez tivéssemos exagerado mostrando algumas falhas do curso. Nunca imagináramos que alguns docentes se sentiriam pessoalmente ofendidos. No regime de cátedra, a hierarquia estava presente. Também não havia a possibilidade de crítica. Mas a minha geração na véspera da ditadura, na expansão do populismo, no contato com as múltiplas vertentes de esquerda, na construção da democracia, queria que nossos cursos fossem atualizados, modernos, abertos e preparassem para o novo cenário. Saímos um tanto frustrados do curso e pensávamos em ajudar no caminho da inovação. Elaboramos um documento que enviamos à Chefia do Departamento, como uma proposta de atualização. Era um agradecimento prospectivo.

Mal sabíamos que tínhamos preparado uma bomba. Os citados e os omitidos se ofenderam. Reagiram. Foi um caos.

Florestan ao receber esse documento respondeu-o através de uma carta a mim dirigida. Nela dizia que me considerava portadora da devolução do documento que não podia aceitar. Elegantemente dirigi-a a mim, como portadora a todos os que a tinham assinado.

Hoje consigo entender que meu mestre Florestan, que se tornou meu amigo por toda a vida, procurara apagar o incêndio das vaidades feridas. Era o momento em que a cátedra se extinguia, as vaidades se acirravam, a competição era fatal. Não

1 Texto escrito pelo fotógrafo (Magnum /Focus Agency) Eve Arnold acompanhado da foto de Marilyn lendo Ulysses de James Joyce. A referência é do Professor de Literatura Richard Brown.

era apenas uma questão de competência acadêmica. Duas forças se digladiavam: aqueles docentes que vinham da elite *versus* aqueles que vinham do baixo clero. Aqueles que se consideravam a elite brasileira *versus* os filhos de imigrantes. Dolorosa transição vivemos naqueles dias. Se vocês me perguntarem quem venceu? Responderei: foi a elite.

Ao relatar essa passagem me indago se face aos momentos autoritários que vivemos, qual será o grau de liberdade que teremos para expor nossos projetos de universidade?

Em 1961 voltei à faculdade para fazer um curso de extensão. A pós-graduação estava se organizando. Fui procurada por Maria Isaura que em nome do departamento me propôs que começasse a trabalhar na Faculdade. Teve de insistir muito pois não me achava preparada. Comecei como professora voluntária, sem vencimentos, onde fiquei por dois anos até ser contratada. Só que desde o começo me deram atividades como se fosse docente do curso.

Chamo a atenção para o fato de que quando comecei a dar aulas na pós-graduação e a orientar nesse nível, eu mesma não tinha feito minha pós-graduação. Importante relatar isso, pois as coisas se construíam no seu fazer-se! Ou alguém imagina que se buscava um modelo para a pós-graduação?

No meio dessa construção houve o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em Belo Horizonte. participei e levei um texto a partir de uma experiência que me marcara muito na pesquisa em Cataguases. Deveria entrevistar um líder operário. Ocorre que ele tivera um derrame, fora afastado do trabalho e da luta política. Enquanto o esperava em sua casa falei com sua mulher, que contou da doença, da grave situação econômica da família, da limitação física do marido, da militância. Imagine-se sem o trabalho, com a doença, e eu pergunto “como a Senhora vai fazer?” Ela respondeu: “alguém tem de continuar! Continuar a luta por seus direitos, apesar de todos os empecilhos...”. Essa foi uma das mulheres que mais profundamente me marcaram!

O curso de Ciências Sociais e o Departamento de Sociologia avançavam com lutas internas. Acho que não me aprofundei nelas, pois ainda tinha uma ingênua admiração por alguns professores e expectativas de melhorar o curso. Mas, no subterrâneo das paixões humanas, com a concorrência se avolumando... Ou se imagina que na universidade não há concorrência? A esse ambiente se somavam as oposições políticas. Vivíamos à véspera da ditadura e, no entanto, o que se presenciava eram as minúsculas concorrências! Tanto sofrimento pequeno às vésperas do grande golpe militar.

Na aparência havia uma cisão teórica: marxistas radicais, historicistas, funcionalistas, estruturalistas, etc. Em síntese, havia os que tudo explicavam através da oposição entre as classes sociais e os que, sem renegar a oposição entre as classes, iam além delas. Levei bem uns vinte anos para escrever o texto: “O feliz casamento entre o marxismo e o feminismo”, opondo-me às escritoras que escreveram ser impossível casar o marxismo com o feminismo. Ora, pensava eu, se o marxismo não explica que numa sociedade sem classes ainda impera o machismo, a subordinação das mulheres, que se busque outra explicação, além da oposição das classes, sem abandoná-las.

INTRODUIR GÊNERO NA ACADEMIA E NA SOCIOLOGIA

Já se percebe que nas entrelinhas desse relato a questão da mulher está posta todo o tempo. Era uma novidade na academia. Para alguns uma aberração. Recém criada a FAPESP, apresentei um projeto para investigar a situação da mulher em três cenários. Mais uma vez o Prof. Azis foi meu guia.

Enviado o projeto fui chamada pelo Diretor Científico Prof. Dr. Warwick Estevam Kerr, agrônomo e geneticista. Queria que eu explicasse o que era esse assunto de estudar a mulher. Ele realmente não entendia o tema, o problema, etc. Expliquei detalhadamente que nada se sabia sobre o papel social da mulher, que éramos invisíveis, que não constávamos das estatísticas, etc., etc. .

Obtive a bolsa de pesquisa. Tenho certeza que na área de gênero foi a primeira bolsa dada pela FAPESP. Nem por isso no Departamento de Sociologia o tema mulher passou a ser visto como tema científico. Não vale a pena me estender sobre essa posição retrógrada, basta dizer que tanto a mulher, a professora, o trabalho feminino, a participação política da mulher eram temas subordinados.

A ditadura atingiu em cheio a Universidade de São Paulo. Alguns tiveram de fugir, outros sumiram, e nós ficamos. Fomos transferidos para a Cidade Universitária e nós, da Sociologia, fomos colocados nos barracões. Meus filhos ainda pequenos desenharam nas paredes de minha sala gelada dos barracões.

A situação política estava cada vez mais difícil, boa parte do Departamento de Ciências Sociais desaparecera. Não se perguntava onde as pessoas estavam. Vigorava um silêncio temeroso. Transitávamos cheios de dúvidas, deveríamos continuar ou nos demitirmos coletivamente? Reunidos num dos corredores com Ruth Cardoso e outras colegas ficou decidido que nós que ficaríamos, tínhamos uma missão: se fossemos embora a ditadura colocaria outros docentes em nosso lugar; era importante resguardar o que tínhamos conquistado, não deixar que a

ditadura interferisse sobre a bibliografia que usávamos, nem sobre as aulas que díavamos. Era uma outra forma de resistir.

Apesar de todos os problemas ainda assim jovens docentes e alunas começaram a lutar pela criação de creches na universidade! Não posso dizer que a academia repetia o movimento de mulheres de luta por creches que se espalhava pela sociedade. Ambos foram concomitantes.

Durante a ditadura as aulas não se interromperam, mas estavam longe de ter uma continuidade.

Quando ofereci como tema no curso de Organização Social que se focalizasse a mulher na América Latina, houve uma tumultuada reação da classe contra a o tema. Depois de horas de discussão finalmente a classe se dividiu em dois grupos: um analisaria o tema focalizando a mulher e outra visando o geral na América Latina. Essa mesma ruidosa oposição encontrei várias vezes seja na pós-graduação, quando nenhum/a estudante se inscreveu no curso oferecido ou na Faculdade de Direito quando dei um curso introdutório *em 2002*. Hoje temos de limitar o número de alunos em função do espaço das salas!

Ouso dizer que o conservadorismo da Academia era maior do que o da Sociedade, pois apesar das resistências na universidade fui procurada, em plena ditadura, por um grupo de jovens estudantes japonesas que sabiam que eu fazia pesquisa sobre a mulher trabalhadora. Então, pedi um seminário para elas! Não sei explicar, não perguntei na época, e não posso explicar porque, como elas buscaram esse novo saber! Algum tempo depois, a líder do sindicato dos metalúrgicos, Nair, me procurou, porque as industriárias queriam entender a própria situação. Fui morrendo de medo, falar numa sala de um prédio da Rua São Bento. E assim a minha militância acadêmica se somava à militância política.

Éramos convidadas para falar em igrejas, clubes de mães, locais onde faziam distribuição de leite, para falar sobre a situação das mulheres, discutir igualdade salarial, creches, direitos das mulheres, violência e, sobretudo, direitos reprodutivos. Os temas não eram impostos por nós, mas pelas próprias mulheres. E falávamos sobre aborto nos fundos das igrejas!

Mas, sobretudo discutíamos os direitos das mulheres, os direitos humanos e a importância de se fazer uma nova Constituição. A Constituição de 1988 foi construída palavra por palavra, com plena participação de todas as pessoas engajadas, e não foi fruto de um partido político. Resguardá-la é o mínimo de dever democrático.

Se a academia era refratária, da sociedade partiam demandas feministas que a pesquisa acadêmica dispunha. Desde então construiu-se um longo diálogo entre os movimentos feministas e a pesquisa acadêmica do qual resultaram vários frutos.

Com a restauração democrática nós feministas acadêmicas propusemos projetos de políticas públicas. Deveria falar dos governos Montoro, do governo de Tancredo Neves, e do governo Lula para expor os desdobramentos das políticas públicas. Mas acho que vocês deveriam me dar outro título (ou retirar esse) se eu entrar por esse capítulo.

A trajetória do feminismo acadêmico é entrecruzada por várias dimensões: política universitária, feminismo, movimentos sociais, ditadura, democracia, academia. O campo dos estudos feministas e de gênero avançavam na USP e em outros estados como Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Norte, do Sul, Pernambuco e outros locais. E concomitantemente no resto do mundo para onde fomos beber tudo o que se podia, especialmente nos Congressos Internacionais. Não tenho a pretensão de esgotar os caminhos do feminismo no Brasil, mesmo porque os dados pioneiros da Fundação Carlos Chagas, por exemplo, estão bem registrados.

Tomo emprestado o título do livro de Karen Joy Fowler *“Women who read are dangerous”* – “As mulheres que leem são perigosas” – para dizer que o feminismo é uma arma perigosa. O feminismo reúne mulheres que leem, conscientes, que demandam.

Explico: já se falou que a ditadura teve o mérito de unir forças além das divergências político-partidárias, tínhamos um inimigo comum. Este atacava tanto a democracia no plano político como no acadêmico. Na década de 1970, as Ciências Sociais passaram a participar da SBPC, que se tornara um espaço plural de encontro e difusão de ideias. Temas eram apresentados nas reuniões anuais: divisão do trabalho, violência, família, aborto, direitos reprodutivos... Mas a ditadura que tinha afastado tantos professores e alunos agora tentava intervir sobre a SBPC. A 29^a reunião em julho de 1977, estava prevista para Fortaleza onde fora proibida. Decidiu-se transferi-la para a USP (em São Paulo). Maluf e os militares não autorizaram. Reunida a Diretoria decidiu solicitar o apoio da PUC para transferir a reunião para lá. Iniciou-se delicada negociação, pois tanto a USP como a PUC iriam realizar um evento proibido pelo poder. Iniciamos uma difícil negociação para obter a concordância da PUC. Foram horas de idas e vindas, eu era um tipo pombo correio entre a Comissão da USP e a da PUC. Carolina Martucelli Bori coordenava as ações. De um lado desobedecer ao governo do Estado e os militares, de outro a PUC, ao sediar o encontro, também incorreria na desobediência. Finalmente conseguimos. Mas tivemos um ato mesquinho do governo estadual: as verbas foram cortadas para o evento científico. Tivemos que levantar fundos, artistas doaram seus trabalhos, enfim, lutar para fazer uma reunião científica. Foi um tormento. Mas conseguimos! É preciso lembrar isso num momento em

que temos um Executivo e um Congresso Nacional que têm medo do saber, que propõem uma “escola sem partido” – isto é, uma escola onde não se pode fazer uma análise crítica. Não se pode esquecer que o poder militar maneja as armas e pode impor autoritariamente o que quiser à sociedade.



Na USP criaram-se vários núcleos de pesquisa que reuniam pesquisadoras de diferentes áreas. Essa foi a experiência do CERU, criado por Maria Isaura e do qual fui coordenadora por vários anos. Maria Isaura tinha o dom de nos jogar na arena, quaisquer que fossem os perigos ou os leões. Assim fomos ensinar a fazer pesquisa em Belém do Pará e em Salvador na Bahia. Ou no Vale do Ribeira. Há pouco encontrei um antigo aluno que me disse: você nos arrastava para todos os lugares. E é verdade. Esse mesmo aluno foi com sua turma para Eldorado Paulista. Levei a família comigo, duas crianças pequenas e por alguns dias meu marido. A região produzia mexericas. Dividimos a turma, alguns iam entrevistar as colhedoras, outros os encaixadores, observar ruas, a Igreja. E um deles, resolveu observar o cemitério. Perfeito, cobria-se toda a pequena área. Depois de uns três dias haveria a festa da Rainha das Colhedeiras de mexerica. Fui então procurada pelo Prefeito que claramente me disse que estávamos entrando muito dentro da comunidade e que ele não podia garantir a nossa segurança! Imagine-se a situação, em plena ditadura, eu nem imaginava que ali houvesse qualquer questão política e ouço essa clara advertência. Reuni a turma e fomos embora imediatamente.

Quem era o Prefeito? Era o Sr. Paiva, pai do Rubens Paiva, com quem politicamente ele não comungava.

Todos os cursos que eu dei, creio que em todos eles, sempre procurei levar os alunos a fazer pesquisas. A pesquisa desvenda, expõe. Por isso alguns têm medo dela.

Nas décadas seguintes ampliou-se a temática de gênero nas universidades, inclusive na USP. No Brasil não se criaram os *gender studies*, pois nossa estrutura acadêmica não comportava a criação de núcleos específicos. Houve uma ampliação dos cursos sobre mulher, gênero, etc. em praticamente todas as unidades da USP. Um crescimento em que os átomos não se comunicavam. Os cursos são relativamente isolados. O que evidentemente reduz a sinergia. O modelo das companheiras feministas da Universidade Federal de Santa Catarina, ao contrário, articulado construiu um espaço criativo invejável. E que provocou não apenas uma articulação nacional, mas internacional. Então vamos todas nós para Santa Catarina sempre que possível.

No período de redemocratização, a interação entre a universidade e as políticas públicas se fortaleceu. Levamos para o governo Montoro todas as propostas elaboradas pelo movimento de mulheres e pelo movimento feminista. Creches, equivalência salarial entre homens e mulheres, delegacias de Defesa da Mulher, planejamento familiar, modificação dos livros escolares, situação da mulher negra, participação da mulher nos sindicatos, participação nos partidos políticos, legenda para as mulheres. Estava tudo pronto, faltava implantar. Num governo democrático isso foi possível.

É claro que nessa etapa as divergências político-partidárias afloraram. Discorrer sobre as dificuldades nos partidos políticos, o machismo imperante, só isso daria mais um capítulo. A trégua obtida no movimento Feminino pela Anistia foi se rompendo e as disputas inevitavelmente vieram à tona.

Excetuando os seis meses em que trabalhei na ONU (em Viena) e dois anos e meio que fiquei no Senado, nunca interrompi minha carreira na USP. Tive o privilégio de ficar um ano na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* onde fiz meu Pós-Doutorado. Recapitulando minhas atividades na ONU, que me enviou para a Bolívia, a Turquia e Tunísia onde trabalhei exatamente atuando nas políticas de desenvolvimento para a mulher, levei a experiência da USP para esses outros mundos. Levei também a experiência de trabalhar sob a ditadura.

Entre um livro e outro, uma pesquisa e outra, fui buscar minhas raízes. Conhecer a história dos judeus, especialmente no Brasil, foi um desejo profundo. A história dos meus pais, mas não só a deles, a dos outros. A história de nossas famílias por vezes é difícil de recuperar, sobretudo, pelos traumas que viveram. Alguns assuntos são negados. Eles são proibidos e não se toca neles por respeito à dor que provocam. Mas o espírito pesquisador encontra outros caminhos. E assim me acerquei da vida de velhos, naquela época eu os achava velhos, e foi um modo

de saber os mil caminhos trilhados. Curiosamente mesmo quando sofriam não falavam com amargura, tinham a esperança de ter construído um pedaço do Brasil.

Tenho a sensação de ter pago uma dívida intelectual e humana ao ter feito essa pesquisa e produzido um dos meus mais lindos livros *O Brasil como destino*.

Um ano para estudar foi um privilégio que nunca tivera durante toda a carreira. Fazíamos as teses, pesquisas, dando concomitantemente aulas, seminários e exercendo atividades administrativas. Aquele ano em Paris preparou minha imersão nas histórias de vida que eu coletara da comunidade judaica.

Essa pesquisa atravessou uns 20 anos de minha vida. No meio do caminho outras pesquisas, livros, artigos, foram sendo produzidas, mas havia uma dívida a ser paga: quando as pessoas nos contam suas histórias temos o compromisso de lhes devolver o que prometêramos ao abordá-las. Mas porque os judeus? Essa é uma pergunta difícil de responder. Qual o problema identitário que leva uma cigana, um japonês, um indiano a estudar suas origens? Responder essa questão como pesquisadora é fácil: os judeus constituem uma comunidade que tem um marcador, no sentido antropológico, um referencial que a define no seio da sociedade. Mas isso não obriga que indivíduos com esses marcadores se auto investiguem. Seria uma questão psicológica, o antisemitismo que persiste na sociedade brasileira inclusive na universidade? Some-se a esses fatores mais um: a total ignorância que a sociedade brasileira, inclusive a universitária, tem com relação aos judeus. Por outro lado, a universidade nos dá a nós, pesquisadores, a extraordinária liberdade de escolher nossos objetos de pesquisa. Sobretudo quando se participa de um grupo acadêmico que garante sua liberdade de escolha como foi o meu caso.

Agora que, mais uma vez, o Brasil se vê envolvido em questões imigratórias, em conflitos e resistência aos imigrantes, quanto é fundamental entender a importância de acolher os imigrantes. O Brasil foi o destino de muitos judeus antes, durante e depois da segunda guerra. Não se pode esquecer que atualmente há milhares de brasileiros que são imigrantes em outras terras.

Aprendi na USP muito do que levei para a atuação política. Há uma reciprocidade entre o saber conquistado na academia e nos movimentos sociais especialmente o feminista. Me lembro do Senador Marco Maciel, que eu respeito profundamente, me perguntando quando é que eu iria fazer meu discurso. O discurso inaugural, ele e todos os outros vieram ouvir a “professora da USP” que iria falar. É claro que escrevi meu discurso, prática adquirida durante tantos anos em que eu escrevera e Maria Isaura incansavelmente corrigia com suas célebres anotações à margem: obscuro!

Não posso terminar essa fala sem me referir ao Sr. Moyses e a Dona Eta que prepararam suas três filhas para serem cidadãs e profissionais. Para eles nunca sentimos que faltasse recursos para livros, cursos, escola.

Júlio foi e é um companheiro permanente na minha vida. Cuidamos juntos dos filhos, ele leu meus textos, deu título a meus livros e é o responsável pela formação das pessoas íntegras que Silvia e Ênio são.

Quando nossa vida intelectual e acadêmica se encerra? Não sei responder, pois no momento me empenho em colaborar com a construção de uma nova cultura junto à USP e por consequência junto à sociedade. Uma cultura de igualdade de gênero, sem violência, em que as mulheres possam viver em paz, em que qualquer grupo étnico, religioso, de gênero, possa viver sem discriminação.

Ao fazer hoje essas reflexões sobre o feminismo no Brasil – o que ele aponta como importante nas relações sociais, a construção teórica do conceito de gênero – sou levada a pensar em duas perspectivas: no início, a resistência era fruto das novas descobertas, entrávamos numa área relativamente nova, desconhecida, e vínhamo abalar as estruturas patriarcas em vigor. Fazíamos uma revolução nos padrões tradicionais consagrados e que beneficiavam uma certa camada da população. Hoje, quando o conceito de gênero se tornou uma ferramenta fundamental nas ciências, especialmente na medicina, e nem se discute nos países democráticos a importância de se introduzir essa variável, vivemos no Brasil um tremendo retrocesso: o “gênero” se torna uma perigosa arma. Envolvido na ignorância do que significa gênero, ele é temido. Do que se tem medo? De descobrir que a terra não é o centro do universo? Que o homem não é o senhor do mundo? Que há várias maneiras de sermos civilizados? Que gênero é sinônimo de democracia, de liberdade? Essas perguntas têm de ser respondidas!

A transgeracionalidade do papel de gênero e a condição feminina entre mãe e filha: reflexões sobre o trabalho doméstico não remunerado

Transgenerationality of the gender role and female condition between mother and daughter: reflections on unpaid domestic work

Natália Silva Trindade^a, Maira Covre-Sussai^b

Resumo O objetivo desse trabalho é compreender a relação entre papel de gênero, condição feminina e trabalho doméstico não remunerado com a transgeracionalidade enquanto herança cultural, investigando a vinculação desta “hereditariedade” social com relação ao trabalho doméstico não remunerado. Questiona-se o trabalho doméstico não remunerado enquanto fenômeno social atrelado à vida das mulheres, discutindo-o a partir do surgimento da divisão sexual do trabalho, da atuação do patriarcado junto ao capitalismo na sociedade de classes moderna e dos diversos arranjos familiares modernos. Apresenta-se, ainda, a possibilidade dessa vinculação ser entendida enquanto o *habitus*, a partir da ideia de que os bens imateriais podem ser acumulados e transmitidos inter e transgeracionalmente. Por fim, utilizou-se o banco de dados coletado pela pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década” para demonstrar empiricamente essa transgeracionalidade. Os resultados indicam que o fato de a mãe trabalhar fora enquanto a filha é criança influencia a filha a trabalhar fora e que o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe.

Palavras-Chave Gênero; Trabalho; Trabalho Doméstico; Transgeracionalidade; Sociologia da Família. Habitus.

Abstract The objective of this study is to uncover the relation between gender role, female condition and unpaid domestic work with transgenerationality as a cultural heritage, investigating the linkage of this social “heredity” with regard to unpaid domestic work. Unpaid domestic work is questioned as a social fact linked to the

a Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ) e pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos de Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDERG).

b Professora do departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Leuven (Katholieke Universiteit Leuven - 2014).

life of women, discussing it from the emergence of the sexual division of labor, the patriarchy's action with capitalism in modern class society, and the various modern family arrangements. It is also possible that this linkage can be understood as the habitus, from the idea that intangible assets can be accumulated and transmitted inter and transgenerationally. Finally, the database collected by the research "Gender, work and family in Rio de Janeiro - changes and permanences in the last decade" was used to demonstrate empirically this transgenerationality. The results indicate that the fact that the mother works outside home while the daughter is a child influences the daughter to work outside, and that the educational level of the daughter is always greater than that of the mother.

Keywords Gender; Work; Housework; Transgenerationality; Sociology of the Family; Habitus.

INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico não remunerado é um fato observado nas relações sociais, marcado pela divisão sexual do trabalho, que afeta a organização das famílias na sociedade moderna, sobrecarregando, sobretudo, o uso do tempo das mulheres. Consiste em “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – envolve o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257). Entendendo que a reprodução da desigualdade de gênero se dá no âmbito institucional e no âmbito das relações pessoais e íntimas, o tema desse artigo, o qual possui uma origem monográfica¹, é a análise da reprodução do trabalho doméstico não remunerado dentro das famílias enquanto um papel de gênero e uma condição feminina, passível de ser transmitido de mãe para filha enquanto herança cultural.

A construção teórica deste artigo se dá a partir de duas referências principais tomadas por complementares. A primeira traz à luz a teoria marxista e a sua produção filosófica e sociológica sobre o trabalho e sobre a família, já a segunda trata da teoria bourdieusiana, em função de sua capacidade de analisar a subjetividade sem abandonar a influência das estruturas. Apesar de muitos acadêmicos refutarem essa ideia da complementariedade destas referências, Burawoy (2009, p. 29) ressalta que a teoria desenvolvida por Marx está “inserida profundamente no tratamento que Bourdieu dá aos campos de produção intelectual e cultural”,

¹ Artigo baseado em Monografia apresentada para conclusão de Graduação em Ciências Sociais, 2017, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

iniciando pela ideia do materialismo, da história como as condições materiais nas quais o conhecimento é cotidianamente produzido, e que as teorias apenas se afastam quando os teóricos buscam responder outras questões do seu próprio tempo. “Enquanto, Marx está interessado em uma sucessão histórica dos campos econômicos (os sistemas de produção), Bourdieu está interessado na coexistência simultânea de diversos campos – o econômico, o cultural, o político etc” (BURAWOY, 2009, p. 34).

As categorias e conceitos-chave, como gênero, trabalho, relações sociais de poder, transgeracionalidade, família, *habitus*, herança cultural, capital social, cultural, dentre outros, foram inicialmente identificados nos escritos marxistas de Friedrich Engels e nos de Pierre Bourdieu, através de seus comentadores, entendendo que a análise social deve ser feita a partir da sociedade e suas estruturas objetivas para as relações individuais. Para isso, a realização de um apanhado histórico para ilustrar como o patriarcado atuou nas relações sociais, especialmente no que se refere ao campo do trabalho e da família, se faz relevante, a fim de comprovar como o sistema patriarcal foi afetado quando se pensa nos avanços da luta feminista em defesa das mulheres e da ordem política constituída pela internacional comunista², movimento iniciado após a vitória dos comunistas na Revolução Russa.

Outro ponto relevante para esse estudo são os tipos de arranjos familiares para que a análise do trabalho doméstico não remunerado possa ser feita também pela perspectiva subjetiva, tendo em vista que o local onde se exerce esse tipo de trabalho é na família. A representação do arranjo “chefe de família e dona de casa”, enquanto um padrão subjetivo, e a concepção de que ela surge enquanto causa e efeito da divisão sexual do trabalho é apenas uma das possibilidades históricas aqui apresentadas, uma vez que o fenômeno sociopolítico-econômico da escravidão, o qual trouxe inúmeros negros do continente africano para terras brasileiras, influenciou diretamente os formatos dos arranjos familiares no Brasil, complexificando ainda mais a análise do papel da família no que se refere ao trabalho doméstico (BIROLI, 2014).

2 “Em 1919, logo após a vitória dos comunistas na Revolução Russa, foi criada a III Internacional, ou Internacional Comunista, ou ainda Komintern. Seu principal objetivo era criar uma União Mundial de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Dominada pelo Partido Comunista da União Soviética, a Internacional emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados, inclusive o Partido Comunista do Brasil. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, a Internacional Comunista foi dissolvida com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais da União Soviética.” (CPDOC FGV, disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEra-Vargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/InternacionalComunista>>)

Neste artigo, junto à revisão de literatura, considera-se a apresentação de uma análise quantitativa a partir da aplicação dos métodos do Chi-quadrado e da Correlação de Pearson para realização de testes de hipóteses em quatro variáveis selecionadas no banco de dados coletado pela pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”. Esta pesquisa entrevistou cerca de 672 mulheres do estado do Rio de Janeiro, obtidas através de amostragem probabilística, acerca de como era a sua vida familiar, o que pensava e se praticava no tocante ao gênero. Neste caso, a abordagem quantitativa auxilia na verificação da teoria junto à prática, com foco na realidade do estado do Rio de Janeiro. Não é o objetivo deste trabalho, portanto, criar generalizações sociais para o restante do Brasil. Quanto aos testes de hipóteses, estes buscam verificar se: 1) quando a mãe trabalha fora, enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora, e 2) o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe.

No Brasil, o estudo do uso do tempo, gênero, trabalho e família começam a ganhar espaço a partir de 2001, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), trazendo modificações em relação ao ano de 1999. A PNAD de 2001 ampliou o conteúdo investigativo do tema domicílio e introduziu perguntas em seu questionário sobre número de horas dedicadas aos afazeres domésticos para as pessoas que exerciam afazeres, além do tema trabalho e rendimento (IBGE, 2014).

É possível observar a relevância deste tema, num momento em que mesmo tendo ocorrido um aumento da taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho remunerado, as mulheres ainda permanecem responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico não remunerado. Enquanto isso, os homens pouco se responsabilizam por tal, sendo sua participação, muitas vezes, considerada uma simples “ajuda”.

As hipóteses e a justificativa apresentadas estão diretamente atreladas ao problema de pesquisa que deu origem a este artigo. O trabalho doméstico não remunerado constitui o papel de gênero feminino e a condição de ser mulher e, logo, pode ser transmitido aos descendentes enquanto uma herança cultural? Existem fatores culturais/sociais que influenciam a manutenção ou ruptura da sua transmissão?

O objetivo geral desse artigo é apresentar os resultados da pesquisa, a qual buscou descortinar a relação entre papel de gênero, condição feminina e trabalho doméstico não remunerado com a transgeracionalidade enquanto herança cultural, a qual investigou a vinculação desta “hereditariedade” social, em especial de mãe para filha, com relação ao trabalho doméstico não remunerado. Busca-se, assim,

esclarecer o quanto o gênero, além da desigualdade institucional, estrutura a desigualdade dentro da família, ultrapassando os limites geracionais, influenciando os indivíduos através da socialização a qual são submetidos e das características que acumulam. Além disso, a exploração quantitativa associada à construção teórica quis levantar quais as motivações sociais/culturais (como nível educacional, religião, classe social, entre outros) levaram à ruptura ou à manutenção dessa condição do trabalho exercido como um fato atrelado ao gênero.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA MODERNIDADE, TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E AS CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO INSTITUTO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Desde o advento da família patriarcal, individual e monogâmica, a sociedade de classes moderna tirou o caráter público das atividades realizadas em casa, colocando a mulher em uma situação de escravidão doméstica, como atesta Engels em seu livro *A Origem da Propriedade Privada e do Estado* (1884). Surge, então, a divisão sexual do trabalho, que é entendido pelo referido autor enquanto condição básica de toda vida humana. Este fenômeno social se mantém mesmo com a imposição do pensamento único neoliberal, e, logo, permanece sendo a condição para existência social na vida humana, como Marx afirmou no volume 1 da obra *O Capital*, (MARX apud ROCHA, 2012). O desenvolvimento do trabalho mostrou ao ser humano as vantagens de se atuar coletivamente, o que o tornou único no mundo que vivemos, pois é através do trabalho que o homem modifica e domina a natureza ao seu entorno (ENGEL; MARX apud ROCHA, 2013).

Marx e Engels (ENGELS; MARX apud ROCHA, 2012) apontam como a realização da vida humana através do trabalho se concretizou pela produção e pela reprodução deste, repercutindo em todas as áreas de desenvolvimento da vida humana. Dessa forma, Engels analisa a divisão do trabalho produtivo e reprodutivo:

À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Em face de todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quando, numa fase muito recuada de desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabe-

ça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizarem o trabalho projetado por ela (ENGELS apud ROCHA, 2012, p. 35).

Essa vinculação entre produção e reprodução do trabalho ocorrida na sociedade de classes pré-capitalista é vista na sociedade moderna capitalista através da transformação da força de trabalho em mercadoria, alienando esta atividade humana vital e condicionando-a a uma relação social com base no dinheiro, na propriedade privada e no capital (conhecida também na teoria marxista como mais valia³), impactando também as relações de gênero.

A categoria analítica de gênero é definida por Joan Scott (1990)⁴ como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, e como forma de representar relações de poder em que as representações dominantes e dominadas são apresentadas como inerentes ao ser humano e não passíveis de questionamento. Em complemento, Clara Araújo (2000)⁵ entende o gênero enquanto categoria relacional, ou seja, em que um gênero apenas existe em relação ao outro. Por isso, no processo de dominação do gênero e no seu inverso, observam-se relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres. A autora ainda ressalta uma questão importante para a análise dos dados que virão a ser apresentados neste artigo: o gênero não pode ser analisado desvinculado das bases materiais, dos contextos socioeconômicos concretos, porque é um conceito-meio, e não totalizante, o qual produz o processo de dominação que se estrutura em práticas materiais e na subjetividade humana. Logo, o gênero não pode ser analisado de forma autônoma, com seus próprios significados e símbolos das identidades masculinas e femininas, como se fosse um mero código cultural de representação. Portanto, analisar o gênero por intermédio do trabalho é estudá-lo através da perspectiva estrutural de um sistema político-econômico e não enquanto um símbolo. E, para isso, deve-se usar a categoria trabalho em sua complexidade e não concluir que apenas as relações de poder mercantis afetam uma forma de trabalho que é histórica.

3 “A mais-valia é o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca. Não há, aqui, uma troca injusta, mas o capitalista se apropria dos resultados do trabalho excedente não pago. Isto é possível porque a força de trabalho é a mercadoria que possui a propriedade única de ser capaz de criar valor, constituindo, por isso, o ingrediente essencial da produção capitalista.” (BOTTOMORE, 1988).

4 SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, jul./dez., p. 5-22, 1990.

5 ARAUJO, C. Marxismo e Feminismo, tensões e encontros de utopias atuais. *Revista Presença da Mulher*, n. 37, 2000.

Marx e Engels analisaram o lugar da mulher na sociedade moderna (de classes e da propriedade privada dos meios de produção) e, em sua obra *A Ideologia Alemã* (1977)⁶, afirmaram que a reprodução e a manutenção da vida humana são tão importantes quanto às relações de produção, porque são responsáveis por outro tipo de relação social, permitindo a coletivização da subjetividade humana. Portanto, analisar o gênero enquanto fator de intervenção nas relações sociais é perfeitamente válido dentro da teoria marxista, que, devido à sua concepção materialista da história⁷, analisa o todo e não apenas partes isoladas dos fenômenos sociais.

Para fins deste estudo, considera-se a família moderna, enquanto uma instituição que tem por função reproduzir a opressão contra a mulher, isso porque está vinculada à ideia da propriedade privada, pode e deve ser transformada e não, necessariamente, extinguida (MARX apud ROCHA, 2012). Considera-se ainda que, por mais que o significado da palavra “revolução” na teoria marxista⁸ seja o processo de rompimento de um sistema sociopolítico-econômico, para este artigo o uso do termo “revolução de gênero” serve para identificar, no curso da história, os avanços dos direitos das mulheres no capitalismo, que visam alterar o padrão patriarcal e transformá-lo a partir da premissa apresentada por Goldstone (1996)⁹ e Losurdo (2004)¹⁰. Tal premissa trata as revoluções como fenômenos complexos

6 MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

7 “Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que delas participam, as teorias políticas jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converterem-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante” (ENGELS, 1985, p.547, grifos do autor).

8 Concepção de um processo histórico e materialmente situado originando conflitos, hierarquias e instituições (ARAÚJO, 2001) e que significa um salto cataclísmico de um modo de produção para o seguinte. Este salto seria provocado por uma convergência de conflitos: entre as velhas instituições e as novas forças produtivas que lutam pela liberdade, e, menos impessoalmente, entre as classes dominante e dominada dentro da velha ordem, e entre a primeira e uma nova classe nascida para desafiar-la, até que, ao nível da revolução socialista, a velha classe explorada e a nova classe dominante fossem a mesma coisa (BOTTOMORE, 1988). Contudo, percebe-se uma flexibilização com relação ao uso deste conceito e seu significado já quando Engels escreve *O papel da violência na história* (1887) ao se referir a unificação da Alemanha feita por Bismark, que não atendia nenhum dos requisitos acima destacados.

9 GOLDSSTONE, Jack A. “Revolução”. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 663-666.

10 LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

e contraditórios, sem um sentido ou direção pré-definida, que podem ter caráter político ou não, podendo ser ou não violentas.¹¹

Hirata (2002)¹² traz a ideia de que a divisão sexual do trabalho é a divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, modulada histórica e socialmente, e tem por característica a atuação dos homens na esfera produtiva, enquanto as mulheres atuam na esfera reprodutiva, apropriando-se os homens das funções com maior importância social. A autora apresenta dois princípios para o plano conceitual da categoria de análise, o da separação e o da hierarquia. O primeiro significa que há trabalho de homens e trabalho de mulheres, ao passo que o segundo trata que o trabalho de homem vale mais que o trabalho de mulher (HIRATA; KERGOAT, 2008)¹³. É importante salientar que, observando a sociedade atual, a divisão sexual do trabalho se modificou, tendo muita plasticidade, variando no tempo e no espaço, tendo inclusive melhorado a condição feminina, mas mantendo a distância entre os gêneros.

Cabe agora conceituar o que seria o trabalho feminino. Segundo Madeleine Guilbert (1966)¹⁴, o trabalho feminino tem as seguintes características: menor intensidade do esforço físico, menor grau de dificuldade ou complexidade, caráter repetitivo mais nitidamente marcado, predominância de tarefas manuais, séries mais longas, necessidade de maior rapidez e caráter mais sedentário. Essa caracterização ocorre devido à feminização do trabalho, que coloca neste fenômeno social características decorrentes das práticas atrelada ao papel da mulher, como o trabalho doméstico e de cuidado. Isso reafirma a dominação de gênero nas atividades sociais, que desloca a mulher para o espaço privado e mantém o homem no público.

Essa relação entre público e privado é importante quando se fala em divisão sexual do trabalho, pois é na esfera pública onde ser humano é visto, ouvido e exerce a cidadania – ou seja, é considerado um ser coletivo (ARENKT, 2005)¹⁵. Portanto, é também nesta esfera que o trabalho produtivo remunerado ocorre, enquanto à esfera privada estão atrelados o trabalho doméstico e o cuidado. Ao

11 Os exemplos são a revolução científica ou revolução cultural, e o que Norbert Elias (2006) discute sobre processos civilizatórios e descivilizatórios e a não necessidade de linearidade e tensão presentes no processo de mudança social.

12 HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?*. São Paulo: Boitempo, 2002.

13 HIRATA, Helena; KERGOAT, D. “Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão”. In: BRUSCHINI, et al. *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

14 MADELEINE Guilbert. *Les Fonctions des femmes dans l'industrie*. Paris; La Haye: Éditions Mouton, 1966

15 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005.

privar a mulher da esfera pública, o homem a torna a primeira escrava do sistema capitalista (ENGELS, 1985), deixando-lhe o trabalho doméstico, que, na maioria das vezes, é não remunerado. A mulher perde, assim, seu direito à cidadania, ao seu lugar no mundo, sendo desvalorizada pelo trabalho que exerce. Esta desvalorização é nociva às relações sociais, porque diz ao homem que ele tem maior valor que a mulher, já que o empregador e o Estado ignoram que a realização das tarefas reprodutivas pelas mulheres (limpar, cozinhar, cuidar das crias e dos idosos) é importante e merecedor de valor. Esse trabalho invisível libera mão de obra para a produção, barateando-a, porque não há o pagamento da força de trabalho feminina pelos serviços prestados, como também desresponsabiliza o poder público, que, por sua vez, não cria mecanismos que prestem serviços como restaurantes, lavanderias e creches populares.

Com o passar das décadas, com a luta feminista e de acordo com a necessidade do mercado, as mulheres foram ocupando vagas no mercado de trabalho produtivo, porém sem serem liberadas do trabalho doméstico. Esta tensão gerou mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres e está “impondo uma agenda de luta por políticas públicas e de mudança dos estereótipos quanto ao papel da mulher” (ROCHA, 2012, p. 58). Este é o fenômeno social que Esping-Andersen (2009) e Peter McDonald (2013) chamam de *revolução incompleta de gênero*.

Segundo Therborn (2015), o patriarcado foi o grande perdedor do século XX, pois ocorreram mudanças globais de forma muito rápida e profunda no que se refere às relações de gênero. Ele endossa que as mudanças nas relações familiares e políticas guardam ligação com os processos sociais e econômicos da sua própria época. Portanto, é necessário que mudanças socioeconômicas aconteçam para que os avanços ideológicos e políticos sejam possíveis. Por exemplo, Therborn vincula o fato do patriarcado ter sido o grande perdedor no século XX devido à secularização do Estado, à maior escolarização e à educação das meninas, às Revoluções, que ocorreram nos momentos supracitados, e para a América do Sul e a África Meridional, graças à democratização nos anos 80 e 90, como sendo as principais mudanças que tornaram viáveis os efeitos da despatriarcalização (THERBORN, 2015, p. 114 e 121). Esta relação de causalidade ganha suporte na teoria marxista já apresentada, que afirma que fatores econômicos não respondem a toda história humana, mas que não é possível desvinculá-los ao se analisar situações que tenham a aparência de uma questão sociocultural (ENGELS apud ROCHA, 2012, p. 44).

A revolução de gênero é considerada, então, incompleta em todos os países do globo, porque ainda existe uma diferença significante entre a divisão igualitária das responsabilidades econômicas na esfera pública e a divisão igualitária dos deveres

domésticos e do cuidado infantil na esfera privada (LAPPEGÅRD, 2017). Afinal, a despatriarcalização ocorreu em alguns âmbitos das relações sociais, enquanto que nas demais as relações de poder de gênero permanecem preservadas. Os avanços aconteceram, de uma forma geral¹⁶, na esfera dos direitos políticos (votar e ser votada) e dos direitos civis (desriminalização do divórcio, legalização da mulher enquanto chefe de família, fim da proibição ou da necessidade de autorização do pai/marido para entrada no mercado de trabalho ou realização dos estudos). A saída da mulher para o mercado de trabalho, impulsionada pela Revolução Industrial, pelas recessões econômicas, pelas Guerras e pela falta de políticas públicas, foi um dos fenômenos sociais mais impactantes para sociedade e para a vida da mulher, porque significou o retorno da “primeira escrava” da sociedade de classes, como se refere Bebel¹⁷, para o espaço público. Contudo, essa participação não foi revertida em uma maior participação do homem no espaço privado, no trabalho doméstico. O impacto disto gerou na vida da mulher aquilo que se chama de jornada dupla de trabalho, em que a mulher, além de cumprir a jornada produtiva de trabalho, cumpre a jornada reprodutiva/doméstica de trabalho. Esping-Andersen (2009) aponta o mesmo de outra forma. Itaboraí (2016) destaca que para ele,

as mulheres experimentam uma “masculinização” de suas biografias mais na esfera do comportamento econômico do que na vida familiar, enquanto os homens não experimentam uma correspondente “feminização” de suas trajetórias que implicaria na dedicação à vida familiar e aos trabalhos domésticos e de cuidado (ITABORAÍ, 2016, p. 218).

Em outros termos, é possível dizer que algumas condições do papel de gênero masculino foram absorvidas pelas mulheres, sobretudo no que se refere ao trabalho e à ocupação do espaço público. Porém, o inverso não ocorreu com os homens, fazendo com que eles não absorvessem algumas condições do papel feminino, como as tarefas domésticas. Muitas estudosas sobre o assunto já vêm denunciando a condição feminina enquanto uma “ prisão ” ao espaço privado, como Juliet Mitchell em *Mulheres: a revolução mais longa* (2006)¹⁸, que relaciona a capacidade de controle da concepção da mulher a esta possuir maior ou menor autonomia do

16 Para fins de análises locais, é necessário considerar a expressiva desigualdade entre mulheres e as suas interseccionalidades (raça e classe) em aspectos como trabalho, violência, contracepção ou acesso à tecnologia (ITABORAÍ, 2016, p. 216).

17 “[...] a mulher foi o primeiro ser humano a ser submetido à escravidão. Ela foi escrava antes que o escravo o fosse” (BEBEL apud SAFFIOTTI, 1976, p. 84).

18 MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Gênero*, v. 7, n. 1, 2006.

espaço privado. Por isso, Simone de Beauvoir (1980)¹⁹ tratava a evolução desta condição no início do século XX como a convergência entre a participação na produção e a libertação da escravidão da reprodução.

Quando se observa o uso do tempo sob uma perspectiva de gênero, percebe-se, num maior ou menor grau, a depender da situação socioeconômica do país e da classe pertencente, que mulheres usam muito mais seu tempo com as tarefas domésticas não remuneradas do que os homens, constituindo o lar um ambiente majoritariamente feminino (*GenuineProgress Index for Atlantic Canada- GPI ATLANTIC, 2000*²⁰; *Australian Bureau of Statistics - AUSSSTATS, 2002*²¹; Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2003²²). Logo, é na esfera privada das casas, nas relações familiares, que ainda se observa o patriarcado atuando, mantendo mulheres com a maior parte, quando não toda, da responsabilidade sobre as tarefas domésticas não remuneradas. Segundo Nathalie Itaboraí (2016), completar a revolução na condição feminina supõe (re)unir seus braços público e privado, a fim de constituir políticas públicas para articular família e trabalho, tratando a questão do cuidado de crianças como bem público. E, para isso, é fundamental entender, conforme apresenta Okin (2008)²³, que a vida pessoal, particularmente das relações entre sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem, tipicamente, sido vista como a face distintiva do político (Itaboraí, 2016). Portanto, não cabe interpretar de forma isolada a vida doméstica, pessoal, da vida política, pública.

Como Simone Wajnman (2016) bem explica, a revolução de gênero se processaria, na primeira fase, com a saída da mulher do lar para o mercado de trabalho, desestabilizando o modelo familiar tradicional que prevaleceu no pós-Guerra do tipo chefe de família/dona de casa (*breadwinner/homemaker*). Antes de tratar deste modelo familiar em específico, é importante frisar que o instituto da família ganha relevância neste trabalho, pois é entendido como o *locus* onde se exerce o trabalho doméstico não remunerado, onde estão os indivíduos para quem a mulher exerce o dever do cuidado.

19 BEAUVIOR, Simone. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

20 GPI Atlantic. Workandlife: balancingpaidwork, unpaidwork, andfree time. Glen Haven, Canadá: *GenuineProgress Index for Atlantic, 2000*. Disponível em: <http://www.gpiatlantic.org/ppt/timeuse/workandlife.pdf>

21 Ausstats. Work – unpaidwork: howcouplesshareddomesticwork. Australian Social Trends 1999, Canberra, Australian Bureau of Statistics, 2002. Disponível em: <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/0/f137bcef980be2caca25699f0005d62d?OpenDocument>

22 OIT. La hora de la igualdad en el trabajo: informe global con arreglo de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo. Ginebra: OIT, 2003. (Conferencia Internacional del Trabajo, 91).

23 OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado, o público e o privado. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

Para a teoria marxista, o conceito de família está profundamente marcado pela obra já citada de Engels (1985):

[...] em que este argumenta que a família burguesa tem seu fundamento material na desigualdade entre o marido e a mulher, com esta produzindo legítimos herdeiros para a transmissão da propriedade em troca de cama e mesa. Engels definiu essa relação como uma forma de prostituição, contrastando o casamento mercenário burguês com o verdadeiro “amor sexual” que podia florescer no seio de um proletariado em que marido e mulher alcançavam a igualdade na exploração resultante do trabalho assalariado (BOTTOMORE, 1988, p. 237).

Deste modo, a família também era pensada através do conceito de classe social, em que a família proletária tinha mais condições de promover a igualdade entre homens e mulheres, sendo a relação de poder entre gêneros algo próprio da ideologia das classes dominantes. Os autores da Escola de Frankfurt aprofundaram o conceito trabalhado por Engels, entendendo-a como “uma instituição social e uma ideologia, a despeito de ter um caráter aparentemente privado” (BOTTOMORE, 1988, p. 238).

Partindo disso, Bourdieu entende a família enquanto sujeito cuja posição central no quadro social das desigualdades impacta, diretamente, nas maneiras em que elas se produzem e reproduzem. Por isso, ela, enquanto um dos dispositivos hegemônicos onde se troca informações para e entre todos os sujeitos, independente de faixa etária (bem como a escola, publicidade, mídia, etc.), transforma-se de acordo com a necessidade das estratégias para reprodução da herança cultural e da naturalização das distinções sociais (CATANI, 2017, p. 196). Pode-se concluir que o surgimento de uma variedade de arranjos familiares ganha sentido com as mudanças no processo de acumulação de capital – industrialização e urbanização (BIROLI, 2014, p. 14), bem como com o advento da defesa da diversidade, enquanto pauta de direitos humanos após o fim da II Guerra Mundial. Apesar de, ao mesmo momento, ocorrer um reforço da importância do formato tradicional de família (chefe de família/dona de casa), enquanto uma reação às pautas feministas da época²⁴, já que família é articulada e difundida enquanto ideologia (BIROLI, 2014, p. 11).

24 “Betty Friedan e Simone de Beauvoir, em meados do século XX, definiram a vida doméstica como uma espécie de escravidão, que restringia as experiências, embotava as faculdades mentais e o senso prático e limitava as competências e os horizontes das mulheres” (BIROLI, 2014, p.88).

No Brasil, verifica-se essa pluralidade de arranjos familiares quando se analisa a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2010.

Há menos famílias constituídas por casais com filhos hoje do que havia no início dos anos 1990. Ao mesmo tempo, aumentaram as famílias constituídas por casais sem filhos e as famílias unipessoais, isto é, as unidades domiciliares formadas por uma só pessoa. Aumenta, também, o número de casamentos e arranjos familiares que se distanciam da norma heterossexual, com casais e pais, formados por pessoas do mesmo sexo. Há hoje cerca de 60 mil indivíduos, no Brasil, que compartilham as responsabilidades pela vida doméstica, com ou sem filhos, com um cônjuge do mesmo sexo (IBGE apud BIROLI, 2014, p. 25).

Essa diversidade dos arranjos familiares, além de se relacionarem atualmente com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e outros fatores, tem uma vinculação histórica que é importante ser levantada. A partir do artigo escrito por Eni de Mesquita Samara (2002), nota-se um Brasil profundamente marcado pela escravidão iniciada com o tráfico de escravos para a produção nos engenhos canavieiros e a exploração das minas de ouro, e também pelo processo de exclusão social pós-abolição dos negros e seus descendentes, fazendo com que a pobreza fosse ganhando cor no curso dos séculos XVIII e XIX.

Este fenômeno social resultou em mescla de raças e separações familiares, fazendo com que mulheres pobres e/ou negras cuidassem dos seus filhos sem um referencial masculino, sendo responsáveis também pelo sustento do lar. Samara (2002) apresenta que a necessidade de trabalhar das mulheres pobres e negras desde antes da pauta feminista pelo acesso ao mercado de trabalho, garantiu que a monoparentalidade e famílias não extensas já existissem e que a família do tipo “tradicional patriarcal” não fosse predominante, conforme resultado da sua pesquisa à época dos 150 anos de Censo Geral do Brasil, que trata de uma comparação dos dados coletados em 1872 e 1996²⁵. Portanto, ao tratar de arranjos familiares, é necessário analisar a trajetória histórica até a atualidade de cada local para entender o seu desenvolvimento, porque, sendo o instituto da família um

25 “Tudo indica, portanto, que ao menos na primeira metade do século XIX, os domicílios de pessoas pobres eram, geralmente, chefiados por mulheres, que contavam com o trabalho da família para a sobrevivência do fogo. [...] Em todos os lares era comum a liderança feminina, organizando as tarefas, gerenciando os pequenos negócios e exercendo o controle da família, o que, sem dúvida, fugia à regra do modelo patriarcal” (DIAS, 1984; SAMARA, 1989 apud SAMARA, 2002).

produto de uma ideologia da classe dominante que é definido pela lei, a definição de um determinado arranjo, enquanto padrão, não necessariamente se relaciona com o que é observado socialmente entre os indivíduos e os grupos sociais.

A escolha da família patriarcal, enquanto padrão, pode ser explicada de diversas formas, mas é importante salientar a que mais obteve respaldo no século passado: a teoria da especialização da família, criada por Gary Becker²⁶ (1976), que levou as análises microeconômicas e a teoria econômica neoclássica²⁷ para o comportamento e a interação humana, sendo um dos seus temas a distribuição do trabalho e a alocação do tempo dentro das famílias. Becker utiliza da teoria econômica do Capital Humano²⁸ para analisar as relações familiares e a sua utilidade para apresentar a eficiência da divisão sexual do trabalho na sociedade. Com base nisso, na teoria neoclássica, no que ela trata por premissas sociais²⁹, o autor entende que família se assimila a uma empresa, sendo sua formação ou dissolução uma questão de utilidade social, posto que a maior ou a menor utilidade varia perante a sociedade e está relacionada à quantidade e à qualidade da produção obtida pela família. Para o autor, a produção de filhos era o que havia de maior valor social na ideia de casamento-empresa, já que isso não era possível de ser comprado, valorizando-se, assim, a relação heterossexual. Deste modo, a mulher tinha o trabalho especializado na reprodução. Posner, McKenzie e Tullock aplicaram à teoria da especialização familiar de Becker o método da economia de escala³⁰, apresentando que a inequidade dos papéis de gênero é aceitável, inclusive

26 Economista estadunidense e professor da Universidade de Chicago, publicou em 1964 o livro *Human Capital*, uma obra de referência nos estudos sobre investimentos na formação dos trabalhadores onde a discussão se amplia com o desenvolvimento da análise sobre a economia da família, utilizando como base do programa de investigação a teoria do capital humano. Em 1976, publicou o livro *The Economic Approach to Human Behavior*.

27 A teoria econômica neoclássica tem por princípio a ideia de que o indivíduo faz as escolhas de suas ações, visando aumentar sua satisfação pessoal, sendo esta representada através de funções determinadas de “funções de utilidade”.

28 Becker define Capital Humano como “la inversión en dar conocimientos, formación e información a las personas; esta inversión permite a la gente dar un mayor rendimiento y productividad en la economía moderna y aprovecha el talento de las personas” (FISHER apud BECKER, 2002, p. 26).

29 Para Becker, duas são as premissas das quais se deve partir para a análise econômica do casamento: i) como ato voluntário que é, um indivíduo somente virá a se casar se o nível esperado de utilidade obtida a partir da formação da união vier a superar aquela operada caso permaneça solteiro; ii) verificando-se que homens e mulheres solteiros competem, entre si, na busca do parceiro adequado, detectável é a existência do chamado “mercado de casamento”, no qual cada indivíduo busca o melhor cônjuge, enfrentando, para tanto, as restrições inerentes ao mercado matrimonial. Ademais, a análise econômica da família parte também da premissa de que as preferências dos indivíduos raramente alteram-se em curto período de tempo, caracterizando-se o mercado matrimonial como relativamente equilibrado no que tange às preferências nele manifestadas, o que vem, assim, a facilitar seu estudo sob o enfoque econômico” (FERREIRA apud BECKER, 1976, p. 206).

30 “Economia de escala é aquela que organiza o processo produtivo visando à máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, procurando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços. Tal noção, aplicada à produção familiar, é também

desejável, pois as diferenças e a especialização de papéis seriam complementares entre eles e diminuiriam o custo da produção.

Em suma, segundo os autores supracitados, homens e mulheres deveriam cumprir um papel social diferente e complementar, entendendo que, destes papéis de gênero masculino e feminino, cada um seria “especializado” em cumprir determinada tarefa, de realizar determinado trabalho. Deste modo, homens ficaram com “saída para caçar” o sustento da família por meio do trabalho produtivo e as mulheres ficaram com o cuidado do lar, das crianças, dos idosos e do marido. Com essa especialização, o trabalho seria mais eficiente, a divisão entre mercado e produção doméstica seria benéfica e isso geraria os ganhos esperados pelos indivíduos que se submeteram a este arranjo familiar, sendo, assim, útil.

Posteriormente, a teoria do capital humano passou a ser um dos motivos para que o modelo familiar “chefe de família - dona de casa” fosse questionado quanto ao padrão social. Tendo em vista que capital humano consiste em conhecimento técnico, com a educação assumindo caráter de investimento e função estratégica na definição dos princípios fundamentais da estrutura social (SAUL, 2004, p. 241), fora possível concluir que as mulheres, ao terem mais acesso à educação, logo, ao capital humano, em especial ao ensino superior, passaram a buscar novos arranjos familiares, que lhes proporcionassem um equilíbrio das atividades, de fato, e não apenas uma falsa noção de igualdade entre homem e mulher³¹.

Com a redução da especialização no interior da família, a qual valorizava e dava suporte ao arranjo familiar tradicional, junto a outros facilitadores burocráticos (como aprovações de lei do divórcio e diminuição dos trâmites cartorários), os divórcios e o arranjo da coabitação passaram a ser mais observados, tornando as famílias mais diversas a partir da década 90 (GOLDANI, 1994) e fazendo cair a taxa de natalidade (CENSO IBGE 2003, 2005, 2006). Estes acontecimentos têm profunda relação com a segunda metade da revolução de gênero que se encontra incompleta e

abordada por McKenzie e Tullock em: MCKENZIE, Richard B.; TULLOCK, Gordon. *La Nueva Frontera de La Economía*. Madrid: Espasa-Calpe, 1980. p. 146.” (FERREIRA, 2013, p. 6944)

³¹ Peter McDonald (2000) apresenta a distinção entre a equidade de gênero e a igualdade de gênero, sendo a segunda a concepção mais facilmente observada bastando comparar os resultados de homens e mulheres em áreas como educação, emprego, salário, participação nos espaços políticos e de poder, saúde e outros. Já a primeira (equidade de gênero) trata sobre as percepções de justiça e oportunidade para cada gênero, podendo os resultados de homens e mulheres variarem a depender se homens e mulheres encaram os resultados como justos ou não tão injustos, e a depender se há equidade de oportunidade ao invés de equidade de resultados, afinal, uma mulher pode obter o mesmo resultado do que o homem, mas quanto menos oportunidade ela possuir, mais difícil será o percurso até esse resultado. Logo, aplicada esta noção de McDonald às relações de gênero no modelo tradicional chefe de família-dona de casa defendida por Becker, pode-se considerar que haveria uma falsa igualdade e que não haveria equidade porque ainda que atingisse os mesmos resultados, as oportunidades oferecidas seriam diferentes devido ao tipo de esfera que cada gênero ocupa.

que atingiu diversas sociedades simultaneamente. A partir daí, para a continuidade das parcerias entre a mulher e o homem, os homens foram chamados a ocupar mais a esfera doméstica para sanar o desequilíbrio nesta, onde as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, mesmo tendo passado a contribuir de forma significante para a vida financeira familiar com seu trabalho remunerado (WAJNMAN, 2016).

Com base nisso, Esping-Andersen e Billari (2015)³² avaliam que um novo equilíbrio na relação homem-mulher é possível desde que parcerias igualitárias sejam desenvolvidas. Destaca-se que esse desenvolvimento é variável de país para país, de sociedade para sociedade. Deste modo, na visão dos autores, a baixa taxa de fecundidade e a generalização dos divórcios poderão ser revertidas, bem como a taxa de participação feminina no mercado de trabalho elevada. Cherlin (2016)³³ e Goldsneider (2015)³⁴ são menos entusiasmados que Esping-Andersen e Billari, porque, como a variação ocorre de país para país, na opinião deles, o processo revolucionário de gênero levará décadas ou até mesmo séculos para ser completado. Wajnman (2016) ressalta ainda que assim como há diferenças entre países, há também diferença entre classes sociais, de modo que os padrões de comportamento são muito díspares, tornando as relações mais igualitárias de gênero um privilégio para os mais ricos e mais educados.

Para esse artigo, o objetivo é entender de que forma essa revolução de gênero atuou no Brasil, em especial no Rio de Janeiro – estado que compõe a região sudeste, a mais rica do país –, sem esquecer-se das suas particularidades, como a escravidão enquanto fenômeno formador da sociedade brasileira, fluminense e carioca. De acordo com Wajnman, o Brasil parece estar estagnado na primeira fase da revolução de gênero, tendo em vista que ainda não há oportunidades iguais para a mulher acessar ao mercado de trabalho, restando a ela o trabalho doméstico ou de cuidado, o subemprego ou o trabalho precário³⁵. A crise econômica, que

32 ESPING-ANDERSEN, G.; BILLARI, F. Re-theorizing family demographics. *Population and Development Review*, v. .41, n. 1, p. 1–31, 2015.

33 Cherlin, A. J. A happy ending to half-century of family change?. *Population and Development Review*, v. 42, n. 1, p. 121-129, 2016.

34 GOLDSCHIEDER, F. BERNHARDT, E. LAPPÉRGARD, T. The gender revolution: a framework for understanding changing family and demographic behavior. *Population and Development Review*, v. 41, n. 20, p. 207–239, 2015.

35 “Subemprego caracterizar-se-ia por uma situação de trabalho em que a produtividade da mão-de-obra seria muito baixa, (...) ou uma renda mensal baixa relativamente aos padrões vigentes ou a dedicação ao trabalho em período mais curto que o normal, normalidade esta dada pelos padrões capitalistas” (AZEVEDO, 1985); e trabalho precário é aquele que o “trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo. Exemplos de trabalho precário incluem atividades no setor informal e empregos temporários no setor formal” (KALLEBERG, 2009).

vem se desenrolando desde 2008, afetou notadamente as mulheres, impedindo o avanço da atividade econômica formal feminina e aumentando os índices de desemprego, subemprego e trabalho precário, se comparado aos mesmos índices do homem (WAJNMAN, 2016, p. 53), em especial para mulheres casadas e com filhos. Isso vai diretamente de encontro à promoção de parcerias igualitárias, em arranjos os quais mulheres e homens tenham as mesmas possibilidades com relação ao seu uso do tempo. Nas pesquisas realizadas sobre o acesso do homem e da mulher ao mercado de trabalho no país, o que se vê é que a vida da mulher é fortemente impactada quando ela possui um cônjuge, filho em idade pré-escolar e/ou um filho em idade escolar. Esse impacto é negativo, pois diminui as chances dela participar do mercado de trabalho em trabalhos que não sejam precários, ou não sejam jornadas parciais, ou ainda não sejam autônomos. O “custo-marido” e o “custo-filho” afetam inclusive o salário dessas mulheres, chegando a uma redução de até 32% do salário-hora da mulher, enquanto apenas 21% do salário-hora do homem são afetados (WAJNMAN, 2016, p. 54).

No que se referem ao trabalho doméstico não remunerado, as pesquisas são mais surpreendentes. Quando a mulher ainda é filha em uma família, ela é mais penalizada a exercer esse tipo de trabalho do que o homem, atingindo a marca de 8 horas semanais a mais do que os homens. Quando ela passa a morar sozinha e é a referência em seu domicílio, e não possui filhos, há uma redução de uma hora de trabalho semanal. Quando passa a haver um cônjuge, o uso do tempo para a mulher no trabalho doméstico atinge 14 horas de trabalho semanal; e quando há a combinação cônjuge e filho(s), o uso do tempo para trabalho doméstico não remunerado atinge a marca de 19 horas semanais. Ser mãe solteira e estabelecer um arranjo familiar monoparental abaixa o gasto desse tempo, se comparado ao último resultado. Porém, não se pode afirmar se isso ocorre devido à necessidade de um trabalho remunerado ou porque há, de fato, uma melhor divisão do trabalho doméstico com outros integrantes da família. A autora ainda elenca as particularidades do país, como o fato de ser fácil terceirizar parte do trabalho doméstico à outra pessoa, em especial outra mulher (WAJNMAN, 2016, p. 55).

Na análise feita por Regina Madalozzo, Sergio Ricardo Martins e Ludmilla Shiratori (2010), que utilizou os dados da PNAD de 2006, as mulheres que possuem maior nível educacional e são casadas conseguiriam mais ajuda do seu cônjuge do que as menos escolarizadas. E, provavelmente, os maridos mais bem educados teriam a noção de que é necessário que ele, mesmo sendo homem, deveria contribuir no trabalho doméstico. É importante salientar que no Brasil o aumento do grau de educação implica em provável aumento de renda, ou seja, há a influência do

pertencimento de classe. Outra característica que foi observada por estes autores é a de que a mulher que trabalha fora de casa e contribui para a renda familiar tem mais poder de barganha, ou seja, a capacidade de influenciar nas decisões da casa, tendo, inclusive, maior efeito na busca pela divisão equânime na participação no trabalho doméstico do que a de menor educação/poder intelectual (MADALOZZO, 2010, p. 558). No Brasil, vale destacar que a grande causa das desigualdades de oportunidades se dá em função do papel de cuidadoras atribuído e cumprido, majoritariamente, pelas mulheres, mesmo com a taxa de fecundidade em declínio. Contudo, esse fenômeno não é homogêneo. A dimensão de classe ganha relevância, por exemplo, porque uma mulher de classe mais alta pode contratar uma empregada doméstica e, dessa forma, conciliar melhor o espaço público e privado, ao passo que uma mulher de classe mais baixa se dedica mais ao trabalho doméstico e ao cuidado (WAJNMAN, 2016, p. 57).

Para Itaboraí, a revolução incompleta de gênero nas famílias brasileiras se dá nas manutenções das diferenças com relação: ao tempo gasto por homens e mulheres adultos no trabalho doméstico e no remunerado; a quem cuida das crianças pequenas e quantas têm acesso a creches e pré-escolas; à socialização dos filhos quanto aos usos do tempo em trabalhos domésticos e remunerados. Então, se homens gastarem menos tempo com trabalho doméstico não remunerado do que as mulheres e não serem os primeiros responsáveis pelo cuidado de crianças pequenas, as famílias com menor poder aquisitivo têm pouco ou não têm acesso a creches e pré-escolas. Isso acaba por incentivar que as mulheres cumpram dupla jornada de trabalho ou abduquem do trabalho remunerado para realizar o trabalho de cuidado. Existir diferença entre a divisão de tarefas entre filho e filha, sendo a última incumbida de gastar seu tempo com trabalho doméstico em maior grau do que o primeiro, trata de fenômenos sociais que denotam a revolução incompleta de gênero, que variam ao observar a classe a qual a família pertence. Essas diferenças são mantidas mesmo com o engajamento profissional feminino estando próximo do masculino, como observado nos últimos anos, e muito se relaciona com a rejeição da identidade de dona de casa ou, pelo menos, com a crítica social da dedicação exclusiva ao trabalho doméstico (ITABORAÍ, 2016, p. 101).

Bruschini e Ricoldi (2012)³⁶ apontam que o trabalho doméstico feito pelos homens é considerado uma “ajuda”, pois, além do entendimento de que essa é uma função feminina, a participação deles é condicionada pela sua jornada de trabalho

³⁶ BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos feministas*, v. 20, n. 1, jan./abr., p. 259-287, 2012.

remunerada. Identificam ainda que, quanto maior a escolaridade do homem, mais ele dedica seu tempo ao trabalho doméstico, ao passo que, quanto maior a escolaridade da mulher, menos ela o faz, e a dedicação deste tempo cai quanto maior a renda, levantando a possibilidade de contratação de empregada doméstica. Sorj (2004)³⁷ aponta que mulheres casadas dedicam mais o seu tempo ao trabalho doméstico que os seus cônjuges, mesmo que uma ampla maioria delas concorde que a divisão das tarefas devesse ser igualitária. Complementar a essa análise, Araújo e Scalon (2005)³⁸ apresentam que os valores acerca da igualdade de gênero e da prática com relação a divisão sexual do trabalho são dissonantes. Primeiro, porque, apesar do modelo tradicional familiar “homem provedor e mulher cuidadora” ser questionado, o trabalho feminino é entendido como auxiliar. Segundo, porque a maioria dos homens apenas realizava atividade doméstica quando eram necessários pequenos consertos do ambiente doméstico. Terceiro, porque não há entre as mulheres o sentimento de injustiça sobre realizarem mais o trabalho doméstico do que os homens, revelando a naturalização deste papel de gênero.

Essa naturalização também é observada quando se analisa a socialização dos filhos e filhas no que se refere ao trabalho doméstico não remunerado. Além da desigualdade de realização desse trabalho entre gênero nessa faixa etária, é possível induzir que “o modelo idealizado de infância integralmente dedicado ao estudo e ao brincar não está disponível a todos” (ITABORAÍ, 2016, p. 126), ou seja, que os filhos da burguesia tendem a serem dispensados da realização das tarefas domésticas, o que favorece a manutenção da desigualdade de classe, já que acabam liberados para investir este tempo em atividades que lhes garantam maior capital humano. Itaboraí (2016, p. 122) traz no seu estudo a análise de Neves (1982)³⁹, onde é mostrado que os filhos das classes mais baixas são considerados independentes mais cedo, se responsabilizando pelos irmãos e pela casa, nos casos em que as dificuldades financeiras levam a mãe a exercer o trabalho remunerado. E que, nas camadas onde não se tem acesso pleno a creches e pré-escolas e não há a possibilidade de contratação de emprego doméstico, é construída uma rede de solidariedade entre parentes femininas e vizinhas para que a criança não fique sem cuidado.

37 SORJ, B. “Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado”. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; DE OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

38 ARAUJO, Clara. SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/ FAPERJ, 2005, 304p.

39 NEVES, D. P. “Nesse terreiro, gallo não canta”. In: Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais, 6, 1982, Friburgo.

Itaboraí (2016) ainda apresenta a pesquisa de Whitaker (2002), onde foram observadas diferenças no lazer de meninos e meninas e mães e pais, indicando que as crianças observam essas diferenças não como algo sofrido para mãe e para menina, mas como algo prazeroso para ambas⁴⁰. Foi observado também que meninos são recrutados mais cedo para o mercado de trabalho do que as meninas, indicando também aquele valor do homem provedor, e que as meninas permanecem mais tempo estudando, sendo uma via para ascensão e transformação da condição social. Contudo, o que seria um bônus é percebido também como ônus, já que esse incentivo ao estudo se dá para, no final, ocupar vagas em trabalhos com baixa exigência de especialização e dedicação de tempo, e não disputar com homens pelas vagas de trabalhos com características opostas e, também, mais bem remunerados, como afirma England (2010)⁴¹. Isto leva as mulheres a dois caminhos: ou assumir os trabalhos domésticos e aceitar a pouca oportunidade ou retardar o casamento e a fecundidade, em prol da ascensão profissional e da busca por maiores oportunidades (ITABORAÍ, 2016, p.129).

Estes pontos apresentados são cruciais para entender o porquê da relevância de se estudar a transgeracionalidade pela perspectiva de gênero e a influência do processo de socialização na cristalização da diferenciação dos papéis de gênero, atribuindo à mulher uma condição para realização de um tipo de trabalho. E, junto a isso, é fundamental considerar que mudanças na composição da população podem afetar essa transgeracionalidade, como mudanças na renda, a escolaridade, o capital social e a herança cultural.

A TRANSGERACIONALIDADE DO PAPEL DE GÊNERO, SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL SOCIAL E A HERANÇA CULTURAL

Como já foi abordado, o gênero e a condição feminina são categorias sociais, nas quais a primeira denota uma relação de poder hierárquica entre homens

40 Esta redação impressiona pela descrição de todas as tarefas que a menina e a mãe faziam aos domingos arrumando casa, limpando quintal, fogão, geladeira! A menina descreveu, ainda, com muita alegria, um domingo em que a casa se encheu de parentes. Feliz por brincar com os primos, ela não reclama, ao contar como o pai ordena que pegue o guaraná que estava na geladeira: "Vai logo, menina, não demora". E a casa cheia de meninos! Na hora de arrumar a "bagunça", as meninas são recrutadas. A menina descreveu a cena com muita graça: "Meus primos e meus irmãos falaram – vem logo 'hein' para nós acabarmos de brincar. Minha mãe e minha tia falaram *Vocês vão limpar a cozinha*". As meninas estavam em geral muito conscientes da necessidade que as mães têm de descansar. Era um padrão recorrente no conjunto das redações das meninas. Mas nunca propunham que os meninos ajudassem. Mostravam-se então ansiosas por aliviar a carga da mãe sem lamentarem a própria carga decorrente (WHITAKER, 2002, p. 18-19 apud ITABORAÍ, 2016, p. 128; grifos colocados).

41 ENGLAND, P. The gender revolution: unever and stalled. *Gender & Society*, v. 24, n. 2, p. 149-166, 2010.

e mulheres, ao passo que a segunda é um conjunto de aspectos que formam o universo das mulheres (RAMOS, 2011). Essa hierarquização dos corpos, que organiza as obrigações dos indivíduos de ambos os gêneros, determina os seus papéis sociais. Logo, gênero é um efeito de todo um discurso em torno da anatomia e não algo limitado a ela (PINTO apud RAMOS, 2011). A condição feminina decorre deste efeito, em que se identifica a submissão, a desvalorização e a dependência da mulher pelo e ao homem, cabendo a ela o papel de esposa e mãe, restrito ao ambiente privado (RAMOS, 2011). Como gênero é uma categoria social, ele pode ser aprendido e passado às gerações posteriores, resultando na manutenção das diferenças entre homem e mulher (DINIZ apud RAMOS, 2011). Por isso, podem ser transgeracionais, ou seja, podem ser passados de uma geração para outra através das relações familiares, tendo em vista que, como já foi observado no capítulo anterior, a família moderna é o local das trocas afetivas, primeiro espaço de socialização das crianças, sendo o núcleo socializador dos indivíduos (RAMOS, 2011).

A transgeracionalidade ocorre através da transmissão de material de ordem subjetiva intra e interpsíquicamente entre os membros de uma família, de forma que esse material acaba ultrapassando as barreiras do indivíduo (RAMOS, 2011). Em suma, é aquilo que é transmitido, que perpassa a história da família, e que se mantém presente ao longo das gerações. Essas transmissões transgeracionais familiares são responsáveis pela forma como o sujeito se posiciona na família e na sociedade (CARRETEIRO; FREIRE apud RAMOS, 2011). Logo, se uma pessoa age de determinada forma, é importante analisar suas gerações anteriores para historicizar a conduta e saber de onde se desencadeou tal comportamento. Por exemplo, quando uma mulher acredita que seu dever é com o trabalho doméstico e com o cuidado, é importante buscar a herança cultural e sócio familiar recebida por ela para entender o porquê da própria (ou, até mesmo, o determinado grupo social, no qual está inserida) encarar o papel de gênero e a condição feminina.

Delamôra (2003)⁴² argumenta que a confluência de conteúdos carregados de significados ocorre principalmente na tríade mãe-vó-filha, porque cabe às mulheres na sociedade moderna a educação dos filhos, sendo agentes da transmissão dos papéis de gênero. É importante ressaltar que cada geração tem sua especificidade, agregando valores, culturas e padrões de comportamento, e não é uma cópia exata da geração anterior. Desta forma, é interessante também para esta análise buscar entender o que faz a geração mais nova não seguir determi-

⁴² DELAMÔRA, M. M. *Narrativas de mulheres trabalhadoras: mudanças e permanências nos significados sobre o ser mulher*. Dissertação de mestrado publicada, Programa de pós-graduação em Psicologia. Universidade de Brasília: 2003.

nadas opiniões e atitudes da geração mais velha (DELAMÔRA apud RAMOS, 2011, p. 20). Logo, é no instituto da família que ocorre o fenômeno da transgeracionalidade, responsável pela estruturação do núcleo da família e pela perpetuação de valores, crenças, legados, heranças sociais, com o objetivo de transmitir para os filhos e/ou filhas uma estrutura social que lhes permitam um melhor desenvolvimento. Por isso, como apresentam Wagner e Fackle (apud BOTTON et al, 2015), há pais que repassam aos seus filhos tudo o que aprenderam, enquanto outros se empenham em ensinar novos valores. Contudo, invariavelmente, determinadas vivências da família de origem são repetidas. Isso é o que caracteriza a complexidade do fenômeno da transgeracionalidade, pois não é um processo de causa e efeito, mas sim uma relação permanente entre variáveis que se cruzam e se complementam (BOTTON et al, 2015, p. 49).

Rocha-Coutinho (apud CAMPOS; MOURA, 2014) concorda e frisa que a família é um espaço de coexistência de diferentes gerações, onde o diálogo entre várias visões de mundo específicas, incluindo visões familiares específicas de cada geração pode ocorrer. A literatura da área supracitada nos traz uma informação importante para justificar uma das variáveis deste trabalho. O aprendizado transgeracional tem maior influência quanto mais novo for o indivíduo. Logo, é na infância que se desenvolve o *habitus* primário, que consiste, segundo Gomes (apud BOTTON et al, 2015, p. 50), no processo de aprendizado de valores e crenças que influenciam os modos de se comportar, ser e viver das crianças, desde as suas primeiras interações no mundo ou até antes do seu nascimento.

O autor completa apresentando que esse aprendizado se dá no seio familiar de forma natural e permite que as crianças começem a construir características de sua personalidade, como gostos, aspirações, autoimagem e autoestima, dando base para o aprendizado dos *habitus* secundários, que se relacionam com a percepção de todas as experiências da vida do indivíduo, como as que se referem ao gênero.

Logo, é na família que se aprende a noção de gênero binário, os quais possuem seus papéis pré-determinados. E, considerando que crianças tendem a imitar mais aos seus iguais do que aos de outro sexo, esta noção é reforçada, reafirmada e referendada, sendo, assim, perpetuada no espaço privado e no espaço público (FLERCK; FALCKE; HACKNER; GOMES; KELLER; WAGNER apud BOTTON et al, 2015).

Isso quer dizer, para este trabalho, que mulheres que, ao se tornarem mães, exercem trabalho fora do lar ou, pelo contrário, exercem trabalho doméstico não remunerado, e, assim, permanecem até os filhos completarem 14 anos – idade considerada fim da infância –, geram um aprendizado de *habitus* primário. Este conceito será explicado mais à frente, criando um referencial para a criança do

que é o papel de gênero feminino e sua condição e influenciando o aprendizado seguinte quanto à sua própria vivência com relação ao gênero. Por isso, uma característica de análise importante é se a mãe da unidade de análise exerceu atividade remunerada antes da mesma completar 14 anos, porque, como afirma Bozon (2004)⁴³, o mais importante na transmissão geracional dos papéis de gênero são as práticas realizadas pelos pais em seu cotidiano e que são observadas pelas crianças, e não a regra dita.

Não obstante, estes elementos trazidos pela Psicologia Social, também são estudados na Sociologia⁴⁴, considerando o tema da transgeracionalidade através do conceito de herança familiar, o qual posiciona o indivíduo enquanto filho e membro de conjunto familiar, somando-se ao conceito de herança cultural⁴⁵, uma vez que o indivíduo é encarado enquanto sujeito inserido em determinado meio social que transmite bens culturais que podem ser acumulados. Pierre Bourdieu é o autor que mais produziu e trabalhou com estes conceitos e é através do seu conceito de *habitus* que será explicada, sociologicamente, a relação entre gênero, condição da mulher e papel feminino, além da transgeracionalidade. O *habitus* corresponde à posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir. Logo, o conceito traduz estilos de vida, julgamentos políticos morais e estéticos; é um meio de ação individual ou coletiva (VASCONCELLOS, 2002, p. 79).

Dentro deste conceito, há a noção de capital e seus tipos. O autor o divide em três: econômico (poder aquisitivo), social/familiar (rede de relações sociais) e cultural (diploma, etiqueta). Essa classificação permite que tenhamos instrumentos teóricos para notar e analisar as distinções que existem entre os indivíduos nas suas relações sociais. Vale ressaltar que os capitais são passíveis de terem a quantidade e a qualidade dos recursos analisadas e de poderem ser observados na relação social através da manifestação do indivíduo que questiona o acesso aos recursos de posse do outro (PORTES, 2000, p. 135). O capital social requer tanto investimento do capital econômico quanto dos recursos da rede de relações sociais, sendo “o agregado de recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”

⁴³ BOZON, M. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁴⁴ Obras relevantes para a temática da transgeracionalidade na Sociologia são a *Sociologia da Família*, de Segalen, publicado em 2002, e *O Poder Simbólico*, de Pierre Bourdieu, publicado em 1989.

⁴⁵ “[...] constitui um dos organizadores do programa de pesquisa encarregado de examinar as condições que presidem a permanência e a mudança social. [...], a noção permitiu mostrar que a reprodução social nas sociedades contemporâneas não dependia apenas da transmissão de bens materiais de uma geração para a outra, mas estava subordinada cada vez mais à transmissão de um patrimônio cultural.” (CATANI, 2017, p. 217)

(PORTES, 2000, p. 134), em que “os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possível” (PORTES, 2000, p. 135). Por isso, o autor considera que o apoio familiar e da escola no desenvolvimento da criança são fundamentais para traçar o caminho individual dela, porque é nessa fase, segundo a psicologia social, que a criança internaliza normas de reciprocidade social, de disciplina e de conformidade, ou seja, acumula capital social e cultural, sendo assim o momento em que o *habitus* se consolida com maior incidência. Outro conceito importante é a violência simbólica, que é o mecanismo que naturaliza para os indivíduos as representações e as ideias dominantes, e é realizada pelas instituições atreladas à estrutura e pelos seus agentes, tendo por base o princípio do exercício da autoridade. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação)” (BOURDIEU, 2002, p. 46).

A partir desses três conceitos (*habitus*, capital social/familiar e violência simbólica), na obra *O Poder Simbólico*, Bourdieu (2002) apresenta que as condições da participação social estão atreladas à herança cultural. Esta expressão basicamente consiste no acúmulo de bens simbólicos, como o capital social/familiar e cultural, ou seja, o acúmulo do que seria o *habitus*. O acúmulo deste *habitus* pelo indivíduo se daria pela socialização e o faz elaborar a sua trajetória, se reproduzir socialmente, sem esquecer que há interferência da ação dos agentes e das instituições, que buscam preservar as funções sociais através da aplicação da violência simbólica exercida contra os indivíduos.

Entendendo, então, as relações de poder entre indivíduos como uma categoria de dominação, com base na socialização de acordo com o capital cultural e social acumulados, que se apoia no princípio de reprodução social, e que estas não acontecem necessariamente no campo⁴⁶ econômico, e por isso não possuem as mesmas regras de organização ou de hierarquia social concebidas por Marx (conceito de classe social), Bourdieu, ao analisar o conceito de gênero em *A Dominação Masculina*, publicado originalmente em 1998, apresenta que a ideia de feminino e masculino foi construído como outros binômios de diferenciação naturalizados a fim de legitimar um padrão subjetivo de ordem masculina (LAZDAN et al, 2014). A divisão sexual dos corpos, em que as características atribuídas ao homem são enaltecidas e aquelas destinadas à mulher são desqualificadas, foi fundamental para fragmentar a sociedade e garantir monopólio de determinadas atividades

46 “A noção de campo representa para Bourdieu um espaço social de dominação e de conflitos. Cada campo tem uma certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social” (VASCONCELLOS, 2002, p. 83).

sociais a uma parcela da população. Ele apresenta que o padrão subjetivo, naturalizado através da relação *habitus*-violência simbólica, também é influenciado pelas instituições, como escola e mídia (estruturas objetivas). Desse modo é difícil a libertação dessa submissão, porque não depende única e exclusivamente da tomada de consciência, mas pelo fim dos mecanismos que sustentam as estruturas e perpetuam a sua reprodução, “com uma transformação radical das condições sociais de produção de tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (BOURDIEU, 2002, p. 53).

Dessa forma, não é suficiente uma mulher emancipar-se individualmente ou tomar consciência da opressão sexual que sofre, se os mecanismos das estruturas sociais permanecerem inalterados. Para tal, é relevante trazer a perspectiva da divisão sexual do trabalho, tendo em vista que a produção/mercado são estruturas sociais, e que essa divisão foi a balizadora para definir quem ocupa o espaço público e quem ocupa o espaço privado. Logo, ele confirma a conceituação já apresentada neste trabalho, cuja descrição de gênero se dá por uma relação de poder construída a partir das relações sociais entre indivíduos em que o trabalho estrutura e é estruturante da socialização dos mesmos (*habitus*), influenciando, objetivamente, essas relações que fragmentam a sociedade em duas classes sexuais. Confirma ainda que a relação hierárquica do gênero é aprendida desde o início da vida social do indivíduo e também pode ser reproduzida e transmitida através do emprego da violência simbólica. Deste modo, a família, a Igreja e a escola instituições que precisam ser alteradas para que o *habitus*, com base na ordem masculina, seja afastado do padrão subjetivo social.

TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO ENQUANTO HERANÇA CULTURAL ENTRE MÃES E FILHAS: HÁ UMA RELAÇÃO TRANSGERACIONAL DO PAPEL DE GÊNERO E DA CONDIÇÃO FEMININA?

A revisão de literatura realizada anteriormente dá suporte teórico às hipóteses levantadas: “(1) quando a mãe trabalha fora enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora”, e “(2) o nível educacional da filha é sempre maior do que o da mãe”. Estas serão verificadas empiricamente neste item, pois entende-se que o *habitus* ocorre primeiramente dentro da família, local onde indivíduos de diferentes idades se relacionam intergeracionalmente, e que essa instituição possui relação intrínseca com a divisão sexual do trabalho, que constituiu o que hoje é entendido como papel de gênero e condição feminina, e, logo, pode ser transmitido através da socialização.

Para tal, utilizou-se os dados coletados pela pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”, sob a organização de Clara Araújo e Andréa Gama, que foi realizada entre 2013 e 2014, através de uma amostra probabilística representativa da população do Estado do Rio de Janeiro. O propósito da pesquisa foi “retomar investigação pioneira, na sua natureza e na amplitude de informações, aplicada no Brasil pela primeira vez no ano de 2003” (ARAÚJO; GAMA, 2017), pelo International Social Survey Programme (ISSP), um consórcio internacional de centros de investigação. Essa pesquisa:

tratou, portanto, de coletar elementos que permitissem compreender os traços atuais que ajudam a estruturar o espaço genericamente definido como família e a articulação dos seus membros com dinâmicas e experiências nas atividades remuneradas, tendo por mediação e questão central as relações de gênero. (ARAÚJO; GAMA, 2017, p. 11, grifos das autoras).

O recorte territorial se deu sob o entendimento de que o estado do Rio de Janeiro é “considerado um dos mais desenvolvidos e detentor de trajetória cultural mais aberta em comparação aos outros estados do país” (ARAÚJO; GAMA, 2017, p. 11), não impedindo que a análise dos dados contribua para refletir sobre a realidade regional, a dicotomia do Brasil urbano e rural e das características no âmbito da América Latina.

A pesquisa foi feita a partir de um *survey*, por amostra familiar, representativo da população do estado do Rio de Janeiro acima de 18 anos, e foi probabilística e aleatória. Foram definidos três estágios de seleção com aplicação do questionário com 57 perguntas em 10 municípios. O primeiro estágio definiu e organizou os municípios em quatro estratos conforme o tamanho da sua população informado pelo Censo 2010 através da probabilidade proporcional aos seus tamanhos (PPT). O segundo estágio selecionou os setores censitários dentro dos municípios selecionados através de sorteio aleatório simples, sendo também proporcional ao tamanho da sua população. O terceiro e último estágio selecionou 20 domicílios dentro de cada setor censitário escolhido através do método das rotas aleatórias e, em cada domicílio, o questionário foi aplicado ao morador maior de 18 anos com data de aniversário mais próxima ao momento da entrevista. O total da amostra final foi de 1198 entrevistados⁴⁷. Deste total, 672 entrevistas foram feitas com mulheres,

⁴⁷ As autoras informam nas notas metodológicas que o banco de dados foi expandido de 1000 entrevistas para 1198 e ponderado pelo produto dos dois pesos para corrigir discrepâncias em

das quais 76% se declaram pardas ou brancas, 51,9% eram casadas, 42,3% têm por religião o catolicismo romano, 39,9% têm ensino fundamental completo e incompleto, 36,8% estão empregadas em um trabalho assalariado, sendo que (56,9%) trabalham mais de 40h. 87,8% das mulheres entrevistadas não estudam e possuem renda individual e total mensal de até dois salários-mínimos (60, 9% e 41%, respectivamente).

Dos cinco blocos de questões que pautaram a investigação, foram produzidas duas hipóteses a serem verificadas. A primeira questiona se há alguma relação entre a mulher entrevistada que se dedica ao trabalho fora do lar e o fato da sua mãe ter trabalhado fora durante o período da infância da entrevistada. Já a segunda levanta se é possível existir alguma relação entre o maior nível educacional da entrevistada em comparação com o de sua mãe. Por isso, interessa a este trabalho as seguintes variáveis referentes às 672 mulheres entrevistadas: a caracterização socioeconômica da entrevistada e as informações sobre escolaridade e trabalho da mãe da entrevistada, para extrair seus valores, atitudes e percepções sobre os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho (ARAÚJO; GAMA, 2017).

A variável “a senhora trabalha fora atualmente?” foi construída de duas formas. Igual a 1, que indica presença do trabalho fora, composta pelas categorias empregada, não está trabalhando, mas tem trabalho e está procurando emprego ativamente. E igual a 0, que indica ausência do trabalho fora, foi composta pelas categorias estudante, se dedica aos afazeres de sua casa, é aposentada ou incapacitada permanentemente para trabalhar, e não trabalha e não está procurando emprego. Com isso, essa variável pode ser mais facilmente trabalhada em correlação com outra variável “desde que a senhora nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora por pelo menos um ano?”.

As hipóteses “(1) quando a mãe trabalha fora enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora” e “(2) o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe” foram respondidas a partir da análise dos dados já apresentados através do método da correlação Chi-quadrado.

Para a hipótese (1), a tabela 1 apresenta a frequência das variáveis “Desde que a senhora nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora por pelo menos um ano?” e “A senhora trabalha fora atualmente?”, bem como a estatística Chi-quadrado de correlação entre as duas variáveis.

dimensões importantes. Por isso, o número total da amostra, apresentado nas tabelas baseadas nos percentuais encontrados, pode variar entre 1197 e 1999 respostas.

Tabela 1. Tabela de frequência das variáveis “Desde que o(a) Sr(a) nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora por pelo menos 1 ano?” e “A senhora trabalha fora atualmente?”

		A senhora trabalha fora atualmente?		Total
		Não	Sim	
Desde que a senhora nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora?	Não	146	81	227
	Sim	64,3%	35,7%	100,0%
		178	240	418
		42,6%	57,4%	100,0%

Pearson Chi-quadrado 27,79, para 1 grau de liberdade, significante ao nível < 0,01.

Fonte: Dados obtidos no banco de dados da pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”, 2017.

A análise da tabela 1 ilustra a correlação positiva (Chi-square 27,79, significante ao nível 0,01%) entre as duas variáveis. Mostra que, enquanto 57,4% das mulheres, cujas mães trabalharam fora durante sua infância, trabalhavam no momento da coleta de dados, apenas 35,7% das mulheres cujas mães não trabalharam fora durante sua infância, declararam atuar no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, 64,3% das mulheres, cujas mães não trabalharam durante sua infância, também estavam fora do mercado de trabalho no momento da coleta de dados.

Já para hipótese (2), a tabela 2 apresenta o resultado da aplicação do método correlação Chi-quadrado entre as variáveis “Grau de escolaridade da entrevistada” e “Grau de escolaridade da mãe”.

Tabela 2. Tabela de frequência das variáveis “Grau de escolaridade da entrevistada” e “Grau de escolaridade da mãe”.

		Grau de escolaridade da mãe				
		Menor que fundamental completo	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo	Total
Grau escolaridade da entrevistada	Menor que fundamental completo	149	11	3	0	163
		91,4%	6,7%	1,8%	0,0%	100,0%
	Fundamental completo	70	17	11	2	100
		70,0%	17,0%	11,0%	2,0%	100,0%
	Médio completo	112	37	42	6	197
		56,9%	18,8%	21,3%	3,0%	100,0%
	Superior completo	42	20	20	13	95
		44,2%	21,1%	21,1%	13,7%	100,0%
Total		373	85	76	21	555
		67,2%	15,3%	13,7%	3,8%	100,0%

Pearson Chi-quadrado 97,8, para 9 graus de liberdade, significante ao nível < 0,01.

Fonte: Dados obtidos no banco de dados da pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”, 2017.

A correlação positiva (Chi-square 97,8, significante ao nível 0,01%) entre a escolaridade da filha e a escolaridade da mãe é facilmente observável na tabela 2. Por exemplo, 91,4% das entrevistadas que não haviam completado o Ensino Fundamental, declararam que suas mães também não haviam completado Ensino Fundamental.

Portanto, é possível afirmar que há uma correlação entre os níveis educacionais de mães e filhas, confirmando a tendência de que os pais buscam sempre que seus descendentes alcancem níveis educacionais maiores que os deles. É possível afirmar também que existe uma relação significativa entre as mães que trabalham fora no período da infância de suas filhas e as filhas a realizarem o mesmo no momento da entrevista, bem como o inverso: filhas que não estão trabalhando fora e suas mães que não trabalharam fora no período da infância delas.

CONCLUSÃO

Observou-se com a análise realizada neste artigo que o conceito do *habitus* construído por Bourdieu, enquanto processo de socialização e de acúmulo de capital social, familiar e cultural, que distinguem os indivíduos ainda que estejam em uma mesma classe socioeconômica, junto de categorias e conceitos marxistas de trabalho, divisão social/sexual do trabalho, e ao método materialista histórico e dialético são instrumentos úteis para entender sociologicamente as mudanças ocorridas nas relações de poder de gênero, na família e no trabalho doméstico não remunerado. Como afirma Sorj (2000), é impossível estudar o trabalho isoladamente sem compreender a família e outros critérios que estão atrelados à subjetividade humana, como a cultura e a política. De igual forma, fica a análise deficitária quando se analisa apenas o caráter da identidade do problema e não as problemáticas apresentadas pelo campo econômico.

A expressão “revolução incompleta de gênero” cumpre o papel de ser a baliza histórica das lutas feministas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, porque apresenta todos os fenômenos sociais e institucionais gerais que ocorreram ao longo do século passado e impactaram em maior ou menor grau a vidas das mulheres em diferentes partes do mundo. Essa expressão ainda confirma a ideia de que as relações de gênero são relações de poder iniciadas no campo do trabalho, que hierarquizam os sexos e constroem papéis sociais e espaços sociais de acordo com seus corpos biológicos, e que não têm perspectiva de serem extinguidas neste sistema de estruturas capitalistas, porque, ao longo do século, ocorreram mudanças nas relações de trabalho que repercutiram “no cotidiano e na estrutura

das famílias, mas não no funcionamento das estruturas de poder e desigualdade entre homens e mulheres” (STELMACHUK, 2012, p. 47).

Por fim, a partir da análise das fontes bibliográficas, observou-se que mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, o fato das mulheres historicamente ocuparem o espaço privado tornou-se condição do “ser mulher” e o trabalho doméstico não remunerado, junto ao cuidado, parte do que é o papel do gênero feminino. Constata Stelmachuk (2012) que a vida das mulheres se estende para além do trabalho, sendo elas sujeitos que são também do trabalho e não como os homens, que têm o trabalho como fator constitutivo predominante da sua subjetividade. Isso acaba por definir características subjetivas, a fragilidade para as mulheres e a virilidade para os homens, por exemplo, já que o aspecto frágil/sensível é necessário para aquele sujeito que exerce o cuidado, assim como o aspecto viril/implacável o é para aquele que desbrava o espaço público.

Essa naturalização incentivada pelas estruturas socioeconômicas é garantida pelo processo de socialização que Bourdieu chama de *habitus* e é transmitida no seio da família, na escola, pela mídia, entre outros. Portanto, é possível concluir que a revolução de gênero permanecerá incompleta (podendo inclusive retroceder) e as mulheres serão alvo de violência, simbólica ou não, enquanto o trabalho doméstico não remunerado não for redividido entre os componentes familiares independente do gênero, não houver políticas públicas abrangentes neste sentido e se as empresas não constatarem que valorar este tipo de trabalho faz parte da construção de uma sociedade mais justa, tendo em vista “o trabalho como prática de sociabilidade [que] estrutura direitos e deveres acordados coletivamente” (STELMACHUK, 2012, p. 55, adaptado).

No que se refere à análise empírica, as hipóteses de que “(1) quando a mãe trabalha fora enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora”, e “(2) o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe” foram confirmadas com os dados utilizados. Observou-se que a maioria de mulheres que na sua infância tiveram mães que trabalharam fora também o fazem e que, em todos os níveis educacionais, a maioria das filhas tem seu nível de escolaridade maior que o da sua mãe.

Contudo, estes dados utilizados não permitem que seja analisado o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado pelas mães das entrevistadas, ao passo que também saíram do lar para trabalhar. Isso deixa em aberto entender quais são as motivações que levaram as entrevistadas a não estarem naquele momento trabalhando fora, ao passo que suas mães trabalharam fora no período da infância delas, não podendo afirmar categoricamente, a partir deste banco de

dados, se o trabalho doméstico não remunerado é uma herança cultural ou não. Também é necessário salientar que os dados utilizados foram coletados entre 2013 e 2014, momento em que o Brasil vivia uma expressiva expansão educacional, que pode ser uma explicação alternativa para os resultados encontrados para a segunda hipótese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Clara; GAMA, Andrea (Org.). *Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.
- ARAUJO, Clara; FONTOURA, Natália (Org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica. *Ensaio FEE*, v. 6, n. 1, p. 155-168, 1985.
- BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOTTON, Andressa et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, v. 19, p. 43-56, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. In: _____. *O poder simbólico*, 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 17-58.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- CAMPOS, Katia Nahum; SEIDL-DE-MOURA, Maria Lucia. “The transformation of women's role in brazilian family generations (UERJ)”. In: GARCIA, Agnaldo (Ed.). *Love, family and friendship: a latin american perspective*. United Kingdom: Cambridge Scholars Publishing, 2014, p. 184-195.
- CARRETEIRO, Teresa Cristina; FREIRE, Letícia de Luna. De mãe para filha: a transmissão familiar em questão. *Psicologia Clínica*, v. 18, p. 179-191, 2006.
- CATANI, Afrânio Mendes et al. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- COVRE-SUSSAI, Maira; SOARES, Jadir. Divisão do trabalho doméstico nas famílias brasileiras: Influências de fatores individuais e das políticas públicas. *Anais*, p. 1-17, 2016.
- COVRE-SUSSAI, Maira et al. Measuring gender equality in family decision making in Latin America: a key towards understanding changing family configurations. *Genus*, v. 69, n. 3, p. 47-73, 2013.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 3. Lisboa: Ed. Avante, 1985.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The incomplete revolution: adapting to women's new roles*. Cambridge: Polity, 2009.

- FERREIRA, Cristiana Sanchez Gomes. Teoria Econômica do Casamento e da Escolha do Regime de Bens. *RIDB–Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ano 2, v. 2, p. 6935-6972, 2013.
- FISHER, Irving. *Teoria do Capital Humano: Origens e Evolução. Capital Humano e Capital Social: Construir Capacidades para o Desenvolvimento dos Territórios*. Lisboa: 2008.,
- FONSECA, Tania Mara. A dominação masculina. Formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher. *Estudos Feministas*, v. 1, n.1/2. p. 206-213, 1999.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, “Dominique. Trabalho doméstico”. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009, p. 256-262.
- GELINSKI, Carmen R. Ortiz G.; PEREIRA, Rosângela Saldanha. Mulher e trabalho não remunerado. *Mulher e Trabalho*, v. 5, 2011.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 91, p. 7-22, 1994.
- GOSLAR, Poliana Gomes. *Feminista, eu?! A vivência das conquistas do feminismo e a transmissão transgeracional dos papéis de gênero na percepção da adulta jovem à mulher idosa*. Trabalho de Conclusão de Curso, Santa Catarina: UnC, 2013.
- ITABORAI, Nathalie Reis. “Temporalidades plurais: desigualdade de gênero e classes nos usos do tempo das famílias brasileiras”. In: ARAUJO, Clara; FONTOURA, Natália. *Uso do tempo e gênero* (org.). Rio de Janeiro: UERJ, 2016, p. 101-137.
- ITABORAI, Nathalie Reis. “*O pessoal é político*”: lacunas e horizontes da revolução de gênero. E-book, 2016, p. 213-233. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/view/2456>>.
- KALLEMBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 21-30, fev. 2009.
- LAPPEGÅRD, Trude et al. Introduction to the special collection on finding work-life balance: history, determinants, and consequences of new breadwinning models in the industrialized world. *Demographic Research*, v.37, p. 853-866, 2017.
- LAZDAN, Alessandra Munhoz et al. A dominação masculina de Pierre Bourdieu: críticas e reflexões a partir da psicologia analítica. *Revista Ibero-americana de estudos em educação*, p. 470-487, 2014.
- MADALOZZO, Regina et al. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres tem condições iguais? *Estudos Feministas*, v. 18, p. 547-566, 2010.
- MCDONALD, Peter. Societal foundations for explaining low fertility: gender equity. *Demographic Research*, v. 28, p. 981-994, 2013.

- MISSIO, Fabrício; FLORES JACOBI, Luciane. Variáveis dummy: especificações de modelos com parâmetros variáveis. *Ciência e Natura*, v. 29, n. 1, p. 111-135, 2007.
- PORTEZ, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 33, p. 133-158, 2000.
- ROCHA, Ana. *Trabalhadoras da FAET: condições de trabalho e sobrecarga doméstica*. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2012.
- RAMOS, Danusa Silva. *Gênero e geração: permanências e mudanças na condição feminina*. Brasília: UNB, 2011.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.
- SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 230-273, 2004.
- STELMACHUK, Maris Stela da Luz et al. *Mulheres do século XX: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho*. Tese de doutorado. Santa Catarina: UFSC – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Psicologia. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br>>.
- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.
- THERBORN, Goran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & sociedade*, n. 78, p. 77-87, abr. 2002.
- WAGNER, Adriana; CENTENARO LEVANDOWSKI, Daniela. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 88-97, jan./jun. 2008.
- WAJNMAN, Simone. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. E-book, 2016, pp. 45-58. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/download/2446/2401>>.

Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências

About femicide, the woman's right to name her experiences

Jackeline Aparecida Ferreira Romio^a

Resumo No artigo argumenta-se a necessidade de analisar a violência e a morte de mulheres de maneira a entendê-la dentro do quadro complexo das políticas de controle do corpo e sexualidade. Este tipo de abordagem tem sido especialmente produzido por feministas através da caracterização do fenômeno denominado feminicídio. O texto analisa e explica como o conceito de feminicídios foi se modernizando e se amplificando e se adequando às realidades nacionais latino-americanas ao se propagarem enquanto lei.

Palavras-chave Feminicídio; Feminicídio na América Latina; Feminicídio no Brasil; Violência doméstica; Violência sexual; Violência reprodutiva; Desigualdades.

Abstract The article argues the need to analyze the violence and death of women looking for understand it within the complex framework of the policies of control the body and sexuality of woman. This approach has been especially produced by feminists through the characterization of the phenomenon called femicide. The article analyzes and explains how the concept of femicide has been modernized and amplified in the conceptual field and adjusted to Latin American national realities and law.

Keywords Femicide; Femicide in Latin America; Femicide in Brazil; Domestic violence; Sexual violence; Reproductive violence; Inequalities.

INTRODUÇÃO

Este artigo é derivado do trabalho desenvolvido anteriormente em tese de doutorado sobre o tema dos feminicídios no Brasil. Parte-se da tentativa de tipificar e mensurar suas ocorrências por meio de fontes secundárias de informação produzidas pelo setor da saúde, com o objetivo de auxiliar na monitoração e diagnóstico da crescente violência de gênero contra mulheres. O texto analisa e explica como o conceito de feminicídios foi se modernizando e se amplificando no campo conceitual e se adequando às realidades nacionais latino-americanas ao se

^a Doutora em Demografia pela UNICAMP, em Tese de doutorado defendida em 2017, intitulada “Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados da saúde”. O artigo aqui apresentado toma como base o tópico “feminicídio sexual” da tese.

propagarem enquanto lei. Ao final apresenta entendimento da autora e proposta de nova tipologia sintética dos vários caminhos que levaram a definição atual do feminicídios.

ORIGENS DO CONCEITO DE FEMINICÍDIO

O conceito de feminicídio surge em meados dos anos 1970 no movimento feminista, como uma nova forma de nomear as mortes de mulheres por homicídio devido a sua condição social de mulher, e de se opor a aparente neutralidade do termo homicídio, que designava as mortes por assassinato sem a observação sobre as diferenças de sexo e gênero nestas mortes. O conceito de feminicídio (*femicide* em inglês), um neologismo, começa a disputar o campo da epistemologia dos direitos humanos.

A primeira vez que o termo feminicídio foi utilizado ocorreu durante as sessões do Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, Bélgica, em 1976. Neste tribunal sobre mortes de mulheres nos Estados Unidos e no Líbano, a ativista feminista Diana Russell testemunhou e defendeu que tais ocorrências seriam consequência de ações misóginas e, como tal, deveriam ser apresentadas e julgadas como feminicídios (*femicide*). O conceito exposto naquele tribunal englobaria uma variedade de violências contra as mulheres que resultam em morte, desde a prática de queimar mulheres consideradas bruxas no passado aos infanticídios de meninas, ou os casos de assassinatos justificados por motivos de honra. A ativista tinha como objetivo demonstrar que este tipo de crime tem sido praticado ao largo do tempo, e por diferentes justificativas (RUSSELL, 2011).

Posteriormente, em 1992, Diana Russell e Jill Radford lançam o livro *Femicide: the politics of woman killing*, composto por diversos artigos escritos por pesquisadoras e ativistas dos direitos humanos das mulheres sobre o tema dos feminicídios, entre os anos 1980 e 1990. As autoras analisaram a ocorrência do fenômeno nos Estados Unidos, Reino Unido e Índia, acrescentando discussões como o racismo, a violência sexual sistemática e a lesbofobia como dimensões importantes a serem consideradas. (RUSSELL; RADFORD, 1992).

Na introdução ao livro, Jill Radford, coeditora da obra, define os feminicídios da seguinte maneira:

Feminicídio (*femicide*) é o assassinato misógino de mulheres por homens, ele é uma forma de violência sexual. Como definido por Liz Kelly, a violência sexual pode ser considerada como “qualquer tipo de ato físico, visual, verbal ou sexual experimentado por mulheres ou meninas que tenha gerado qualquer efeito que

fira, degrade ou tire as habilidades de controlar contatos íntimos” (KELLY, 1988, p. 41).

Esta definição está no livro *Surviving Sexual Violence* (1988) em que ela estabeleceu o conceito do “*continuum* de violência”, marco para o desenvolvimento do conceito de feminicídio que evidencia um desencadeamento de violências que pode resultar na morte da mulher. Interno a esta definição está o reconhecimento da dissonância entre as percepções e experiências de mundo social e da violência sexual entre mulheres e homens, a visão dá prioridade às experiências e entendimentos das mulheres sobre as intenções dos homens, assim como é consistente com uma das bases do feminismo: o direito da mulher em nomear suas experiências (RADFORD, 1992, p. 3).

Para Radford (1992), esta forma de tratar a violência sexual desenvolvida pela socióloga Liz Kelly amplia a possibilidade de entendimento, pois focaliza o olhar para o desejo de poder, dominação e controle, esta conceituação enxerga a agressão sexual praticada por homens em relação a todas as opressões da mulher na sociedade patriarcal.¹ O que também permite fazer conexões entre as várias formas de violência sexual, ou seja, um “*continuum* da violência sexual”, onde o estupro, assédio sexual, pornografia, e abuso físico de mulheres e crianças são todas diferentes expressões da violência sexual praticada por homens e não formas discretas ou desconectadas entre si (RADFORD, 1992, p. 3).

A autora acredita que esta resignificação pode ser mais sensível às percepções da violência a partir do ponto de vistas das mulheres em comparação a uma visão legal sobre ela, que tende a ser enviesada pelas considerações racistas, heterossexistas e moralistas imbricadas nos aparelhos da justiça e segurança pública, ou seja, a observação do *continuum* da violência sexual contra as mulheres permite identificar e endereçar o leque de experiências heterossexuais forçadas e coercivas, que mulheres são submetidas, facilitando a análise da violência sexual masculina como forma central da manutenção do patriarcado. A autora localiza o feminicídio dentro deste *continuum*, desmascarando a tendência de retratar e interpretar os agressores como bestas ou animais (tipo de homem que foge dos padrões de “normalidade”), o colocando nos termos das políticas sexuais de apropriação das mulheres (RADFORD, 1992, p. 4).

Outros fatores evidenciados por Radford dizem respeito ao silêncio e a banalização envolvida no tratamento geral destas mortes pelo sistema de justiça e pela

1 Dominação masculina + subordinação feminina = sociedade patriarcal.

mídia sensacionalista. Quando uma mulher é assassinada não há sobreviventes para contar sua história, não há depoimentos, nos restam os documentos oficiais de notificação das mortes por parte das autoridades e os relatos de parentes da vítima, do agressor e das testemunhas. Nos casos de agressão contra a mulher há uma tendência em transformá-la na própria responsável pela agressão que sofreu (RADFORD, 1992, p. 6).

Abordando as questões estruturais da violência sexual perpetrada por homens, a pesquisadora elucida que este tipo de violência tem sido definida como característica da sociedade patriarcal, modo central pelo qual homens detêm poder sobre mulheres e criança, manifestando-se como outras formas de opressão, como o racismo, na discriminação econômica e legal, como toda forma de opressão estrutural está enraizada na violência. O feminicídio serve para controlar as mulheres enquanto classe de sexo e é fundamental para a manutenção do *status quo* do patriarcado. A definição de Radford está bastante ligada às concepções de violência da teoria feminista radical, que busca especialmente evidenciar as estruturas patriarcais da opressão das mulheres (RADFORD, 1992, p. 6).

Em outro texto da coletânea *Femicide* (1992), Jane Caputi e Diana Russel definem o feminicídio da seguinte forma:

Assim como o estupro, muitos assassinatos de mulheres por maridos, amantes, pais, conhecidos e estranhos, não são produtos de algum desvio inexplicável, eles são feminicídios (*femicides*), a forma mais extrema do terrorismo sexista, motivado pelo ódio, desprezo, prazer, ou um senso de propriedade sobre a mulher. Feminicídio inclui mortes por mutilação, estupro, espancamentos que terminam em morte, imolação como no caso das mulheres consideradas bruxas na Europa ou de viúvas na Ásia, crimes de honra [...] nomeando-os como feminicídio remove-se o véu não engendrado de termos como homicídio e assassinato (CAPUTI; RUSSELL, 1992, p. 15; em livre tradução).

Para as autoras,

...o feminicídio fala sobre o extremo fim do *continuum* de terror anti-mulher que inclui uma variedade de formas de violências e abusos físicos e verbais, como o estupro, a tortura, escravidão sexual (particularmente na prostituição), incestos e extrafamiliar abuso sexual de crianças, violência física e emocional, assédio sexual (por telefone, nas ruas, no trabalho, e na escola), mutilação genital (clitoridetomia, excisão, infibulação), operações ginecológicas desnecessárias

(histerectomias gratuitas), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (pela criminalização da contracepção e do aborto), psico-cirurgia, negação de alimentos para mulheres em algumas culturas, cirurgias estéticas e outras mutilações em nome da beleza. Sempre que estas formas de terrorismo resultam em morte, eles se tornam feminicídios (CAPUTI; RUSSELL, 1992, p. 15; em livre tradução).

Em outro texto da coletânea, sobre as releituras dos assassinatos de mulheres na história da Europa, Marriane Hester trata da perseguição às bruxas na Europa continental, na Escócia e na Inglaterra, séculos XVI e XVII, período no qual milhares de mulheres foram condenadas ao aprisionamento e morte por acusação de bruxaria, o que ela nomeou como “feminicídio encoberto historicamente” (HESTER, 1992, p. 30).

A autora atenta para o contexto demográfico dos séculos XVI e XVII, quando a população estava em mudança e as mulheres eram mais numerosas que os homens, para as classes baixas os casamentos ocorriam cada vez mais tarde. Entre pequenos proprietários de terra e trabalhadores a idade média ao primeiro casamento era bem alta no século XVII, crescendo de 27 anos para 28 anos para os homens e de 25 para 27 anos para as mulheres. As circunstâncias de dificuldades econômicas fizeram com que não se pudesse manter economicamente um casamento antes disso. O efeito desse adiamento no matrimônio foi o crescimento do número de pessoas não casadas, especialmente de mulheres, e de mulheres vivendo fora do controle masculino. Dentro deste contexto as mulheres sozinhas eram ativamente competitivas com os homens para sobreviver em uma situação de escassez de recursos, o caso particular da mulher camponesa, que foi a mais afetada pela perseguição às bruxas, em especial as idosas (HESTER, 1992, p. 30).

As proposições dos artigos compilados no livro *Femicide: the politics of killing women* tornaram-se marcos conceituais para qualquer pesquisa que procure entender o assassinato de mulheres partindo do ponto de vista feminista e que considere a interação das opressões, especialmente as de gênero, raça, classe e sexualidade. O objetivo da compilação foi nomear o feminicídio e o identificar como um tema urgente tanto para feministas como para pessoas que lutam pelo fim da violência contra as mulheres. Para elas, feminicídio localiza-se no contexto das políticas sexuais balizadoras da opressão patriarcal.

Em discurso mais atual, Russell rediscute suas contribuições iniciais sobre o conceito feminicídio e ressalta a importância das escolhas referentes à grafia do termo. Para ela, a utilização do prefixo ‘Fem’ faz referência ao termo em inglês

'Female' e não 'women', pois em inglês o termo 'women' restringe a idade da mulher ao período adulto/reprodutivo do ciclo de vida, o que não era a intenção da autora que desejava englobar no conceito de feminicídio mulheres de várias faixas etárias, sejam elas meninas, adolescentes, adultas ou idosas. Essa pontuação poderia ser feita também com base no português brasileiro onde a palavra 'mulher' restringe a idade da mulher a fase adulta do ciclo de vida. Ao longo dos anos o termo *femicide* passou a ser grafado de duas formas em países de língua castelhana e portuguesa, ora como femicídio, ora como feminicídio. Para algumas autoras, que desenvolveram posteriormente trabalhos sobre tema, as diferenças não recaem apenas na forma gráfica da palavra, mas também nos conceitos inerentes a cada grafia escolhida. Como exemplo, para algumas autoras a opção pela grafia feminicídio faz sentido por eliminar possíveis interpretações que equivalem o femicídio ao homicídio, o que resultaria em reducionismo do potencial do conceito (RUSSELL, 2011). Esta última interpretação é também a opção para esta tese, em que se grava o conceito como feminicídios, reduzindo ao máximo os ruídos que esta nova perspectiva possa sofrer.

Russell (2011) acrescenta que também são feminicídios as mortes de mulheres por abortos malsucedidos nos países com governos regidos por premissas patriarciais e religiosas que os proíbem em suas legislações, assim como as mortes decorrentes das epidemias de AIDS e da infecção decorrente de estupros, e comportamentos sexistas, como chacinas com maioria de vítimas mulheres.

Nestes textos ficam evidentes duas formas de feminicídio, uma direta, especificamente os assassinatos de mulheres por homens, e outra indireta, que seriam as outras formas de violência patriarcal que termina em morte, sobretudo as formas institucionais, como a proibição do aborto e outras políticas de controle de sexualidade e do corpo feminino que termine em morte, assim como a negligência dos Estados em coibir, punir e erradicar as formas diretas, pois a negligência do Estado promove violência e o senso de segurança e justiça se desloca da esfera pública dos direitos para se tornar uma responsabilidade individual.

A DISSEMINAÇÃO E TRADUÇÃO DO CONCEITO FEMINICÍDIO NA AMÉRICA LATINA

No início da década de 1990, começa a crescer o número de denúncias de assassinato de mulheres jovens trabalhadoras das maquiladoras² na região de

2 Empresas de montagem e acabamento de produtos para exportação, em sua grande maioria dos EUA e Japão, produzem especialmente eletrônicos, peças de automóveis e têxteis. Este tipo de empresas são características da região fronteiriça do México e contam com expansão e incentivos fiscais para seu desenvolvimento desde a década de 1960. Elas são também a forma

fronteira entre o México e os EUA, Ciudad Juárez, Chihuahua. A violência sexual, mutilação, desfiguração e abandono dos corpos em vias e locais públicos, no contexto das mortes, chamavam a atenção da mídia e opinião pública, causando revolta na população. Nesse momento se iniciam uma série de mobilizações pela defesa dos direitos humanos das mulheres e por justiça para as vítimas e seus familiares. A partir deste contexto, tem entrada na América Latina o conceito de feminicídios como conceito que define esta morte específica de mulheres.

O entendimento dado aos assassinatos de mulheres mexicanas dentro da concepção do feminicídio tem como foco as questões de classe social e raça/etnia e desloca o olhar mais voltado ao agressor íntimo para a negligência por parte do Estado mexicano na ação frente aos assassinatos, inclusive pela ausência de investigação ou montagem de respostas institucionais rápidas centradas em apresentar culpados. Outro debate que o caso mexicano promoveu foi refletir sobre as questões estruturais relacionadas ao avanço do modo de produção neoliberal e sua relação com as mortes, como a instalação das multinacionais na região fronteiriça do México e consequente migração interna feminina em busca de trabalho na região (LAGARDE, 2006; FALQUET, 2014).

As condições de trabalho das mulheres nas fábricas maquiladoras e a ausência de políticas nacionais destinadas ao desenvolvimento social desta região compõem o contexto socioeconômico e político destas mortes, além dos aspectos políticos e de controle militar ao longo da história do país. Falquet (2014) ressalta que tais contextos são comparáveis a histórias semelhantes de ditadura e pós-guerra no continente americano (FALQUET, 2014).

Dan La Botz (1999) remonta a morte da adolescente Irma Angelica Rosales, 13 anos, estuprada e assassinada no caminho entre seu trabalho e sua casa na Ciudad Juárez, fronteira com a cidade de El Paso, Texas. Para ele, mortes como a dela são símbolos do poder corporativo, do trabalho infantil e da exploração das mulheres na fronteira, pois as corporações multinacionais maquiladoras (EUA) teriam sido implantadas na fronteira dos EUA-México justamente em função da exploração do trabalho de jovens mulheres como Irma. As jovens eram maioria das trabalhadoras nessas indústrias³ e coexistiu a dicotômica situação entre a

de industrialização desta região do México, uma marca são os baixos salários e a alta exploração trabalhista.

3 Embora as jovens só possam ser empregadas com a idade de 16 anos, era comum naquela época o emprego de menores de idade de 12, 13 e 14 anos, através de documentação falsa.

infraestrutura que o governo ofereceu às empresas maquiladoras e a contrapartida social oferecida para as comunidades do entorno (LA BOTZ, 1999)⁴.

Enquanto as corporativas multinacionais como General Motors, Ford, General Electric, Johnson & Johnson obtinham de suas parcerias com o governo mexicano e estadunidense apoio para construção de parques industriais modernos com enormes possibilidades de estacionamento para caminhões, redes de eletricidade de alta tensão e, em alguns casos, exteriores paisagísticos, os trabalhadores viviam em condições sub-humanas.

Os governos dos EUA e do México em parceria com as empresas privadas construíram superautoestradas, estradas de ferro e aeroportos para servir a zona maquiladora. Em contrapartida, os trabalhadores vivem em barracos e nos destroços da produção industrial, em ruas sem asfalto, em locais sem água corrente, esgotos ou eletricidades, com escolas superlotadas, muitas jovens trabalhando sem frequentar escola, além da novidade do crack. Os traficantes de drogas, policiais e até mesmo o Exército mexicano cooperavam no movimento de drogas através da fronteira. Violência policial, tiroteios de facções rivais, disseminada presença de seguranças particulares para os ricos e fábricas ameaçavam a segurança dos cidadãos comuns. (LA BOTZ, 1999; em livre tradução)

A partir da década de 90 começa a ser aplicado o conceito de feminicídios no México e então a ser disseminado para outros países da América Latina. Dentre as vozes surge a da antropóloga e congressista mexicana Marcela Lagarde, que influenciada pelos estudos de Russell e Radford (1992), traduziu o termo do inglês *femicide* para a forma castelhana feminicídio para compreender e intervir politicamente nas mortes daquelas jovens.

Marcela Lagarde foi a principal estudiosa feminista mexicana a se pronunciar sobre feminicídios, ela atualizou o conceito feminicídio para denominar o conjunto de violações aos direitos humanos das mulheres que existem nas mortes e desaparecimentos de mulheres no México, além de entendê-los como crimes de lesa a humanidade (LAGARDE, 2008, p. 216).

O feminicídio é o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres (LAGARDE, 2008, p. 216).

4 <http://corpwatch.org/article.php?id=798>

Segundo Lagarde, o conceito de feminicídios endereça os crimes contra crianças e mulheres ao patriarcado, considerando que eles expressam o fim extremo da dominação de gênero contra as mulheres. Ela identifica vários tipos de agentes desta violência, que podem ser pessoas de vários tipos de relação com as vítimas e ressalta aspectos da motivação ligada ao ódio, tais como:

parceiros, ex-parceiros, namorados, esposos, acompanhantes, familiares, visitas, colegas e companheiros de trabalho, ou por militares, desconhecidos e anônimos. Também é relatada a existência de grupos mafiosos de delinquentes ligados ao crime e suas linguagens. Uma marca destes crimes é o alto teor de crueldade e de fato serem crimes de ódio contra mulheres (LAGARDE, 2008, p. 216).

Para a autora, o “feminicídio demonstra a desigualdade estrutural entre mulheres e homens e como a dominação dos homens sobre as mulheres encontra na violência de gênero um mecanismo de reprodução da opressão de mulheres”. Quando o Estado e suas autoridades designadas para prevenir e erradicar estes crimes agem de maneira negligente, ineficiente e preconceituosa, e coexiste na sociedade uma cegueira de gênero ou preconceitos sexistas e misóginos sobre as mulheres, a pesquisadora considera que se cria a condição para a existência de feminicídios e que este passa a ser um crime de Estado (LAGARDE, 2008, p. 217).

Marcela Lagarde foi deputada de 2003 a 2007, no México, pelo *Partido de La Revolucion Democrática* (PRD), período em que atuou para a tipificação do crime de feminicídio. No período anterior ao seu mandato, existiu uma comissão especial de investigação dos homicídios de meninas e mulheres na Ciudad Juárez. A comissão utilizava algumas informações sobre os homicídios existentes, mesmo que em forma incipiente. Nesse período foram apresentadas diversas denúncias sobre crimes contra as mulheres de outras partes do país (LAGARDE, 2008, p. 218).

Para dar conta da complexidade dos casos no território mexicano, sob a liderança de Lagarde, foi criada a comissão especial de acompanhamento aos feminicídios em toda a República Mexicana. Houve muitos avanços conceituais e políticos durante este processo, primeiro por tratar dos casos em todo o país e não somente na Ciudad Juárez e por nomear os crimes com a terminologia dos feminicídios e não mais como homicídios, optando pelo tratamento dos casos desde uma perspectiva de gênero. Aos poucos a

comissão parlamentar começou a trabalhar com a questão de acolhimento das denúncias e de exigência de justiça (LAGARDE, 2008, p. 218-219).

A Investigación Diagnóstica sobre a Violencia Feminicida en la República Mexicana foi a primeira pesquisa científica qualitativa e quantitativa sobre a violência de gênero contra as mulheres realizada no México a partir de uma perspectiva feminista sobre gênero e direitos humanos das mulheres. O principal objetivo era documentar especificamente a situação do feminicídio no país, ao localizar o feminicídio como parte da violência doméstica e outras formas de violências investigadas (LAGARDE, 2008, p. 10; em livre tradução).

A comissão utilizou informação oficial dos ocorridos de 1999 a 2006, com dados sobre os homicídios dolosos e culposos. Os crimes de feminicídios foram entendidos dentro do marco da violência de gênero e das relações com todas as formas de violência contra meninas e mulheres. Segundo os achados da investigação, o perfil destas mulheres é variado em suas idades e classe social, mas se concentra em mulheres jovens, pobres e marginalizadas. As vítimas sofreram variadas formas de tortura e violência (LAGARDE, 2008, p. 222).

A perspectiva teórica que o grupo adotou acabou por demonstrar várias outras mortes violentas de meninas e mulheres. A investigação descobriu números alarmantes sobre acidentes domésticos, de trânsito e de suicídios. Foi revelado um elevado número de mulheres mortas por questões ligadas à saúde reprodutiva – como por câncer no colo de útero e ovários – e confirmado que as mortes maternas ocupavam o primeiro lugar nas taxas de mortalidade de mulheres em idade reprodutiva. Estudos regionais evidenciaram diferenças marcantes entre as várias regiões e cidades do México, revelando realidades complexas e diferenciadas por região (LAGARDE, 2008, p. 224- 225).

Para Lagarde, os resultados da Investigação Diagnóstica dos feminicídios permitiram comprovar as variadas teses teóricas sobre eles, entre elas, o fato da violência contra as mulheres ser “grave, complexa e multifatorial, fruto da articulação sinergética de um conjunto de determinações baseadas na dominação e no sexo”. Alerta para a questão do racismo, classismo, lesbofobia e outras formas de opressão correlacionadas (LAGARDE, 2008, p. 232).

O feminicídio é uma das formas extremas de violência de gênero e está conformado pelo conjunto de feitos violentos misóginos contra as mulheres que implica na violação de seus direitos humanos, atentam contra sua segurança e põe risco

a sua vida. Culmina no assassinato de algumas meninas e mulheres. Há infinidades de sobreviventes. O feminicídio se consuma porque as autoridades omissas, negligentes ou em conluio com agressores, exercem sobre as mulheres violência institucional ao obstaculizar seu acesso à justiça e com ele contribuem para a impunidade. O feminicídio acarreta a ruptura parcial do estado de direito, já que o Estado é incapaz de garantir a vida das mulheres, de respeitar seus direitos humanos, de atuar com legalidade e fazer respeitar, de procurar e administrar a justiça, e prevenir e erradicar a violência que o ocasiona. O feminicídio é um crime de Estado. (LAGARDE, 2008, p. 234).

Outro estudo sobre os feminicídios é do caso da Costa Rica na América Central, as pesquisadoras Montserrat Sagot e Ana Carcedo analisaram a realidade dos assassinatos de mulheres. Assim como Lagarde, Sagot e Carcedo utilizaram o conceito original de Russell, mas optaram por traduzir com a grafia femicídio.

Sagot e Carcedo afirmam que a violência contra mulher tem causado mais mortes que a malária, a AIDS ou a guerra. As ideias de paz e segurança estão fortemente associadas à instituição família no mundo ocidental, porém as autoras discutem que esta é uma visão conservadora que não revela a experiência de meninas e mulheres que têm na família o grupo social mais violento e a casa (hogar) o local mais inseguro. Segundo suas reflexões, não existe uma estimativa exata sobre as magnitudes da violência baseadas na desigualdade de gênero e seus impactos pelo alto sub-registro. Porém, muitas pesquisas vêm tornando cada vez mais evidente a sua existência (SAGOT; CARCEDO, 2006, p. 405).

Para Sagot e Carcedo (2006), a violência baseada na iniquidade de gênero figura como causa significativa de enfermidade e mortalidade feminina. As pesquisadoras coletaram informações estatísticas sobre assassinato de mulheres na Costa Rica por razões associadas à iniquidade de gênero, no período de 1990 a 1999. Analisaram a relação entre a vítima e o agressor, o lugar da ocorrência, a forma e as condições em que as mulheres foram mortas, ajudas prévias solicitadas pelas mulheres e as respostas encontradas. A finalidade do estudo foi a construção de propostas de prevenção e proteção para mulheres em risco de morte por violência baseada na iniquidade de gênero (SAGOT; CARCEDO, 2006, p. 409).

A pesquisa adotou como marco teórico os saberes sobre a socialização de gênero,⁵ violência⁶ e femicídio. Para Sagot e Carcedo, o conceito de femicídio “ajuda a desarticular os argumentos de que a violência baseada na iniquidade de gênero é um assunto pessoal ou privado e mostra seu caráter profundamente social e político, resultado das relações de poder entre homens e mulheres na sociedade” (SAGOT; CARCEDO, 2006, p. 413).

As pesquisadoras entenderam o femicídio, como:

Se entende por femicídio o assassinato de mulheres por razões associadas com seu gênero. O femicídio é a forma mais extrema da violência baseada na iniquidade de gênero, entendida esta como a violência exercida pelos homens contra as mulheres em seu desejo de obter poder, dominação ou controle. Inclui os assassinatos produzidos pela violência intra-familiar e sexual (SAGOT; CARCEDO, 2006, p. 414).

Partindo desta definição inicial desenvolvem a tipologia: femicídio íntimo, não íntimo e por conexão. O **femicídio íntimo**⁷ refere-se aos assassinatos cometidos por homens com quem as vítimas tinham alguma relação íntima, familiar, de convivência, ou de afinidade. O **femicídio não íntimo** refere-se aos assassinatos cometidos por homens com quem a vítima não tinha relações íntimas, familiares, de convivência, ou afinidade a estes. Geralmente envolve a agressão sexual. O **femicídio por conexão** refere-se ao assassinato de mulheres que foram assassinadas “na linha de fogo” de um homem tratando de matar outra mulher. Aparecem aqui as mulheres em contexto familiar, as crianças ou outras mulheres que tentaram intervir ou que simplesmente foram pegas na ação do femicida (SAGOT; CARCEDO, 2006, p. 414).

Portanto, segundo as autoras, as principais características definidoras do femicídio seriam o tipo de conexão entre vítima e o agressor, e as circunstâncias de ocorrência. Como metodologia, elas elaboraram uma lista contendo todas as

5 Todas as sociedades estabelecem mecanismos precisos para que os seres humanos aprendam os comportamentos e atitudes considerados adequados para cada expectativa de gênero, processo chamado de socialização de gênero. Processo que não é neutro e seu principal objetivo é forçar as pessoas a adaptarem-se às normas de uma sociedade estruturada com base na desigualdade e opressão de gênero. Controle social. Referência conceitual Andersen, 1988. (SAGOT; CARCEDO, 2006, p. 410).

6 “A violência contra mulheres é também um componente estrutural do sistema de opressão de gênero” (SAGOT; CARCEDO, 2006, p. 2011).

7 Importante ressaltar que o tipo femicídio íntimo já aparece como categoria nas apreciações de Diana Russell (1992).

mulheres que foram mortas intencionalmente de 1990 a 1999 e pela leitura de cada uma das mortes reinterpretaram os dados que não constavam nos registros oficiais. Utilizaram fontes variadas para suprir as ausências de informações específicas. Elas estudaram os registros do “Libro de diagnósticos de Causas” da seção de patologia forense do Organismo de Investigación Judicial (OIJ); as notícias dos Jornais⁸ Extra, La Nación, La república e La prensa; os registros do Anuario Estadístico Del Organismo de investigación Judicial (OIJ);⁹ o Libro de casos entradas Del OIJ; Expedientes de homicídios Del OIJ;¹⁰ e as Estadísticas Vitales Del Poder Judicial; y a los anuarios del OIJ.¹¹

Foram analisadas as relações dos homicídios de mulheres com os homicídios no geral, relação do homicídio de mulheres com os homicídios dos homens, relação dos homicídios das mulheres no geral e os femicídios, características das mulheres assassinadas e dos agressores, relações e situações de maior risco, nacionalidade, outras pessoas lesionadas na agressão, armas usadas, agressão sexual associada ao femicídio, antecedentes dos assassinos, suicídios, frequência de femicídios segundo província, relação com o agressor, lugar de ocorrência da morte, e sentenças condenatórias. As pesquisadoras concluíram que do total de 315 homicídios de mulheres na Costa Rica no período, 60% eram propriamente femicídios, 13% tinham tipo não identificado, segundo seus critérios de classificação, e em 17% dos casos não foi possível defini-los como femicídio (SAGOT; CARCEDO, 2006).

Posteriormente, em estudo sobre os femicídios na América Central como um todo, Ana Carcedo desenvolveu o conceito de cenários do femicídios, definindo-os de acordo com os territórios que ocorrem: cenário familiar, cenário de relações conjugais, cenário de agressão sexual, cenário de sexo comercial, cenários históricos e novos cenários de femicídio, cenário de tráfico de mulheres para todos os tipos de exploração, palco de máfias nacionais e internacionais e redes criminosas, cenário de gangues, mulheres como território de vingança, cenário da misoginia, cenários entrelaçados (CARCEDO, 2010).

Desde o final da década de 1990 nota-se um movimento crescente de ativistas e intelectuais feministas latino-americanas e caribenhas em estabelecer parâmetros locais para a análise das mortes específicas de mulheres sob o conceito de

8 Informações sobre a morte e possíveis suspeitos e relação com as vítimas. Além de informações sobre ocorrências de agressões anteriores, a forma como esta mulher morreu ou onde foi encontrado seu corpo, se houve testemunhas ou outras pessoas lesionadas, e o que o assassino fez após o assassinato.

9 Onde se buscaram dados sobre os assassinatos e as relações entre vítima e assassino.

10 Para confirmar a informação das outras bases.

11 Para a realização de comparações entre os dados referentes aos femicídios e os outros tipos de assassinatos e também outras mortes violentas, para mulheres e para homens.

feminicídios/femicídios, especialmente grupos feministas de Honduras, Guatemala e Perú. Existe um esforço em relacionar o fenômeno às ausências dos Estados na prevenção, punição e erradicação das mortes e também a busca por evidenciar a relação destas mortes aos contextos políticos nacionais, fronteiras, guerras insurgentes (Colômbia), ditaduras militares, desaparecimento de mulheres em contextos políticos de golpe (Honduras), conflitos por terra e perseguição a lideranças dos movimentos indígenas (Brasil), avanço do neoliberalismo, genocídio, fundamentalismos religiosos, as políticas sexuais de controle do corpo feminino e saúde reprodutiva das mulheres. O esforço argumentativo até aqui foi para situar o Brasil no quadro transnacional do fenômeno dos feminicídios.

ADOÇÃO DO CONCEITO NO BRASIL: ÂMBITO ACADÊMICO E POLÍTICO

A primeira publicação brasileira sobre os feminicídios foi o livro *Femicídio: algemas do (In) visível* de autoria da pesquisadora Sueli Almeida, 1998. No livro, é desenvolvida argumentação sobre a categoria “femicídio íntimo”, o termo femicídio foi utilizado para explicar o caráter sexista dos crimes conjugais, “desmascarando a aparente neutralidade dos termos homicídio e assassinato”, além de revelar o fenômeno que integra a política sexual de apropriação das mulheres. A referência utilizada são os estudos propostos na coletânea de Russell e Radford, 1992 (ALMEIDA, 1998).

Almeida esboçou inicialmente a discussão em sua tese de doutoramento em Ciências Sociais defendida na PUC de São Paulo, sob a orientação da socióloga feminista marxista Heleith Iara Bongiovani Saffioti, em 1996. Para a autora “os homicídios ou tentativas não são casuais, nem fenômenos isolados, eles resultam do caráter intensivo e extensivo da violência de gênero, e em particular de sua versão doméstica”. O femicídio era para ela um termo que evidenciavam o caráter sexista dos homicídios no contexto conjugal heterossexual (ALMEIDA, 1998, p. 43).

A pesquisadora aponta para a inexistência de registros para a elaboração da história dos femicídios, isso porque somente nas últimas décadas que começaram a ser compilados dados sobre homicídios desagregados por sexo (desde 1979 no Sistema de Informação de Mortalidade), além da ausência de informação sobre os agressores. Almeida conclui que a produção de dados sobre os homicídios segundo sexo e tipo de relação entre vítima e o agressor são primícias para o desenvolvimento de estudos do femicídio e, portanto, “ao se recusar a conhecer a extensão dos fenômenos da violência doméstica e do femicídio, o Estado colabora para ocultar a história de extrema opressão de amplos segmentos de mulheres” (ALMEIDA, 1998, p. 43).

Outro tema que habitava as preocupações da pesquisadora eram os assassinatos de homens por suas (ex) esposas e (ex) companheiras, o que ela nomeou como a “outra face do femicídio”. Seus estudos abordavam as diferentes formas de participação dos autores dos homicídios conjugais consumados e tentados. A pesquisadora analisou 18 histórias das quais 7 mulheres foram vítimas de homicídios no contexto de relações conjugais, 4 foram vítimas de tentativas de homicídio, nas quais uma foi alvejada na linha de frente do confronto entre sua irmã e seu cônjuge, e encontrou 7 homicídios de homens em relações conjugais; as informações foram capturadas nos tribunais do Rio de Janeiro. Constatou que, nas situações em que os homens foram vítimas de homicídios conjugais, as mulheres estavam procurando se defender de agressões ou sofriam de um processo longo de agressões (ALMEIDA, 1996, p. 44-45; ALMEIDA, 1998). Uma visão mais centrada nos riscos da mulher numa relação conjugal.

Durante a década que se seguiu houve muita luta promovida pelos movimentos sociais de mulheres, feministas e de mulheres negras buscando fazer a transição da discussão sobre crimes conjugais para os feminicídios com foco no acesso à justiça. Um exemplo emblemático é a publicação do livro *Do silêncio ao grito contra a impunidade: o caso Marcia Leopoldi*, escrito pela irmã da vítima, Deise Leopoldi e a União de Mulheres de São Paulo,¹² de 2007. No livro é feita a denúncia do caso de feminicídio de Márcia Leopoldi por seu ex-namorado Lago, em 1984, e a saga da família em articulação ao movimento de mulheres por justiça frente à negligência da justiça brasileira para apurar e julgar crimes como este e os processos de *advocacy* via organismos internacionais de direitos humanos.

Abaixo se transcreve uma narrativa sobre o processo de denúncia à CIDH da OEA, pois é de suma importância compreender este trâmite que vem sendo a forma como os movimentos sociais enfrentam a negligência do Estado diante das mortes de mulheres:

[em 1996], a União de Mulheres de São Paulo, em conjunto com Cladem, Cejil e Human Rights Watch, elaborou uma petição denunciando o caso Márcia Leopoldi à Comissão Interamericana. Foi apresentada com fundamento no art. 12 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher (Convenção do Belém do Pará). Tal artigo expressa o direito de qualquer pessoa ou entidade não governamental juridicamente reconhecida em Estados-

¹² A união de mulheres de São Paulo foi fundada em 1981, por trezentas mulheres do movimento feminista paulistano, suas origens vêm da luta das mulheres pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização do país.

-membros da Organização de apresentar à Comissão denúncias ou queixas de violação de políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência (LEOPOLDI, 2007, p. 115).

O livro faz menção ao conceito de femicídio nos termos de Russell e Radford, 1992. No texto são mencionadas as dificuldades de encontrar a quantidade de homicídios que seriam femicídios no Brasil, e que os estudos sobre eles são escassos perante a quantidade de cobertura midiática sobre casos de assassinatos de mulheres:

O assunto é tratado de forma sensacionalista, como um ‘espetáculo’. Haja vista que têm sido televisionadas, por horas e dias, situações de violência contra a mulher, cujas cenas a população acompanha como se fosse uma novela, impregnadas de ficção e comentários sexistas (LEOPOLDI, 2007, p. 177).

O caso de feminicídio sofrido por Leopoldi é bastante parecido ao de Maria da Penha, até mesmo no processo de busca por acionar mecanismos internacionais de direito das mulheres. Em maio de 1983, Maria da Penha dormia quando o então marido, Viveros, deu um tiro em suas costas. Ele simulou que o caso se tratava de um assalto e ela ficou paraplégica. Após quatro meses no hospital, ao voltar para casa, em Recife, sofreu novamente tentativa de assassinato, a farsa foi descoberta. Em 1998, passados quinze anos do crime, o agressor de Maria da Penha foi julgado e condenado duas vezes e em ambas saiu livre do fórum devido a recursos. Por esta negligência do Estado brasileiro em agir perante a este e outros diversos crimes contra mulheres, organizações sociais deram entrada em denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos via Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem).

Em 2001 o Brasil foi condenado por omissão, tolerância e impunidade com que tratava os casos de violência doméstica, e foi instruído a iniciar mudanças na legislação para coibir a violência contra a mulher e pagar reparações à Maria da Penha. A Lei nº 11.340 acabou sendo apelidada pelo nome de Maria da Penha, pois a sua elaboração tanto dialogava com os acordos internacionais de direitos das mulheres quanto respondia a medidas que deveriam ser implantadas pós-condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos. No caso da Lei Maria da Penha existe a menção às mortes por violência doméstica, mas não há um item específico utilizando o termo feminicídio, ou femicídio.

Em outubro de 2008, ganha visibilidade o conceito e agora grafado como feminicídio, no texto de duas ativistas feministas, Maria Dolores de Brito Mota¹³ e Maria da Penha Maia, ao discutirem o sequestro e morte da adolescente Eloá Cristina Pimentel, 15 anos, por seu ex-namorado, motivado pela “recusa em aceitar o fim do relacionamento”. O caso ocorreu na região do ABC, na grande São Paulo, e foi emblemático para a opinião pública brasileira. Durante os 4 dias em que a jovem fora mantida em cárcere privado, a imprensa cobria tudo do lado de fora do conjunto habitacional na periferia de Santo André, onde residia a jovem, onde foi mantida em cativeiro e assassinada.

O caso ocorreu no dia 13 de outubro de 2008, a jovem Eloá foi persuadida pelo ex-namorado a deixá-lo entrar em sua residência para dialogar após recusa em reatar a relação. Na ocasião, a jovem estava com a melhor amiga Naiara, e mais dois colegas de escola do sexo masculino, Iago e Victor. No momento em que entrou armado anunciou suas intenções. Após negociação com a polícia, os jovens do sexo masculino foram libertos, em seguida a amiga Naiara, com exceção de Eloá que permaneceu em cárcere sendo agredida e torturada. Após nova negociação policial, os oficiais solicitaram que Naiara tentasse negociar com o agressor a soltura da amiga, neste momento ela foi recapturada. Houve muito diálogo fraternal entre os policiais e o agressor. Os oficiais cometiam sucessivas falhas e declaravam à imprensa sua vontade de preservar a vida e integridade moral do sequestrador que, na opinião deles, era apenas um jovem apaixonado (VIANNA, 2010).

“(Lindemberg) bateu na vítima, acusou, expôs, coagiu e por fim martirizou o seu corpo com um tiro na virilha, local de representação da identidade sexual, e na cabeça, local de representação da identidade individual”, o agressor também vitimou a amiga da jovem com tiro na boca, durante o tempo que também a manteve como refém (MOTA; FERNANDES, 2008).

As autoras entendem que o assassinato de Eloá foi um feminicídio que para elas “é um crime de ódio, realizado sempre com crueldade, como o ‘extremo de um continuum de terror antifeminino, incluindo várias formas de violência até alcançar o nível da morte pública [...] Assim o feminicídio é um crime de poder, é um crime político. Juridicamente é um crime hediondo, triplamente qualificado: motivo fútil, sem condições de defesa da vítima, premeditado” (MOTA; FERNANDES, 2008). Desta forma reaparece o conceito, mas agora com a grafia feminicídios,

13 Socióloga, professora adjunta da Universidade Federal do Ceará, lotada no Instituto de Cultura e Arte.

apoiado no estudo da antropóloga Rita Laura Segato, *Que é um feminicídio*, 2006, como base conceitual.

Nos textos de Rita Segato (2006), é possível averiguar que a discussão principal também recai sobre o questionamento sobre se o conceito feminicídio deve incluir todos os assassinatos de mulheres ou se deveria ser uma categoria mais restrita. No seu entendimento, elaborar uma tipologia específica para os casos de feminicídios permitiria criar dados mais precisos e facilitar a identificação dos culpados. Desta maneira, seriam necessárias também categorias jurídicas precisas a respeito dos autores para a obtenção de informações mais especializadas sobre os feminicídios. Para ela, ao definir essas especificidades seria possível traçar um paralelo entre a categoria feminicídio e genocídio. Em texto de 2011, Segato defende feminicídio como um “conjunto de violências dirigidas especificamente à eliminação das mulheres por sua condição de mulheres”, sendo necessário elevar a categoria de feminicídio a um nível equivalente ao de “genocídio” (SEGATO, 2006; 2011, p. 6).

No campo das políticas públicas, nota-se a partir de 2010 uma amplificação de esforços no âmbito das políticas e lutas feministas pelos direitos das mulheres para inserir os feminicídios como categoria jurídica em diversos países inclusive no Brasil. Um primeiro sinal da transnacionalização do conceito nos países da América Latina e Caribe pode ser visto nos documentos elaborados pela *XI Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe*, realizada em Brasília em 2010, que contou com a participação de mulheres da política dos Estados e ativistas dedicadas a promoção e defesa dos direitos das mulheres em prol da igualdade de gênero com ênfase na autonomia e no empoderamento econômico. No documento os termos feminicídio e femicídio aparecem no tópico destinado às recomendações para ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e esferas de poder. Nele, a violência femicida contra as mulheres aparece como impedimento a alcançar essa participação, nos seguintes termos:

- f) Incorporar en las políticas de seguridad pública medidas específicas para prevenir, investigar, sancionar, penalizar y erradicar el femicidio y el feminicidio, entendidos como la forma más extrema de violencia de género contra las mujeres (CEPAL DE LAS MUJERES, 2010, p. 8).

Wânia Pasinato apresenta discussão sobre as implicações políticas da escolha pela categoria femicídio (a autora acreditava que existia duas formas de grafar a categoria e que a escolha por femicídio ou feminicídio não impactava em diferenças conceituais para a realidade latino-americana e brasileira), no artigo “Femicídios

e as mortes de mulheres no Brasil” de 2011. A pesquisadora trouxe com seu artigo revisão bibliográfica sobre o tema fazendo referência às reflexões de Russell e Radford (1992), apontando para a inexistência ou falta de acesso a informações disponíveis que possibilitem a análise dos casos na América Latina. Segundo Pasinato, para contornar este obstáculo a maior parte dos estudos vem recorrendo às informações difundidas na imprensa e múltiplas fontes oficiais e sociais como, por exemplo, processos criminais e reportes internacionais. O artigo busca definir, delimitar e pensar quais os avanços que a categoria “femicídios” pode ou não trazer (PASINATO, 2011).

Para Pasinato:

Um dos maiores obstáculos para os estudos sobre mortes de mulheres, e sobre os homicídios de forma geral, no Brasil é a falta de dados oficiais que permitem ter uma visão mais próxima do número de mortes e dos contextos em que ocorrem. Os estudos e relatórios sobre a situação dos femicídios em países da América Latina não enfrentam situação diferente. A maior parte dos trabalhos aponta para a falta de dados oficiais, a ausência de estatísticas desagregadas por sexo da vítima e de outras informações que permitam propor políticas de enfrentamento para esta e outras formas de violência que atingem as mulheres. Em muitos casos a estratégia adotada pelos estudos acaba sendo a utilização de dados provenientes de diferentes fontes – como registros policiais, registros médicos-legais, processos judiciais, documentos do Ministério Público e, uma das fontes mais comuns, a imprensa escrita [...] sua utilização pode resultar em dados bastante frágeis dos pontos de vista metodológico e científico [...] existe diferentes sistemas de classificação (PASINATO, 2011, p. 233).

A autora compara a categoria femicídio e sua tendência a englobar todas as mortes de mulheres ao “método da amalgama” de Elisabeth Badinter (2005), que segundo ela é aplicado sempre que se tenta dar expressão numérica aos crimes contra as mulheres os unificando. A homogeneização de todos os assassinatos de mulheres numa única categoria é a maior crítica da autora que argumenta sobre a fragilidade de impacto político, caso não sejam consideradas características específicas das vítimas, como idade, raça/cor, grupo sócio-ocupacional a qual pertence, por exemplo, e o contexto no qual o crime ocorre. (PASINATO, 2011).

Do ano de 2010 a diante se multiplicam os estudos acadêmicos e iniciativas dos movimentos sociais sobre os feminicídios. Outro exemplo foi o texto das pesquisadoras do IPEA Leila Posenato Garcia, Lúcia Rolim Santana de Freitas, Gabriela

Drummond Marques da Silva e Doroteia Aparecida Höfelmamn, que explora os dados sobre mortes por agressão disponibilizadas pelo sistema de informação de Mortalidade (SIM/DATASUS), no período de 2001 a 2011 (GARCIA *et al.*, 2013). Para elas os feminicídios/femicídios são as mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, pelo fato de serem mulheres, descrevem que estas mortes são geralmente perpetradas por homens de relação da mulher e decorrem de situações em que a mulher tem menos poder em relação ao homem. (GARCIA *et al.*, 2013).

Em 2013, no âmbito legislativo e jurídico, foi nomeada a Comissão Parlamentar Mista De Inquérito da Violência Contra a Mulher, CPMIVCM, com o objetivo de “investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. Dentre as proposições do relatório final da CPMI investiu-se em projeto de lei para tipificar e incluir o feminicídio dentro do Código Penal brasileiro, a CPMIVCM já havia ocorrido em duas outras oportunidades em 1992 e 2003 (CPMIVCM – SENADO FEDERAL, 2013).

A curva ascendente de feminicídios (o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres), a permanência de altos padrões de violência contra mulheres e a tolerância estatal detectada tanto por pesquisas, estudos e relatórios nacionais e internacionais quanto pelos trabalhos desta CPMI estão a demonstrar a necessidade urgente de mudanças legais e culturais em nossa sociedade. Conforme mostra a pesquisa intitulada Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil nos últimos trinta anos, 43 mil delas só na última década. É preciso dar um basta nas diversas manifestações de violência contra as mulheres, sobretudo em sua forma extrema: o assassinato [...] Importa considerar, ainda, no tocante ao feminicídio, a existência de recomendações internacionais para a sua tipificação, a exemplo daquelas inscritas no Relatório sobre Violência contra Mulheres, suas Causas e Consequências, assinado por Rashida Manjoo, assim com Conclusões Acordadas da Comissão sobre o Status da Mulher, em sua 57^a Sessão, em 15 de março de 2013. Esses e outros instrumentos internacionais estão a exigir uma resposta legislativa contra tal fenômeno, motivo por que leva este Colegiado a apresentar um projeto de lei tipificando o feminicídio (CPMIVC – SENADO FEDERAL, 2013, p. 8).

O projeto propunha que o feminicídio entrasse como agravante do homicídio no Código Penal, com pena de reclusão de 12 a 30 anos, tipificando-o como assassinatos de mulheres com circunstâncias de violência doméstica ou familiar, violência sexual, mutilação ou desfiguração da vítima (CPMIVCM – SENADO FEDERAL, 2013, p. 998 e 1002).

Para a comissão,

A importância de tipificar o feminicídio é reconhecer, na forma da lei, que mulheres estão sendo mortas pela razão de serem mulheres, expondo a fratura da desigualdade de gênero que persiste em nossa sociedade, e é social, por combater a impunidade, evitando que feminicidas sejam beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como o de terem cometido “crime passional”. Envia, outrossim, mensagem positiva à sociedade de que o direito à vida é universal e de que não haverá impunidade. Protege, ainda, a dignidade da vítima, ao obstar de antemão as estratégias de se desqualificarem, midiaticamente, a condição de mulheres brutalmente assassinadas, atribuindo a elas a responsabilidade pelo crime de que foram vítimas. (CPMIVC – SENADO FEDERAL, 2013, p. 1004).

Como consequência dos debates e ações, em 9 março de 2015, a lei contra os feminicídios foi aprovada no Brasil, dentro do Código Penal, como sendo um agravante aos casos de homicídio, artigo 121 CP. Desta forma, foi definido o feminicídio como sendo os homicídios cometidos contra a mulher por razão da condição de sexo feminino, definida como: violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena poderá ser aumentada de 1/3 até a metade se o crime for praticado contra mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência, na presença de descendente ou de ascendente da vítima (ONU, 2016; BRASIL, 2015).

O Brasil foi o 16º país latino-americano com legislações punitivas ao feminicídios (Tabela 1). A discussão sobre os feminicídios já ganhou visibilidade no âmbito judicial e político em diversos países da América Latina e Caribe. Em alguns países, como no México, o Estado conta além da lei com mecanismos de monitoramento e diagnósticos aos feminicídios (ENDIREH). O Uruguai aprovou agora em 2017, se tornando o 17º país a possuir legislação punitiva para os feminicídio/femicídios.

Tabela 1. Ano de promulgação de legislação punitivo aos feminicídios/femicídios. Países Latino Americanos e Caribenhos.

País	Ano
Costa Rica	2007
Guatemala	2008
Colômbia	2008
Chile	2010
El Salvador	2010
Peru	2011
Nicarágua	2012
México	2012
Argentina	2012
Honduras	2013
Bolívia	2013
Panamá	2013
Equador	2014
Venezuela	2014
República Dominicana	2014
Brasil	2015
Uruguai	2017

Fonte:<http://www.compromissoeatitude.org.br/legislacoes-da-america-latina-que-penalizam-o-feminicidio/> (Elaboração própria).

CONCLUSÕES

Diante do quadro exposto, considera-se que existe um esforço em definir quais parâmetros são centrais no conceito de feminicídios dentro da crítica feminista. No âmbito jurídico, notamos uma transnacionalização da figura penal do feminicídio como crime na ALC, e um histórico de trabalhos que buscam definir maneiras de medi-los como fenômeno social. É possível encontrar grafias diferentes do termo (femicídio e feminicídio), concorda-se que em países de língua castelhana e portuguesa a forma feminicídios elimina a associação direta a versão feminina do homicídio, o que seria um reducionismo e tiraria a potência da categoria que é exatamente questionar a aparente neutralidade dos termos jurídicos, como o homicídio.

Considera-se que os feminicídios são mortes específicas de mulheres. É destacada que a autoria das mortes é masculina no caso direto e do Estado, através de suas instituições e de grupos organizados, no caso indireto. Objetivamente podemos notar pelo exposto na bibliografia analisada que o caso de autoria indireta tem a ver com mortes ligadas às políticas sexuais de controle do corpo feminino e reprodução (procriação), violência sexual sistemática no caso das guerras e conflitos, e omissão perante aos casos diretos. O caso de autoria direta é composto de mortes causadas pela violência, como o suicídio, homicídio e causas externas

indefinidas, não correspondem ao total destas mortes, mas representam grande parte delas.

A autora deste artigo apresenta como proposta de análise uma nova tipologia visando uma interpretação das formas mais básicas de feminicídios (ROMIO, 2017). Assim considera-se um feminicídio quando ele atenda a uma ou mais das seguintes condições,

Feminicídio reprodutivo, vinculado às políticas de controle do corpo e da sexualidade da mulher, cuja expressão mínima são as mortes por aborto.

Feminicídio doméstico, violência letal por agressão física contra a mulher no contexto domiciliar, conjugal ou familiar.

Feminicídio **sexual**, violência letal por agressão física contra a mulher por meio sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sueli. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- _____. *Violência de gênero: público x privado*. São Paulo, 1996. 355 p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CAPUTI, Jane; RUSSELL, Diana. “Femicide: Sexism against women”. In: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Great Britain: Open University Press: 1992, p. 13-21.
- CARCEDO, Ana. “Conceptos, contextos y escenarios del femicidio en centro América”. In: CARCEDO, Ana (Cord). *No olvidamos ni aceptamos: Femicidio en Centroamérica 2000 – 2006 / CEFEMINA*. – 1 ed. – San José: C.R.: 2010.
- CEPAL DE LAS MUJERES. *CONSENSO DE BRASILIA*. XI Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, Brasília, 2010.
- FALQUET, Jules. “De los asesinatos de Ciudad Juárez al fenómeno de los feminicidios: ¿nuevas formas de violencia contra las mujeres?”, 2014.
- FERNANDES, Maria da Penha Maia; MOTA, Maria D. de Brito. *Feminicídio ao vivo: o que nos clama Eloá*. Site Adital, 20/10/2008.
- GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da; HÖFELMANN, Doroteia Aparecida. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Texto para Discussão – TD. Ipea, 2013.
- HESTER, Marriane. “The witch-craze in sixteenth- century England as social control of women”. In: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Great Britain, Open University Press: 1992, p. 27-39.
- KELLY, Liz. *Surviving Sexual Violence*. Cambridge: Polity Press, 1988.

- LA BOTZ, Dan. "MÉXICO: Girl's Murder Sad Symbol of Corporate Power, Child Labor, Female Exploitation on the Border". In: *Mexican Labor News and Analysis March 2nd, 1999*.
- LAGARDE, Marcela. « Presentación ». In: *La Violencia feminicida en 10 entidades de la Republicana mexicana*. Congrès de l'União, Camara de diputados, México DF: 2006.
- LEOPOLDI, Deise. *Do silêncio ao grito contra a impunidade: O caso Márcia Leopoldi*. São Paulo: União das Mulheres de São Paulo, 2007.
- MANJOO, Rashida. *Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences*. United Nations A/HRC/20/16. 23 23 May 2012.
- ONU. *ONU Mulheres Brasil. Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios*. Brasília: ONU Mulheres, 2016.
- PASINATO, Wânia. 'femicídios' e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu* (37), p. 219-246, julho - dezembro, 2011.
- ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. *Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde* [tese de doutorado] – Campinas, 2017.
- RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Great Britain: Open University Press: 1992.
- RUSSELL, Diana; DE VEN, Nicole Van (ed.). *Crimes Against Women: Proceedings of the International Tribunal*. 3rd ed. .California: Russell Publications, 1990.
- RUSSELL, Diana. Fala sobre as origens dos feminicídios, dezembro de 2011. http://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html . Acesso em: 31/05/2019.
- SAGOT, Montserrat; CARCEDO, Ana. "Cuando la violencia contra las mujeres mata: femicidio en Costa Rica, 1990-1999". In: CORRÊA et al. (orgs.) *Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/UNICAMP, 2006, p. 405-438.
- SEGATO, Rita Laura. *Que és un feminicídio. Notas para un debate emergente*. Brasília: UnB, 2006.
- SEGATO, Rita Laura. Femi-geno-cidio como crimen en el fuero internacional de los derechos humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho. In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Eds.). *Feminicidio en América Latina*. Mexico, DF: Centro de Investigaciones de Ciencias Sociales y Humanidades; Universidad Nacional Autónoma de México, 2011, p. 245-248.
- VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. O caso Eloá: análise da abordagem de feminicídio na mídia. *Trabalho apresentado no Fazendo Gênero 9*, UFSC: Santa Catarina, Setembro de 2010.

Processos de criminalização e a participação feminina no tráfico de drogas

Criminalization process and female participation in drug trafficking

Jamile dos S. Carvalho^a

Resumo Este artigo tem como objetivo apresentar os embates colocados no campo teórico sobre a associação de mulheres em atividades ilegais e desviantes em momentos históricos distintos e apresentar as trajetórias de vida de jovens mulheres presas por tráfico de drogas e que se encontram em situação de prisão no Conjunto Penal Feminino de Salvador, Bahia. Para tanto, foram levantadas informações sobre seu perfil sociodemográfico, trajetória de criminalização e situação prisional, de modo a compreender suas histórias de vida até a chegada à prisão. Das suas narrativas emergem estratégias de sobrevivência no tráfico, assim como reflexões de como este comércio se utiliza de seus corpos menos visados pelas instituições de segurança para dar mais fluidez ao mercado ilegal.

Palavra-chave trajetória social, gênero, raça, ilegalismos, pobreza.

Abstract This article seeks to present the conflicts placed in the academic field about the association of women in the illegal and deviant activities in different historical moments and present the life trajectories of young women arrested for drug trafficking and who are in prison situation in the Conjunto Penal Feminino de Salvador, Bahia. For this study, information about their socio-demographic profile, criminalization trajectory and prison situation was collected to understand their life stories until their arrival in prison. Of their narratives emerge strategies of survival in trafficking, as well as reflections on how this commerce activity uses its bodies less targetes by security institutions to give more fluidity to the illegal Market.

Keywords social trajectory, gender, race, illegalisms, poverty.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre os contextos do envolvimento de mulheres no tráfico de drogas a partir de suas trajetórias de vida e em paralelo oferece um breve panorama sobre as abordagens históricas que

^a Socióloga e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.

tentaram explicar a participação das mulheres em atividades ilegais ou desviantes. As contribuições apresentadas aqui são resultados da pesquisa que objetivou reconstruir os itinerários sociais e o processo de criminalização de jovens mulheres presas por tráfico de drogas no Conjunto Penal Feminino de Salvador. As conclusões deste artigo se embasam numa investigação ancorada em estudos empíricos, da graduação ao mestrado, que já se encontram disponíveis para consulta pública¹.

MULHER, RACA, CRIME E PUNICAO: ENTRE O NATURAL DEIFICADO E A EMANCIPAÇÃO FEMININA

Tentativas de explicar o crime na sociedade não são iniciativas contemporâneas, anteriormente religiosos, médicos e reformadores sociais, disseminaram muitas ideias nesse sentido. No século XVIII, o jurista italiano iluminista, Cesare Beccária (1738 a 1794), foi o grande expoente da *Escola Clássica*, que acredita na liberdade individual na relação com o cometimento de crimes. A obra de Beccaria, *Dos Delitos e das Penas*, influenciou fortemente o contexto político da época, marcado pelo despotismo excessivo do poder clerical e por penas degradantes e cruéis. Beccaria inaugurou um período humanitário das penas, defendendo a sua individualização a partir da ideia de um direito natural a vida e a dignidade, inerente a todo ser humano, embora admitisse a possibilidade de penas com trabalhos forçados e prisão perpétua para algumas situações (BECCARIA, 2001; FOUCAULT, 2013; NÓBREGA JÚNIOR, 2015).

Em oposição a Escola Clássica, vimos emergir teóricos como Cesare Lombroso (1835 a 1909) figura importante para construção de uma “ciência” criminológica, que acreditava que determinados aspectos do corpo humano poderiam denunciar um potencial criminoso. O criminoso teria física e mentalmente, características primitivas, hereditariamente herdadas, existia assim o “*criminoso nato*”. Esta “ciência”, que acreditava no determinismo biológico, sobre o comportamento humano, passou a ser identificada como a *Escola Positiva*, por conta da sua associação com teorias positivistas, deterministas e evolucionistas, predominantes no momento de apogeu do racismo científico. É possível perceber na construção dessas duas escolas e, principalmente, nas ideias que as influenciam, que a ciência não

1 CARVALHO, Jamile dos Santos. *Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de prisão no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. Monografia: Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, 95 p. Ver também: CARVALHO, Jamile dos Santos. “*Nós Trafica, mas nós nunca tem nada*”: trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2018, 132 pg.

necessariamente caminha rumo ao progresso das ideias e a uma visão humanista e complexa da realidade social (NÓBREGA JÚNIOR, 2015).

O pensamento positivista, determinista e racista de Lombroso continua a pairar sobre o nosso imaginário social e principalmente sobre as instituições de justiça e segurança pública. Essa constatação mostra que embora algumas ideias que tenham sido hegemônicas em alguns contextos e momentos históricos, sejam refutadas pelos pensadores que se sucederam, não impede que elas se mantenham influenciando outras gerações de pensadores e instituições.

Lombroso (apud BARROS, 1998), também defendia a tese de que a prostituição seria um substituto da criminalidade feminina, fato que justificaria o menor número de delitos praticados por mulheres. Seguidor da frenologia² e da psicofísica, este autor desenvolveu pesquisas em penitenciárias femininas italianas, onde examinou presas e identificou características que compunham um perfil criminal: mandíbula acentuada, estrabismo, dentes irregulares, sexualidade exacerbada e lascívia, além da perversidade (MENDES, 2014). Segundo Mendes, para Lombroso as mulheres seriam fisiologicamente inertes e passivas e mais obedientes às leis que os homens, porém, seriam mais amoraes, engenhosas, frias e calculistas, características que às impulsionavam a prostituição, delito típico das mulheres, para este autor (MENDES, 2014).

Saindo da Europa e voltando os olhos para Salvador do final do século XIX e início do XX, mais especificamente entre 1830 e 1920, observamos uma intensa perseguição às mulheres que ousavam estar e viver no espaço público. Mulheres negras, africanas, escravizadas e livres, vendedoras ambulantes e mulheres brancas pobres, que se dedicam a prostituição, foram perseguidas pela nascente polícia local e figuraram nos primeiros registros policiais e judiciais da época (PINTO, 1973; ARAS; OLIVEIRA, 2003).

Ao analisar os registros policiais e judiciais de mulheres presas entre os anos de 1857 e 1899 na Bahia, Pinto (1973) chama a atenção para o fato de que muitas das prisões não se justificavam diante do Código Penal vigente naquele momento, o *Código Criminal do Império de 1830* que substituiu as *Ordenações Filipinas* portuguesa. Nos casos de prisões de mulheres encontradas no período, em Salvador e no interior do Estado, a autora chama atenção para o número elevado

2 A frenologia ou craniologia, muito utilizada na “escola moderna de criminologia italiana” por Lombroso, e na Escola de Medicina da Bahia por Nina Rodrigues, dedicou-se a identificação das raças, a conhecer o “estágio mental evolutivo” e fazer uma reflexão sobre o atraso e a fragilidades dos cruzamentos raciais. Influenciados pelos ensinamentos de Lombroso, os peritos da Medicina Legal, passaram a utilizar a frenologia para identificação de estigmas típicos de criminosos de modo a auxiliar na identificação de delinquentes (SCHWARCZ, 1993).

de prisões que eram nomeadas como, *infrações de postura, desordem, vadiagem e embriaguez*, associadas às chamadas áreas de *meretrício* e de comércio ambulante. Embriaguez, furtos, roubos e mendicância também figuravam entre os crimes pelos quais eram acusadas as mulheres.

Para Pinto (1973), a perseguição à prostituição e a mulheres livres que desempenhavam ocupações diversas na rua estava de acordo com uma política de higienização moral vigente naquele momento e sinalizava a situação de desamparo econômico das mulheres diante da ausência do poder patriarcal sobre mulheres solteiras e livres, sem pai, sem marido e sem dono. Para esta autora, a posse pela mulher, de sua própria vida e liberdade, constituía um desafio criminal a ser enfrentado na época. Assim, ela enfatiza que:

Na verdade, em uma sociedade patriarcal onde o elemento feminino restringe-se a permanecer, como esposa ou filha, ou sobre a proteção de algum senhor, as ruas da cidade são acessíveis apenas para um pequeno número de mulheres, aquelas que se põem a margem do sistema e que desembocam, por isso mesmo, para o mar de consequências advindas da situação marginal. (PINTO, 1973, p.44).

Ao analisar os registros de mulheres negras escravizadas, a autora destaca as prisões por penhora, por “*solicitação do senhor*”, por terem sido pegas em fuga, “*para correção de postura*” e “*encontradas em candomblés*” ou em “*batuques no Taboão*”, práticas que atentavam contra a moral e os bons costumes de uma cultura brasileira - inspirada no ideal europeu de civilização - e que iniciava seu processo de urbanização tendo que “dar conta” do enorme contingente populacional de pessoas negras na cidade. A prisão e a severidade nas punições aos escravizados, coerente com o código penal de 1830, estava de acordo com uma cultura racista e destinava-se a evitar que os costumes da elite branca fossem contaminados pelos hábitos populares e pelas culturas africanas (CORRÊA, 1998; PINTO, 1973).

Em 1829 a igreja sugeriu a extinção dos “*postes de açoite*” de escravos em praça pública, de modo a evitar a prática de castigo diante de oratórios e a nudez dos escravos defronte as “*Grandes Mulheres*” da sociedade. Nesse momento os donos de pessoas escravizadas, que viviam na cidade, começam a transferir a prática do castigo e da punição para o serviço público nascente (PINTO, 1973):

[...] mas o que releva, sobretudo, é o número de escravas presas a pedido de seus senhores, prisão correcional posta a garantir, no Brasil escravocrata, o poder disciplinar dos proprietários, sempre que lhes faltasse condição para efetuar

a dureza dos castigos previstos para os escravos insubordinados. Ocorrência, aliás, bem frequente ao tempo dos mucambos, menos providos que as senzalas de recursos para aplicação dos costumeiros açoites ou da reclusão a pão e água, recursos que não faltavam às prisões da época, conforme nos ilustra o relatório da Comissão de visitas às prisões civis, militares e eclesiásticas de 7 de agosto de 1829, em cujas sugestões se incluía a retirada do ‘poste em que se açoitam escravos, evitando-se não só a incidência de se praticarem castigos perto de oratório, como de se despirem homens defronte das grandes mulheres, e vice versa’. (PINTO, 1973, p. 48).

Nas décadas que se seguiram ao final do século XIX as mulheres passam a ganhar cada vez mais o espaço público no Brasil, antes de domínio predominante dos homens. Na Bahia da transição do século XIX para o século XX, as mulheres negras passam a ampliar sua atuação na rua com o trabalho em mercados e feiras livres em bancas de doces e quitutes diversos e na venda de miúdos. As mulheres também passam a dominar os serviços domésticos para fora, com isso aparecem às costureiras, bordadeiras, lavadeiras e outras tarefas que ampliam sua relação com a rua e a convivência com outros atores sociais. Mas a liberdade nascente no mundo do trabalho veio acompanhada de grande vigilância sobre o comportamento das mulheres, principalmente nas áreas de grande concentração da cidade (ARAS; OLIVEIRA, 2003).

No início do século XX o policiamento feito nas ruas atendia a uma política de controle social forjada a partir da criação do novo *Código penal de 1890*, que seguia uma nova tendência penal com o fim da escravidão e a constituição da Primeira República. Nesse momento havia uma grande preocupação por parte das elites, que o Brasil se tornasse um país civilizado, que caminhasse rumo ao progresso e a modernização, aos moldes dos países europeus. O novo código atendia a uma política de repressão máxima ao que se entendia como ociosidade e vagabundagem que se acreditava gerar todos os outros tipos de crimes. Mas a intenção do novo código iria muito além da disseminação de uma ideologia burguesa do trabalho, pretendia promover o controle social e limpeza das cidades sobre as populações indesejadas (ALVARES; SALLA; SOUZA, 2003):

As prisões dessas mulheres, da forma que ocorriam, estavam inseridas na nova política de controle social, instituída em 1912, no primeiro governo José Joaquim Seabra. Naquele ano, o recém-empossado governador nomeou Dr. José Álvaro Cova como novo chefe de polícia, que se destacou na ‘campanha contra a vaga-

bundagem' nas ruas de Salvador. Nesse mesmo ano, a segurança pública passou por um processo de 'modernização', com a criação da Guarda Civil da Bahia, pelo decreto de número 1.151, de 17 de agosto. Imbuído do ideário de modernidade, o governador compreendia que, para uma cidade que se compreendia civilizada, precisava-se de uma polícia moderna (ALVARES; SALLA; OLIVEIRA, 2003, p. 168).

Apesar das mulheres figurarem nos registros policiais e nos processos judiciais como criminosas, sua participação no crime esteve em menor número, o que despertou interesse de estudiosos de diferentes épocas. Serão as mulheres menos propensas ao crime? Terão elas internalizado valores e princípios morais que às deixam menos suscetíveis às tentações da criminalidade? As mulheres algum dia cometerão tantos crimes quanto os homens, especialmente quando virem a ocupar mais o espaço público? Essas foram algumas das questões que muitos autores especialistas em criminalidade feminina se colocaram.

Entre os/as autores/as que historicamente tentam explicar a menor incidência de crimes cometidos por mulheres em relação aos homens, encontramos os que a explicam como consequência da *constituição biológica feminina* (TIRADENTES, 1978 apud BARROS, 1998). Dentre estes, encontramos o penalista francês Granier (1958 a 1906), citado por Barros (1998), que aponta como causas da delinquência feminina a predominância da emoção sobre a razão nas mulheres e a ausência de firmeza de vontade, o que as tornaria mais influenciáveis e, consequentemente, levadas à prática criminosa. Tentando contrapor-se a esse autor, ainda encontramos Tiradentes (1978), que, no livro *Fatores determinantes da delinquência feminina*, afirma que a mulher não delinque menos que o homem, mas que seus crimes são encobertos por sua astúcia (TIRADENTES, 1978 apud BARROS, 1998).

Uma segunda vertente de explicação sobre criminalidade feminina atribuirá às mulheres uma suposta *insanidade mental*, a partir do cometimento de determinados crimes. Desse modo, segundo Lemgruber (1999), para Freud, o crime feminino representará uma rebelião contra o natural papel biológico atribuído à mulher e evidencia um "complexo de masculinidade"³. Esse mito acaba por produzir uma dupla condenação às mulheres: legalmente, através do processo criminal; e, socialmente, já que são consideradas biológica e sexualmente anormais.

Barros (1998), a partir de uma pesquisa no Jornal A Tarde, um dos principais periódicos da Bahia, identificou que, nas matérias sobre crimes cometidos contra

3 Para Freud, o complexo de masculinidade afeta o desenvolvimento da feminilidade. Seria o desejo da mulher de ter um pênis ou mesmo uma rejeição psicótica da diferença anatômica, em que a mulher acredita ter um pênis (SMART, 1978 apud LEMGRUBER, 1999).

crianças e pessoas idosas por mulheres, os casos eram comumente classificados como insanidade pelo discurso jornalístico, já que, devido a seu “instinto maternal”, estas seriam “naturalmente” incapazes de cometer este tipo de crime. Dessa forma, verifica-se que há uma expectativa sobre o crime feminino, que está intimamente associada às convenções de gênero⁴ e modelos de feminilidade. Ao romper com o que convencionalmente se espera de uma mulher, esta estaria indo contra seu padrão de gênero. Assim, se passaria, no discurso jornalístico, a representação da delinquente e a da doente mental.

A década de 1970 é o período que marca o rompimento com explicações baseadas em fatores biológicos ou psíquicos sobre o comportamento desviante. Nesse momento, surge a ‘teoria dos papéis’, que tenta demonstrar as consequências da diferente socialização das meninas na cultura ocidental. Tal teoria defende que a diferenciação no processo de socialização estaria relacionada ao tipo de crime e à natureza da participação das mulheres em delitos (LEMGRUBER, 1999). Porém, essa linha de explicação deixa lacunas, já que não explica as motivações que levam as mulheres a romperem com seu padrão de gênero. Essa linha de entendimento também não discute a divisão sexual do trabalho e as hierarquias de gênero na sociedade, elementos fundamentais para entender distinções de gênero (SMART, 1978 apud LEMGRUBER, 1999).

Segundo Lemgruber (1999), há ainda os autores que associam o crescimento das taxas de criminalidade feminina ao surgimento dos Movimentos de Libertação Feminina, já que à medida que as mulheres tentam igualar-se aos homens, tendem ao crime com maior frequência. Para essa autora, a relação causal entre Movimento de Libertação das Mulheres e o aumento da criminalidade feminina ignora as mudanças materiais e estruturais na vida das mulheres, a própria demanda pela mão de obra em épocas de crise e expansão econômica, que não estão diretamente ligadas à luta pela igualdade entre os sexos (SMART, 1978 apud LEMGRUBER, 1999). Esse tipo de pensamento está calcado na ideia de uma reprodução, pelas mulheres, de comportamentos tidos como masculinos, violentos, e de um empoderamento às avessas, que associa o aumento da criminalidade feminina a um sinal de que as mulheres conseguiram a tão almejada igualdade, que, em última análise, significaria ser igual ao homem.

4 Convenções de gênero são conjuntos de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam essas mesmas convenções e suas práticas (BONETTI; FONTOURA, 2007).

Na primeira edição de Cemitério dos Vivos, em 1976, Julita Lemgruber, contrariando em parte a perspectivas expostas acima, afirma que, à medida que as disparidades socioeconômicas e estruturais entre os sexos diminuíssem, haveria um aumento recíproco da criminalidade feminina, o que levaria a um crescimento acentuado da população de presas no Brasil. Todavia, essa tese não se sustentou, como colocado pela própria autora no prefácio à segunda edição, em que a mesma refutará sua hipótese:

Entre 1976 e 1997, a participação da mulher na força de trabalho no Brasil praticamente dobrou e não houve mudança proporcional e significativa na composição da população de presas, seja em nosso estado, em nosso país [...] (LEMGUBER, XVI, 1999, p. XIII).

Ainda segundo Lemgruber, “*esta constatação leva a crer que outras variáveis explicam as diferenças nas taxas de criminalidade e encarceramento feminino e masculino*” (LEMGUBER, 1999, p. XVI). A partir da experiência da autora, observa-se a necessidade de atentar para o fato de que a criminalidade feminina não deve ser explicada linearmente numa relação de causa e efeito – movimentos de libertação das mulheres e criminalidade; participação na força de trabalho e criminalidade – mas a partir de um grupo de fatores que gerarão um conjunto de dispositivos, com uma cadeia de efeitos entrecruzados e interseccionais (SOUZA, 2009; CRENSHAW, 2002).

Há ainda autores que tentaram entender o número reduzido de crimes cometidos por mulheres à luz das teorizações de gênero, argumentando que a pouca visibilidade do crime feminino se deve ao controle da sociedade patriarcal exercido sobre o feminino e a bipolaridade da esfera público-privada. Para esses autores e autoras, a mulher encarcerada nega o mito do feminino deificado⁵, tornando-se a sua antítese. Dessa maneira, o crime feminino confronta a ordem patriarcal que subestima sua capacidade de delinquir (SOUZA, 2009).

A pouca visibilidade das mulheres no mundo do crime, bem como nos estudos sobre criminalidade no Brasil, também pode ser atribuída ao lugar que estas historicamente ocuparam nos estudos sobre criminalidade e violência no Brasil – o lugar de vítima – além do fato de que a elas sempre foi negado o domínio do espaço público – ainda que fosse expressiva a presença de mulheres negras e

5 Diz respeito a uma caracterização da mulher como ser frágil, submissa, passiva, sem poder na área pública, educada para ser mãe, como base no modelo de Maria (SOUZA, 2009)..

pobres, por exemplo, nas ruas das cidades brasileiras desde o período escravagista –, espaço de referência para homens e onde os crimes mais comumente ocorrem. Assim, é possível dizer que historicamente houve um processo de rotulação das mulheres tão somente como vítimas de violação de direitos, o que as invisibilizou como potenciais criminosas e como presas, e que, por conseguinte, reforçou os essencialíssimos de gênero e dificultou a implementação de políticas públicas para esse segmento populacional.

MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS: ENTRE A INVISIBILIDADE E A PARTICIPAÇÃO ÚTIL

Para Michel Misso (1997), o incremento do consumo de cocaína que ocorreu no Brasil a partir da década de 80 se associa ao aumento da violência nas grandes cidades brasileiras. Entre as décadas de 70 e 80 ocorre uma mudança no padrão da criminalidade encontrada nas estatísticas criminais no Brasil, caracterizada pela predominância de crimes de roubo, estelionato e assaltos. Segundo esse sociólogo, houve no Brasil uma mudança de investimento criminal que substituiu atividades mais arriscadas por uma atividade mais lucrativa como o tráfico de cocaína. Essa mudança levou em consideração uma avaliação de “*custo/benefício*” em relação às diferentes mercadorias criminalizadas “*bens roubados/drogas*”, mas possivelmente, também, uma avaliação moral em relação à negociação da venda de roubo e da venda de drogas.

Michel Misso defende que a organização do tráfico de drogas pode ser dividida em dois momentos, uma fase de maior controle sobre os lucros e a venda da droga e uma segunda fase em que o tráfico se pulveriza, e é segmentado a partir dos territórios. Esta última seria marcada pela violência no controle e tentativa de monopólio da venda de drogas. A guerra entre grupos de diferentes territórios se tornaria uma constante e a repressão policial mais violenta. É também nessa fase que a organização do tráfico se especializa, fazendo surgir funções específicas no comércio varejista de drogas (gerente, vapor, avião, fogueteiro, mula...) e as mulheres passam a figurar aí. Estas, sendo utilizadas ou utilizando-se dos seus corpos menos visados pelas instituições policiais, ocupam uma posição estratégica na venda de drogas. É a partir desse período que começamos a presenciar mulheres apreendidas comercializando ou transportando drogas, contribuindo, assim, para um aumento significativo do encarceramento feminino (BARCINSKI, 2009).

Nos estudos sobre a participação das mulheres em atividades criminais e mais especialmente no tráfico de drogas é muito comum encontrarmos um tipo interpretação, que recaem na dicotomia masculino *versus* feminino, como categorias universais que condensam todas as experiências possíveis de se vivenciar esses

lugares. Nesse tipo de interpretação a experiência das mulheres é invisibilizada e suas vivências em “[...] diferentes contextos históricos e culturais” é suplantada por uma categoria que se supõe determinante (BAIRROS, 1995).

Em alguns trabalhos sobre a participação das mulheres em crimes, por vezes vemos uma ênfase muito grande em entender porque as mulheres cometem crimes, como se isso não fosse possível às mulheres. Frequentemente estas são tratadas, nas entrelinhas do discurso, tão somente como vítimas e nunca como agentes que podem ser, de atos transgressores. Sua agência no engajamento de atos desviantes é soterrada e a sua trajetória no crime é descrita sempre sobre a égide da violência de gênero, do machismo e do homem. Frequentemente são descritas na literatura como coadjuvantes, como vítimas, como ocupando um lugar menor e nunca um lugar de poder. Suas próprias interpretações, sobre seu engajamento em atividades criminais, a contradição nas suas narrativas, seus momentos de prazer, resistência e de exercício de poder, nunca aparecem. Tudo se organiza de modo a nos fazer crer que é mais um caso onde as mulheres são vítimas da sociedade. Nesse tipo de interpretação seus feitos e estratégias para dar fluidez ao comércio de drogas, dialogando com os estereótipos de raça e gênero a seu favor, por exemplo, ficam nas sombras subjugados por uma narrativa hegemônica, por uma *única história*⁶.

Como nos ensina Adichie em o *Perigo de uma única História Única*, contar histórias sobre a vida de outras pessoas é um ato muito poderoso e esse poder se revela quando se faz histórias definitivas sobre as pessoas, história que se retroalimentam e se reproduzem no nosso imaginário como a única história possível sobre aquelas pessoas.

Todas essas histórias fazem-me quem eu sou. Mas insistir somente nessas histórias negativas é superficializar minha experiência e negligenciar as muitas outras histórias que me formaram. A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história (ADICHIE, 2009, on-line).

A ideia não é defender “nossa lugar no crime”, nem que as mulheres sejam vistas como “protagonistas no crime” ou “lideranças no tráfico de drogas”, muito menos dizer que as mulheres não sofrem violências nas suas relações sociais dentro do tráfico, não se trata disso. Sabemos que, assim como na sociedade mais ampla,

⁶ Palestra proferida em outubro de 2009 “Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história” Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br. Acesso em 24/08/2016

se reproduzem na dinâmica do tráfico de drogas e na ação de seus agentes uma série de violências, de gênero, de raça, de orientação sexual e até religiosas, às quais as mulheres certamente são mais vulneráveis, principalmente se intersectadas por classe, raça e orientação sexual não hegemônica, por exemplo. Mas essas violências estão presentes em toda sociedade e se reproduzem nas mais diferentes relações sociais. Nosso desafio é justamente perceber as especificidades dessas violências estruturais sobre as experiências e percepções desse grupo social.

Vivemos numa sociedade sexista, onde as mulheres estão em desvantagem no exercício do poder nas mais diferentes esferas sociais e é igualmente verdade que cada vez mais as mulheres estão presentes nas redes de ilegalismos que atravessam o universo do tráfico de drogas, seja por conta da necessidade econômica de manutenção da vida, seja pelos micros poderes que estes lugares conferem a quem a eles se associa. São poderes locais e particulares, invisíveis aos olhos de quem os enxergam por categorias muito rígidas e previamente formatadas. As mulheres também desenvolvem suas estratégias de sobrevivências, resistência e subvertem os padrões de gênero e lugares esperados para elas nessas organizações (LOURO, 1997). E são estas outras histórias que também pretendo dar vazão aqui, histórias de vida que não podem ser interpretadas apenas como se as mulheres fossem mero objeto sexual dos homens, como se fosse essa a única experiência possível, a se viver nesse contexto:

Há duas versões do pensamento feminista [universalista] que explicitamente tentam definir a mulher com base em experiências tidas como universais. A primeira colocada é a maternidade [...] A segunda toma a sexualidade, entendida como forma de poder que transforma a mulher em objeto sexual do homem, como a experiência capaz de unificar todas as mulheres. Dessa perspectiva, a mulher tende a ser interpretada como vítima de um poder definido como intrinsecamente masculino. Também nesse caso a tentativa de generalizar experiências fracassa. (BAIRROS, 1995, p. 458 e 459; grifos colocados).

As experiências das mulheres são por demais diversas para caber num único modelo interpretativo, com isso precisamos estar atentas às mudanças na dinâmica social e principalmente às falas destas mulheres sobre suas experiências. O que é tido como uma situação opressora é fruto de uma leitura baseada em pressupostos morais, políticos, culturais e econômicos. Ser mulher negra, periférica e participante de atividades ilegais, como o tráfico de drogas, produz outros olhares e interpretações sobre a mesma realidade, e talvez esteja aí nesse último

ponto a chave para não cometer o erro de reproduzir uma “*história única*” sobre elas (ADICHIE, 2009).

Não se trata de disputar perspectivas, é consenso que a violência de gênero existe dentro das organizações de tráfico de drogas, e que o dinheiro e arma empoderam ainda mais os homens. Política e teoricamente filio a esse entendimento. A questão aqui é entender como se dá o itinerário dessas jovens mulheres pelo tráfico, é apresentar outras narrativas e suas percepções, além de conhecer suas motivações, interpretações, mas também seus condicionantes, que impulsionam seu engajamento e que às vulnerabilizam nessa relação de poder que “[...] é exercida em muitas e variadas direções” (LOURO, 1997, p. 38).

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: CARREIRA, PERFORMANCE E SUBSISTÊNCIAS NO TRÁFICO DE DROGAS

Ao longo dos relatos que seguem abaixo as entrevistadas expõem seu percurso de vida, processos de criminalização e trajetórias marcadas pela pobreza extrema e violência de gênero. Em paralelo emergem falas sobre sua relação com o tráfico, afirmação nessa ocupação, performance e estratégias na venda de drogas.

As entrevistas começam por Juliana⁷, minha principal interlocutora na pesquisa. Juliana me apresenta seu itinerário no tráfico em diferentes níveis da hierarquia na venda de drogas. Jovem, negra e mãe de uma menina que teve aos 15 anos, Juliana estava em franca ascensão na sua carreira, aos 19 anos. Ela ascende da condição de “*olheira*” para a que vai fazer o “*confere*” da droga. Sua participação na estrutura laboral do tráfico tem início na função de “*olheira*”, com aproximadamente 12 anos. Ela observava a entrada da polícia no bairro⁸ e deslocava a droga de uma casa para outra, já que, segundo relatou, quando a polícia entra no bairro, já sabe onde fica a droga, a partir de um trabalho de investigação. Com 13 anos, Juliana já pegava um “*jogo*” para vender. O jogo é uma composição de “*dolinhas*” de maconha que custaria 200 reais à época da entrevista. Com esse jogo, o lucro é de 50 reais. Com seu trabalho de olheira, passou a ganhar a confiança de seu irmão, que lhe confiou seu primeiro “*jogo*” e, a partir daí, foi ampliando suas vendas e colocando outras pessoas para vender para ela.

Quando indagada sobre o que já fez no tráfico de drogas e onde as mulheres estão, Juliana me contou que, durante toda a sua trajetória no tráfico, vendeu dire-

7 Todos os nomes aqui apresentados são fictícios, de modo que possamos preservar a identidade das entrevistadas.

8 Os bairros relatados pelas entrevistadas foram suprimidos, de modo a preservar a identidade das entrevistadas. Apenas os municípios foram mantidos nos relatos.

tamente ao consumidor, mas que também corta e embala a droga para o dono da boca, com quem compra a droga que revende. Também relatou que pega drogas e armas junto a fornecedores na região e que já foi algumas vezes ao Rio de Janeiro e São Paulo “fazer o confere” de uma mercadoria que veio para Salvador. Sobre esse último episódio, ela relatou que esteve no Rio de Janeiro para conferir a qualidade de uma mercadoria que vinha para Salvador, mas que foi e veio de avião, e a mercadoria levada de carro por outras pessoas do Rio de Janeiro para Feira de Santana, onde ela se encontra com os transportadores e a leva para Camaçari, sua cidade de moradia e atuação. Esse relato evidencia o nível de participação e articulação da entrevistada na estrutura do tráfico de drogas e sua crescente ascensão na carreira, interrompida pela sua prisão, aos 19 anos.

Durante minha conversa com Juliana perguntei onde estão as mulheres no tráfico de drogas, e ela me diz que estão na venda direta, na esquina, como olheiras, levando drogas para o presídio, no corte e embalagem da droga, mas, principalmente, no transporte da mercadoria de um lugar para outro, pois as mulheres chamam menos atenção, principalmente quando estão com crianças. Mas Juliana também coloca que é muito difícil um traficante admitir uma mulher para vender no varejo, pois, normalmente, supõe-se que as mulheres não aguentam apanhar da polícia: “Quando apanham, elas contam logo tudo, tem que ser uma pessoa fria, que aguenta apanhar...”. Ao ser pegas, algo comum entre os que estão na ponta da comercialização, elas entregariam o traficante.

Juliana também revela que é comum a presença de crianças no meio dos traficantes, pois servem para comprar lanches, fazer pequenos favores e ficar como olheiras. A entrevistada também relata que, para vender, é preciso ter atitude e postura para estar no meio dos homens: “Falar pouco, ficar sempre em alerta e só resenhar no meio dos seus colegas”. Aqui, me pareceu que a entrevistada estaria falando de uma posturaativa e intimidadora, uma performance corporal associada ao sexo masculino e que não seria comum às mulheres. Também destaca que não se pode falar muito, conversar demais sobre o que acontece na rede de tráfico; há que se ter uma postura vigilante.

Durante nosso primeiro contato, Juliana me mostrou algumas de suas tatuagens, uma delas era uma carpa localizada na região da costela. Segundo Juliana, a carpa é uma tatuagem muito comum entre traficantes. Denota poder e ascensão na estrutura do tráfico de drogas e é um símbolo de afirmação de uma atitude criminosa e corajosa frente à polícia. Juliana me diz que sua carpa está com a cabeça para cima e isso simboliza sua facção. Também indaguei Juliana sobre o dinheiro que teria ganhado nesse tempo no tráfico de drogas. Perguntei

se ela tinha conseguido comprar algo mais sólido, que a ajudasse a tocar sua vida após a prisão, fora do tráfico, como ela me diz querer viver, mas me contou que, embora já tenha posto a mão em grandes quantias de dinheiro e inclusive tenha tido várias contas em seu nome, não lhe sobrou muita coisa, depois de quase três anos de prisão. Juliana diz que as contas eram de seu patrão no tráfico e, com sua prisão, parte do dinheiro teria sido retirado por ele e algumas contas bloqueadas pela justiça. Segundo a mesma, o único dinheiro que ela continuou recebendo depois da prisão foi a pensão que seu pai lhe teria deixado quando morreu e que ela recebeu até completar 21 anos, mas que já não recebe mais; e o aluguel de sua casa, que é administrado por sua mãe. Na nossa última conversa, perguntei se o “pessoal” do tráfico não paga seu advogado e se não recebe nada deles. Então, ela me contou que sempre sinalizam que se ela precisar pode pedir, mas ela não quer, porque, quando sair da prisão, terá que recompensar o favor. O único bem que a entrevistada relata ter é uma casa no bairro onde sempre viveu, comprada com o dinheiro que seu pai lhe deixou.

Voltando a sua experiência no tráfico, perguntei o que ela fazia com o dinheiro que recebia quando estava fora da prisão e ela me contou que gastava com roupas (saias da Ciclone, sandália Kenner e blusa da BilaBong), festas e com os amigos. Pagava para eles muita bebida e drogas, mas também gastava com viagens para o interior, principalmente para cidade de Santo Antônio de Jesus, onde seu grupo de tráfico tem parceiros. Também perguntei se ela não frequentava shoppings para se divertir com seus amigos. Porém, ela me contou que pouco ia ao shopping, porque sabia que estava sendo procurada pela polícia e por traficantes rivais e que, aventurando-se pela rua, poderia ser pega a qualquer momento. Ela me contou, ainda, que costumava se divertir no bairro, com os amigos com quem morava. Pelo que disse, morava numa casa com mais três adolescentes, todos trabalhavam para ela na venda de drogas, o que a levou a ser acusada de aliciamento de menores.

Em franca ascensão na estrutura do tráfico de drogas na sua região, Juliana se tornou o braço direito do seu irmão no gerenciamento da venda de drogas em uma localidade do município de Camaçari e em outra localidade em Salvador. A mesma também ganhava notoriedade entre grupos rivais ao seu e, principalmente, era notada pela polícia, que sabia de sua ligação com grandes traficantes da localidade, incluindo seu irmão.

Sempre que eu retornava ao CPF depois de algum tempo sem ter contato com minhas entrevistadas perguntava como elas estavam, como passaram aquela semana. E foi por conta dessa pergunta inicial que vi, pela primeira vez, um semblante de preocupação e temor por parte de Juliana. Sempre muito segura e

confiante de suas atitudes, ela me contou que foi chamada a depor no processo de seu ex-namorado, preso antes dela e com quem não manteve relacionamento após ter sido presa, embora ele tenha demonstrado interesse em ter suas visitas.

Temendo que ele tivesse ficado sabendo de outros relacionamentos que ela teve após sua prisão, preferiu não o visitar, nem antes, nem depois de ser presa. Ela me conta que ele é um grande traficante da região de Camaçari e que foi preso na época que namoravam, por assassinato e tráfico, e que os policiais sabiam que eles eram namorados e ela foi citada no processo dele, por isso a intimação para depor. Ela me contou ainda que foi chamada a depor contra ele, como testemunha de acusação, mas que temendo represália a si e sua família fora da prisão, liga para ele e diz que não contará o que sabe, mas que precisará depor, porque já está presa e não pode se negar a ir. Embora me diga que já está tudo acertado com ele e seu advogado, sempre que nos vemos, ainda que de relance, ao passar pelo seguro apenas para cumprimentá-la, ela me diz que se aproxima o dia do depoimento, o que a tem deixado ansiosa.

Nesse momento é possível notar a vulnerabilidade em que estão sujeitas as mulheres na estrutura do tráfico de drogas, em função de relacionamentos “amorosos”. O fato de ser ela irmã de um grande traficante e ela mesma uma pessoa que começa a ganhar notoriedade como tal, apesar de toda sua postura alta e intimidadora, teme sua morte e represarias a sua família. Diante da possibilidade de que seu ex-namorado saiba de sua traição, assim como acontece a outras mulheres na vida social mais ampla, Juliana teme por sua vida. Esse é um tipo de vulnerabilidade a que as mulheres estão sujeitas na organização do tráfico de drogas, entendendo esta como uma organização que vai muito além do papel de gerir comercialmente a venda de drogas, mas que tem o poder de organizar o modo e a vida dos que dela dependem, direta e indiretamente.

Ser traficante não faz Juliana imune à violência doméstica e ao feminicídio, ao contrário, intensifica sua vulnerabilidade, especialmente à violência letal. O temor de Juliana não é banal, ela quebra com um código de conduta importante para as mulheres de homens presos: “fortalecer o cara na cadeia”. Não ser fiel a seu companheiro ou abandoná-lo no cárcere, pode custar muito caro a vida dessas mulheres, e elas sabem disso, sabem que não fazer é quebrar uma norma fundamental da cultura criminal, de manutenção da vida prática, afetiva e sexual do homem no pós prisão.

Para as mulheres que têm companheiros presos “tirar cadeia” junto com ele, fora da prisão, é algo automatizado e que fica muitas vezes travestido de “amor, de parceria, de cumplicidade”, quando pode ser apenas medo. Com isso, não quero

aqui dizer que os relacionamentos que ocorrem entre pessoas presas ou entre uma pessoa presa e outras que estão livres sejam sempre pautados pela obrigação, pela relação comercial ou pelo medo. É notório, diante da cena que se vê do lado de fora da prisão – centenas de mulheres, mães, irmãs e companheiras, a espera da visita de seus entes queridos – que existe afeto nas relações. Fora disso, o que levaria mulheres a se submeterem a constrangimentos e humilhações, ficarem horas em filas, ter seus pertences e alimentos revirados e pior, passarem por revista vexatória, se não por grande afeto? Sim, é nítido e irrevogável que o afeto regula essas relações dentro e fora da prisão, mas aqui não poderia deixar de relatar a exceção à regra, os excessos, os abusos e a manipulação desses afetos, ou o que é feito em nome dele. Não poderia deixar relatar os casos excepcionais, o não amor, o amor abusivo, o amor que violenta, que subjuga, que se vale deste para realizar transações comerciais, transações às quais as mulheres, fundamentalmente mulheres negras, estão submetidas.

Ao longo desses quase cinco anos em que estive dialogando com mulheres presas, por diversas vezes observei, que, ao falarem sobre seus relacionamentos, com homens que também estiveram presos, enquanto elas estavam na rua, diziam: *“Eu tirei a cadeira dele toda”*, ou seja, ficou com a pessoa, fazendo-lhes visitas frequentes durante todo cumprimento da sua pena. Essas falas formam um ordenamento moral poderoso, que se revela através de categorias nativas como “fortalecer” e “não deixar na falta”, para justificar e ao mesmo tempo socializar as mulheres para a obrigação a que estão sujeitas durante o cumprimento da pena de seus companheiros, a obrigação de nunca os deixar sós. No entanto, Juliana quebra com todos esses códigos da “carreira moral”, e “mulher de preso”, quando, além de decidir não o visitar, passa a manter diversos relacionamentos públicos na sua comunidade, diante dos “parceiros” do seu ex-namorado.

As vulnerabilidades a que estão sujeitas as mulheres numa rede de tráfico são diversas, duais e ambíguas. A mesma pessoa que às vezes parece ter um discurso tão organizado e ser tão corajosa nas suas atitudes no crime apresenta temor diante de um ex-companheiro violento, como qualquer outra mulher. As vulnerabilidades também podem ser de ordem econômica, como parece acontecer no caso de outras mulheres por mim entrevistadas, como o caso de Ivana, outra mãe solteira, que além de tentar garantir o seu sustento e o de sua filha, precisava garantir o sustento de sua família ascendente.

Ivana foi minha segunda entrevistada, negra, mãe de um menino que teve aos 15 anos, Ivana sempre morou no centro histórico de Salvador, até aos 20 anos quando ocorre a sua prisão. Durante nossa conversa, perguntei a Ivana se seu

primeiro companheiro vendia drogas e ela disse que não, que ele sempre trabalhou como segurança e que nunca foi preso. Então perguntei como começou a vender drogas e se já vendia durante o período em que esteve casada, dos 12 aos 18 anos de idade, e ela me diz que só começou a vender depois que se separou. Ivana, que espontaneamente diz que é “caveira⁹”, relata que começou a vender drogas depois que retornou para a casa de sua mãe. Ela conta que precisava ajudar em casa e ter suas coisas. Então, resolveu pegar 5g de pedra (crack) que custa 100 reais e mais 5g de maconha, que custa 50 reais e começou a vender na região do Centro antigo. Ivana faz questão de enfatizar que sua primeira compra foi no dinheiro e que prefere não fazer dívida com o traficante, considerando que fazer dívida e não pagar pode custar a sua vida. Quando perguntei se é difícil para uma mulher vender drogas, ela relatou:

É mais fácil para as mulheres do que para os homens. Para os homens é mais fácil conseguir em grande quantidade. Tem gente que não confia em mulher, acha que a gente vai quebrar e muitas que pegam para pagar depois se quebram mesmo; às vezes, a polícia pega, aí o traficante não quer nem saber, tem que pagar. (Depoimento concedido a autora por Ivana)

Perguntei se na região do Centro, onde ela traficava, havia mais mulheres ou homens traficando e ela disse: “*Mulheres, porque, quando tem as batidas, a gente bota na calcinha e pronto. Aí, a gente diz que tava alifazendo vida*”. Esse relato de Ivana evidencia as estratégias utilizadas pelas mulheres para dar fluidez ao tráfico de drogas, garantindo que a mercadoria chegue a todos os tipos de consumidores, com menor prejuízo possível. Vale ressaltar que o tráfico de drogas praticado no Centro Histórico de Salvador e seu entorno tem características muito específicas, em função do policiamento intenso no local, mas também pelo grande número de usuários de crack em situação de rua que se concentram na região. Nesta região, o tráfico costuma colocar mulheres na linha de frente da venda em função das abordagens frequentes feitas pela polícia militar nessa região, principalmente sobre os homens, que geralmente fazem a segurança e ficam de olheiros para essas mulheres.

Outro caso é o da entrevistada Júlia, que é uma jovem negra de 28 anos, mãe de 2 meninas e moradora da Ilha de Vera Cruz. Comecei a entrevista perguntando

⁹ Facção de tráfico de drogas presente em Salvador que domina a venda de drogas na região no Centro e também nas Ilhas.

a ela como foi sua experiência no tráfico, quando ainda vendia, já que afirmou em momento anterior da entrevista, que não estava mais vendendo drogas quando da sua prisão. Júlia relata que nunca se dedicou apenas à venda de drogas, que sempre fez outras coisas e que a venda de drogas acontecia em paralelo a suas outras atividades profissionais. Ela diz que é muito difícil arrumar emprego na Ilha, seu local de moradia antes da prisão, e que as coisas são muito difíceis, por isso o recurso à venda de drogas sempre era acionado, pois não é necessário nenhum investimento inicial, “*você pega um jogo¹⁰, vende, tira o dinheiro do traficante e fica com seu lucro*”.

Percebemos nesta e nas outras entrevistas que para uma jovem passar a vender drogas, pegar um “*jogo*”, não precisa de nenhum investimento prévio e a venda pode ser autônoma e rápida. A pessoa tanto pode vender por conta própria, ou seja, pegar a droga, vender, tirar seu lucro e logo pagar a parte do traficante, como pode também vender para “ele”, como uma espécie de “*funcionário*”. Você também pode pagar antes de pegar, como aconteceu com Ivana, pois temia não conseguir pagar depois. Outro dado relevante que emerge da fala de Júlia é o fato de que o tráfico não era a sua única atividade comercial em sua vida. É comum no relato das entrevistadas, afirmarem que tinham outras atividades em paralelo à venda de drogas, seja porque o lucro desta venda não era suficiente para manutenção de suas vidas e de sua família, seja para despistar familiares e até mesmo a polícia sobre a fonte de seus recursos ou ainda porque o tráfico era acionado em momentos de crise, quando precisam reerguer-se financeiramente depois de “*quebrar sua guia*” de cerveja e ou de roupas, por exemplo. As mulheres também se colocam como mais cautelosas, suspendem a venda quando percebem algo suspeito e levam temporadas sem vender, esse dado aparece também nas repostas de outras entrevistadas.

Os usuários que vendem na “ponta” são chamados de *Jóqueis* e é assim que Júlia se identifica. Ela conta que cada *Jóquei* procura sua “*boca*”, ou seja, seu ponto de venda de drogas e é comum que esse ponto seja junto com outras pessoas que também vendem. O termo *Jóquei* é utilizado para definir o traficante que trabalha na ponta da comercialização da venda de drogas. Estes são iniciantes, jovens, homens ou mulheres, mas que têm como característica estar na ponta da comercialização da droga (CONCEIÇÃO, 2015).

¹⁰ Jogo, na gíria do tráfico, é como se chama um conjunto de peças de drogas embalada para venda. Pode ser um jogo de pedras de crack, ou de maconha. Também é possível comprar na grama, que dá mais lucro, mas precisaria de um investimento inicial em dinheiro.

Os jóqueis desempenham a função de vender as mercadorias da boca, é dele a função de lidar diretamente com os clientes de modo rápido, para não chamar atenção das demais pessoas, isso lhe rendeu essa interessante nomeação. Para ser jóquei tem que saber contar, pois erros na contabilidade ou falta de mercadoria acarretam punições (CONCEIÇÃO, p.83, 2015).

Ela me disse que onde mora todo mundo é da mesma facção (*Caveira*). Por isso, não há disputa por pontos de venda como ocorre em Salvador. Assim, é possível vender sem disputa e sem conflito. A boca pode ser numa rua, ou no meio do mato, assim como pode não haver “boca”, a droga fica na mão da pessoa que vende e quando outros ligam é levada para algum ponto.

Outro caso expressivo para compreender a forma como as mulheres são recrutadas nas redes ilegais de tráfico de drogas pode ser encontrado na trajetória de Ellen. Ela é uma jovem negra de 22 anos, mãe de uma filha de teve aos 15 anos, assim como as entrevistadas anteriores. Ellen recebeu o primeiro convite para transportar drogas aos 20 anos. Sua primeira atividade para o tráfico foi levar uma mala com drogas para Feira de Santana. Ellen disse que não sabia ao certo que drogas levava, mas sabia que eram 15 quilos. Para fazer essa viagem, ganhou 500 reais pelo serviço e mais 300 para despesas com a viagem, ônibus, alimentação e moto-taxista, que a levou ao local exato onde a droga deveria ser deixada. Nesse momento perguntei a Ellen o que ela fazia com o dinheiro que recebia e ela me informou que trabalhava para se sustentar e que com o dinheiro que sobrava ia para shows, comprava roupas da *Cyclone*, gostava de comprar na loja da *Mahalo*, comprava roupas da *Lacoste*, comprava roupas sociais e comia no *Subway*. O gosto de Ellen por marcas caras e famosas está de acordo com hábitos de consumo comuns aos jovens pobres soteropolitanos de sua geração. Em suas respostas, Ellen revela que ela é uma jovem como qualquer outra, sujeita aos apelos para o consumo das grandes marcas. Ellen gasta os poucos recursos da venda de drogas com roupas e entretenimento, como shows e idas ao *shopping* para comer em grandes lanchonetes, algo muito comum aos jovens de sua idade que precisam consumir para existirem e serem vistos no seu meio social.

Ellen contou que após seu primeiro carregamento de drogas passou a fazer disso sua atividade para viver. Além de Feira de Santana, já entregou drogas nas cidades de Itaberaba, Rui Barbosa e Irecê e quando foi presa guardava numa casa 10 kg de maconha, 156 comprimidos de LSD, 125 de Êxtase que esperava ordem para ser entregue em algum lugar. Também relatou que já recebeu 300 reais para trazer duas armas de um município o interior da Bahia para Salvador, mas

diz que nunca vendeu drogas diretamente ao consumidor final. Em sua opinião, vender a droga é uma atividade mais arriscada que a sua, porque sempre acaba em confronto com a polícia. Diz que depois que passou a transportar drogas, passou a trocar com frequência o seu local de moradia, já que sua atividade exige que ela não fique por muito tempo num mesmo local. Dos 20 aos 22 anos, viveu em 6 bairros diferentes até ser presa, sempre morando de aluguel ou em casa de amigos. Essas mudanças também se associam a uma série de estratégias de sobrevivência no seu percurso no tráfico.

Carla foi a única das minhas entrevistadas que se identificou como branca. Esta é uma jovem paulista de 26 anos e mãe de três filhos, sendo que o primeiro nasceu aos 17 anos. Perguntei a Carla como chegou a Salvador e o que a levou a estar presa por tráfico de drogas aqui, já que residia no Estado de São Paulo. Então ela me contou que, ao se separar do seu segundo companheiro conheceu uma mulher com quem passou a ter amizade. Ela morava próximo a sua casa e ocorreu de frequentar o local, um ponto de refino de cocaína. Carla conta que, num primeiro momento, as idas a casa eram apenas para se divertir e tomar cerveja com essa amiga e os homens que frequentavam o local. Todavia, logo começou a ganhar roupas de presentes, o que a deixou muito feliz, já que passava por um momento difícil na sua vida, separada e com dois filhos pequenos, e logo vieram os primeiros pedidos e favores.

Carla conta que, num primeiro momento passou, a pedido do grupo, a se deslocar para a rodoviária de São Paulo buscar mulheres que iam de Salvador para São Paulo para pegar drogas no local. Perguntei se ganhava pela atividade, mas ela me disse que não, que era um gesto que não lhe custava nada e que não lhe parecia errado, já que quem levava as drogas eram as mulheres e não ela. Dizia fazer pela amizade que tinha com o grupo que acabara de conhecer, era um fazer e não uma ocupação. Pergunto como eram essas mulheres que buscava, e ela informou que eram todas jovens e que nunca tinham ido a São Paulo. Por isso, os favores que prestava se tornaram frequentes. Essas jovens eram levadas para essa casa onde passavam a noite e retornavam no dia seguinte, levando a droga. Sobre esse período, relatou que não estava trabalhando e passava dificuldades com seus filhos, após a separação do seu último companheiro. Então, passou a deixar as crianças com sua mãe e começou a ajudar o grupo com a vinda dessas mulheres. O que era algo esporádico torna-se uma ocupação em sua vida, pois, mesmo quando não havia nenhuma mulher para buscar, passou a ficar os dias na casa. Perguntei se os vizinhos não percebiam que o local era um ponto de refino de cocaína e ela me diz que não, pois tudo fazia parecer que ali morava uma família.

Carla passou a observar as mulheres e toda a negociação para ida e vinda delas e fica interessada em fazer uma dessas viagens, já que não via nada dar errado. Ao ver como se dava todo o processo de ida da droga para Salvador pede a sua amiga para ir também, já que, numa viagem dessas, uma mulher chegava a tirar cinco mil reais. Carla relatou que ficou fascinada com a possibilidade de ganhar tanto dinheiro em tão pouco tempo. Por conhecer o processo, sentiu-se segura para fazer a sua própria viagem. Assim que teve oportunidade, conversou com sua mãe, pediu que cuidasse de seus filhos, pois teria arrumado um emprego como promotora de vendas, algo que já tinha feito - para não levantar suspeita de seus pais - e partiu rumo à cidade de Irecê, na Bahia, com mais de 20 kg de cocaína que deveriam ser entregues em Salvador. Carla foi instruída a comprar duas passagens para o mesmo destino, uma onde vincularia a mala e a outra para que, caso a mala fosse descoberta, pudesse apresentar como sua passagem, sem mala. A estratégia era que, quando chegassem à cidade de Irecê, compraria mais duas passagens para Salvador, da mesma maneira como fez na vinda, mas o funcionário da empresa de ônibus teria ficado desconfiado aovê-la com duas passagens em seu nome. Numa parada na cidade de Seabra, teria chamado a Polícia Rodoviária Federal, que a abordou. Ao ser abordada pelo policial tem sua mala revistada e descoberta. Nesse momento, Carla relata seu constrangimento diante do ocorrido, já que foi descoberta na frente de todos na rodoviária, inclusive na frente de pessoas com quem tinha viajado por horas. Durante a viagem se enturhou com os demais passageiros que iam de São Paulo para Irecê, chegando inclusive a almoçar com o grupo. Relata ainda que ficou dois meses presa na Polícia Rodoviária de Seabra, até ser transferida para Salvador, onde cumpre pena.

Verônica é uma jovem negra de 21 anos e mãe de uma criança que teve aos 16 anos. Começo a entrevista perguntando a Verônica quando ela começou a vender drogas, mas antes de me responder a esta questão, ela diz: “*Quando eu comecei a me envolver com a droga, eu queria ter tudo aquilo que nunca tive...*”. É comum às entrevistadas, quando perguntadas sobre algum episódio de suas vidas, apresentar justificativas prévias, para o que vai ser dito como resposta. Essas justificativas demonstram uma necessidade do pesquisado, diante de uma pessoa estranha, de justificar seus atos, como numa tentativa de aplacar o julgamento moral que se supõe emergir no outro, a pesquisadora, diante da revelação dos fatos de sua vida.

Sobre o que a levou a vender, Verônica conta que começou a vender drogas com seu companheiro, em sua casa, e que antes de ir morar com ele, nunca tinha vendido. Ela relata que inicialmente era ele quem vendia, e sempre que saía para fazer alguma entrega ou buscar mais drogas na cidade vizinha, aparecia uma pessoa

querendo comprar, e como já sabia quanto cada coisa custava, não deixava passar a venda. Verônica relata que seu companheiro nunca quis que ela vendesse e que quando ele percebeu que estava vendendo em sua ausência, brigou com ela, pois sempre dizia para não “*mexer naquelas coisas...*” “*Ele me dizia: ‘Se vier alguém, você fala que eu não estou. Não quero você mexendo nessas coisas’. Mas eu não tinha noção das consequências, vinham as pessoas e eu vendia.*” Era dali que tirava seu sustento, que passou a ajudar sua mãe e “*ter as coisas*”. Verônica conta que sempre passou muita dificuldade na vida e que ter ido morar com seus avós na infância foi uma tentativa da família para amenizar a situação de pobreza extrema da família, pois seus avós eram aposentados. Sobre esse ponto, ela conta:

Eu nunca passei fome, sabe, sempre tinha alguma coisa; às vezes, tinha o feijão, mas não tinha farinha; às vezes só o arroz, mas sempre tinha o que comer, meus avós ajudavam, mas a gente passava muita necessidade. Minha mãe era muito ‘fraca’, [pobre] nunca deu sorte com homem, tinha muitos filhos, mas você só faz se você quiser... (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Essa fala de Verônica sobre o que a teria levado a vender drogas é muito reveladora das condições sociais e estratégias encontradas por pessoas empobrecidas para subsistir em meio à pobreza. O tráfico para ela, assim como para as demais entrevistadas, faz parte de uma estratégia de adaptação às suas condições sociais de existência em meio à pobreza e um cenário de alto consumo de drogas nas sociedades contemporâneas e em todas as classes sociais. Se em outros tempos era destinado às mulheres negras, empobrecidas e periféricas o emprego doméstico precário como a possibilidade predominante de ganhar a vida, hoje, o trabalho precário no tráfico de drogas aparece como uma alternativa possível e disseminada a muitas mulheres e jovens nas periferias do país. Com isso, não quero dizer que esta é a única possibilidade, ou mesmo desconsiderar a ilegalidade da venda de drogas, mas é fato que o trabalho no tráfico de drogas tem despontado como atividade complementar a outras fontes de renda em comunidades empobrecidas. A renda advinda do tráfico complementa a venda de mercadorias lícitas no mercado informal e outros trabalhos eventuais. A maioria das entrevistadas, considerando também dados de trabalho realizado durante a graduação, afirma desenvolver outras atividades em paralelo a sua atividade no tráfico.

A venda de drogas aparece no discurso dessas mulheres como uma atividade, que embora saibam ser ilegal, depende da autonomia dos agentes envolvidos, pessoa que vende e pessoa que compra. Diferente de outras práticas criminais

em que uma ação vai contra o patrimônio e a vida, como o assalto ou mesmo o assassinato, para que o tráfico aconteça faz-se necessário que ambos estejam de acordo, envolve oferta e procura. Com isso, foi comum durante os diálogos sobre o que as teriam motivado a começar a vender drogas que elas disseram frases como as que seguem: “*Eu não boto a faca no pescoço de ninguém*”, “*Compra quem quer*”, “*Ele é que vem até a mim*”, sinalizando, também, o reconhecimento pelos sujeitos de uma dimensão moral que está intrínseca à proibição da venda de drogas. Embora reconheçam que a venda de drogas é uma atividade social e econômica ilegal, questionam em suas falas a ilegalidade de uma ação que caberia apenas ao arbítrio individual. Em última instância, poderia dizer que o que faz dessas mulheres “criminosas”, é a ideia socialmente construída e disseminada pela cultura dominante de que drogas são um mal em si, e que como tal deve ser combatida com pena de prisão e os sujeitos que dela faz uso ou abuso, assim os que a vendem, devem ser enquadrados em rótulos como os de “drogado” e “traficante”.

A fala de Verônica sobre sua mãe também aponta para a vulnerabilidade de sua família, especialmente na infância, que não tinha recursos para comprar alimentos básico e que recorria ao benefício de seus avós idosos para sobreviver. Vale ressaltar que Verônica é a única entrevistada que morava no interior da Bahia, as outras são de Salvador, região metropolitana e São Paulo.

Um segundo ponto que chama atenção na fala de Verônica, ainda sobre estratégias de sobrevivência na pobreza, é a “*circulação de crianças*” que se dá entre distintas casas numa rede de parentesco. Essa circulação costuma ser temporária e é desejada, principalmente pelas avós em famílias matriarcais, acionada em momentos de crise e de dificuldade (HITA, 2004). Um terceiro elemento a se destacar na fala de Verônica é a condição de vida de sua mãe, pobre, solteira e com muitos filhos e que assume também o cuidado com netos. A filha de Verônica ficou sobre os cuidados de sua mãe nas duas vezes em que ela foi presa, a primeira vez por 10 meses e dessa última vez a mais de um ano e sete meses.

O que se observa na breve história de vida da mãe de Verônica, assim como na dela mesma, é o entrelace de uma série de marcadores sociais (gênero/mulher, raça/negra, classe/pobreza, território/lugar...), que somados aos custos sociais e econômicos do empobrecimento, da desigualdade social e do estigma, conformaram suas opções e alternativas de vida ou de sobrevivência em meio à pobreza extrema. Com isso, não quero aqui reforçar os estereótipos associados à ideia de feminização da pobreza, que de maneira reducionista tenta explicar a pauperização das mulheres e de suas famílias através das lentes de categorias morais amplamente disseminadas como: desestruturação familiar ou quebra de valores

familiares, que associam chefia feminina a um “[...] retrocesso ao ciclo ideal de desenvolvimento familiar” (MACEDO, 2008, p. 397). A pauperização das mulheres está associada a desvantagens sociais diversas, entre elas a disparidades na divisão social do trabalho doméstico e o ônus na criação dos filhos. Ser esposa e mãe pode significar para as mulheres abdicar dos cuidados com sua própria vida e formação, uma vez que oferece à família horas de trabalho não remunerado e não reconhecidos como tal, enquanto seus companheiros possam dedicar-se as suas carreiras (MACEDO, 2008). Quando o companheiro sai de casa fica para as mulheres o ônus da manutenção e criação dos filhos, contribuído, assim, para seu empobrecimento individual e familiar, o que as torna ainda mais suscetíveis a trabalhos precários e degradantes, como parece ocorrer no tráfico de drogas.

O trabalho na venda de drogas aparece na trajetória de vida das jovens entrevistadas como uma alternativa a falta de emprego e como meio para fazer a manutenção de seus filhos, mas também da sua própria vida como mulheres jovens que estão sujeitas a todo apelo que o consumo oferece. Sobre como é para uma mulher vender drogas e os ganhos associados à venda, Verônica responde:

O dinheiro vem fácil, você tira 500, 400 por dia. Pegava 5g de pedra, investia 100 e fazia 200, se cortasse bem pequeno, fazia até mais... Eu tinha vida boa, tinha muito dinheiro na mão, comprava sapato, roupa. Bastava sair na moda, que eu comprava. (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Também perguntei a Verônica se ela já chegou a trabalhar em outras atividades formais em paralelo ao tráfico e se conseguiu acumular alguma coisa para viver quando sair da prisão, para não precisar mais do tráfico, como ela diz querer. Sobre esse aspecto, em concordância com a experiência de outras internas, ela relata que pegava o dinheiro que ganhava e investia em roupas, pedia a sua irmã para trazer para ela roupas para vender e fazia isso em paralelo à venda de droga.

Eu vendia as roupas que minha irmã trazia de Goiânia, porque lá tem muita roupa baratinha. Aí, eu vendia e juntava o dinheiro com uma amiga, juntava tudo com ela, porque eu tinha medo de abrir uma conta no banco. Aí, quando eu fiz sete mil eu comprei minha casa, porque lá onde eu moro casa é barato. (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Também conta que logo após deixar a prisão, após 10 meses de reclusão, na sua primeira apreensão, conseguiu um emprego em um restaurante, mas pagavam apenas 200 reais por mês e não tinha horário para largar:

Eles pagavam muito pouco para lavar os pratos e ajudar, mas não tinha horário para sair. Às vezes ficava lá até meia noite ajudando na cozinha. Então, resolvi sair e voltei a vender drogas. Antes de ser presa a primeira vez eu tinha me separado do pai da minha filha e já me virava sozinha, porque ele estava morando com outra mulher. Durante a minha primeira prisão, ele apareceu algumas vezes na casa de minha mãe e deixou algumas coisas para menina, mas sumia. Quando saí, via a menina precisando das coisas. Eu fiquei quase dois meses na casa de minha mãe, porque minha casa ficou só e roubaram minhas coisas, tentei trabalhar, mas em cidade pequena pagam pouco. Tinha que comprar gás, pagar a luz da casa [...] Então, resolvi pegar 5g de crack e refazer minhas vendas, mas não durou muito, porque 6 meses depois estava presa de novo. (Depoimento concedido a autora por Verônica)

Verônica contou que 5g de crack custa 100 reais e faz 20 pedras, o que gera de lucro mais de 100 reais. Também informou que não comprava muito para não ter prejuízo: “*Pegava até 10g que vendia tudo num dia só, é bem rápido. Aí, quando terminava, eu ia lá e pegava mais*”. Verônica demonstra grande habilidade e desenvoltura na venda de drogas. Ela foi a única que relatou ter conseguido comprar um imóvel com os lucros da venda de drogas e roupas e, embora esteja na sua segunda prisão por tráfico, desenvolveu uma série de estratégias para conseguir manter seu negócio em um ambiente dominado por homens. Para entender melhor as estratégias empreendidas por mulheres para dar fluidez à venda de suas mercadorias, perguntei para Júlia qual a principal característica da participação das mulheres no tráfico de drogas e o que diferenciaria a participação de homens e de mulheres. Em resposta, Júlia faz uma análise sobre a participação das mulheres que me pareceu muito reveladora para entender a baixa reincidência feminina e suas estratégias de proteção diante de situações adversas que envolvem esse mercado ilícito, marcado por muita violência.

Segundo Júlia, é muito mais fácil para as mulheres mudarem de vida depois que deixam de vender drogas. Muitas mudam de vida antes de serem presas e saem do tráfico, pois, segundo ela, os homens brigam mais pelo poder no tráfico, disputam mais entre eles, o que gera mais tensão e dificulta a saída deles do tráfico, em função do nível de envolvimento. Ela diz ainda em termos de diferenciação

entre homens e mulheres o que estas objetivam com o lucro da venda de drogas: “*As mulheres tiram o dinheiro para ajudar sua família, seus filhos, e os homens querem ir para noitada e botar seu batidão*”¹¹. Sobre a dimensão do autocuidado, ela relata:

Sempre dava um tempo quando a polícia tava em cima. A gente não tem olho grande [as mulheres], a gente tem cabeça, as mulheres se cuidam mais. Quando eu via que o dinheiro entrava fácil, eu recuava, dizia que não tinha [para os usuários], tirava a suspeita de cima de mim. Eu nunca tive olho grosso. Quando eu via que os ‘homens’ [polícia] tavam de mais na área, eu dava um tempo, ia trabalhar, tirava a suspeita de cima de mim. (Depoimento concedido a autora por Júlia)

Essa fala de Júlia revela duas questões importantes para compreensão das diferenças entre homens e mulheres no tráfico. A primeira delas é sobre a forma como são empenhados os recursos ganhos com a venda de drogas. Como sinaliza Macedo (2008), as mulheres preocupam-se mais com a família quanto à destinação dos recursos que ganham com o seu trabalho. Estas tendem a levar em consideração as necessidades dos parentes, filhos ou pais na hora de gastar seus recursos. A segunda questão é o sentimento de autopreservação, que está de acordo com uma cultura de autocuidado consigo mesma e com sua família. Sobre esse ponto, não cabem aqui explicações essencialistas sobre o sentimento de autopreservação das mulheres e de seu grupo, mas vale ressaltar que tal sentimento faz parte de um processo de socialização de gênero, que, se por um lado faz com que as mulheres possam pensar mais nos seus atos no tráfico; por outro, leva os homens desenvolverem o ímpeto que os colocam em situações de maior risco, principalmente à violência letal.

Em suma, a exposição feita até aqui aponta para necessidade de mais pesquisas de campo, especialmente no que toca à presença de mulheres nos contextos de ilegalismos. Sem juízo moral, os estudos precisam se aprofundar no universo dessas mulheres, especialmente decifrando formas de inserção, de representação e de condição de vulnerabilidade no mercado do tráfico de drogas. Neste artigo, apresentei o resultado de uma pesquisa longa e dedica ao entendimento da participação das mulheres no tráfico, levando em consideração as trajetórias dessas agentes, suas avaliações e percepções acerca do tema estudado. No geral, percebi que ainda falta maior investimento em pesquisas na temática, para que

11 Corrente, geralmente de prata, muito utilizada entre jovens na periferia.

possamos compreender melhor o fenômeno do crescimento do encarceramento das mulheres, de um lado, e o fenômeno da invisibilidade da mulher no mundo do crime e nas prisões, de outro. É Preciso compreender melhor como e o que tem levado jovens mulheres a ingressarem no tráfico de drogas e suas consequências. Isso é particularmente relevante no cenário atual de aumento expressivo do número de mulheres envolvidas em processos e condenações por tráfico ou por associação ao tráfico de drogas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Amy A. C. de Faria (org.). *“De gente a gente só tem o nome”: a mulher no sistema penitenciário em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Fundação Oviêdo Texeira, 2001. 95 p.
- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única. Palestra em vídeo no TED*. Em outubro de 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- ADORNO, S; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*: Dossiê Crime Organizado, n. 61, p. 7-29, 2007.
- ALVARES, M. C; SALLA, F; SOUZA, L, A, F. A sociedade e a lei: o código penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. *Justiça e História*, v. 3, n. 6, p. 1-24, 2003.
- ALVES, Jaime Amparo. Topografias da Violência: Necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, p. 108-134, 2011.
- ARAS, L, M, B; OLIVEIRA, J, P. Sob a pena da Lei: Mulheres Pobres e Marginais. *Politeia. História e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 163-174, 2003.
- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, nº 2, p. 458-463, 1995.
- BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. Disponível em: www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2014.
- BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e saúde coletiva* [online], v.14, n.5, p. 1843-1853, 2009.
- BARROS, Zelinda. “A mulher criminosa em manchete: perfil da delinquente traçado por um meio de comunicação”. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Lívia; MACEDO, Márcia (Orgs.).

- Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares.* Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. 283 p. - (Coleção Bahianas, 3).
- BARRETO, P. C. S.. Gênero, raça, desigualdades e ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 39-64, 2015.
- BARRETO, P. C. S. O.. “Racismo Brasileiro em Questão: temas relevantes no debate recente”. In: LECHINI, Gladys. (Org.). *Los Estudios Afroamericanos y Africanos en América Latina*. 1 ed. Córdoba: CLACSO, 2008, v. 1, p. 35-52.
- BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BERGERON, Henri. *Sociologia da droga*. Aparecida: Ideias e letras, 2012.
- BORILLI, S.P.; SHIKIDA, P.F.A. “Breves notas sobre a criminalidade: custo, papel das organizações e a questão feminina”. In: *I Seminário de Desenvolvimento Regional e Agronegócio*, XVIII Semana de Economia Brasileira, X Encontro Regional e XXI Semana Acadêmica de Secretariado Executivo, 2008, Toledo (PR), 2008.
- BONETTI, Alinne e FONTOURA, Natália. “Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007”. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido Carlos (Orgs.). *Situação social brasileira*. Brasília: IPEA, 2009. 270p.
- BOURGOIS, P. *Em busca de respeito: vendendo crack em Harlem*. Bueno Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000, 400p.
- CARVALHO, Jamile dos Santos; QUINTILIANO, Rachel. “Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras”. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. *Jovens Feministas presentes*. São Paulo: Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009, 144p.
- CARVALHO, Jamile dos Santos. *Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de prisão no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. Monografia, Universidade Federal da Bahia, 2013.
- _____. “Nós Trafica, mas nós nunca tem nada”: trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.
- CONCEIÇÃO, Thiago Neri da. *O Comando é Noiz: descobrindo o tráfico na periferia de Salvador*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015.
- CRENSSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 7, p. 171-188, 2002.

- COSTA, Elaine Cristina Pimentel. *Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas*. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2008, 153p.
- CORRÊA, Marisa. *As ilusões da liberdade*. Bragança Paulista: EDUSP, 1998.
- CUNHA, Manuela Ivone. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século, 2002, 356p.
- DAVIS, Ângela. *Política e Prisões: uma entrevista com Ângela Davis: Politics and prisons: an interview with Angela Davis*. Piracicaba: Impulso, 2006.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo Negro Caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 41^a ed.. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GARLAND, David. *A cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Rrevan, 2008, 440p. (Pensamento criminológico; 16)
- GAULEJAC, Vincent de. Historias de vida y sociología clínica. *Proposiciones*, nº 29, de marzo, p. 97 à 110, 1999.
- HITA, Maria Gabriela. *As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. SITUAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA POR ESTADO. BRASÍLIA, 2014.
- LEMGUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LYRA, Diogo. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*, Rio de Janeiro: Faperj, 2013.
- LOPES, F; QUINTILIANO, R. Racismo institucional e o direito humano à saúde. *Democracia Viva*, v. 34, p. 08-16, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. “Gênero, sexualidade e poder”. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 37-56.
- MACEDO, M. S.. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Cadernos do CRH* (UFBA), v. 21, p. 385-399, 2008.
- MACEDO, M. S. *Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2008.
- MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.

- MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, v. 1, p. 93-116. 1997.
- NASCIMENTO, André. "Apresentação à edição brasileira". In: NASCIMENTO, André. GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 15-16.
- NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. Teorias do Crime e da Violência: Uma Revisão da Literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 1, p. 69-89, 2015.
- PINTO, Marília Muricy M. *Criminalidade Feminina na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciência Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1973. 74p.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional. Brasília: PNUD/PCRI, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.
- SANTOS, Cleide Magali dos. *Rasgando o Véu... Rasgando a Manta? Estereótipos e Rupturas de Gênero entre Mulheres em Cárcere: Estudo de Caso em Salvador*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996, 128p.
- SILVA, Carla Adriana Santos da. *Ó Paí, Prezada! Racismo e Sexismo Intitucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em estudos de gênero, mulher e feminismo, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- SOUZA, Katia Oliveira José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. *Psicologia em Estudo*, v. 14, n. 4, p. 649-657, out./dez. 2009.
- SOUZA, Simone Brandão. *Criminalidade Feminina: trajetória e confluência na fala das presas do Talavera Bruce*. Dissertação de Mestrado: ENCE/IBGE, 2005, 240 p.
_____. Criminalidade Feminina: trajetórias e confluências na fala de presas do Talavera Bruce. *Democracia Viva*, n. 33, p. 10-16, out./dez. 2006.
- TIRADENTES, Oscar. *Fatores determinantes da delinquência feminina*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Rio, 1978. 80 p.
- ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais. *MANA*, v.15, n. 2, p. 557-584, 2009.

Engolidas pela onda azul: um ensaio sobre a retração de direitos das mulheres no contexto pós-impeachment de Dilma Rousseff

Swallowed by the blue wave: an essay on the retraction of women's rights in the post-impeachment context of Dilma Rousseff

Patrícia Rangel^a, Eneida Vinhaes Bello Dultra^b

Resumo Este texto ensaístico aborda alguns exemplos de medidas adotadas pelo governo que assumiu a Presidência da República no Brasil após a destituição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, apontando retrocessos institucionais no campo das políticas de igualdade de gênero, em um contexto de conservadorismo político e de riscos à efetividade de direitos sociais para as mulheres. Na última década, foram registrados avanços no combate às desigualdades de gênero e raciais, sobretudo através das políticas transversais impulsionadas pelas Secretarias Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) – posteriormente, reunidas no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos –, que restaram prejudicadas em virtude da reforma ministerial, levada a cabo por Michel Temer, que alterou a organização administrativa do Estado, subjugando as competências e a estrutura das pastas específicas das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para o Ministério interino da Justiça e Cidadania. Considerando o perfil conservador denotado desde a composição do governo provisório, notava-se a tendência de inferiorizar essas áreas temáticas, cuja evolução, tanto política quanto social, diziam respeito a uma conquista da sociedade brasileira. Observando tais movimentos, este ensaio comenta, sem pretensão científica, progressivos sinais de desmontes de direitos das mulheres e das políticas de igualdade de gênero, ao longo dos últimos dois anos, com perdas substantivas em relação ao período anterior e baixa expectativa de retorno diante do resultado das eleições de 2018.

Palavras-chave *Impeachment; Direitos das Mulheres; Conservadorismo Político; Políticas de Igualdade de Gênero.*

a Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Pesquisadora de pós-doutorado no Departamento de Sociologia da FFLCH/Universidade de São Paulo. A autora agradece à Fapesp pela bolsa concedida (Processo 14/13248-3).

b Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Advogada Popular. Assessora Técnica na Câmara dos Deputados. Integra os seguintes grupos de pesquisa registrados no CNPq: “Percurso, Narrativas, Fragmentos: história do direito e do constitucionalismo” e “O Direito Achado na Rua”.

Abstract This essay discusses a few examples of governmental measures adopted by the Brazilian Republic Presidency after the dismissal of President Dilma Rousseff in 2016, indicating institutional setbacks regarding gender equality policies in a context of political conservatism that jeopardizes the effectiveness of women's social rights. In the previous decade, advances had been made in the struggle against gender and racial inequalities, especially through the intersectoral policies promoted by the National Secretariat of Women's Policies (SPM) and the National Secretariat of Racial Equality Policies (SEPPIR), which have been undermined by the ministerial reform carried out by Michel Temer, who changed the administrative organization of the State, subjugating the competences and structure of the specific cabinets to the Interim Justice Ministry. A conservative blueprint has been present since the composition of the provisional government, with the tendency to lower such thematic areas. Observing these movements, this essay comments on, without scientific pretension, signs of dismantling women's rights and gender equality policies over the past two years, with substantial losses compared to the previous period and low expectations of recovery since 2018 elections.

Keywords Impeachment; Women's Rights; Political Conservatism; Gender Equality Policies.

INTRODUÇÃO

Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso as ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios. (CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES DE 1987)

Em outubro de 2018, a Constituição brasileira completou 30 anos em meio a um controverso período de ameaça à construção democrática e risco de retrocessos de direitos que já parecia incontornável neste século XXI. Uma onda movimentada pela ultradireita venceu as eleições presidenciais e de alguns governos estaduais¹,

1 O candidato eleito à Presidência da República é militar reformado do Exército, político profissional há 28 anos e com baixa expressão parlamentar, tornando-se publicamente conhecido pela defesa de posições radicalizadas contra temas sensíveis aos direitos humanos, declarações e práticas violentas contra mulheres, população negra e LGBTQI. Tem um general reformado na vice-presidência e ambos se manifestaram em defesa do período da ditadura militar brasileira, que ascendeu ao poder em 1964, por um golpe, perdurando por, ao menos, 20 anos, cujos

com uso frequente de expressões típicas da negativa da política estatal, remontando, como bem expressa Safatle (2018), ao discurso da “ordem” de um governo autoritário e ainda fazendo um resgate moralista sobre os problemas nacionais (o que mobilizou apoio do empresariado, setores de telecomunicações, igrejas e parte da classe média).

As consequências da ruptura institucional ocorrida em 2016 – quando do impedimento da continuidade do mandato da, então, presidenta da República, Dilma Rousseff, por uma articulação de interesses políticos de seus opositores e que, pela fragilidade das imputações de prática indevida na gestão financeira, foi amplamente identificado como um “golpe jurídico-parlamentar”, não reconhecendo a ocorrência de real crime de responsabilidade que justificasse o *impeachment*² – retiraram o país do rumo como Estado Democrático de Direito para seguir por caminhos que sintonizaram o Brasil na onda conservadora verificada em outros países no mundo: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o crescimento do populismo de extrema direita em parlamentos europeus e a deposição de presidentes democraticamente eleitos na América Latina (Haiti, Honduras, Paraguai, Brasil); um fenômeno que vem sendo chamado por alguns autores de “neogolpismo” (HIRST, 2016; MILANI, 2016; REIS; SOARES, 2017; CANNON, 2017; SOLER, 2015).

A leitura dos mencionados autores sugere tratado do *impeachment* desses mandatários como “golpe jurídico-parlamentar”, “golpes constitucionais” (ROITMAN, 2013 apud SOLER, 2015) ou golpes inteligentes/“*smart coups*” (CANNON, 2017) por se tratarem de mudanças radicais de governo levadas a cabo com aparência de normalidade institucional e de respeito aos elementos institucionais e jurídicos (SOLER, 2015) que, no entanto, vêm limitando processos de mudança social, ainda que singelos, promovidos por governos anteriores. A característica principal seria a destituição do/a presidente/a por atores dentro do próprio Estado – i.e., Parlamento ou Poder Judiciário (definição de golpe por HIRST, 2016; com base em Norberto Bobbio), sem o uso da força física e sem instituir um regime autoritário.

O governo de Rousseff, desde 2010, passou a enfrentar repercussões da crise econômica mundial, iniciada em 2008, mas que teve seus efeitos sentidos no Brasil posteriormente, ainda que de modo crescente. Para a ausência de crescimento econômico no país foram editadas medidas que favoreceram setores produtivos para que

governos praticaram atos de perseguição aos divergentes, inclusive, com inúmeros mortos e torturados e que aderiu a uma transição de regime suavizada pela anistia dos atos praticados no período, ali incluídos aqueles de responsabilidade dos militares torturadores.

2 Sobre o processo de *impeachment* de 2016, é possível acessar documentos e registros gerais da Comissão Especial no Senado Federal, que processou a denúncia no endereço eletrônico: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?3&codcol=2016>. Último acesso em: 19 dez. 2018.

a crise não fosse usada como argumento para aumento do desemprego: a redução da tarifa de energia produtivo (Medida Provisória nº 579/2012, transformada na Lei 12.783/2013); a valorização e a facilitação de micro e pequenas empresas (com a Lei Complementar 147/2014) e, ainda, a instituição da substituição da contribuição previdenciária do empregador, visando desonerasar a folha de pagamento (Lei 12.546/2011). Porém, tais ações governamentais surtiram poucos efeitos na realidade das relações de trabalho, até mesmo porque essas alterações legais reduziam o custo da produção sem o explícito compromisso do empresariado em contrapartidas sociais – por exemplo, de manutenção dos postos de trabalho, da qualidade do emprego, bem como de redução da rotatividade ou dos índices de acidentes e doenças profissionais.

Os incentivos estatais ao setor privado sem as medidas de compensação social e o fundo ideológico, que marcava o desinteresse do empresariado em contribuir para o sucesso de um governo associado ao fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), encaminharam para a frustração das medidas propostas e insatisfação generalizada. Em 2013, houve uma movimentação plural nas ruas, que seriam próprias de regimes democráticos, ganhando força o caráter de oposição ao governo, também dando espaço a um avanço de segmentos conservadores e que já articulavam conteúdos que compunham a narrativa dos grupos políticos e sociais de direita, vinculando a insatisfação ideológica da classe média incomodada com a ascensão de parte da classe trabalhadora, que passara a dividir com ela ambientes, direitos e percursos com o aparato midiático e judiciário construtor da imagem do governo com a corrupção, alcançando o que analisa Marilena Chauí (2013) como aquilo que “sustenta seu sonho através da ordem, da repressão e da segurança”.

Somado a tudo isso, o acirramento político nas relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo era concretizado pela aprovação de novas leis que ampliavam os gastos públicos nas mais variadas formas, noticiada pela imprensa nacional como “pauta bomba”³ expressadas por desonerações de tributos, ampliação de setores já desonerados, concessão de reajustes para carreiras públicas, “engavetamento” de proposições que ampliariam arrecadação do Estado.

As relações de Rousseff com o Parlamento – sendo esta uma instituição majoritariamente masculina⁴ – estiveram em franco processo de deterioração, que

3 A chamada “pauta-bomba” noticiada por diversos veículos de comunicação, a exemplo de: <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/4647545/cunha-prepara-pauta-bomba-207-bilhoes-como-vinganca-governo>; <https://oglobo.globo.com/brasil/na-camara-cunha-monta-pauta-bomba-16971948>; <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1664711-saiba-o-que-sao-as-pautas-bomba-nas-maos-do-congresso-contra-o-governo.shtml>. Último acesso em: 25 out. 2018.

4 Somente 10,7% da Câmara dos Deputados e 14,8% do Senado são compostos por legisladoras, o que coloca o Brasil no 157º lugar em um ranking de 193 democracias organizado pela *Inter-*

prejudicou sua capacidade de governar e, em última instância, de manter seu cargo. O diálogo entre os Poderes foi cessando. Aqui, o elemento misógino do golpe também achou seu espaço, como esclarece Flávia Biroli: “a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional” (2018, p. 79).

O setor empresarial do país estava com parcela significativa de seus representantes respondendo a processos criminais (alguns presos em decorrência da conhecida operação policial denominada “Lava Jato”); enquanto outra parte sabotava investimentos e articulava a derrubada da presidente com seus opositores políticos, estimulando e financiando grupos da sociedade civil contrários ao governo, com forte uso das mídias sociais em suas potencialidades comunicativas. A elite nacional e a classe média tradicional, por razões essencialmente ideológicas, vislumbraram a possibilidade de paralização do projeto em curso dos governos petistas que, mesmo com suas características de coalizão com partidos de centro-direita, punha em marcha no país uma mudança de perspectiva com vista à redução de desigualdades sociais e econômicas⁵, que criou oportunidade de ampliação do poder aquisitivo da classe trabalhadora e de vivências democratizantes que fortaleceram vozes de variados segmentos sociais.

Com a ruptura institucional ocasionada pelo *impeachment* de 2016, deu-se o resgate de um projeto neoliberal que retrocedeu o comando do país para um grupo tradicionalmente representativo dos padrões políticos dominantes na história brasileira, de matriz conservadora, inclusive quanto aos aspectos morais e culturais, conforme o perfil da composição ministerial no governo de Michel Temer, simbolizado pela presença estética masculina, branca, de maior faixa etária e associada à política vigente antes dos governos petistas. Para os movimentos feministas, que elaboraram tais críticas, o Brasil passou por uma “uma ruptura no Estado Democrático de Direito com caráter patriarcal, racista e ultraneoliberal, perpetrado pelo legislativo, com forte apoio da mídia, do Judiciário e das megacorporações mundiais” (AMB, 2018), que acarretou “perda de direitos e de investimentos do governo em gastos sociais, aumento da violência em geral, especialmente assassinatos de jovens negros nas periferias e de mulheres e LGBTs” (AMB, 2018).

-Parliamentary Union – IPU (dados de outubro de 2018. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Último acesso em: 5.11.2018.

5 Em que pese os fatores complexos e distintos, foi possível identificar a chegada de governos social-democratas em alguns países da América Latina, a exemplo de Brasil, Chile, Uruguai, Venezuela, Bolívia e Argentina, nos primeiros anos desse século XXI, constituindo o que alguns teóricos nominaram como “maré rosa”, bem posicionada por Wanderley dos Reis Nascimento Júnior (2017).

Os desmontes em políticas sociais foram conduzidos de forma acelerada, recuperando problemas que já pareciam superados, a exemplo do aumento do número de miseráveis: mais de 50 milhões de brasileiros passaram a viver em situação de pobreza – renda de R\$ 387,00 reais por mês –, em 2016, de acordo com os dados publicados pelo IBGE (2017). Novas formas de opressão e subordinação das pessoas incidiam em ações concretas de ofensa às garantias e aos direitos conquistados, inclusive no texto constitucional vigente, atingindo a vida das mulheres brasileiras. Desde a ascensão de Michel Temer, foram reduzidos *status* e recursos do antigo Ministério dos Direitos das Mulheres e, em seguida, transferida sua estrutura e serviços, além do Conselho Nacional, para o Ministério da Justiça e depois ao Ministério dos Direitos Humanos, sem qualquer consulta antecedente que pudesse buscar legitimidade das mudanças.

Tendo em vista os elementos acima descritos, este texto ensaístico examina três casos emblemáticos da interdição de direitos das mulheres em decorrência do processo iniciado pelo “golpe de 2016”: a Portaria do Ministério da Justiça e Cidadania nº 586 e seus impactos sobre a formulação e a implementação de políticas de combate à violência, os riscos no serviço “Ligue 180” de atendimento às mulheres vítimas de violência e o empobrecimento das trabalhadoras com a reforma trabalhista e o projeto de reforma da previdência propostas pelo governo. Por fim, a partir de um breve balanço das eleições nacionais, apresenta indicativos e perspectivas para a igualdade de gênero no próximo governo.

DESMONTES DE DIREITOS DAS MULHERES

Ao longo da década que antecedeu ao *impeachment* de Dilma Rousseff, houve alguns avanços na consolidação do combate às desigualdades de gênero⁶ e raciais através das políticas de promoção da igualdade, sobretudo a partir da criação, em 2003, das Secretarias de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres e de Direitos Humanos, depois transformados no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em contraposição, o primeiro ato de Michel Temer ao ascender à Presidência foi a Medida Provisória nº 726, que alterava a organização administrativa do Estado brasileiro, subjugando todas as competências e a estrutura do, então, Ministério das Mulheres, da Igual-

6 São reconhecidas as múltiplas possibilidades de conceituar gênero como categoria proposta pelas feministas, bem tratada por Joan Scott (1990) ou Margareth Rago (1998). Adota-se neste trabalho o conceito de gênero na perspectiva relacional, como expressão que rejeita o determinismo biológico que é usado como mecanismo de justificação dos papéis sexuais adotados socio-culturalmente, numa perspectiva também trazida por Vera Soares (2004).

dade Racial e dos Direitos Humanos ao Ministério interino da Justiça e Cidadania e, posteriormente, fazendo novas alterações de enfraquecimento desses mecanismos.

Desde a fase do governo provisório, o presidente inferiorizou a defesa dos direitos humanos, das mulheres e da igualdade racial, pôs em risco a marcha de garantia sociais, cuja evolução, tanto política quanto prática, diziam respeito a uma conquista da sociedade brasileira. Na sequência de medidas de afinidade neoliberalizante, o governo apresentou propostas legislativas ao Congresso Nacional, visando promover as reformas trabalhista e da Previdência Social, ambas identificadas como retrocesso ao sistema de garantia de direitos sociais. Estes e outros exemplos institucionais e de suspensão de direitos foram denunciados por movimentos sociais, por exemplo, no “Alerta Social – Qual direito você perdeu hoje?” e no relatório da campanha “Direitos Valem Mais, Não aos Cortes Sociais”^{7,8}.

A PORTARIA DO MINISTRO E SUA DESCONEXÃO

Uma das provas da desestruturação dos sentidos referentes à temática de gênero, ainda no período de interinidade – que tinha como titular da pasta Alexandre de Moraes, depois indicado à vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal – foi a publicação da Portaria do Ministério da Justiça e Cidadania nº 586, no Diário Oficial da União do dia 2 de junho de 2016, instituindo o Núcleo de Proteção à Mulher no âmbito do gabinete do Ministro. Esta medida causou reação de diversos grupos de mulheres e organizações feministas que recepcionaram com estranheza a atitude do governo.

Após dias de silenciamento oficial em relação ao crime de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, tendo como vítima uma adolescente de 16 anos, e da posterior divulgação ampla das imagens feitas pelos autores já confessos do crime, o governo interino decidiu anunciar a referida Portaria. As competências designadas para o Núcleo criado tinham como abordagem central a questão da segurança pública com o viés punitivo e sem a articulação com as políticas públicas adotadas nos últimos 13 anos, voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, a partir da defesa de interesses e construção e planejamento das ações do Estado.

A portaria definia uma articulação federativa para tratar do tema da violência contra as mulheres, porém com adoção de medidas conjuntas com as Secretarias estaduais de Segurança Pública, com as delegacias estaduais especializadas de proteção à mulher, sem fazer qualquer menção às instâncias estaduais e federais

7 Disponível em: <http://direitosvalemMais.org.br/>.

8 Lançada no Fórum Social Mundial de 2017, a partir de uma missão especial da Plataforma de Direitos Humanos – DhESCA.

específicas das mulheres já existentes, responsáveis pelas políticas públicas da área – como Conselhos, secretarias, núcleos ou coordenadorias de políticas para as mulheres estabelecidas nas 27 unidades da federação e em inúmeros municípios brasileiros. Notou-se, assim, a desconsideração do governo com relação ao acúmulo de políticas dedicadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, dispostas em leis, normas infra legais, construídas e consolidadas nas Conferências Nacionais realizadas desde 2003 e as diversas ações para execução do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência.

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), frutos das conferências regionais e nacionais de mulheres promovidas nos Governos Lula e Dilma, que definiram um conjunto consistente e sistêmico de enfrentamento à violência, foram ignorados pelo ministro interino, signatário da Portaria supracitada. Além disso, desde a criação do Pacto Nacional, em 2010, motivou-se a realização de convênios e parcerias com as unidades da federação para efetivação e fortalecimento de uma rede de serviços em parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil, por meio do Programa “Mulher, Viver sem Violência”, aspectos também desconsiderados pela Portaria. Nela, constava a adoção de incentivo para a formação de “conselhos comunitários de segurança” voltados ao tema da prevenção e para coibir a violência doméstica e contra a mulher, negligenciando as instâncias existentes sobre a temática das mulheres nos entes federados e nas comunidades, e voltando o tema exclusivamente para o caráter repressor da violência, sem a discussão sobre a política transversal necessária ao enfrentamento, que leva em conta as marcas sociais do machismo ainda vigente com a cultura misógina e causadora da violência contra as mulheres.

A Portaria tratava também da formulação de um protocolo uniforme de atendimento às mulheres vítimas de violência, sem observar que a Lei Maria da Penha já dispõe de protocolo de atendimento dessas vítimas e que, em razão da Lei 13.104, de 2015 (do Feminicídio), o Estado brasileiro já adotara medidas para definição nacional do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero. O enfoque da Portaria era o recrudescimento punitivo, sem qualquer articulação com as demais políticas associadas ao combate a todas as formas de violência contra as mulheres, conduzidas pelos espaços especializados e com acúmulo consistente após anos de organização e a integração do atendimento às vítimas, das estruturas estatais e sociais de mulheres associadas ao aparato de segurança pública e do sistema de justiça, inclusive aqueles voltados aos casos de violência sexual, com as orientações feitas com profissionais de segurança pública e de saúde do Sistema Único de

Saúde (SUS), quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de dados.

Ademais, a Portaria criava um conselho de acompanhamento da implementação com a seguinte composição: Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres, de Direitos Humanos, de Segurança Pública e de Assuntos Legislativos pertencentes ao Ministério da Justiça e Cidadania; três Secretários Estaduais de Segurança Pública; um Delegado de Polícia Federal; e um representante da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Ocorre que, conforme apurado, à época, o escritório da ONU Mulheres no Brasil não havia sido previamente consultado sobre sua participação inusitada naquele Conselho.

Por fim, insta registrar que a SPM (que na época estava incorporada ao próprio Ministério) não fora mencionada como a unidade responsável pelo andamento das medidas. A ausência de articulação e de envolvimento sistemático do núcleo criado foi tal que não se tem notícias sobre sua instalação e desempenho. Com a transferência da Secretaria para compor o Ministério dos Direitos Humanos, criado mais recentemente, sequer são encontrados vestígios.

RETROCESSO NO SERVIÇO “LIGUE 180”

Ainda quanto à redução do *status* e de recursos da antiga estrutura estatal responsável pelas políticas públicas de equiparação e equidade de direitos das mulheres, a transferência da Secretaria e do Conselho Nacional para o Ministério dos Direitos Humanos decorreu de decreto regulamentador (Decreto nº 9.417, de 20/06/2018), inclusive contrariando disposições legais que estabeleciam essas instâncias na composição da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República (Lei 13.502/2017). Com isso, a Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência/ Central de Atendimento à Mulher – “Ligue 180” passou a ser subordinada à estrutura da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, existente no novo Ministério (feita por meio do Decreto nº 9.465, de 9/08/2018).

Ocorre que tal incorporação não foi justificada e nem foi oferecida qualquer garantia de autonomia e continuidade desse serviço, bem como de manutenção da equipe composta e preparada para o atendimento das mulheres vítimas de violência. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher manifestou contrariedade com a mudança sem sua consulta prévia, designando reunião específica para tratar do assunto.

O “Ligue 180” havia sido instituído pela Lei nº 10.714, de 2003, e depois regulamentado pelo Decreto nº 7.393, de 15/12/2010, estabelecendo que a SPM coordenaria a Central de Atendimento do serviço. Os últimos balanços divulgados confirmam a importância do serviço, que funciona 24 horas, durante todos os dias da semana e registrou 156.839 atendimentos, apenas no ano de 2017. Com inserção no Brasil e em mais 16 países e considerando que menos de 10% dos municípios brasileiros disponibilizam algum tipo de serviço especializado, o “Ligue 180” apresenta-se, na maioria das vezes, como o único canal de denúncia e acolhimento para mulheres em situação de violência, especialmente para aquelas que vivem em localidades com menos de 20 mil habitantes. O incremento nos índices de violência contra as mulheres no país, notadamente dos casos de violência doméstica, sexual e feminicídio, é um problema de alta relevância social. O desmonte das políticas e ações governamentais que visavam enfrentá-la, inclusive a transferência insegura do serviço “Ligue 180”, dificultam ainda mais o acolhimento das vítimas e a orientação sistemática que permite, muitas vezes, o rompimento do ciclo de violência. A sobrevivência desse serviço público fundamental foi colocada ainda mais em risco com o projeto de lei orçamentária anual (PLOA), enviado pela Presidência para o Congresso, para o ano de 2019. Considerando que o serviço teria sido incorporado pela Ouvidoria do Ministério do Direitos Humanos, não há, por óbvio, previsão orçamentária específica para o “Ligue 180”. Porém, ao observar a destinação de recursos para o Disque Direitos Humanos – que teria herdado os serviços relativos ao atendimento às mulheres vítimas de violência –, nota-se a redução de provisão orçamentário, mesmo com suposto o aumento de equipe e de tarefas.

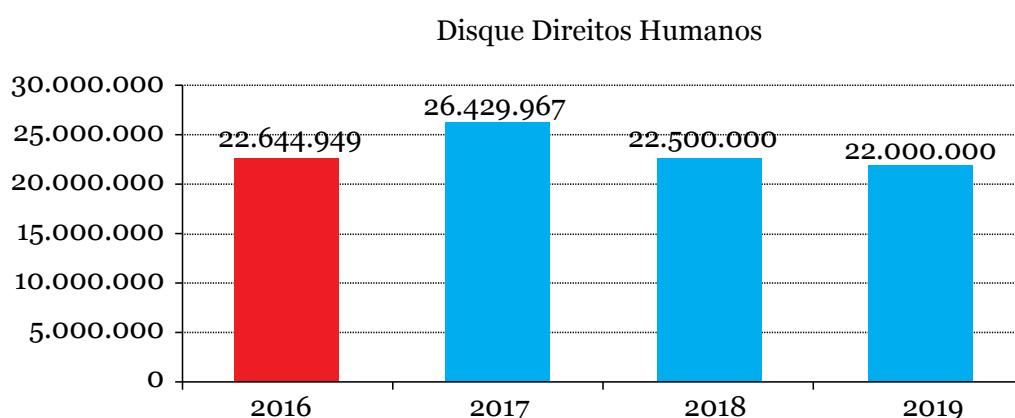


Figura 1. Recursos destinados para o Disque Direitos Humanos. Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Ministério do Planejamento (SIOP). Último acesso em: 4.9.2018. As dotações de 2016, 2017, 2018 são as autorizadas (Lei + Créditos) para cada um dos respectivos exercícios e 2019 são PLOA.

EMPOBRECIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS

Todo o acervo do Estado desenvolvido no século XX voltado à proteção da classe trabalhadora, quando em atividade ou envolvida em circunstâncias de vulnerabilidade ou de afastamento das condições de prover a própria subsistência, foi estabelecido em cada país com uma formatação específica, inclusive quanto aos tipos de benefícios acessíveis, em que circunstâncias, com caráter contributivo ou não. No Brasil, os direitos fundamentais que asseguram a liberdade, a vida em sociedade e a dignidade humana, aí entendidos os direitos sociais, estão insculpidos em variados dispositivos da Constituição, expressos nos artigos 5º, 6º, 7º, naqueles constantes do Título II (Da Ordem Social), em especial no Capítulo II (Da Seguridade Social) da Carta Constitucional.

Está pacificada a compreensão teórica de que os direitos sociais devem ser tratados como direitos fundamentais e, consequentemente, como cláusulas pétreas. Nesse âmbito, o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana constituem princípios da República Federativa do Brasil, conforme disposto no art. 1º, incisos II e IV e no art. 6º (CF). Aliás, a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo, o bem-estar e a justiça sociais (art. 193, CF). Desse contexto, a Seguridade Social⁹, insculpida pelos movimentos sociais antes do processo constituinte de 1987-88, foi concretizada no texto constitucional como um eficiente sistema de proteção da classe trabalhadora, tendo seus objetivos primado por universalidade, inclusão e distributividade na prestação dos serviços, como marca da solidariedade basilar do sistema (art. 194, CF).

Todo esse arcabouço constitucional de proteção à classe trabalhadora é replicado também nas leis trabalhistas e previdenciárias. Na perspectiva de atender aos interesses dos apoiadores do governo, após o *impeachment* de 2016, foram traçadas propostas de reformas nesses dois campos para, supostamente, promoverem a atualização da legislação das relações de trabalho e viabilizar a sustentabilidade da previdência social que estaria condenada ao fim, diante de um *déficit* financeiro crescente¹⁰.

9 Note-se que o conceito do direito à seguridade social e a um padrão de vida adequado já constava na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigos 22 e 25), de 1948, e também no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966 (que entrou em vigor em 1976).

10 A alegação de *déficit* e de privilégios tornou-se o discurso fácil para justificar a reforma previdenciária pelo governo, culpabilizando a classe trabalhadora e impondo sobre os segurados o ônus da restrição de acesso a direitos, sem atacar as verdadeiras questões a serem enfrentadas, como é o caso da revisão da execução das fontes de custeio (renúncias, isenções, substituição contributiva patronal, medidas de combate a fraudes e sonegações) e da busca de outras vias de financiamento.

A reforma trabalhista ocorreu de fato, mesmo com nuances da movimentação legislativa causando questionamentos institucionais e também judiciais¹¹. Pode-se apontar como resultado a promulgação da Lei 13.467/2017, justificada sob o discurso de que as alterações seriam modernizadoras e capazes de combater o desemprego e dinamizar a economia. Porém, isso não se verificou desde a entrada em vigor da nova lei. Pelo contrário: consolida-se a redução de direitos, a fragilização da classe trabalhadora e das entidades sindicais em momentos de crise econômica. A reforma não propiciou reais condições de combater ao desemprego, a informalidade e a alta rotatividade. Conforme dados divulgados na pesquisa do IBGE, PNAD-Contínua, no 2º trimestre de 2018, 74% das pessoas que conseguiram ocupação estão na informalidade, quase o dobro da taxa geral do mercado de trabalho (39%).

Enraizando as condições de fragilidade da classe trabalhadora, foi aprovada, também em 2017, uma proposição legislativa sobre terceirização – Lei 13.429/2017. A lei explicita que pode ser subcontratada quaisquer atividades da empresa, portanto o uso dessa forma indireta de contratação da força de trabalho tornou-se irrestrita, tanto para a esfera privada quanto pública.

As modalidades contratuais da reforma, de ampliação das hipóteses do trabalho temporário ou do trabalho em regime de tempo parcial – que possibilitam pagamentos abaixo do salário mínimo –, associados à ampla e irrestrita prática da terceirização e da adoção do contrato de trabalho intermitente, já apontam para a grave precarização das relações, pois a redução do valor da remuneração (proporcional à jornada) diminui também a base de incidência das contribuições relativas ao financiamento do sistema de proteção social (Regime Geral de Previdência Social, FGTS, FAT, etc.). A reforma fez inserções no texto celetista para usurpar ou reduzir direitos, porque não respeitam a lógica do sistema jurídico que determina a observância da Constituição Federal, das normas internacionais

11 O PL 6787/2016, apresentado pelo Governo, modificava 6 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e alguns dispositivos da Lei 6.019/1974 relativos ao trabalho temporário. Na Câmara, constituída a Comissão Especial para análise do projeto, com a realização de 12 audiências públicas com muitos convidados especialistas no mundo do trabalho e 8 seminários em diferentes estados, um “golpe” veio na forma do Substitutivo do relator que reescreveu a CLT, dispondo sobre mais de 100 artigos – entre modificações e inserção de novos temas –, além de interferir em outros 17 artigos celetistas para fins revogatórios. Convém realçar que essa atitude não estava legitimada no processo legislativo, porque desfigurava a proposta original, proveniente de outro Poder e também desvirtuou os objetivos iniciais, ao promover alteração sistêmica da CLT, constituindo um novo parâmetro legal para as normas do trabalho no Brasil, demonstrando uma redução nas possibilidades de aprofundamento dos debates sobre a matéria, conforme expressão da vontade do Parlamento. No Senado, o governo articulou a maioria da sua base de apoio para que o texto proveniente da Câmara dos Deputados fosse aprovado sem qualquer alteração e pudesse seguir para sanção, como efetivamente ocorreu.

incorporadas ao ordenamento brasileiro e da jurisprudência existente e pertinentes ao mundo do trabalho.

Vale destacar ainda que a previsão da prevalência do negociado sobre o legislado nas negociações sindicais é também uma inovação da reforma que será responsável pelo aumento da vulnerabilidade de classe, pois, em um momento que o país enfrenta crise econômica, alta de desemprego e de rotatividade da força de trabalho, sem sinais reais de retomada do crescimento somado aos dispositivos que cerceiam o direito constitucional do acesso à justiça, ofendem o rol dos direitos fundamentais da Magna Carta. Ali também estão disposições que impedem ou dificultam o acionamento da Justiça do Trabalho nos casos de descumprimento da legislação trabalhista: impondo exigências na petição inicial, obrigando pagamento de custas e peritos para os trabalhadores, mesmo sendo hipossuficientes economicamente e beneficiários da Justiça gratuita; facilitando o uso de recursos pelos reclamados (que majoritariamente são os empregadores), dificultando a execução e a conclusão dos processos.

Outras mudanças decorrentes da reforma trabalhista conduzem ao aprofundamento das desigualdades no mundo do trabalho, impactando mais profundamente nas mulheres. Elas configuram grave ofensa à saúde das gestantes, lactantes e bebês, na medida em que permitem o trabalho em ambiente insalubre, sem considerar as consequências e o prejuízo à saúde da mulher e da criança. Além disso, foi alterado dispositivo que autoriza que o empregador defina o “padrão de vestimenta”, oferecendo novo risco às mulheres, em função da costumeira atitude moralmente policial esca em relação à estética feminina, inclusive no ambiente laboral. Como disse Biroli (2018), o contexto pós-impeachment trouxe a dimensão de classe e de gênero na mesma moeda:

O conteúdo de classe do golpe, isto é, seu conteúdo antipopular, claramente revelado nos desdobramentos posteriores – destruição da legislação trabalhista que estabelecia garantias para trabalhadoras e trabalhadores, por exemplo – é uma de suas faces; o conteúdo de gênero é, sem dúvida, outra face. (BIROLI, 2018, p. 78)

Ainda se luta pelo reconhecimento das desigualdades nas relações de trabalho das mulheres. Isso por constatar, sem esgotar, as diversas formas de discriminação, como é o caso da diferença salarial, mesmo quando desenvolvida igual função ou atividade (mulheres recebem 76% do salário dos homens, no total das ocupações), e da desocupação (elas são maioria nas estatísticas medidas pelo IBGE na População Desocupada/PD, 57,7%, mesmo sendo maioria na População em Idade Ativa/

PIA, 53,5%). Mulheres enfrentam os maiores índices de desemprego, posto que representam apenas 45,5%, na População Economicamente Ativa (PEA/IBGE). Acrescente-se que também estão majoritariamente na informalidade: em 2015, das mulheres ocupadas 35,5% trabalhavam sem carteira assinada, enquanto entre os homens esse percentual era de 18,3%; em 2018, a renda média da mulher informal é de 73% da renda do homem na mesma condição, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Continua/IBGE).

As mulheres predominam sobre o trabalho denominado reprodutivo: a jornada média com afazeres domésticos das mulheres é de 21,2 horas semanais enquanto dos homens é de 10 horas semanais. A Síntese dos Indicadores Sociais publicada pelo IBGE (PNAD/IBGE-2014) sinaliza que, na soma da jornada das mulheres, considerando trabalho remunerado e os afazeres domésticos, o total semanal é de 56,3 horas (enquanto os homens têm 51,3 horas semanais).

O tempo com a reprodução humana não tem sido contabilizado para a organização social e econômica do trabalho, porque foi naturalizado como inerente do sexo feminino e, dessa forma, também tem sido dificultada a repercussão previdenciária desse tempo despendido. A única forma de reconhecimento do Estado pelo efetivo tempo de trabalho das mulheres na responsabilidade social pela reprodução, afazeres domésticos e de cuidados familiares é a distinção na contagem do tempo de contribuição e na idade de aposentadoria entre homens e mulheres na Previdência Social.

A diferença do tempo contributivo e da idade entre homens e mulheres na previdência brasileira é a aplicação do princípio da isonomia que se manifesta, concretamente, com essa distinção. A igualdade, nesse caso, para se viabilizar constitucionalmente, impõe critérios diferentes para desiguais condições, posto que uma igualdade formal representa uma sobrecarga ainda maior às mulheres para alcançarem o benefício previdenciário. Como destaca Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia é justamente o de a lei ser instrumento regulador da vida social, tratando equitativamente todos os cidadãos, sem conter privilégios ou perseguições.

Tal isonomia foi colocada em risco com a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 287/2016, que concretizou a versão do governo para a reforma previdenciária. As mulheres são as mais penalizadas com as novas regras adotadas pela reforma da previdência proposta. Nos dados consolidados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em relação a elas na Previdência Social, 96% das trabalhadoras rurais conseguem aposentar-se por idade, cumprindo os 15 anos de contribuição. Para as urbanas, essa modalidade

de aposentadoria alcança 44,1%, usando informações constantes do InfoLogo Previdência Social, de 2014.

As professoras constituem 80% da categoria e, atualmente, as que exercem o magistério podem se aposentar com 25 anos de contribuição e com o valor integral. Ao exigir a idade mínima e, ao mesmo tempo, reduzir o valor da aposentadoria nesse aumentar de tempo mínimo de contribuição, pagando apenas 70% de toda a média do período contributivo, deverá excluir maioria significativa das mulheres do acesso à aposentadoria ou as condenarem a uma renda muito abaixo do seu padrão contributivo. As professoras serão mais oneradas a permanecerem no exercício da carreira e terão uma significativa perda financeira comparando aos padrões atuais e, ao associar à incidência de grande percentual afastada do trabalho por adoecimento – físico e psicológico – os impactos da reforma previdenciária serão devastadores.

O argumento trazido pelo governo de que as mulheres vivem mais e oneram por mais tempo a Previdência é fortemente contestado pelas pesquisas realizadas, como aquela feita e apresentada por Joana Mustafá (pesquisadora do IPEA), em audiência pública realizada na Comissão Especial da Câmara que apreciou o mérito da proposta. A pesquisa informou que a diferença de expectativa de vida entre homens e mulheres vem caindo desde 2000, com projeção de queda ainda maior em 2060. Também realçou, em perspectiva comparada, que apenas nos países europeus há uma tendência de equiparação das idades mínimas de aposentadoria entre ambos os sexos, pois lá há um conjunto de políticas de Estado voltado a estimular condições mais equitativas do trabalho reprodutivo, penalizando menos as mulheres com o tempo reprodutivo.

É fundamental o respeito às intrínsecas diferenciações que viabilizam o alcance da equidade e que estão ameaçadas pelos dispositivos da PEC, por instituir uma idade mais próxima para homens e mulheres, sem considerar peculiaridades inclusive de pessoas que exercem atividades prejudiciais à saúde e que dependem de condições especiais para aposentar-se. Considerando que, hoje, 79% dos segurados do Regime Geral não alcançam 25 anos de contribuição aos 65 anos de idade para os homens e 62 anos para as mulheres – idades mínimas constantes do texto proposto pelo governo –, a eliminação da proteção social a essas pessoas estará consolidada e, com a aprovação dessa proposta de emenda, fica estabelecido o retrocesso.

No caso do Regime Geral, para alcançarem a aposentadoria com uma renda equivalente àquela que possuem em atividade, terão que laborar por 40 anos com efetiva contribuição. Porém, em decorrência da informalidade e da alta rotativi-

dade no mercado de trabalho brasileiro – que não são enfrentadas em nenhuma das medidas do governo –, trabalhar por 40 anos será inacessível para a maioria, condenando a classe trabalhadora ao empobrecimento, especialmente quando idosos ou à exclusão do sistema de proteção. Isso porque dos vinculados ao regime de previdência social, cerca de 28% possuem menos de seis contribuições por ano e 42% apresentam, em média, 4,9 contribuições anuais. Assim, o alcance dos 40 anos mínimos de contribuição dependerá de uma jornada de mais de 50 anos de trabalho para a grande maioria de brasileiros.

De tudo visto em decorrência dessas reformas, considerando os dados estatísticos de baixa permanência no mercado de trabalho brasileiro quando maior a faixa etária, o destino certo de trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada será o piso previdenciário, um achatamento da renda nacional e que, se desvinculado do salário mínimo, resultará em altos índices de pobres e miseráveis no país. O retrocesso social decorrente desse conjunto de regras excludentes propostas na PEC 287/2016 é tão evidente que resta configurada uma concreta violação aos princípios e objetivos que sustentam o sistema de Seguridade Social, conforme desenhado na Constituição. Consoante com Ingo Wolfgang Sarlet (2009), o dever de progressividade (no sentido da realização dos direitos sociais) alberga, no plano jurídico constitucional brasileiro e no plano internacional da tutela dos direitos humanos, os direitos sociais e das/os trabalhadoras/es.

Nota-se que a resistência contra o empobrecimento da classe trabalhadora, seja em idade ativa de trabalho ou na aposentadoria ou como pensionistas, será uma luta fundamental a ser assumida pela sociedade, devendo exigir das representações dos Poderes o compromisso de atuar para a recomposição de um espaço de diálogo social para atingir a solução de problemas e conflitos, retomando a concertação tripartite para o enfrentamento da crise, e resgate do desenvolvimento econômico vinculado ao social, tudo com respeito à dignidade e aos valores sociais do trabalho e da proteção decorrente, como preconizado na Constituição Federal. Nesse escopo, a igualdade de gênero é meta a ser alcançada e as mulheres permanecem firmes na luta para revisar séculos de uma cultura que sempre adotou a diferença biológica como motivação para não conceder tratamento isonômico.

Aos poucos, as mulheres têm superado empecilhos sistemáticos para que possam compatibilizar o exercício de seus quereres com autonomia, de seus direitos com liberdade e da sua vida política com efetividade. Mesmo ainda escutando a desconfiança sobre suas habilidades para diversas funções, têm afrontado as barreiras da desconfiança sobre a competência, coragem, determinação, capacidade de liderança para os espaços e as funções públicas. Acusadas de desestruturação

familiar por terem se distanciado das tarefas relacionadas ao mundo privado – os cuidados com filhos, doentes e idosos, os afazeres domésticos, entre outras – seguem com altivez se dedicando à vida pública, intelectual, profissional, política e partidária. Restringir seus direitos e impor trilhas que levam ao empobrecimento, como registra-se nas propostas de reformas do governo aqui descritas, conduz a interdição indesejada dos avanços conquistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ELEIÇÕES NACIONAIS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

Quisemos neste ensaio demonstrar, ao menos, parcialmente, exemplos de como o governo Michel Temer inferiorizou a defesa dos direitos humanos, das mulheres e da igualdade racial, cuja evolução, tanto política quanto social, diz respeito a uma conquista da sociedade brasileira. Diante da depreciação de políticas públicas de caráter social (como foi a fixação de teto dos gastos pela Emenda Constitucional 95) e do acirramento do debate em relação aos aspectos morais e religiosos ressaltados nas eleições de 2018, marcada por um contexto de crescente conservadorismo político, que acompanha o movimento global de ascensão da direita (RANGEL, 2018).

O pleito nacional reverberou os casos emblemáticos de alijamento das mulheres nos espaços de poder e decisão que estiveram em curso desde 2016 (a simbólica derrubada de uma mulher da Presidência da República, o desmantelamento da SPM e das políticas de igualdade de gênero, a baixa presença de mulheres no gabinete ministerial de Temer) e a sub-representação das mulheres na política.

Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE¹²) mostram que as candidaturas de mulheres caíram em relação a 2014, com exceção dos governos estaduais (subiu de 10,4% para 14,4%): houve diminuição no percentual de candidaturas femininas para a presidência da República (de 27,3% para 15,4%), o Senado (de 19% para 17,6%), a Câmara Federal (de 31,8% para 31,7%) e as Assembleias Legislativas dos estados e do Distrito Federal (de 31,4% para 31,3%). Em geral, cumpriu-se a cota de 30% para mulheres nas listas de candidaturas aos cargos escolhidos por representação proporcional (deputado federal e deputado estadual/distrital), mas isso não garantiu a eleição de um número maior de eleitas, como confirmaram os dados¹³.

12 <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> .

13 Dada a sistemática violação da lei de cotas por parte deles há 22 anos. Esse mecanismo foi criado em 1995 (Lei 9.100/95) e sofreu duas modificações (nas Leis 9.504/97 e 12.034/09), reservando um percentual das vagas de candidaturas em eleições proporcionais (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) para cada sexo (na prática, uma ação afirmativa para as mulheres). Nas duas primeiras versões do instrumento, os partidos lançavam mão de uma

Chamou atenção, neste pleito, o fato de boa parte das candidatas estarem concorrendo como coadjuvantes (à vice, não à presidente) na disputa presidencial, ao contrário de 2014. Dos 13 candidatos a Presidente, somente 2 (15,4%) eram mulheres. Em 2014, eram 3 mulheres em um total de 11, representando 27,3% do total de presidenciáveis. Naquele ano, as duas mulheres (Dilma e Marina) lideravam as pesquisas de intenção de voto durante boa parte do momento pré-eleitoral e, como se sabe, Dilma foi reeleita.

Ao fim do pleito de 2018, a eleição de mulheres para o Senado (12,9%) retrocedeu a níveis piores do que o ano de 2002 (14,8%). Quanto aos governos estaduais, o Brasil tem novamente uma governadora eleita – o mesmo percentual de 20 anos atrás (3,7%). O avanço foi no percentual de deputadas federais (de 9,9% para 15%) e estaduais/distritais (11,4% para 15,3%). Ainda assim, é pouco. Observando o impacto da lei de cotas desde sua criação em 1995 (Lei 9.100/95) até as posteriores alterações (Leis 9.504/97 e 12.034/09), vê-se que ele sempre esteve aquém de seu potencial: o percentual de mulheres candidatas evoluiu bastante historicamente, mas não encontrou correspondente entre as eleitas, resultado modesto para um período de 20 anos e duas versões da cota previstas em leis eleitorais distintas.

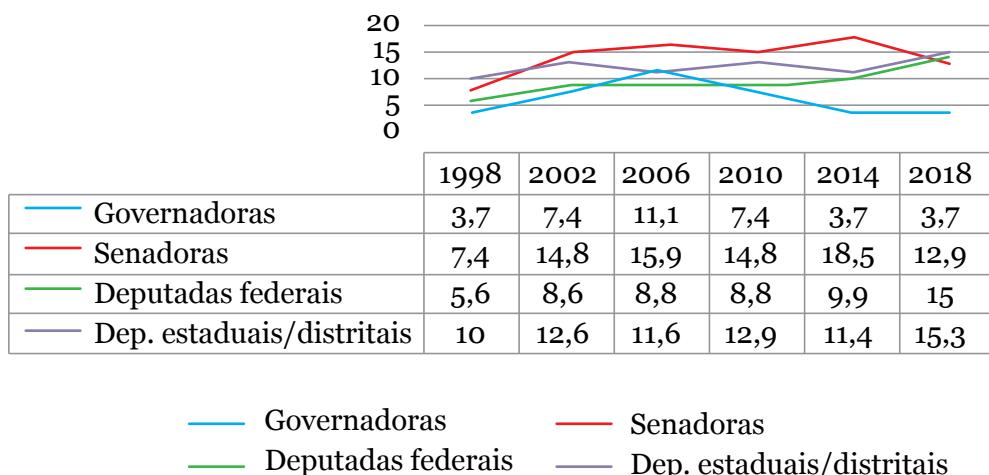


Figura 2. Mulheres eleitas: Brasil, 1988-2018 (%). Fonte: elaboração própria com base nos dados do TSE.

cláusula de escape: o texto da lei permitia a inscrição de candidatos em até 150% do número de lugares a preencher, abrindo a possibilidade de apresentar uma lista completa de candidaturas sem incluir sequer uma mulher e sem violar a regra. Isto mudou em 2012, quando, pela primeira vez, os partidos respeitaram a lei de cotas devido às ameaças da Justiça Eleitoral de impugnação de candidaturas masculinas com vistas a manter a proporção 30%-70% exigida por lei. Contudo, o problema virou a inscrição de “candidaturas fantasmas” ou “laranja”: mulheres sem chances reais de eleição, que somente estão na lista para atender ao aspecto formal e numérico da regra. Há muitos casos de candidatas que não receberam nenhum voto: em 2016, 10% das candidatas a vereadoras tiveram zero votos ou apenas um. Entre homens, a proporção foi de 0,6%.

Nota-se, portanto, que a sub-representação das mulheres se aprofundou nos espaços majoritários (governos estaduais, Senado e Presidência), o que tornou o Brasil um caso destoante quando comparado com o resto do mundo: as mulheres são 52% da população, 52,5% do eleitorado e quase metade das filiadas a partidos políticos, mas são menos de 15% dos representantes, o que, como mencionado na Introdução, coloca o país em 157º lugar no mundial da IPU¹⁴, em último lugar na América do Sul, e em penúltimo nas Américas (perdendo apenas para Belize) no que tange à representação parlamentar feminina.

As eleições ocorreram em um contexto que demanda uma ação firme das mulheres para garantia de suas vidas (vide o aumento do feminicídio e de outras incidências de violência), de sua autonomia econômica (diante do empobrecimento por serem mais atingidas pelas reformas trabalhista e da previdência), de sua liberdade e dignidade (pela manipulação de seus corpos e interesses sem seu consentimento por lideranças religiosas) e diante da depreciação de políticas públicas de defesa dos direitos sociais (conforme exemplos acima referidos), tudo isso com o acirramento do debate em relação aos aspectos morais e religiosos que insistem em disputar os espaços de representação estatal para pautar seus interesses específicos, de cunho eminentemente persecutório em relação às mulheres, inclusive em prejuízo à laicidade fundante do Estado Democrático de Direito, como estabelecido na Constituição nesses 30 anos de existência. Na política eleitoral, seria preciso fortalecer mecanismos institucionais para garantir a entrada de mais mulheres, de forma a representar proporcionalmente a cidadania feminina e a atender aos anseios da população por equidade: 81% dos brasileiros querem políticas federais de promoção à igualdade de gênero, segundo recente pesquisa Ibope/ONU Mulheres (2018).

Contudo, pela primeira vez desde o fim da ditadura militar, o Brasil terá um governo de extrema direita definindo os rumos do país, impondo um cenário hostil às mulheres, negros, indígenas, quilombolas, LGBTIs, movimentos sociais e classe trabalhadora. Tais grupos, apesar de maiorias demográficas, são minorias políticas, sub-representados nos espaços institucionais de poder e decisão. Esses grupos, que compõem a maioria da população brasileira, tiveram suas pautas negligenciadas ao longo da história e, a partir de agora, enfrentarão novas dificuldades para a manutenção e a ampliação de seus direitos em um governo declaradamente avesso às suas demandas.

14 Ver nota de rodapé n.5.

O candidato eleito para a Presidência, Jair Bolsonaro, e seu vice, general Antônio Hamilton Mourão, sinalizaram na campanha que irão aprofundar as medidas que estavam em curso no governo Temer em relação a cortes de gastos sociais. A composição de sua equipe ministerial, majoritariamente masculina e de tradição política de direita, com associações com as elites econômicas e religiosas neoconservadoras, não indica recomposição das conquistas institucionais e de garantia de direitos ameaçados. Na perspectiva de resgatar a vivência democrática no Brasil, interrompida em 2016, os movimentos feministas e suas redes de ativismo precisarão estar atentos para garantir que as mulheres possam acessar uma sobrevivência digna, livre de violência e do assédio, em condições de acesso a direitos e ao respeito social nas mesmas categorias que são atribuídas aos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALERTA SOCIAL. Um golpe por dia. 2016. Disponível em: http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf. Acesso em: 13 set. 2017.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS – AMB. “Nota de posição frente ao cenário eleitoral, 14 de setembro de 2018”. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/amb-articula%C3%A7%C3%A3o-de-mulheres-brasileiras/nota-de-posi%C3%A7%C3%A3o-frente-ao-cen%C3%A1rio-eleitoral/1647830228661410/>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- BRASIL, Senado. Comissão Especial do Impeachment 2016. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?3&codcol=2016>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Campanha Direitos Valem Mais, Não Aos Cortes Sociais. Disponível em: <http://direitosvalemMais.org.br/>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- CANNON, Barry. “Coups, Smart Coups and Elections: Right Power Strategies in a Context of Left Hegemony”. Conferência *The Brazilian Coup d’État and the Right-Wing Tide*. Berlim, set. 2017.
- CHAUÍ, Marilena. *Marilena Chauí: “não existe nova classe média”*. Entrevista de Marilena Chauí, concedida a João Paulo Martins, publicada pela revista Carta Capital em agosto de 2013. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/marilena-chaui-nao-existe-nova-classe-media/>. Acesso em: 4 nov. 2018.
- Cocco, Giuseppe. As manifestações de Março de 2015 são o avesso de Junho de 2013. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, ano XV, n. 461, 23 mar. 2015.

- FOLHA DE SÃO PAULO. Saiba o que são as ‘pautas-bomba’ nas mãos do Congresso contra o governo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1664711-saiba-o-que-sao-as-pautas-bomba-nas-maos-do-congresso-contra-o-governo.shtml>. Acesso em: 25 out. 2018.
- HIRST, Monica. La crisis política de Brasil afecta a toda la región. *La Nación*, de 5 abr. 2016.
- INFOMONEY. Cunha prepara “pauta-bomba” de R\$ 207 bilhões como vingança ao governo. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/4647545/cunha-prepara-pauta-bomba-207-bilhoes-como-vinganca-governo>. Acesso em: 25 out. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. “Síntese de Indicadores Sociais 2017 - SIS 2017”. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- _____. “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014”. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do Princípio da Igualdade*. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MILANI, Carlos. “The 2016 coup d'état in Brazil: why going international is a key strategy for domestic actors”. *Observatoire Politique de l'Amérique latine et des Caraïbes – SciencesPo- Note d'analyse*, nº5, em mai. 2016. Disponível em https://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr.opalc/files/OPALC_Milani_2016rev1.docx. Acesso em 1 nov. 2018.
- NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. “A enchente da Maré Rosa e a nova onda de regionalismo na América do Sul: os papéis das Políticas Externas do Brasil, Chile e Uruguai no impulso à integração regional”. Montevideo: Trabajo apresentado no 9º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), 26/28 jul. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2F6qkDX>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- O GLOBO. NA CÂMARA, Cunha monta pauta-bomba. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/na-camara-cunha-monta-pauta-bomba-16971948>. Acesso em: 25 out. 2018.
- ONU MULHERES. “81% de brasileiros e brasileiras querem políticas federais de promoção à igualdade, revela pesquisa Ibope/ONU Mulheres”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/81-de-brasileiros-e-brasileiras-querem-politicas-federais-de-promocao-a-igualdade-revela-pesquisa-ibope-onu-mulheres/>. Acesso em 5 nov. 2018.

- RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998.
- RANGEL, Patrícia. Guinada conservadora em políticas de gênero na América Latina: reflexões iniciais. *Cadernos Adenauer 1/2018 - Participação Política Feminina Na América Latina*.
- REIS, Guilherme; SOARES, Giovanna. O Fascismo no Brasil: o Ovo da Serpente Chocou. *Desenvolvimento em debate*, v.5, n.1, p. 51-71, 2017.
- SAFATLE, Vladimir. Protestos de 2013 foram o 11 de Setembro da direita brasileira. *Folha de S.Paulo* (versão impressa), de 4 nov. 2018.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre a assim designada proibição de retrocesso social no constitucionalismo latino-americano. *Revista TST*, v. 75, n. 3, jul./set., 2009.
- SCOTT, JOAN. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, jul./dez., p. 5-22, 1990.
- SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. “InfoLogo Previdência Social de 2014”. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO – SIOP. Dados disponíveis em: <https://www.siop.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 4 set. 2018.
- SOARES, Vera. “Políticas públicas para igualdade: papel do estado e diretrizes”. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- SOLER, Lorena. Golpes de estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haiti (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). *Cadernos Prolam/USP*, v. 14, n. 26, p. 77-89, 2015.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. “Estatísticas eleitorais”. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 1 nov. 2018.

Conhecimento situado, gênero e raça: uma experiência de campo na Zona Leste de São Paulo

*Situated knowledge, gender and race:
a field experience at São Paulo's East Side*

Jonas Medeiros^a

Resumo Este artigo buscará narrar as interações entre o pesquisador, um homem branco de classe média, e suas interlocutoras, mulheres periféricas, moradoras da Zona Leste de São Paulo, em sua maioria negras, em um trabalho de campo que resultou em tese de doutorado. As diferenças sociais entre os sujeitos foram constantemente demarcadas durante o processo. Como qualquer pesquisa qualitativa, os dados descritos, analisados e interpretados foram produzidos por interações concretas e específicas. Argumenta-se que tais interações não são invariáveis ou mecanicamente previsíveis, pois cada sujeito concreto elabora prática e simbolicamente de formas determinadas estas interações. Os meios primordiais para a coleta de dados foram entrevistas e observações (semi) participantes. Ao mesmo tempo em que são reconhecidos e incorporados vários limites condicionados pela situação social do pesquisador, defende-se que pode existir alguma produtividade específica na posicionalidade de um homem branco de classe média estudando movimentos sociais de mulheres periféricas. Para analisar as relações que resultaram do encontro e do diálogo da pessoa investigadora com outros sujeitos, são mobilizadas reflexões metodológicas e o conceito de “conhecimento situado” da epistemologia do ponto de vista feminista de Haraway.

Palavras-chave conhecimento situado; gênero; metodologia; trabalho de campo; raça.

Abstract This article deals with narratives about the interactions between the researcher (a middle class white man) and his collaborators (working class women living in São Paulo's East Side, most of them black) in a fieldwork that resulted in a PhD dissertation. The social differences between the subjects were constantly marked during the process. As in any qualitative research, the described, analyzed and interpreted data were produced through concrete and specific interactions. It is argued that these interactions are not invariable or mechanically predictable because each concrete subject elaborates them practically and symbolically in determinate ways. The primary data collection techniques were interviews and semi-participant

^a Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realiza pós-doutorado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

observations. At the same time that many limits conditioned by the researcher's social situation are recognized and incorporated it is argued that it might exist some specific productivity in a middle class white man's positionality studying working class women's social movements. Methodological reflections and Haraway's feminist standpoint epistemology's concept of "situated knowledge" are mobilized in order to analyze the relations resulted from the dialogue between the investigator and the other subjects.

Keywords fieldwork; gender; methodology; race; situated knowledge.

INTRODUÇÃO

Por que um homem branco de classe média escolhe escrever uma tese de doutorado sobre mulheres periféricas, muitas delas negras? Esta pergunta me foi feita inúmeras vezes nos últimos anos, tanto nos espaços acadêmicos em que apresentava resultados parciais da pesquisa quanto pelas minhas interlocutoras no decorrer do trabalho de campo.

Minha tese de doutorado teve como objeto o associativismo de mulheres na Zona Leste de São Paulo, se inserindo na área da sociologia dos movimentos sociais (MEDEIROS, 2017). Eu realizei 40 entrevistas¹ semi-estruturadas com militantes e ativistas de 36 organizações da sociedade civil; observação participante² em eventos e atividades; análise de rede das páginas de Facebook seguidas por integrantes de coletivos; e análise de conteúdo de uma campanha virtual feminista na mesma rede social. A partir deste material empírico, interpretei o histórico deste associativismo de mulheres em dois momentos: o “Feminismo Popular” (associações fundadas nas décadas de 1980 e 90 e orientadas para o atendimento psicológico e jurídico de mulheres em situação de violência) e o “Feminismo Periférico” (coletivos criados na década de 2010 e orientados a atividades artístico-culturais, com a questão racial assumindo uma centralidade inédita). Busquei também a partir das categorias de “matrizes discursivas” (SADER, 1988) e “contra-públicos” (FRASER, 1992) compreender as descontinuidades entre estes dois momentos históricos no

1 As entrevistas foram um meio primordial de coleta de dados; foram interações criadas de certa forma artificialmente por meio da minha solicitação externa enquanto pesquisador.

2 Uma outra série de interações, desafios e limites precisaram ser considerados, quando se passa das entrevistas para as *observações participantes*, uma vez que, nestes casos, não fui eu quem criou estas situações e sim os próprios coletivos e movimentos, passando, assim, de uma situação “artificial” (solicitada pelo investigador) para outra, “espontânea” (na qual o investigador acompanha os “sujeitos investigados” em uma atividade previamente marcada, independente de minhas intenções). Como tentarei demonstrar adiante, talvez uma expressão mais precisa para descrever esta segunda metodologia primordial seja a de “observação semi-participante”.

tocante às esferas públicas e redes de sociabilidade responsáveis pela gênese de cada uma destas formas de ação coletiva.

Uma pesquisa qualitativa em ciências humanas nunca é um ato isolado e sim o fruto do encontro e do diálogo da pessoa investigadora com muitos sujeitos: interlocutoras no campo, professoras/es, colegas e amigos/as, fora e dentro da universidade. Considero relevante metodológica e epistemologicamente narrar as interações entre pesquisador e interlocutoras. O que buscarei destacar a seguir não é a minha posição considerada em si mesma (e nem mesmo uma teorização abstrata das diferenças sociais entre nós) e sim as interações – aquelas interações concretas e específicas – que foram travadas no decorrer do trabalho de campo, pois foram estas que produziram os dados descritos, analisados e interpretados em minha tese. E por mais que elas possam ser teorizadas em termos de posicionalidade e interseccionalidade, elas não são invariáveis ou sempre mecanicamente previsíveis, pois cada sujeito concreto elabora prática e simbolicamente de determinadas formas estas interações a partir de sua personalidade, trajetória e horizontes culturais.

Este artigo é uma versão modificada da Introdução da minha tese. Lá, busquei revisitar meu caderno de campo³ para reinterpretar reflexivamente experiências durante a pesquisa de campo. Além disso, tentei aqui adensar o que eu havia apresentado na tese, a partir da leitura e mobilização de artigos que refletiram sobre suas metodologias qualitativas: em especial o dossiê de um periódico sobre masculinidades organizado por antropólogos homens que investigaram etnograficamente mulheres e relações de gênero; e também artigos variados escritos por pesquisadoras brancas (vindas majoritariamente das disciplinas da psicologia e da educação) que investigaram relações raciais e pessoas negras (na maioria dos casos em ambientes escolares). As duas seções centrais do artigo buscarão sistematizar minhas experiências de campo ao redor dos marcadores sociais da diferença “gênero” e “raça”, problematizando o que carreguei para o campo (BRANDES, 2008): uma ignorância ingênua, naturalizada e persistente em pesquisadores homens brancos, que se auto-compreendem como o sujeito universal do conhecimento, ou seja, não-marcado nem por gênero nem por raça (supostamente desgenerificado e desracializado, portanto), em oposição às situações sociais de mulheres, negros e mulheres negras, que têm sido reificadas como a de sujeitos particulares ou particularizados. Conforme narrarei, minhas interlocutoras me remarcaram

3 No tocante às observações mas também com relação às entrevistas: anotações etnográficas permitiram registrar, descrever e rememorar interações informais que a transcrição literal e formal da entrevista gravada em áudio não era capaz de captar (ou então experiências ocorridas antes ou depois da entrevista, com o gravador desligado).

constantemente, o que me levou a incorporar, como argumentarei na conclusão do artigo, o conceito de “*conhecimento situado*” de Donna Haraway, segundo o qual um conhecimento científico que busque ser racional e objetivo deve se basear não na universalidade e sim na parcialidade, assumindo sua situacionalidade e o seu posicionamento social (de gênero, de raça e de classe).

GÊNERO: ACESSAR ATIVIDADES FEMINISTAS

Além de pessoas dentro da academia que me perguntaram por que eu estava fazendo esta pesquisa, minhas interlocutoras em campo também eventualmente me indagaram neste mesmo sentido. Ao final de uma entrevista (uma das primeiras que eu realizei), a integrante de um coletivo me perguntou por que afinal de contas eu decidi escolher este tema de pesquisa. Contei a ela a gênese da temática na sala de aula com minhas alunas da graduação em pedagogia em uma faculdade particular da Zona Leste.⁴ Ela me parabenizou e disse “*Ter uma iniciativa assim, é difícil fazer e é difícil querer fazer. Você, como homem*”. Minha reação naquele momento foi ressaltar a dificuldade que eu imaginava me deparar quando eu fosse organizar grupos focais religiosamente homogêneos – uma etapa planejada da pesquisa empírica que depois foi descartada, pois o objeto da tese foi mudando conforme a investigação se desenrolava. Na minha resposta a ela, eu acabei focando muito mais na dificuldade de acessar as igrejas e contornar possíveis problemas com pastores evangélicos do que na minha relação entre pesquisador homem e interlocutoras mulheres. Retrospectivamente, vejo que ela estava muito mais consciente dos desafios que eu enfrentaria no trabalho de campo do que eu próprio estava. Isto faz parte do que vou chamar de uma ignorância ingênua dos marcadores sociais da diferença que eu levei para o campo, algo condizente, por sinal, com a incapacidade ou, melhor dizendo, bloqueio ou dificuldade que homens têm para se reconhecer enquanto sujeitos generificados. Este ponto de partida será novamente encontrado e tematizado na próxima seção, talvez de modo ainda mais grave no tocante à questão racial e uma auto-compreensão desracializada, comum nas pessoas brancas.

Segundo os antropólogos que organizaram e contribuíram para o dossier da revista *Men and Masculinities* em sua edição de dezembro de 2008, uma das principais questões que antropólogos que realizam etnografias com mulheres enfrentam é a questão do acesso: não é possível falar sobre mulheres sem conversar

⁴ Para quem se interessar sobre esta pré-história da pesquisa de campo que resultou na minha tese, cf. MEDEIROS, 2017, p. 23-25.

com elas (BERLINER; FALLEN, 2008, p. 139). Acredito que a grande diferença entre suas pesquisas antropológicas e a minha tenha sido o meu foco na dimensão *pública* das vidas de mulheres periféricas: as entrevistas tematizavam as histórias de suas associações e coletivos, muito mais do que as histórias de suas *privadas*, da mesma forma que utilizei a observação participante em eventos e atividades dos coletivos feministas periféricos. Outros dilemas, desafios e dificuldades resultariam se eu tivesse tentado abarcar também na investigação a dimensão privada de suas vidas ou então se minhas interlocutoras fossem mulheres periféricas da Zona Leste que não estivessem organizadas em movimentos sociais. Abordá-las enquanto militantes e ativistas certamente facilitou meu acesso ao campo.

Frequentemente refleti e questionei: quando e sob quais condições pode um homem *participar* e observar atividades organizadas por mulheres feministas? Em mais de uma circunstância me indaguei: posso ir neste evento? Sento ou não na roda que só tem mulheres? Seria invasivo ou inapropriado escrever agora no meu caderno de campo? Inúmeras vezes eu era o único homem em uma atividade pública e aberta tanto a mulheres quanto a homens.

Evidente que, em determinados momentos, a minha observação não era permitida nem mesmo sob a condição de semi-participante ou não-participante. Um exemplo cristalino que posso dar está nas redes sociais digitais (campo que crescentemente é investigado qualitativamente, pelo que se está chamando de “antropologia digital” ou mesmo “netnografia”): diversos grupos e comunidades feministas no Facebook não são abertos para homens.⁵ Estes limites precisam ser reconhecidos e incorporados na análise dos dados que foram possíveis de serem coletados por quem eu sou e por onde eu me situo socialmente. Certamente, sob certos aspectos, outras pessoas, em outras situações sociais, conseguiram produzir dados e análises muito mais densos do que eu fui capaz.

Em outra circunstância, em uma entrevista, fui convidado pela militante para observar a oficina que seu coletivo realizaria em algumas semanas em uma casa conveniada⁶; mas depois, quando fui confirmar a permissão de minha participação,

5 Neste caso específico, se eu quisesse me aprofundar neste aspecto das mobilizações feministas contemporâneas em uma perspectiva *qualitativa*, seria necessário me basear na bibliografia secundária em vez de produzir dados primários (inacessíveis a mim enquanto homem). Cf., por exemplo, a Iniciação Científica de Fernanda Polidoro Paiva nas Ciências Sociais da Unicamp e orientada por Luciana Tatagiba, sobre o que ela chama de “as redes submersas da Primavera Feminista” (sua principal metodologia é justamente etnografar grupos feministas secretos na rede social Facebook). Para minha tese, me restringi a uma análise *quantitativa* de rede de páginas de Facebook seguidas por minhas interlocutoras (cf. MEDEIROS, 2017, p. 129-152).

6 Estas “casas” são os CDCM’s (Centros de Defesa e Convivência da Mulher), serviços conveniados da assistência social municipal de São Paulo que oferecem atendimento psicológico e jurídico para mulheres em situação de violência (cf. MEDEIROS, 2017, p. 54-58).

percebi que não cabia a minha presença, mesmo que nenhuma das envolvidas tivesse dito claramente “*não*” para mim. Obviamente não insisti.

Em uma breve interação, quem resistiu a responder a um convite de participação fui eu. Uma outra integrante do mesmo coletivo acima mencionado, quando soube de minha pesquisa, sugeriu que quando ela estivesse pronta elas publicassem uma entrevista comigo em seu site. Lembro de ter estranhado o convite, tendo em vista que todas as notícias e entrevistas por elas veiculadas eram sempre sobre e com mulheres periféricas. Não cheguei a explicitar meu desconforto mas decidi conscientemente não retomar o assunto em conversas futuras pois avaliei que não cabia a minha contribuição neste sentido específico (embora talvez esta fosse uma não-questão para estas militantes).

Por outro lado, houve mais de uma vez em que fui convidado para atividades que eram abertas mas, devido à baixa quantidade de pessoas, criava-se um clima de intimidade no qual as mulheres que compareceram se sentiam a vontade para partilhar histórias pesadas e sofridas relativas a violência obstétrica, sexo vazio no contexto da solidão da mulher negra, companheiro agressor e até um relato de estupro. Felizmente (em especial para a dinâmica da roda, mas também para a pesquisa), minha presença nestes casos não as impediu nem as constrangeu. Em todos estes momentos interrompi minha escrita no caderno de campo e, se eu eventualmente me refiro a estas situações no decorrer de minha tese, sempre preservei o anonimato de quem narrou estes acontecimentos.

Uma ocasião relevante para exemplificar que a questão do acesso e da participação de um pesquisador homem em atividades de mulheres não consiste em uma problemática simples e linear foi um encontro feminista promovido por um movimento cultural da Zona Leste (um coletivo misto, mas quem efetivamente organizou e tocou a atividade foram somente mulheres). Estavam programadas duas rodas de conversa. Era uma tarde ensolarada em uma praça aberta, seria difícil acompanhar o debate de muito longe, então, de imediato, não tive dúvida e sentei na grama, no círculo junto com todas as outras participantes. Lá pelo meio da discussão percebi que eu era o único homem ali posicionado. Na segunda atividade com este mesmo formato, algumas horas depois, resolvi mudar de estratégia: tentaria acompanhar o debate sentado num banquinho da praça, do lado de fora da conversa; estava simultaneamente preocupado em estar ocupando um espaço que talvez eu não devesse estar partilhando e também poderia ser a oportunidade de observar as dinâmicas e interações de um outro ponto de vista. Contudo, uma das debatedoras convidadas para a primeira roda me convocou enfaticamente para eu sentar no círculo interno, exigência que cumprí prontamente.

Durante todo o encontro havia um pequeno número de homens circulando; porém, via de regra, eles sempre estavam a margem, de pé, em pequenos círculos, distantes da atividade principal, bebendo cerveja e interagindo somente entre si e, eventualmente, com algumas poucas mulheres. Mas não vi nenhum outro homem que estivesse disposto a sentar nas rodas de conversa e efetivamente ouvir o que estava sendo debatido. Acredito que a debatedora que me convocou deve ter visto que eu era o único homem que participou da primeira discussão (mesmo que somente da condição de ouvinte) e, provavelmente, deve ter estranhado o distanciamento que eu adotei.⁷

Gostaria também de chamar a atenção para a produtividade do que poderia ser chamado de o lado reverso das posicionalidades envolvidas no meu trabalho de campo. Em mais de uma ocasião, mulheres que eu entrevistei compartilharam comigo visões anti-feministas (sempre com o gravador ligado): um coletivo de mulheres atuantes no movimento Hip Hop e uma associação de mulheres que mantém vários convênios com a assistência social municipal (nenhum deles, contudo, relacionado à violência contra a mulher e sim voltados para a infância, a terceira idade, etc.). Contudo estas duas entrevistas acabaram não entrando no recorte que eu elegi para analisar os dados coletados.

Em outro caso, de uma das entrevistas que eu selecionei para analisar no doutorado, uma jovem feminista reclamou comigo que uma grande amiga sua tinha “*virado feminazi*” (quem introduziu o termo foi ela, não eu); a amiga passou a dizer que “*nenhum homem presta, não vou beijar na boca disso, eu tenho nojo*”, além de estar com muito “*medo de sair na rua*”. A amiga tinha até desistido de fazer um cursinho por estar com medo de andar a noite no seu bairro:

Então você vê a que ponto chega, a pessoa deixa de viver por causa desse medo. E ela estava com medo do mundo. Do mundo assim, de tanta coisa que ela via, é, ela como mulher e eu tenho que ter medo de tudo, eu tenho que tomar cuidado com tudo, eu não devo confiar em homem nenhum, e aí tem essa segregação, né? Homem pra lá, não chega perto de mim [...]. (Entrevista)

7 Com este relato quero me referir à necessidade dos homens se disporem a participar de atividades feministas (quando abertas a nós, evidentemente) na condição de escuta, de abertura às narrativas das mulheres, algo que foi raro de encontrar nas atividades que etnografei, agravado pelo fato de que em várias ocasiões a presença dos homens, quando existe, se efetiva por meio de falas, via de regra, demasiadamente longas; parece-me uma necessidade compulsiva de restaurar o protagonismo masculino em atividades auto-organizadas por mulheres. Em algumas destas ocasiões houve reclamações e protestos de mulheres para que o homem concluísse sua fala; mas também presenciei um debate no qual a totalidade de perguntas para a mesa compostas por mulheres foi realizada por homens e não houve questionamentos.

Depois ela me contou que quando ela disse para a própria amiga que ela estava “*muito feminazi*”, a amiga retrucou, criticando incisivamente o seu uso do termo: “*Que é isso?! Isso não existe, que termo pejorativo!*”. Será que esta entrevistada teria se referido à amiga como “*feminazi*” se eu fosse uma mulher (ou, ainda mais, se eu fosse uma mulher feminista)? Acredito que é possível conectar a expressão destas críticas ao feminismo com a pressuposição, por parte das diferentes entrevistadas, com uma cumplicidade anti-feminista minha, enquanto homem, ou, ao menos, com o pressuposto de que eu não teria compromissos políticos com o feminismo. Estes dados não foram diretamente utilizados por mim na tese, mas caso eu optasse por tratá-los, eles seriam acessíveis a mim, pesquisador homem, mas dificilmente teriam sido produzidos a partir da interação das mesmas interlocutoras com uma pesquisadora mulher que se identificasse abertamente como feminista pois as entrevistadas talvez não se sentissem confortáveis em dizer certas coisas. Neste caso específico, me parece razoável dizer que ser uma pesquisadora (em especial se ela se assumisse como militante) poderia constituir um bloqueio no acesso a determinados discursos e percepções. Também não é descabido imaginar que as dificuldades e os limites que uma mulher branca enfrentaria em uma pesquisa sobre mulheres negras não seriam pequenos. Talvez o exotismo de um homem branco realizando esta pesquisa tenha sido um facilitador em vez de um limite insuperável.⁸

Também considero significativo apontar aqui a intersecção do gênero com a idade, afinal de contas, sabemos desde as críticas do feminismo negro e da teoria *queer* ao feminismo da segunda onda que não existe “a mulher” enquanto sujeito social homogêneo. A relevância desta intersecção está na minha percepção de que minhas interações com as militantes mais velhas e com as ativistas mais jovens foram consideravelmente diferentes e relativamente padronizadas de acordo com nossas idades (eu com cerca de 30 anos, as primeiras entre 55 e 70 anos e as segundas entre 18 e 35 anos).

Quase todas as entrevistas com as militantes mais velhas foram em espaços privados, como suas casas ou de seus familiares (as exceções foram em sedes de associações ou uma entrevista que se deu em uma sala emprestada de um gabinete da vereadora do partido da militante); já as entrevistas com as ativistas mais jovens

⁸ Segundo Berliner, desde a década de 1980, antropólogas francesas passaram a questionar a posição de que pesquisadoras mulheres teriam “um privilégio epistêmico para estudar aspectos da feminilidade” (BERLINER, 2008, p. 176); em determinadas situações, ser uma mulher etnografando mulheres poderia até consistir em uma desvantagem, considerando que antropólogas europeias foram, em alguns casos, recebidas com hostilidade por mulheres africanas.

foram invariavelmente em espaços públicos: praça, terminal de ônibus, centro cultural, bibliotecas pública ou comunitária e até em um shopping center. Além do espaço onde a entrevista foi realizada (o que impacta na produção dos dados), minha identidade para as entrevistadas também foi, de certa forma, condicionada pela questão geracional. Para as mais velhas, fui tratado ora como “jornalista” ora como “um adolescente” e em mais de uma ocasião me senti como um neto sendo recebido pela avó para um lanche da tarde ou da noite (com as entrevistadas fazendo questão de me servir um bolo ou preparar um sanduíche). Já para as mais novas, nossas interações ora se deram como “professor” ou “pós-graduando” ora fui ironicamente tratado como “empresário” (retomarei este episódio nas considerações finais do artigo). O caráter hierárquico destas relações e interações não me passou despercebido.

Além do espaço da entrevista e da identidade do pesquisador, constatei um terceiro elemento diferencial de acordo com a faixa etária de minhas interlocutoras: as suas expectativas quanto à nossa troca e aos resultados da pesquisa. Detectei um efeito mais intenso das entrevistas nas militantes mais velhas: uma delas me relatou ter tido insônia no dia anterior da entrevista, demonstrando grande ansiedade no começo da entrevista; uma outra se emocionou profundamente ao fim de nosso encontro, agradecendo-me pois eu, ao entrevistá-la, teria mostrado que ela é “*importante... às vezes eu me esqueço disto*”; enquanto outras choraram no decorrer da entrevista relembrando episódios de sua militância ou então terminaram a entrevista com um balanço bastante melancólico do legado do seu engajamento. Em geral, estas militantes expressaram altas expectativas quanto à minha tese de doutorado. Senti as ativistas mais jovens menos impressionadas (ou impressionáveis) com a pesquisa. De qualquer modo, mesmo neste universo da juventude, a relação com o conhecimento acadêmico variou. Enquanto uma delas se sentiu ofendida depois de eu responder à sua pergunta “é para o seu mestrado?”, corrigindo-a ao dizer que era “para o meu doutorado” (ela resmungou ironicamente “ah, desculpa!”), uma outra jovem militante passou um longo tempo conversando comigo depois que a entrevista já tinha acabado tirando dúvidas sobre o funcionamento do mundo acadêmico.⁹

Talvez o único momento em que eu, mesmo que retrospectivamente, tenha sentido um questionamento da escolha em si do tema da pesquisa tenha sido em uma entrevista com uma coordenadora de um CDM, quando perguntei por novas

9 Um exemplo que eu me lembro era a diferença entre pós-graduação, mestrado e doutorado e como se davam os diferentes processos seletivos para estas instâncias, provavelmente avaliando o que ela própria poderia ou não perseguir.

indicações de pessoas e movimentos a serem entrevistados, ela sugeriu que eu entrasse em contato com um grupo da Zona Leste que discute *masculinidades*. O grupo não estava no escopo da ajuda que eu estava solicitando: grupos formados exclusivamente por mulheres que lutam pelos seus direitos enquanto mulheres. Vejo a sua insistência como uma crítica sutil à minha escolha – um homem estudando mulheres – e uma sugestão propositiva de alteração do olhar, privilegiando uma outra abordagem nos estudos de gênero, acerca das masculinidades.

Um desdobramento, com outros limites e desafios, seria a escolha da seguinte temática alternativa: um homem não-periférico estudando homens periféricos, o que redirecionaria a demarcação de diferenças sociais para os eixos de classe e raça, diminuindo a importância do gênero. Realmente, um encontro teórico posterior que tive foi com a obra da socióloga trans australiana Raewyn Connell (1987), referência para os estudos das masculinidades. Infelizmente, não tive a oportunidade de desenvolver ou aprofundar esta perspectiva, nem ao menos de incluí-la na construção do objeto da pesquisa; mas considero este um caminho fértil a ser trilhado, a inclusão de uma investigação etnográfica acerca das masculinidades nas periferias urbanas e, em especial, nos movimentos culturais, já que uma de minhas principais teses é apontar o Hip Hop e os saraus, movimentos ainda protagonizados por homens e estruturados pelo machismo, como os espaços de sociabilidade a partir dos quais emergem os coletivos feministas das jovens periféricas (MEDEIROS, 2017, p. 117-129).

Como já dito, em inúmeros momentos, a diferença social foi demarcada pelos meus interlocutores e interlocutoras em campo. A primeira vez que me deparei frontalmente com esta situação foi no final de 2014, logo no primeiro evento em que fui realizar observação participante; era um debate organizado pelo Blog Mural na sede do jornal Folha de S. Paulo, no centro da cidade, para discutir “o que é periferia”. Foi neste momento que conheci várias das integrantes do coletivo Nós, Mulheres da Periferia. Ao final do evento, abordei várias pessoas para pedir sugestões e contatos de associações de mulheres na Zona Leste. Uma das pessoas era um jornalista negro, colaborador do Mural (que depois se tornou um portal de notícias comunitárias sobre as periferias urbanas de São Paulo). De início ele estava bastante aberto e interessado, até o momento em que ele me perguntou “*Onde você mora?*”, ao passo que respondi “Na Consolação”. A reação imediata dele foi: “Ah! Burguesão, então?”. Fiquei sem graça; não lembro minhas exatas palavras, mas devo ter concordado com a conclusão dele. Trocamos e-mails alguns dias depois, mas ele nunca chegou a me enviar contatos de associações ou coletivos, uma situação que não me lembro de ter se repetido (com exceção de uma ou outra

solicitação de entrevista com jovens de coletivos que acabaram ou sendo recusadas ou então não se efetivaram por desencontros ou outros problemas pessoais): meus pedidos de ajuda ou indicações foram, em geral, respondidas de forma bastante solícita. Mas não consigo deixar de pensar que, da parte dele, eu não morar na periferia era um forte desincentivo para ele colaborar com a minha pesquisa. Se esta mesma (in)disposição fosse a regra, minha investigação teria sido simplesmente inviabilizada, o que de fato não ocorreu e o que me leva a pensar, com base em poucos casos, admito, que a resistência de homens periféricos em colaborar com minha pesquisa talvez tendesse a ser muito maior do que a resistência apresentada pelas mulheres periféricas com quem dialoguei. Pensando neste sentido específico talvez a escolha do tema “masculinidades periféricas” fosse mais inviável do que “movimentos de mulheres periféricas”.¹⁰

RAÇA: DESAFIAR A CEGUEIRA RACIAL E A INVISIBILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS

No decorrer da pesquisa de campo, fui me deparando com desafios e questões que não estavam presentes em meu planejamento original do doutorado. A inclusão das relações raciais na investigação é o exemplo mais paradigmático: meu recorte inicial considerava apenas a intersecção entre classe e gênero, e a categoria que eu trabalhava nos projetos para o processo seletivo da Faculdade de Educação da Unicamp e, mais tarde, da Fapesp, era a de “mulheres trabalhadoras”. Talvez apenas um pesquisador branco pudesse não conceber, de saída, a necessidade de trazer a questão racial para o centro da pesquisa. Ao menos, busquei estar aberto ao que o trabalho de campo me indicou e tentei absorver os temas sensíveis às minhas interlocutoras como meus próprios temas de pesquisa. Espero ter corrigido, em parte, no meio do caminho, esta espécie de cegueira.

Segundo Jenny Gordon (2005), uma das principais lógicas do privilégio branco pode ser chamado de “daltonismo racial” [colorblindness]¹¹, o que pode

10 No final das contas, mesmo considerando a construção do meu objeto de pesquisa sem questioná-lo radicalmente, avalio que eu interagi muito pouco em campo com homens periféricos (sejam eles parceiros, aliados, adversários ou inimigos de minhas interlocutoras). Para o leitor ter alguma noção da discrepância de minhas interações com mulheres periféricas e com homens periféricos, eu citei nominalmente nos Agradecimentos de minha tese (MEDEIROS, 2017, p. 6-7) 94 mulheres e 9 homens que eu conheci no decorrer da pesquisa de campo, um número cerca de 10 vezes menor de homens, portanto. Tendo em vista uma concepção intrinsecamente relacional de gênero (“não se pode conhecer as mulheres sem também compreender os homens”, FALEN, 2008, p. 170), eu me arrependo, em especial, de não ter acompanhado com mais proximidade os desdobramentos de um caso de machismo em um sarau (outra abordagem alternativa teria sido buscar mais informações acerca dos homens agressores das mulheres atendidas nos CDCMs da Zona Leste).

11 Sílvio Almeida e Pedro Davoglio (2018) problematizam a melhor tradução para o conceito de colorblindness; depois de considerar as opções “cegueira racial” e “invisibilidade racial”, eles

ser “conceitualizado como uma cegueira auto-imposta, uma recusa de ver a raça e reconhecer o privilégio branco”. As pessoas brancas seriam ensinadas a ignorar a raça, o que acaba “por reinscrever relações de poder existentes que privilegiam pessoas brancas” (GORDON, 2005, p. 281). Caso uma pessoa pesquisadora branca busque ser responsável racialmente e não ser cúmplice (mesmo que involuntariamente) com um sistema desigual e opressor, será preciso uma vigilância constante para compreender como brancos sustentam este sistema. Ironicamente, diz esta pesquisadora, as pessoas são cegas para seus pontos cegos (GORDON, 2005, p. 299). Por este motivo, ela argumenta, é preciso alguma alavancagem para alcançar a reflexividade e, assim, apreender esta cegueira. No seu caso, ela recebeu um parecer negativo para o manuscrito de um artigo seu com os mesmos dados (sobre uma reforma educacional em escolas públicas nos EUA) e a partir daí mudou seu quadro teórico e as lentes para reler estes dados, agora em uma perspectiva de refletir sobre os mecanismos da branquitude. Como ela mesma diz, embora a reflexividade seja frequentemente retratada como um “ato solitário”, ela “propõe que é necessário um engajamento ativo com outros que podem estar diferentemente posicionados” (GORDON, 2005, p. 299). Como acrescenta Charlotte Chadderton, a “branquitude”, considerada tanto como um grupo étnico como uma estrutura societal dominante “tende a não reconhecer a si mesma”: “seu status não-nomeado significa que ela é frequentemente posicionada como uma posição ou ponto de vista universal ou neutro” em especial para aquelas pessoas que “desfrutam deste privilégio” (CHADDERTON, 2012, p. 368).

Constantemente fui (re)marcado na pesquisa de campo pelas minhas interlocutoras enquanto homem branco de classe média. Não precisei esperar comentários críticos na academia (em pareceres, eventos como congressos ou as bancas de qualificação e defesa). Mesmo sujeitos brancos apontaram minha branquitude em um meio predominantemente não-branco. Como disse um amigo – jovem, ruivo e pálido – de uma grafiteira que eu havia entrevistado, quando me viu em um evento no extremo leste da cidade: “*Nossa! Um outro branco!*”, quase desacreditando que ele não seria o único branco naquele “rolê”.

A surpresa de encontrar um pesquisador branco também foi comum não apenas com este outro homem branco, mas também com mulheres negras de idades variadas. Fui entrevistar uma integrante de um grupo cultural de dança afro-brasileira, mais velha, no conjunto habitacional na Cidade Tiradentes, onde

escolhem por “neutralidade racial”. Optei pela tradução literal de “daltonismo” por não poder aqui aprofundar a gênese e o significado do conceito em toda a sua extensão.

ela reside. Conforme seu apartamento era um dos únicos do prédio (ou, ao menos, do andar) com um telefone fixo, a entrevista foi interrompida algumas vezes por telefonemas ou por pedidos de vizinhos para utilizá-lo. A entrevista rendeu muitas horas de conversa (tendo sido a mais longa de todas as que eu realizei, rendendo duas sessões); na segunda vez que voltei ao seu apartamento, o telefone tocou e tive de desligar o gravador pois percebi que seria um telefonema mais longo. Era uma amiga da entrevistada; provavelmente ela já devia ter contado da primeira sessão da entrevista. Disse, como se a amiga já me conhecesse de longa data: “*Estou aqui com o Jonas!*”. A conversa continuou, com ela, na cozinha, falando bem alto e eu, na sala, acompanhando o diálogo: pelo que ela tinha ouvido da minha voz ao telefone (quando liguei para marcar nosso encontro inicial), ela tinha pensado que eu seria “*um antropólogo, negão, alto*”. A quebra de expectativa, para ela, não poderia ser maior: “*e aí, [Fulana], chegou um... adolescente!!*”. Tirando a minha própria surpresa de ter minha idade aparente reduzida, aos meus 30 anos recém-completos alguns dias antes, o que mais me marcou foi sua justificativa de porque ela esperava surgir no seu apartamento, naquela primeira tarde que passamos juntos, um homem negro. Comprovando que não se tratava de uma surpresa isolada, uma situação muito similar se deu assim que eu encontrei uma jovem militante de outro coletivo, em um shopping no centro da cidade onde tínhamos combinado de realizar a entrevista. Ela se mostrou surpresa, pois também estava pressupondo que eu seria “*um negão alto*”. Quem me forneceu uma explicação para tais surpresas foi a militante mais velha: um segundo aspecto, ainda mais importante do que a minha voz no telefone, seria que, segundo ela, “*só pretos se interessam por pretos*”.

Em alguns momentos, o fato de eu ser um branco entrevistando mulheres negras já era tão inesperado que isto me fornecia uma credibilidade bastante acima do que eu esperava. Porém, em outros momentos, isto não bastava, como em um momento-limite, no qual senti que quase perdi o respeito da interlocutora que eu estava entrevistando. Estávamos conversando sobre o serviço de atendimento a mulheres em situação de violência que esta militante fundou. Minhas entrevistas seguiam um guia semi-estruturado, até que chegamos à pergunta “Qual é o perfil do público-alvo de suas atividades?”.¹² A entrevistada já havia apontado, de modo disperso, alguns elementos que caracterizavam as mulheres atendidas, no decorrer de suas respostas anteriores. Mas segui o roteiro de modo automático e fiz a pergunta; a reação dela foi ríspida: “Ah, se até agora você não conseguiu

12 Para as perguntas do guia, cf. o Apêndice 1 da minha tese (MEDEIROS, 2017, p. 237-238).

sacar...!”. A erosão do respeito dela por mim foi momentânea: era como se eu ignorasse a realidade social ou não tivesse prestado atenção em tudo que ela já havia me relatado acerca da situação destas mulheres: social e economicamente vulneráveis e vítimas da interseccção de sexismos e racismo por serem mulheres negras. Tudo o que eu queria ali era uma resposta que sintetizasse todos estes elementos para o bem da transcrição da entrevista e futura citação de sua fala; mas ela recebeu minha insistência em ser rígido com o guia como um desligamento ou uma alienação completamente inaceitáveis. Acho que, ao final da entrevista, consegui alguma redenção com ela, principalmente quando conversamos sobre *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, e ela ter me dito, já quando o gravador estava desligado, que “*até que você tá entendendo algumas coisas...*”.

Acredito que o núcleo revelador das estruturas que condicionaram minhas interações enquanto pesquisador branco com pesquisadas negras esteja conectada com uma questão da validade e da legitimidade de vozes, experiências e conhecimentos racializados tradicionalmente excluídos, marginalizados ou invisibilizados pelo conhecimento acadêmico hegemonizado por brancos.

No caso de um grupo que compõe sambas de coco feministas, marcamos a entrevista para o mesmo dia de sua apresentação na Virada Feminista, organizada pela SOF (Sempreviva Organização Feminista). Cheguei mais cedo para ver a performance do coletivo e me postei num andar superior com relação ao palco que havia sido montado. Uma das integrantes com quem eu estava falando virtualmente me reconheceu e trocamos à distância gestos confirmando que a entrevista se daria assim que acabasse o show. Passei toda a apresentação nesta parte de cima. A maioria dos espectadores permaneceu sentada nas escadas que separavam o andar onde eu estava e o palco. E um número bem inferior, do que entendi, composto por pessoas que já conheciam o trabalho das sambistas de coco (junto com amigos e fãs) e algumas poucas feministas da SOF, dançavam animadamente as músicas de luta das jovens. Depois do show, fomos fazer a entrevista num andar inferior, enquanto ocorriam outros shows da Virada Feminista. Em determinado momento, uma das entrevistadas reclamou do público: mesmo com várias convocações para as pessoas participarem dançando na frente do tablado onde elas estavam enfileiradas, com seus microfones e instrumentos, a adesão foi mínima (e, portanto, decepcionante para elas). Eu recebi essa observação crítica à atitude contemplativa de um “*público intelectualizado*” como um recado que também me abarcava; afinal de contas, permaneci parado lá em cima, no máximo empolgando com algumas palmas acompanhando o ritmo, mas nada mais do

que isto; minha timidez e vergonha de dançar publicamente me impediram de observar o evento de forma efetivamente participante.

Outra ocasião similar ocorreu numa oficina de turbantes, realizada por um coletivo de fora da Zona Leste, como parte da Mostra da Mulher Afro, Latino-Americana e Caribenha, no CFCCT (Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes). Mais uma vez, me encontrei paralisado e envergonhado de participar ativamente da oficina. Eventualmente, o único outro homem na oficina passou a se engajar na prática proposta. E, pouco depois, a militante que estava protagonizando a atividade me chamou dizendo que “*isto também pode ser muito importante na sua pesquisa, viu?*”. Entendi sua fala como mais uma crítica a um intelectualismo contemplativo. Por sorte, uma funcionária do CFCCT com quem eu já tinha conversado longamente em outra atividade organizada por um coletivo feminista periférico na Cidade Tiradentes, foi me incluindo didática e pacientemente.

Estas duas atividades se deram, respectivamente, no começo e no final de julho de 2015. Quero crer que, com o passar do tempo, minha disposição contemplativa foi diminuindo. Em oficina de dança organizada em novembro deste mesmo ano por um coletivo que eu entrevistei alguns meses antes, não tive dúvidas: participei colocando meu corpo em movimento desde o primeiro instante. Interagi pouco com as adolescentes que aderiram prontamente à convocação da oficineira dançarina (estavam “de bobeira” pelo CFCCT naquela tarde; os adolescentes homens que estavam com elas se recusaram a participar, ficaram contemplando), mas fiz dupla várias vezes com a mãe da militante que eu havia entrevistado no semestre anterior. Busquei, portanto, combater minhas pré-disposições contemplativas e também me vi ou cobrado ou convidado a ter uma participação mais ativa; minhas interlocutoras mais uma vez se mostraram mais lúcidas do que eu em campo: a participação altera a qualidade e a densidade da observação.

Para Gisela Agyeman, “desafiar a opressão tem de incluir o desafio às omissões”, ou seja, desafiar “o discurso dominante que torna indivíduos, comunidades ou ideias ‘invisíveis’” (AGYEMAN, 2008, p. 79). Da mesma forma que Chadderton alerta para o perigo da “marginalização das vozes não-brancas”, o que necessariamente implicaria em contribuir “para a manutenção de estruturas sociais opressivas” (CHADDERTON, 2012, p. 366). Nos casos acima relatados, as mulheres negras que eu estava entrevistando ou observando me chamaram a atenção, implícita ou explicitamente, para a deslegitimização, por minha parte, de determinadas experiências ou conhecimentos, menos abstratos do que o intelectualismo ocidental e branco está acostumado a tolerar e, portanto, mais concretos, como: o samba de coco

que exige uma participação corporal, o aprendizado proporcionado pela oficina de turbante e, claro, a dança afro.

Acredito que tratei até o momento de alguns limites de meu posicionamento racial passíveis de serem superados, contornados ou ao menos relativizados (como a sensibilidade para ouvir experiências ou para participar corporalmente de conhecimentos e aprendizagens concretos). Contudo, é fundamental explicitar também momentos e situações que poderiam ser chamados de limites insuperáveis da minha posicionalidade social. Da mesma forma como participar e observar de comunidades feministas no Facebook estava fora de questão para mim, o mesmo se passou em algumas comunidades do mulherismo *africana* nesta mesma rede social que são, em geral, fechadas para pessoas brancas. Em nenhum dos casos tentei solicitar participação nestes grupos virtuais pois já pressupunha sua impossibilidade.

Em uma fala com o gravador de áudio já desligado, depois da entrevista ter se encerrado, uma ex-integrante de um coletivo adepto do mulherismo *africana* fez questão de me avisar que “*a experiência da mulher negra*” é incomensurável para mim, “*homem branco*”. De forma surpreendente, esta afirmação e esta concepção não a impediram de colaborar com a pesquisa, não apenas dando a entrevista, mas me inundando, por mais de uma hora, de sugestões de novas pessoas que eu poderia entrevistar, seus contatos e até mesmo referências bibliográficas. Por isso chamei sua fala de um “aviso”; era uma demarcação de nossas diferenças sociais, não um decreto de que minha pesquisa era inviável ou indesejável, apenas um apontamento dos seus limites (alguns superáveis, outros insuperáveis, como estou tentando argumentar).

Algumas das dificuldades ou limites apontados por pesquisadoras brancas acerca de investigações com pessoas não-brancas são: a recusa dos sujeitos em falar sobre raça ou racismo e possíveis desvantagens de brancos pesquisarem movimentos negros. Neste segundo caso, Schucman e seus colaboradores apontam que militantes do movimento negro poderiam evitar ou se recusar a abordar determinados assuntos: criticar o movimento negro diante de uma pessoa branca poderia gerar desconfortos pois isto equivaleria a “entregar o ouro ao bandido” (SCHUCMAN et al., 2012, p. 22). Não acredito que eu ser branco tenha sido desvantajoso ou impeditivo neste sentido específico; mesmo porque as críticas levantadas pelas mulheres negras nas minhas entrevistas tanto ao movimento negro quanto aos movimentos culturais periféricos tinham um significado feminista e, portanto, anti-machista.

Chadderton, por sua vez, aponta o silêncio sobre racismo ou mesmo a recusa de estudantes negros e negras de falar sobre raça. Os adolescentes preferiam falar sobre outros assuntos quando perguntados diretamente sobre estes temas. Para uma pesquisadora que não problematizasse seu próprio papel enquanto pessoa branca e interpretasse estes dados literalmente, seria possível concluir ingenuamente pela inexistência de racismo nestas escolas. Contudo, ela defende que quer o investigador queira ou não, a supremacia branca *molda* a interação entre pesquisadores e pesquisados (CHADDERTON, 2012, p. 366). Ao revisitar seus dados com o apoio dos quadros teóricos estrutural da *Critical Race Theory* e pós-estrutural da raça enquanto performatividade, ela os reinterpretou, percebendo que os sujeitos não falavam sobre racismo quando ela insistia diretamente, mas falavam sobre raça e racismo em inúmeros outros momentos em que ela não havia percebido inicialmente. No caso da minha pesquisa, não vivi algo similar; conforme as militantes negras que eu entrevistei eram todas ativistas antirracistas, elas conversavam sobre raça e racismo o tempo inteiro. No final das contas, defendo que o tema da minha pesquisa ser sobre e com movimentos sociais alterou consideravelmente as interações com as pessoas entrevistadas e reconfigurou o que foi apontado pelas comentadoras acima mobilizadas.

Sendo uma pesquisa sobre movimentos sociais, considerações sobre como seria a investigação se eu fosse negro ou negra são relevantes da mesma forma como eu apontei na seção anterior, sobre gênero (limites e potencialidades se eu fosse uma pesquisadora feminista). Retomo a entrevista com o grupo de dança afro-brasileira. A militante mais velha com quem eu tinha entrado em contato – a mesma que revelou estar surpresa por eu não ser “*um antropólogo, negão, alto*” – convidou para participar da entrevista uma integrante mais nova, que era dançarina do grupo na década de 1990. A iniciativa foi muito interessante para a entrevista pois complexificou a produção dos dados, trazendo perspectivas geracionais diferentes e permitiu um reencontro entre as duas e um balanço reflexivo coletivo da dupla. Na mesma pausa da entrevista com o telefonema da amiga da entrevistada mais velha, fiquei conversando com a mais nova. Quando ela recebeu o convite para participar da entrevista, não sabia nem mesmo que eu era um homem – partiu do pressuposto, então, de que eu seria uma mulher e, mais especificamente, uma mulher negra. Ou, então, as entrevistadoras seriam múltiplas: várias mulheres negras. A perspectiva de ser entrevistada por “*pesquisadoras, mulheres, negras, poderosas, com turbantes, muito cabeça*” estava lhe deixando muito nervosa no dia anterior ao nosso primeiro encontro. Ela imaginou que estas entrevistadoras negras iriam “*nos colocar contra a parede*” com suas perguntas.

E, por fim, ela fez um suspiro de alívio, reencenando como teria sido sua reação ao me ver sentado na casa de sua ex-professora de dança, um homem branco que não faria tudo aquilo que ela tinha fantasiado: entendo, nas entrelinhas, que ela esperava ser bombardeada por questões difíceis e politizadas e até cobranças com relação à sua falta de engajamento político no atual momento de sua vida.

Para mim, isto revela que toda posicionalidade (com suas diversas intersecções, de raça, gênero, classe, sexualidade e geração) traz limites, mas também potencialidades¹³; e as posicionalidades do eu da investigadora em interação com as posicionalidades dos sujeitos que são seus e suas interlocutoras também trazem, igualmente, vantagens e desvantagens. Com isto, quero defender que, se existem muitos limites, também pode existir uma produtividade específica de um homem branco de classe média estudando movimentos de mulheres periféricas. Mesmo pensando em posicionalidades alternativas hipotéticas, talvez as críticas ao movimento feminista tradicional (caracterizado como “feminismo branco” por várias de minhas interlocutoras) não tivessem sido feitas com o gravador ligado para uma pesquisadora branca. Mais uma vez a distância e o “exotismo” de um homem branco realizando esta pesquisa pode ter sido uma vantagem em vez de uma desvantagem; da mesma forma que várias das entrevistadas realizaram críticas ao machismo do movimento negro, elas também criticaram o racismo do movimento feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DIREÇÃO A UMA EPISTEMOLOGIA DOS CONHECIMENTOS SITUADOS

No tocante a debates feministas acerca do estudo de grupos marginalizados, Agyeman busca fazer uma diferenciação entre “falar em nome” de um grupo social que foi silenciado e “dar a voz” a grupos que não têm acesso a fóruns públicos para que assim eles sejam ouvidos; a primeira formulação seria inaceitável por ser paternalista e entrar no lugar do grupo em questão, enquanto que a segunda alternativa seria defensável pois implicaria em combater a sua sub-representação (AGYEMAN, 2008, p. 79). No caso de minha pesquisa, não busquei trabalhar com nenhuma destas formulações: jamais pretendi “falar em nome” de minhas interlocutoras nem lhes “dar voz”. Acredito que esta seja a vantagem de uma perspectiva

13 Pouco depois da banca de defesa de meu doutorado, foi lançado o livro *O que é lugar de fala*, de Djamila Ribeiro (2017). A filósofa busca interpretar e aprofundar o conceito de lugar de fala por meio da sua aproximação com a *feminist standpoint theory* (“teoria do ponto de vista feminista”, elaborada por autoras como Dorothy Smith, Nancy Hartsock, Sandra Harding, Donna Haraway e uma das principais interlocutoras de Ribeiro: Patricia Hill Collins). Uma das teses apresentadas pela autora é que “todo mundo tem lugar de fala” (RIBEIRO, 2017, p. 81-90).

teórica que parta do conceito de esfera pública¹⁴: reformular radicalmente esta questão de representar a voz do outro. Justamente porque o objeto da pesquisa são estes espaços sociais chamados esferas públicas ou contrapúblicos, o pressuposto sociológico está em considerar que os sujeitos já têm voz. Minha preocupação foi, portanto, estar aberto para ouvir o que as feministas populares e periféricas tinham a dizer. Eu sinceramente não acredito que alguém possa “dar a voz” a outras pessoas e/ou grupos. O que tentei fazer foi ouvir, registrar e contribuir para, no melhor dos casos, *amplificar* as vozes que elas já tinham (em publicações escritas ou apresentações orais).

O fato de minhas interlocutoras serem militantes e ativistas efetivamente altera várias das situações e condições descritas e analisadas pelos artigos metodológicos que eu busquei aqui mobilizar. Em termos de gênero, estávamos em geral conversando nas entrevistas e nas atividades dos movimentos mais sobre suas vidas públicas do que sobre suas vidas privadas. Já em termos raciais, eu fui constantemente remarcado como branco pois sua negritude, sua identidade racial já havia sido politicamente construída como positiva. Tudo teria sido muito diferente (provavelmente em sentidos de maior complexidade e sutilezas) se minhas colaboradoras não fossem militantes (como no exemplo dado por Chadderton de que seus entrevistados se recusavam a falar sobre racismo).

Confesso que o ideal para a escrita deste artigo tivesse sido partir do feminismo negro interseccional. Mas também é verdade que existem poucos escritos que analisam reflexivamente as metodologias de pesquisas qualitativas a partir das interações entre pesquisadores homens brancos e pesquisadas mulheres negras. Por este motivo, tive de fazer um desvio, dialogando com a bibliografia que eu pude encontrar e abstraindo em um primeiro momento as interseções entre gênero e raça, tratando estes marcadores de modo estanque e separado em duas seções diferentes.

Para encaminhar a conclusão deste artigo, gostaria de dar um salto das reflexões *metodológicas* anteriormente apresentadas para algumas breves considerações *epistemológicas*. O diálogo que se impõe aqui é com as epistemologias do ponto de vista feminista. Diversas autoras avançaram nesta construção, em diferentes campos disciplinares, como a sociologia do conhecimento e a filosofia da ciência. Não buscarei reconstruir a totalidade do debate, apenas situar duas destas contribuições que podem ser produtivas para o meu próprio empreendimento.

¹⁴ Não apenas da clássica formulação habermasiana de esfera pública, mas em especial das críticas feministas que desembocaram no conceito de contrapúblicos (cf. FRASER, 1992).

Patricia Hill Collins argumenta que o *status marginal* das mulheres negras na sociedade e de sociólogas negras na academia – o que ela chama de *outsider within* (“estrangeiras no interior”, em uma tradução livre) – podem ser um estímulo para a criatividade a partir desta tensão dentro/fora e o desenvolvimento de uma perspectiva ou ponto de vista feminista negro. Segundo ela, “Trazer esse grupo [...] para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas” (HILL COLLINS, 2016, p. 101). Além de mostrar a contribuição sociológica de temas desenvolvidos pelo pensamento feminista negro, a autora busca apontar “a potencial utilidade” para os cientistas sociais “de se identificar o próprio ponto de vista ao se conduzir uma pesquisa” (HILL COLLINS, 2016, p. 101). Considerando que o ponto de vista sociológico tem sido historicamente moldado pelas experiências, preocupações, visões de mundo e subjetividades dos homens brancos, a socialização acadêmica das mulheres negras pode lhes exigir a interiorização de sua própria inferioridade bem como resultar em um desencaixe entre suas experiências e os paradigmas sociológicos. Daí também resultaria a tendência de homens brancos de classe média enxergarem a sociologia como um conhecimento sobre um mundo normal e as mulheres negras trabalhadoras (enquanto *outsiders within*) teriam a vantagem de conseguir enxergar anomalias (como omissões, invisibilizações, generalizações infundadas ou distorções). Ao final de seu artigo, a socióloga estadunidense defende que:

uma variedade de indivíduos pode aprender com as experiências das mulheres negras como *outsiders within*: os homens negros, a classe trabalhadora, as mulheres brancas, outras pessoas de cor, minorias religiosas e sexuais e todos os indivíduos que, mesmo tendo vindo de um estrato social que os proveu com benefícios do *insiderism*, nunca se sentiram confortáveis com as suposições deste último consideradas como certas. (HILL COLLINS, 2016, p. 122)

Em minha pesquisa, busquei “colocar as vozes das mulheres negras no centro da análise”¹⁵ (HILL COLLINS, 2016, p. 121); um outro caminho para *aprender* com a perspectiva sociológica singular e produtiva de mulheres negras que conheci na pesquisa de campo foi, além de entrevistá-las, começar a me apoiar em pesquisas

15 Além da reflexão na Introdução da tese que foi a primeira versão deste artigo, os leitores da tese como um todo perceberão que não apenas eu a escrevi na primeira pessoa do singular (repetir o “nós” pregado na academia me pareceu um convite para a reprodução e naturalização do homem branco como o sujeito universal do conhecimento, enquanto que o “eu” me remarca enquanto tal, evitando falsificações ideológicas) como também todas as falas de minhas interlocutoras foram sempre destacadas em negrito.

por elas próprias produzidas ao entrarem na universidade (CORREIA, 2015; FREITAS, 2013; SILVA, 2016).¹⁶

Donna Haraway é uma outra autora que contribui para pensar epistemologicamente todas as questões levantadas neste artigo. Contra a objetividade positivista que postula conhecimentos não-localizáveis e irresponsáveis, mas também contra a radicalização de um relativismo próprio de uma epistemologia construtivista (e pós-moderna), ela se pergunta o que pode significar a objetividade do conhecimento científico em relação a um “mundo real”, do ponto de vista de uma epistemologia feminista e crítica. Segundo a filósofa e historiadora da ciência, “a objetividade feminista trata da localização limitada” e “significa, simplesmente, *conhecimentos situados [situated knowledges]*” (HARAWAY, 1995, p. 21 e 18). Utilizando a metáfora da visão, Haraway defende que apenas uma perspectiva parcial (o que ela define como uma “corporificação específica” ou então uma mediação ativa e parcial) promete uma visão objetiva (e, portanto, racional e responsável). Haraway também caracteriza a “impossibilidade de políticas e epistemologias de ‘identidade’ inocentes como estratégias para ver desde o ponto de vista dos subjugados” (HARAWAY, 1995, p. 25). A “promessa de objetividade” não estaria na “posição de identidade com o objeto” e sim na “conexão parcial” com o objeto (HARAWAY, 1995, p. 26). A ciência (feminista) não seria produzida e partir da (auto)identidade e de uma visão *imediatamente* a partir dos pontos de vista dos sujeitos subjugados; a objetividade feminista requer uma política do posicionamento e instrumentos de visão que *mediam* pontos de vista (HARAWAY, 1995, p. 27). A auto-identidade estaria limitada às posições dominadoras (sujeitos que se compreendem como não-marcados, desencarnados e não-mediados, produzindo, deste modo, pontos de vista distorcidos e irracionais). Apenas o posicionamento (ou seja: “posições de objetividade corporificada”) traz racionalidade e responsabilidade (a possibilidade de prestar contas a partir da sua posição e situação sociais¹⁸):

16 Sem contar todo o conhecimento não-acadêmico contido na literatura periférica produzida por mulheres (para uma lista de publicações, cf. MEDEIROS, 2017, p. 129).

17 A tradução brasileira do artigo de Haraway opta por traduzir *situated knowledges* por “saberes localizados”. Eu prefiro “conhecimentos situados” principalmente para traçar a continuidade entre a sua discussão epistemológica no âmbito da filosofia da ciência e outros debates na sociologia do *conhecimento [sociology of knowledge]* (HARAWAY, 1995, p. 10), como aquele realizado por Hill Collins. O caráter situado que ela traz em sua conceitualização também parece ser melhor expressa por uma tradução literal de *situated* (o uso do termo “localizado” não permite explicitar a continuidade da discussão de Haraway com o termo “situação social” que Lukács utilizava, largamente inspirado tanto em Marx quanto em Weber).

18 Tanto no sentido de prestar contas como no de pluralizar as perspectivas parciais, busquei argumentar neste artigo que pode existir alguma produtividade específica na posicionalidade de um homem branco de classe média estudando movimentos sociais de mulheres periféricas: “[...] a corporificação feminista resiste à fixação e é insaciavelmente curiosa a respeito das redes de posicionamentos diferenciais” (HARAWAY, 1995, p. 32).

Conhecimentos situados [*situated knowledges*] requerem que o objeto do conhecimento seja retratado [*pictured*] como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoria [*authorship*] de conhecimento “objetivo”. A observação é paradigmaticamente clara nas abordagens críticas das ciências sociais e humanas, nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social. De fato, levar em conta a agência dos “objetos” estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências. (HARAWAY, 1995, p. 36)

O mundo (social) não é, portanto, inerte e sim um sujeito ativo; “reconhecer a agência do mundo” abre espaço para desestabilizações e “a percepção de um senso de humor independente do mundo. [...] A objetividade feminista abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento; não estamos no comando do mundo” (HARAWAY, 1995, p. 37-38).

A última cena etnográfica que quero relatar neste artigo se deu em um evento organizado por um coletivo de grafiteiras, no extremo leste da cidade. As jovens conseguiram reservar para a arte urbana os muros de um quarteirão gigantesco de um conjunto habitacional. Minha postura foi, inicialmente, conversar com as grafiteiras, que eu já havia entrevistado algumas semanas antes, e depois fiquei circulando pelas ruas, acompanhando o trabalho visual dos artistas e observando as interações entre eles, elas e também os moradores do bairro. Eu permanecia com um certo distanciamento físico, mas estava satisfeito com o andamento da observação, que estava me rendendo muitos *insights*. Até que, sem que eu pudesse me preparar, uma das jovens que entrevistei me pegou pelo braço e saiu me apresentando para os artistas que estavam grafitando os muros, repetindo: “*Este aqui é o meu empresário!*”. Em geral, as entrevistadas me apresentam como um “jornalista” em vez de um “pesquisador da Unicamp” (como eu sempre me apresentei para elas). Aulas ou manuais metodológicos não preparam o investigador para lidar com o humor singular de seus interlocutores em campo; ela insistia com cada um dos grafiteiros que eu iria levá-la para “*expor no MASP, na Paulista*”. A cada nova incursão com um grupo de grafiteiros eu me encontrava constrangido e impelido a desmentir a piada dela; na minha cabeça, eu pensava comigo mesmo: “vixe, e se algum deles realmente quiser que eu seja seu representante no mercado

de arte?!”¹⁹ – tive dificuldades, portanto, de improvisar no fluxo cênico que ela me propôs.

Retrospectivamente, vejo esse episódio como um jeito bem-humorado, complexo e ambíguo dela me incluir na atividade e, simultaneamente, escancarar nossas distâncias sociais. Apresentar-me como seu “empresário” buscava atribuir, de certa forma, significado à minha presença ali: o que estaria fazendo um homem branco vindo claramente de fora da periferia naquela tarde ensolarada na Cidade Tiradentes? “Só poderia ser” um empresário... Foi, portanto, um modo de fixar criticamente a situação social ocupada majoritariamente por homens brancos: detentores dos meios de produção. Também era um modo criativo de se valorizar frente aos grafiteiros convidados à atividade (organizada por um coletivo integrado somente por mulheres, mas a enorme maioria dos artistas que atenderam à convocação para grafitar eram homens): ela, além de mulher, também bem mais jovem do que muitos deles (na época ela tinha somente 19 anos), não só estava organizando o bem-sucedido evento como já era agenciada por um empresário! Em um só lance, improvisado e inteligente, a grafiteira marcou comigo tanto proximidades como distanciamentos; em eventos posteriores que nós nos encontramos, ela prosseguiu com a piada e continuou me chamando, de certo modo de uma forma carinhosa, de “Ô, empresário!”.

Encerro afirmando que tenho a esperança de que minha tese de doutorado seja, em breve, ultrapassada. Com a mínima democratização do ensino superior que vimos desde a década de 2000, a tendência seria a entrada, cada vez maior, de mulheres periféricas em programas de pós-graduação. Acredito que a minha contribuição foi modesta; não atingi o que eu esperava (ou que considero necessário): uma investigação teórico-crítica que articulasse uma compreensão empírica simultânea de dominações e resistências. Quem quiser ler a tese na sua integralidade encontrará, ao menos, um registro histórico (dentre vários possíveis) da memória de lutas sociais travadas no território da Zona Leste, começando na década de 1980 até, principalmente, o ano de 2015, que concentrou meu trabalho de campo sob a forma de entrevistas e observações (semi)participantes. Certamente, se os retrocessos vistos nos últimos tempos não impedirem o acesso mais democrático à pós-graduação, novas dissertações e teses serão capazes de retificar meus erros ou omissões, adensar a compreensão destes fenômenos e superar várias das condições e limitações que minha situação social impôs à pesquisa.

¹⁹ Este raciocínio, para mim automático, talvez só possa ser explicado por um aspecto biográfico: meu pai era artista plástico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGYEMAN, Gisela Schulte. White Researcher–Black Subjects: Exploring the Challenges of Researching the Marginalised and ‘Invisible’. *The Electronic Journal of Business Research Methods*, v. 6, n. 1, p. 77-84, 2008.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de; DAVOGLIO, Pedro. “Nota sobre a tradução”. In: ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BERLINER, David. The Anthropologist in the Middle of a Tug-of-War. *Men and Masculinities*, v. 11, n. 2, p. 174-185, 2008.
- BERLINER, David; FALEN, Douglas J. Introduction to Special Section on Men Doing Anthropology of Women. *Men and Masculinities*, v. 11, n. 2, p. 135-144, 2008.
- BRANDES, Stanley. The Things We Carry. *Men and Masculinities*, v. 11, n. 2, p. 145-153, 2008.
- CHADDERTON, Charlotte. Problematising the role of the white researcher in social justice research. *Ethnography and Education*, v. 7, n. 3, p. 363-380, 2012.
- CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press, 1987.
- CORREIA, Ana Paula de Santana. Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo. Dissertação (mestrado em ciências sociais). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2015.
- FALEN, Douglas J. The ‘Other’ Gender? Reflections on Fieldwork in Benin. *Men and Masculinities*, v. 11, n. 2, p. 164-173, 2008.
- FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge/London: The MIT Press, 1992, p. 109-142.
- FREITAS, Regiani Silva de. Potencialidades políticas das *arkhés* negras na Cidade Tiradentes/SP. Trabalho de conclusão do curso (pós-graduação em mídia, informação e cultura). Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- GORDON, Jenny. White on White: Researcher Reflexivity and the Logics of Privilege in White Schools Undertaking Reform. *Urban Review*, v. 37, n. 4, p. 279-302, 2005.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- MEDEIROS, Jonas. Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos. Tese (doutorado em educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHUCMAN, Lia Vainer et al. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, p. 15-29, 2012.
- SILVA, Lívia Lima da. A literatura fora do lugar: a constituição de poetas e escritores nos saraus das periferias de São Paulo. Dissertação (mestrado em estudos culturais). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

As várias faces da masculinidade na Nossa América

The various faces of masculinity in Our America

Henrique Restier da Costa Souza^a

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Lançado em 2018 pela Editora Papéis Selvagens, o livro *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América* surge em um momento que não poderia ser mais oportuno, no qual a emergência da temática sobre homens e masculinidades tem ganhado força tanto na academia quanto no espaço público. Originalmente publicado na França sob o título *Les couleurs de la masculinité: expériences intersectionnelles et pratiques de pouvoir en Amérique Latine*, a obra resultou de um prêmio internacional que a antropóloga colombiana Mara Viveros ganhou quando concorreu com vários outros trabalhos sobre a temática de gênero.

Sua tradução para o português encontra ambiente fértil. Colóquios, livros, dossiês, cursos e encontros em torno do assunto masculinidades tornam-se cada vez mais frequentes no Brasil. O interesse sobre o “tornar-se homem” e suas implicações para homens e mulheres têm produzido inúmeros estudos nos últimos anos com repercussões políticas complexas.

Com efeito, esse é um campo permeado de tensões econômicas, sociais e ideológicas e, para a autora, isso é muito evidente. Por se considerar uma mulher negra feminista, algumas dessas tensões aparecem na deslegitimação de seu trabalho sobre homens e masculinidades e nas inversões das relações de poder ao investigar homens como seres “generificados”. Talvez por isso a antropóloga tenha o rigor científico e a “generosidade crítica” como marcas relevantes em seu trabalho. Vigoya se filia teórica e politicamente ao feminismo negro (*Black Feminism*) e ao “feminismo de cor” (VIGOYA, 2018, p. 19), utilizando a perspectiva “de um conhecimento situado, construído a partir da valorização política de uma posição marginal para se compreender a dominação” (VIGOYA, 2018, p. 19). Como instrumento conceitual manuseia a interseccionalidade para adentrar as dinâmicas de poder e dominação de gênero, não de uma forma cumulativa de opressões,

^a Doutorando em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ).

mas usando-a para esquadriñar as contradições e complexidades de se estar no mundo, portando vetores simbólicos distintos, localizados e agenciados em um determinado contexto.

Segundo a antropóloga, as teóricas do feminismo negro procuraram interagir com os homens de seus grupos sociais vendo-os mais como parceiros em potencial nas lutas antissexistas e antirracistas do que como inimigos. Obviamente, isso não implicou em ignorar as especificidades das práticas e efeitos do sexismo e do racismo para mulheres e homens negros, pelo contrário, isso possibilitou que essas mulheres forjassem formas eficazes de se embrenhar nesse “mundo masculino” sem maniqueísmos e denuncismos rancorosos.

O livro tem como proposta central refletir sobre as experiências da masculinidade utilizando a perspectiva interseccional, respaldado na preocupação em fazer uma análise crítica das estruturas e mecanismos de dominação, dos níveis macro ao micro, dos grupos dominantes e marginalizados, ancorando-se em proposições de mudanças políticas na busca pela justiça social.

A primeira parte do livro, “Teorias feministas e masculinidades”, ressalta o teor relacional do conceito de gênero destacando o aspecto histórico, cultural e social da masculinidade. Ao apresentar a emergência do campo das masculinidades, no capítulo um, “Para além do binarismo: teorias feministas, homens e masculinidades”, a autora faz um profundo diálogo com os estudos feministas e de gênero. Desenvolve ainda algumas diferenciações internas ao feminismo, como o eco-feminismo, os feminismos culturais norte-americanos, o feminismo materialista francês e o próprio feminismo negro já supracitado. Além disso, faz uma crítica sobre as limitações de certas análises feministas, muitas vezes considerando-as a-históricas, insensíveis às discriminações raciais, indiferentes à diversidade de formas de ser mulher e homem, e reproduzora de um imaginário colonial sobre o chamado “Terceiro Mundo”. Vigoya oferece também uma distinção entre os estudos de masculinidades que se apresentam como aliados do feminismo e aqueles que sustentam independência analítica. A pesquisadora se dedica especialmente aos primeiros; quanto aos últimos, apresenta algumas obras e tece breves comentários, de maneira geral, depreciativos, chamando-os de conservadores e “masculinistas”. O único trabalho que analisa com um pouco mais de atenção é a obra *A dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu, classificada quase como um “masculinismo teórico” (VIGOYA, 2018, p. 47). Aliás, o livro do sociólogo francês é extensamente criticado pela literatura feminista de modo geral. De qualquer forma, teria sido interessante que a antropóloga tivesse investigado com maior profundidade quais conceitos, categorias e arcabouços teórico-metodológicos que esses trabalhos, tidos como masculinistas,

teriam a oferecer para os estudos de homens e masculinidades. Assim, ao assinalar as contribuições, limitações e divergências com as análises feministas, seria possível termos uma maior ideia do debate e disputas dentro desse campo.

Ainda no primeiro capítulo, Vigoya embaralha as noções de masculinidades ao mostrar-nos pontos de vista que questionam o binarismo sexual, calcando-se na “terceira onda feminista”, no movimento “trans”, no pós-estruturalismo de Judith Butler e em “subculturas lésbicas como as *drag kings*, das *butches*, das caminhoneiras, das *garçonnes* francesas dos anos vinte e das lésbicas *leather*” (VIGOYA, 2018, p. 54). Para a autora, os estudos sobre homens e masculinidades deveriam incorporar a agenda política, teórica e ética do feminismo contemporâneo com seus questionamentos sobre performances masculinas e femininas e suas dinâmicas de poder.

No segundo capítulo, “Trinta anos de estudos sobre homens e masculinidades na Nossa América”, a antropóloga realiza uma ampla e valiosa revisão da literatura sobre as masculinidades, principalmente no que ela chama de Nossa América, e não América Latina (assumindo uma postura de reapropriação da identidade Latina, ao rejeitar uma nomenclatura oriunda dos pólos tradicionais de irradiação de saber e poder), apontando os temas, propostas, problemáticas e lacunas desse campo. Ao abordar os últimos quinze anos dessa produção teórica baseando-se “na análise de artigos acadêmicos e dos anais dos cinco *Colóquios internacionais sobre homens e masculinidades* realizados em diferentes países da região” (VIGOYA, 2018, p. 66), segundo seu levantamento, o Brasil e o México despontam com a maior parte das publicações. Ademais, a análise dessa produção mostra um equilíbrio entre homens e mulheres pesquisadores, girando por volta de 41% para os primeiros, 40% para as segundas e 19% para grupos mistos. Além de um aumento vertiginoso no número de trabalhos, correspondendo ao número de 499, sendo que desses 45% foram produzidos entre os anos de 2010 e 2016 (VIGOYA, 2018, p. 67).

No tocante aos temas abordados, estes ilustram os interesses e preocupações do campo na Nossa América, que a antropóloga organizou em sete eixos principais, seguindo o maior volume percentual: 1) *identidades masculinas* com 30%; 2) *masculinidades e violências* compondo 18%; 3) *problemas, dilemas e tensões em torno da saúde dos homens* reunindo 16% dos trabalhos; 4) *afetos e sexualidades* com 14%; 5) *reflexões epistemológicas* também com 14%; 6) *representações e produções culturais das masculinidades* com 6%; e 7) *espaços de homossociabilidade masculina* representando 2% dos trabalhos. A partir desse quadro, a autora desenvolve de forma concisa cada tópico, porém o mais interessante, para nós,

talvez seja refletir sobre quais seriam as especificidades da produção brasileira e como ela dialogaria com esse panorama mais amplo. E mais, em 2017 ocorreu no Brasil (Recife) o VI *Colóquio internacional sobre homens e masculinidades*, com o tema “Masculinidades frente às dinâmicas de poder/resistência contemporâneas: pressupostos éticos, ideológicos e políticos das diversas vozes, práticas e intervenções no trabalho com homens e masculinidades”, abrindo-se possibilidades de pesquisas importantes sobre os trabalhos apresentados.

Na segunda parte do livro, Vigoya inicia com o terceiro capítulo “Corpos negros masculinos: mais além ou mais aquém da pele”, ao investigar os estereótipos, fetiches e fantasias sobre os corpos negros masculinos colombianos, vistos como “seres dionisíacos” (VIGOYA, 2018, p. 31), ligados ao prazer, à arte e ao lúdico. Emprega para esse debate o discurso dos próprios homens negros, com jovens de Quibdó, capital do departamento de Chocó, e de dois grupos musicais, Chocquibtown e Herencia de Timbiquí, perscrutando os manuseios e apropriações desses imaginários. Que, se por um lado provocariam certo “aprisionamento simbólico” de seus corpos, racializando e colonizando suas constituições masculinas, por outro, esses mesmos homens produziriam ressignificações dos imaginários que lhe são atribuídos, construindo estratégias discursivas e práticas para positivá-las dentro de contextos de correlações de forças, geralmente desiguais. Esse tipo de negociação atravessa de diferentes maneiras as trajetórias de homens negros. Aqui, o campo da sexualidade heterossexual ganha relevo, o jogo entre potência sexual, afirmação identitária negra, estereótipo e arte (mais especificamente a música) é um dos pontos altos do livro.

No quarto capítulo, “Os benefícios da masculinidade branca: entre raça, classe, gênero e nação”, a autora realiza uma análise histórica da branquitude, destacando a produção brasileira e na Nossa América sobre os desdobramentos dos sentidos contemporâneos de raça e sexo, e ressaltando os “fundamentos gendrados [genéricados] e racializados do poder, da autoridade e da legitimidade” (VIGOYA, 2018, p. 32). Usa como exemplo para ilustrar esse processo o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe Vélez, como uma figura representativa em que a branquitude e masculinidade formariam “fontes de legitimidade política e de popularidade” (VIGOYA, 2018, p. 32). Argumenta que a masculinidade branca estaria fortemente associada à ordem, autoridade, progresso, modernidade e à identidade nacional (VIGOYA, 2018, p. 140). Nesse sentido, Uribe representaria, tanto na sua figura como no seu discurso, esses valores, facilitando sua chegada ao governo colombiano em um contexto de extrema violência e desordem, onde a população estaria supostamente à mercê do caos social. Em outras palavras, a autora reafirma a importância de se estudar os signos da masculinidade nos espaços de poder.

No capítulo cinco, “As masculinidades no *continuum* da violência na Nossa América”, a autora investiga as dinâmicas da violência estrutural no continente americano, marcadas então pelo colonialismo e pelas violências íntimas e cotidianas que atingem mulheres e homens de formas distintas. Três pontos em sua argumentação podem ser destacados. O primeiro se relaciona com a mestiçagem do período colonial e as agressões sexuais sofridas pelas mulheres negras e indígenas, com suas ressonâncias tanto no período republicano quanto nos conflitos armados mais recentes que permearam a Colômbia. Outro ponto é o machismo que, segundo a autora, muitas vezes é utilizado com um viés etnocêntrico e racista com o intuito de estigmatizar os homens latino-americanos e não-brancos em geral, observando o processo conflitivo entre as masculinidades hegemônicas e subordinadas. E em terceiro lugar, as mudanças socioeconômicas que o neoliberalismo introduziu na região, ao desestruturar determinados papéis de gênero como de “provedores de recursos e chefes de família” (VIGOYA, 2018, p. 172) para os homens, ao mesmo tempo que aumentaram as responsabilidades das mulheres que “deveriam” entrar em um mercado de trabalho, de muitas maneiras precário, além de ocuparem-se do lar.

Decerto essa é uma obra fundamental para o campo das relações de gênero e interessados em geral, mas especialmente por atentar à categoria social “raça”. Com uma escrita acessível, a autora traz uma vasta literatura sobre masculinidades por meio de autores e perspectivas do chamado Sul global, em um profundo diálogo crítico com as epistemologias europeias e americanas. Um de seus maiores trunfos está em focar as especificidades das sociedades colonizadas, propondo a descolonização de sua leitura e modelos de interpretação, o que traria um intenso teor político para essas pesquisas.

Aponto aqui a relevância da leitura do livro por pesquisadores brasileiros a fim de que possamos desenvolver cada vez mais um arcabouço teórico e metodológico dos estudos de Gênero e Raça a partir de nossas especificidades, porém não apartados das principais contribuições dos estudos sobre homens e masculinidades da Nossa América, como bem nomeia Mara Viveros Vigoya, bem como dos estudos norte-americanos e europeus. De fato, tal como colocado pelas teóricas do feminismo negro, a aliança entre homens e mulheres negras tem a potencialidade de gerar empatia, conhecimento e transformação ao contribuir para um campo em emergência em nosso país: as masculinidades de homens negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Uma Biografia Extraordinária para Herbert Daniel

An Extraordinary Biography for Herbert Daniel

Renan Quinalha^a

GREEN, James N.. *Gay e Revolucionário: a vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

James N. Green ficou recentemente mais conhecido como o “namorado gringo” de Dilma Rousseff, conforme amplamente noticiado por veículos brasileiros durante a visita que a ex-presidente fez a diversas universidades da *Ivy League* nos EUA para denunciar a ilegalidade do impeachment de 2016.

No entanto, as especulações amorosas não passaram de *fake news* produzidas por um jornalismo ansioso por cliques. Mesmo antes deste “namoro”, Green já era um brasilianista bastante reconhecido, com inúmeras publicações sobre história latino-americana. Professor na Universidade de Brown, ele vem se dedicando há décadas aos estudos sobre sexualidade e também às ditaduras civis e militares que, no contexto da Guerra Fria, assolaram o Cone Sul.

Sendo estadunidense, ele viveu no Brasil entre 1976 a 1981, anos pulsantes da reorganização da sociedade civil brasileira, especialmente dos diversos movimentos sociais que se articularam na luta pelas liberdades democráticas e pela superação da ditadura civil-militar de 1964.

Tendo participado de mobilizações nos EUA contra a Guerra do Vietnã e de atos denunciando internacionalmente as violências das ditaduras do Cone Sul, James chegou ao Brasil em um momento privilegiado para se afirmar enquanto ativista. Seu engajamento, tanto como militante de um agrupamento pertencente à esquerda da época – a *Convergência Socialista* - quanto do *Somos*, grupo pioneiro do então nascente movimento homossexual brasileiro, é um dado fundamental para compreender as motivações que realmente o levaram a escrever esta obra e da razão de ele ter escolhido estrear no gênero das biografias justamente com Herbert Daniel.

Não seria exagero afirmar, assim, que *Gay e Revolucionário* é produto de uma complexa experiência intelectual e política que catalisou diferentes fases da vida

^a Professor de Direito da UNIFESP.

do próprio autor, sobretudo na sua profunda relação com o Brasil e no esforço de mediar suas múltiplas identidades enquanto historiador, gay e ativista de esquerda.

A verdade é que este livro se insere em um conjunto muito mais amplo de iniciativas de colaboração e de projetos de cooperação que James têm construído com o Brasil ao longo das últimas quatro décadas. Profundamente envolvido com a intelectualidade nacional e com os movimentos sociais, desde que pisou pela primeira vez no país, James só tem feito intensificar suas contribuições e parcerias. Prova disso é seu papel de relevo no estímulo a novos trabalhos, na articulação internacional de redes de solidariedade a diversas causas, no intercâmbio de estudantes e na formação de pesquisadores de diferentes gerações no Brasil.

Suas duas áreas de interesse, quais sejam, ditadura e sexualidade, cruzam-se, agora, de modo singular. Nesse novo livro, fruto de uma pesquisa rigorosa de mais de 10 anos e que acaba de ser lançado, simultaneamente, no Brasil e nos EUA, Green reconstitui a trajetória de vida e as lutas de Herbert Daniel, que, assim como o autor, encarnou singularmente duas identidades à primeira vista inconciliáveis: a de gay e a de revolucionário.

Ainda pouco conhecido de um público mais amplo, Herbert foi um quadro importante na luta armada contra a ditadura de 1964 e no processo de redemocratização do Brasil. Mineiro, estudante de medicina na UFMG, companheiro de militância de Dilma, ele se engaja ativamente em grupos guerrilheiros ainda no final da década de 60. Participa, na linha de frente, de ações de assaltos a bancos e do sequestro de diplomatas estrangeiros que garantiram a soltura de mais de uma centena de presos políticos que corriam risco de morte.

Foi neste contexto de militância clandestina que Herbert descobre e assume sua homossexualidade. De um lado, ele se encontrava acossado pela violência de uma ditadura moralizante e LGBTfóbica; de outro, ele também sofria com a falta de aceitação por parte dos seus companheiros de guerrilha. Para muitos setores das esquerdas naquele momento, a homossexualidade era vista como um desvio pequeno-burguês, uma degeneração, uma fraqueza moral, um desbunde de minorias improdutivas, em suma, um “pequeno drama da humanidade” que dividiria a “luta maior”, expressões todas que ele próprio utilizou em seu livro de memórias, *Passagem para o próximo sonho*.

Herbert teve então de “esquecer sua homossexualidade” para “fazer a revolução”. Tanto se dedicou à causa que seu rosto chegou a ser estampado nos cartazes dos “subversivos” mais procurados pelo regime autoritário. No entanto, mesmo com cerco crescente e o extermínio físico da luta armada, ele conseguiu escapar da prisão e das torturas, exilando-se em 1974 em Portugal e, depois, França. No

exterior, contraiu o vírus do HIV e se tornou, quando de seu retorno ao Brasil como o último dos anistiados, um ativista fundamental pelos direitos das pessoas vivendo com HIV e AIDS.

Herbert, assim, foi um revolucionário gay que desafiou tanto a ditadura de direita quanto setores de esquerda que reproduziam a heteronormatividade. Ele foi, do início ao fim, um ativista comprometido tanto com a igualdade como com as liberdades e com a diversidade. Algo raro naqueles dias e ainda hoje. Passou pelo Partido dos Trabalhadores e fundou o Partido Verde, sempre levantando bandeiras inovadoras pelos direitos dos homossexuais, pela ecologia, pelas lutas das mulheres e negros e pela justiça social.

Para dar conta de uma biografia à altura dessa vida tão agitada, na linha de outros trabalhos anteriores e consagrados de James como o clássico *Além do Carnaval*, a diversidade dos acervos e a precisão no tratamento das fontes pesquisadas são duas virtudes marcantes do livro. Vale destacar que o autor trabalha com tipos muito distintos de documentações e materiais.

Com efeito, a biografia que James acaba de publicar é fruto de uma pesquisa acurada e paciente, que levou mais de uma década de viagens dentro e fora do Brasil, entrevistas, consulta a acervos pessoais, garimpo de arquivos públicos e análise de publicações com o objetivo de reconstituir os rastros da trajetória pessoal, política e profissional de Herbert Daniel. Trata-se de uma “vida extraordinária”, na feliz expressão que James utiliza já no título de seu trabalho, em que todas essas dimensões vão se desdobrando e revelando na leitura do livro.

A vida de Daniel é um ponto de observação privilegiado para diversos acontecimentos históricos e lutas sociais que marcaram o Brasil na segunda metade do século XX. James vai reconstituindo os passos do biografado desde a infância, passando pelos tempos de estudante de medicina e pelo engajamento nos grupos de resistência armada à ditadura. Os primeiros amores e relacionamentos heterossexuais, a emergência da homossexualidade e a vivência de tudo isso no adverso contexto da clandestinidade imposta pela ditadura são bem explorados pelo texto cativante de James. As sucessivas derrotas na luta contra a ditadura, a necessidade de esconder-se para fugir da repressão e, no limite, de exilar-se para fora do país junto com aquele que seria seu companheiro de vida, Cláudio Mesquita, também despontam com grande importância no livro. As descobertas no exterior, primeiro em Portugal e depois na França, o contato com outros exilados, os trabalhos em publicações estrangeiras e a escrita de seus próprios livros são facetas de Herbert que compõem o mosaico de sua trajetória.

Mas a narrativa não para por aí. O retorno ao Brasil como um dos últimos exilados, seu papel na reconstrução e renovação das esquerdas, a adesão cada vez mais marcante às causas homossexual, ambiental e feminista vão pavimentando o caminho para que retome sua atuação política, lançando-se como candidato depois de uma experiência como assessor parlamentar e tornando-se um dos fundadores do Partido Verde. A descoberta da condição de soropositivo e a militância decisiva para as políticas de tratamento e de prevenção também são determinantes para a compreensão dessa vida de exílios e de lutas de Herbert Daniel.

Por essa breve descrição, é possível notar a riqueza e a complexidade da trajetória de um indivíduo que, em realidade, encarnou de modo excepcional, com e em seu próprio corpo, causas e experiências coletivas de toda uma época. E James logrou mediar um difícil equilíbrio entre, de um lado, a dimensão privada e subjetiva de uma vida com suas dores, realizações pessoais, amores e decepções e, de outro, a dimensão pública e política da atuação de Herbert Daniel. Em vez de fazer leituras contrapostas dessas duas dimensões, James conseguiu mostrar como elas se integram e se potencializam em uma vida tão interessante como a do seu biografado.

Herbert morreu em 1992, mas suas lutas seguem ecoando até hoje e devem ser ainda mais lembradas em um momento de ofensiva conservadora como o que vivemos. Nesse sentido, chega em ótima hora esta cuidadosa biografia de uma figura tão intrigante e inspiradora da história política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GREEN, James N.. *Gay e Revolucionário: a vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

A comunicação feminista como mobilização política: lições de quarenta anos de imprensa feminista no Brasil

Feminist communication as political mobilization: lessons from 40 years of the Brazilian feminist press

Danusa Marques^a

FREITAS, Viviane Gonçalves. *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos (2018), de Viviane Gonçalves Freitas, é uma obra que busca compreender os grandes debates que atravessam a mobilização dos movimentos feministas brasileiros das últimas quatro décadas por meio da imprensa alternativa feminista. A autora nos mostra, nesse trabalho que percorre a produção de quatro importantes jornais, *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *Nzinga Informativo* e *Fêmea*, as temáticas centrais dos movimentos que dirigiram esses periódicos, os diálogos internos, as contraposições e a construção da agenda coletiva das feministas brasileiras na expressão das suas próprias publicações. É, assim, um livro de interesse para todas as pesquisadoras da área porque nos apresenta um quadro analítico amplo, assim como organiza os debates e ressalta as construções desses anos de articulação política do campo feminista brasileiro. Como ressalta o prefácio de Flávia Biroli, a obra mostra a diversidade da luta feminista na defesa da vida de todas as mulheres e da sua dignidade, um caráter que os feminismos contemporâneos continuam reivindicando nos nossos novos tempos sombrios.

Um ponto singular do livro é a análise do conteúdo de publicações há muito conhecidas e trabalhadas entre as pesquisas feministas brasileiras (cf. CARDOSO, 2004; LEITE, 2003), como o *Nós Mulheres*, *Mulherio* e *Fêmea*, ao mesmo tempo em que traz um esforço de análise e também de organização de material do *Nzinga Informativo*, jornal do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ), grupo dedicado a discutir questões desde a perspectiva e a experiência das mulheres negras e a articular raça, gênero e classe como dimensões centrais nas suas ações.

^a Profa. Adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representações, conflitos e direitos (IPOL/UnB) e membro da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política.

Como uma obra inscrita no campo da ciência política, a construção das categorias de análise mobilizada por Gonçalves Freitas parte da abordagem da teoria política feminista, que nos é apresentada no primeiro capítulo como um debate que se organiza principalmente a partir da crítica da dualidade entre esfera pública e esfera privada. De fato, essa crítica é central para a teoria feminista e, no campo das questões fundamentalmente políticas, enfrenta frontalmente as bases dos clássicos da teoria política, construída com base na exclusão, subordinação e dominação das mulheres por meio da contínua afirmação da oposição entre público e privado. Partindo de trabalhos críticos a essa abordagem, como as obras de Pateman (1993) e Okin (2008), a autora se propõe a realizar uma leitura ampliada e multidimensional do problema da igualdade e da desigualdade, articulando também a abordagem de feministas negras (especialmente de DAVIS, 2012) sobre essa questão. Como percebemos ao longo da obra, Gonçalves Freitas constrói sua pesquisa desde um debate mais central da crítica feminista da teoria política costurando essas discussões com as sempre necessárias e cada vez mais centrais abordagens das feministas negras, integrando sua crítica na construção das categorias de análise da pesquisa.

O objetivo da obra é a análise da agenda dos movimentos nos jornais feministas, assim como o mapeamento da diversidade de narrativas neles publicadas. Para isso, no segundo capítulo a autora faz uma revisão geral dos movimentos feministas brasileiros de segunda e terceira ondas, mostrando como o cenário de encontros internacionais, a luta pela democracia, o debate sobre divisão sexual do trabalho, a militância das feministas negras, o desenvolvimento do conceito de gênero, a análise de classe e a relação das feministas com o Estado foram fatores importantes na construção da imprensa alternativa feminista entre os anos 1970 e 2010. No mapeamento e análise temáticas dos jornais analisados, apresentadas nos capítulos três e quatro, é interessante notar que apesar do foco do jornal e o momento histórico da publicação influenciarem as principais temáticas levantadas (questões relacionadas à comunidade negra no *Nzinga Informativo* ou à igualdade de direitos e à importância dos direitos sexuais e reprodutivos no *Fêmea* e no *Mulherio*, por exemplo), as questões da organização do ativismo de mulheres e da política institucional surgem como temas relevantes em todos eles.

Como as pesquisas sobre as trajetórias e rumos dos movimentos feministas brasileiros já nos indicavam (PINTO, 2003; MATOS, 2010), é necessário observar que as grandes temáticas dos feminismos brasileiros são diversas, mas sempre relacionadas ao contexto político e preocupadas com a construção de uma articulação entre diferentes frentes. Esse processo, é claro, não foi desenvolvido

sem intensas disputas, sendo a contraposição entre feministas autonomistas e institucionalizadas um momento marcante nesse processo. Essa será uma marca dos debates mobilizados no *Nós Mulheres*, no *Mulherio*, no *Nzinga Informativo* e no *Fêmea*, respectivamente a partir de uma análise de classe, da necessidade de articulação dos diferentes grupos feministas, de um viés articulado entre raça e gênero e do ativismo feminista em sua relação com o Estado, como nos aponta Gonçalves Freitas. Apesar dos pontos de partida distintos, sua análise dos jornais ressalta exatamente isso nas publicações: uma diversidade de temas, narrativas e abordagens, mas uma convergência na preocupação fundamental com a capacidade organizativa das feministas (o que sempre foi e sempre será um desafio para os movimentos sociais que buscam transformar o mundo) em um momento de construção de um regime político com um potencial democrático e, portanto, igualitário, a ser realizado (e o entendimento da centralidade da luta das mulheres nesse processo histórico).

No contexto dos recentes deslocamentos provocados pelo feminismo negro sobre o que se poderia tratar como um feminismo hegemônico, que é um processo marcante da última década no ativismo e nos estudos sobre os movimentos feministas brasileiros, fica ainda mais evidente que a estratégia do *Nzinga Informativo* era a construção de um espaço de priorização das agendas das mulheres negras que não teria uma posição mais central entre os “grandes debates” dos principais jornais alternativos. Não é por acaso que, dentre os quatro, esse é o jornal com menor número de edições publicadas, sendo que o quinto número não teve seu conteúdo mapeado e analisado como os demais porque o trabalho da pesquisadora se constituiu também em um resgate literal desses números, dispersos e quase perdidos em bibliotecas privadas, o que mostra a dificuldade de articulação da agenda trazida pelo jornal. A autora nos indica que o último número foi “resgatado” já no processo final de elaboração da pesquisa, mas que o seu processo de construção envolveu, além do mergulho nos textos, um trabalho de organização de arquivo de parte do material. A inclusão do *Nzinga Informativo* na análise, apesar de todas as dificuldades que marcam a fase de coleta de dados dessa pesquisa, é um diferencial da obra porque cumpre a proposta de analisar comparativamente os jornais entendendo o alto grau de variação do material. A autora, assim, parte da concepção da multiplicidade das demandas e agendas para conseguir compor um quadro analítico original, porque percebe os problemas da agenda feminista brasileira a partir dessa diversidade e, assim, tem mais ferramentas analíticas para mobilizar. Um ponto de destaque é, então, o exercício de trazer ao campo de pesquisas feministas brasileiras a análise de um “novo” material ao lado de um

corpus anteriormente trabalhado, mas partindo de um olhar mais apurado para a própria diversidade, principalmente racial.

Uma dimensão que a obra não nos entrega, apesar de rapidamente parecer uma sugestão do trabalho, é o movimento de retorno do material analisado para a teoria política. A autora, que realiza uma construção das suas categorias de análise no sentido da teoria política feminista para a análise empírica, abre para o campo dos estudos feministas uma agenda de pesquisa do processo contrário de construção de sentidos, em uma análise que retorne desde as publicações para teoria feminista brasileira. O que poderia parecer uma lacuna do trabalho, então, se mostra como uma importante contribuição que vai além da análise realizada e abre uma agenda de pesquisas compartilhada para o campo feminista atual. Ao lado disso, o trabalho mostra a importância dessas publicações na construção de uma agenda articulada em torno das questões políticas mais fundamentais da democracia, o que também é urgente para os feminismos contemporâneos. Mostrando como esses jornais retratam uma face intensa da mobilização do passado, a obra indica também a centralidade da comunicação feminista para o momento atual como um objeto de pesquisa e, principalmente, como uma dimensão de luta política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 37-55, dez. 2004.
- DAVIS, Angela. "I used to be your sweet mama. Ideología, sexualidad y domesticidade". In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos negros: una analogía*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 135-185.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jun. 2003.
- MATOS, Marlise. O movimento e a teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, pp. 67-92, jul. 2010.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 16, p. 305-332, maio/ago. 2008.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras!

Lélia Gonzalez: a black rose for new Springs!

Renata Gonçalves^a

GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

O livro surge como um raio de sol para nos guiar nestes tempos sombrios. Lélia Gonzalez, a décima-sétima de dezoito filhos de uma empregada doméstica de ascendência indígena e de um ferroviário negro, foi uma destas raríssimas mulheres pretas a deixar uma densa obra para o pensamento social brasileiro e um legado para os movimentos sociais, em especial para o feminismo e para o movimento negro. Atrevida, sem pedir licença, circulou pelo elitista meio acadêmico brasileiro, subverteu a norma culta e impôs o “pretuguês”. Dedicada, mergulhou em busca de suas origens. Ousada, se pôs em movimento e denunciou a estrutura racista e patriarcal da sociedade brasileira. Irreverente, não aceitou reduzir a questão racial e de gênero a uma simples relação econômica. Lélia Gonzalez foi um turbilhão de ideias e de ações.

Esta coletânea independente, organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA), é um farol para as novas gerações presentes e futuras, que agora têm a possibilidade de conhecer o pensamento de Lélia Gonzalez. A obra é também um reencontro para as gentes mais maduras, que há mais de duas décadas não conseguia ter acesso à totalidade dos textos da autora. Em reconhecimento à sua luta pela libertação do povo preto, especialmente da mulher negra. Vem dela a tarefa de nos conduzir, frase a frase, por caminhos que nos levam diretamente ao emaranhado, nem sempre familiar à ortodoxia acadêmica, de sua produção intelectual e política, que a tornou uma das maiores intérpretes do Brasil “amefrikano”.

Um trabalho de fôlego que a União dos Coletivos Pan-Africanistas realizou, aqui se encontra reunida, em ordem cronológica, a quase totalidade das expressões de Lélia Gonzalez. São quarenta e cinco textos oriundos de cartas, relatos de viagem, depoimentos, debates, entrevistas, artigos acadêmicos etc., que nos apresentam a extensão de sua produção textual, que, como lemos na introdução assinada por Raquel Barreto, especialista na trajetória e pensamento da autora mineira, é resul-

^a Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista.

tado do compromisso assumido pela UCPA com a formação política e teórica do povo preto. Até aqui nenhum livro havia reunido as contribuições de Lélia, com tamanha amplitude. Estamos diante, portanto, de uma obra pioneira, que é parte de um projeto maior: contribuir para a difusão do pensamento de intelectuais negro(a)s e, ao mesmo tempo, combater o racismo expresso na colonização do conhecimento e sua correlata ausência do protagonismo negro na história do Brasil.

Assim, o livro já nasce clássico. Suas análises confrontam o *establishment*, que se acostumou a naturalizar o racismo negando a existência deste, e partem da recusa em deixar apenas brancos falarem de negros. Afinal, passa da hora de assumirmos nossa própria e coletiva voz negra! Logo na abertura da coletânea, Lélia Gonzalez nos fornece a fotografia de uma realidade que ocupou o núcleo de suas preocupações teórico-políticas: a mulher negra. O retrato da violência na vida da menina negra da favela (sem possibilidade de estudar, sem moradia digna, sem sonhos, tendo como forma de sobreviver apenas o precário emprego doméstico) é resquício da violência da casa grande.

E, na contramão de uma ideologia racista que apresenta o povo negro como acomodado, passivo ante sua escravização, Lélia apresenta as variações das formas de resistência. Para sobreviver às dores e humilhações da escravidão, o povo negro, além dos constantes levantes, lutas e fugas para os quilombos, também construiu uma “resistência passiva”, como demonstram as figuras da “Mãe Preta” e do “Pai João”. Nesta resistência, Lélia Gonzalez, apoiada pela teoria lacaniana da linguagem como fator de humanização e subjetivação, desloca o objeto passivo para a condição de sujeito dotado de um saber. Devemos a estas figuras da resistência passiva a preservação das culturas africanas. Foram elas que, por meio de uma sabedoria ancestral, transmitiram o “pretuguês” aos filhos dos senhores da casa-grande, africanizando a cultura brasileira.

Ao mergulhar nos estudos sobre a questão negra no Brasil, Gonzalez se dedica à análise do modo de produção capitalista. A inserção dependente do país com relação aos centros do mercado mundial revela três processos distintos de acumulação, à época sob a hegemonia do capital industrial monopolista, com repercuções distintas de acordo com a classe social, a raça ou o sexo. Guardadas as devidas proporções e colocando no centro da análise o setor financeiro, a autora fornece a chave para compreendermos a atual superpopulação relativa que tornou ainda mais supérflua a massa marginal dos trabalhadore(a)s descartáveis pelo processo de acumulação. Dos anos 1980 aos dias de hoje, pouca coisa mudou para a maioria do(a)s trabalhadore(a)s que se refugia em atividades cada vez mais precárias e com baixíssima remuneração.

Em diálogo com Louis Althusser e Nicos Poulantzas, Lélia considera que esta leitura economicista não permite compreender a complexidade das relações sociais. Junto ao determinante econômico, estão as instâncias ideológicas e políticas, necessárias à manutenção da estrutura capitalista. O racismo, como ideologia, toma corpo num conjunto de práticas sociais e é considerado um dos principais determinantes da posição de trabalhadore(a)s negro(a)s nas relações de produção e na esfera da circulação. Antecipando os atuais debates sobre a interseccionalidade, Gonzalez observa que, no interior desta estrutura, ganha corpo uma divisão racial e sexual do trabalho que leva à tríplice discriminação sofrida pelas mulheres negras. Se com a pergunta “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”, lançada no jornal *Mulherio* em 1982, a autora denunciava que esta não seria admitida nos postos de trabalho onde era exigida a “boa aparência”, restando à ela a invisibilidade do emprego doméstico, o que diria hoje face à precarização ainda maior das relações de trabalho, que insiste em reservar às mulheres negras as ocupações mais degradantes?

A ideologia da cordialidade tem se mostrado insuficiente para mascarar o racismo à brasileira. Procurando compreender esta neurose cultural, Lélia debateu com expoentes do pensamento social brasileiro. Demonstrou a Gilberto Freyre, por exemplo, que a exaltada miscigenação foi resultado da violência do estupro da mulher negra. Em dobradinha com Heleith Saffioti, teceu críticas contundentes a Caio Prado Junior por este não reconhecer a tragédia do desejo dos senhores da casa-grande sobre os corpos das negras da senzala e pela insistência dele em priorizar a luta de classes e não incorporar as categorias raça e sexo às análises.

O livro nos apresenta um caráter insurgente e uma vocação como intelectual orgânica de Lélia Gonzalez, o que fez dela uma referência para o feminismo, para as mulheres negras, para o movimento negro, como demonstram seus depoimentos, suas entrevistas, seus relatos de viagem. Sua visibilidade lhe rendeu a inclusão de seu nome nos fichários do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) sob a acusação de ela estar envolvida no recrutamento de adeptos à doutrina marxista. Lélia foi além. Leu marxistas, encontrou a psicanálise lacaniana, dialogou com nacionalistas negros, se voltou para a América Latina, buscou suas origens africanas, redescobriu o Candomblé.

Das andanças e da profunda inquietude intelectual, formulou a “amefrikanidade”, uma categoria-chave na formação da América africana ou “Ameficana”, como reconhecimento da intensa contribuição da cultura africana ao novo continente. Leitora de Lacan, atentou-se ao papel da linguagem africanizada de vários idiomas da América, mostrando que a “amefrikanidade” não se restringia ao Brasil

do “pretuguês”. Neste processo, sem romper com as categorias ocidentais, a autora construiu uma alternativa ao racismo epistêmico reestruturando seu pensamento a partir do saber diáspórico.

A mesma densidade intelectual produziu também atuações na vida política do país, sobretudo das mulheres negras. Lélia criou o coletivo de mulheres negras Nzinga, participou de encontros e conselhos de mulheres, denunciou o racismo das feministas, combateu o machismo do movimento negro, reuniu empregadas domésticas, militou em partidos políticos, ocupou a tribuna da ONU, participou de encontros científicos nacionais e internacionais, esteve na fundação do Movimento Negro Unificado, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras... Foi incansável.

A coletânea que temos em nossas mãos reconhece Lélia Gonzalez como intérprete da formação sociocultural brasileira. Antes sua obra era acessível apenas a grupos de especialistas e militantes de movimentos sociais. Temos, agora, a possibilidade de ler e conhecer com maior profundidade suas contribuições teóricas e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

■ TRADUÇÃO

Manifesto do Coletivo Combahee River

The Combahee River Collective Statement

Coletivo Combahee River^a

Traduzido por Stefania Pereira^b e Letícia Simões Gomes^c

Somos um coletivo de feministas negras que se reúne desde 1974¹. Durante esse período, estivemos envolvidas no processo de definição e esclarecimento de nossa política, enquanto realizávamos trabalhos políticos dentro de nosso próprio grupo e em parceria com outras organizações e movimentos progressistas. A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam.

No texto que se segue, discutiremos quatro tópicos principais: (1) A gênese do feminismo negro contemporâneo; (2) Aquilo em que acreditamos, ou seja, a seara específica de nossa política; (3) Os problemas para a organização de feministas negras, incluindo uma breve história de nosso coletivo; (4) Pautas e práticas do feminismo negro.

A GÊNESE DO FEMINISMO NEGRO CONTEMPORÂNEO

Antes de olharmos para o recente desenvolvimento do feminismo negro, gostaríamos de afirmar que encontramos nossas origens na realidade histórica da luta contínua de vida e morte das mulheres afro-americanas, luta pela sobrevivência e pela liberação. A relação danosa entre mulheres negras e o sistema político americano (um sistema de governo de homens brancos) sempre foi determinada pela nossa participação em duas castas oprimidas, a racial e a sexual. Como Angela

a O Coletivo Combahee River foi uma organização feminista negra e lésbica ativa em Boston, entre 1974 e 1980 (N.T.).

b Doutoranda pelo Museu Nacional, UFRJ.

c Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), USP.

1 Este documento é datado de abril de 1977.

Davis aponta em *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves*², as mulheres negras sempre incorporaram, mesmo que em sua manifestação física, a posição de adversário ao domínio masculino branco e resistiramativamente, de modos dramáticos e sutis, às suas incursões sobre elas e sobre suas comunidades. Sempre existiram mulheres negras ativistas – algumas conhecidas, como Sojourner Truth, Harriet Tubman, Frances E. W. Harper, Ida B. Wells Barnett e Mary Church Terrell, e inúmeras desconhecidas – que tiveram uma consciência comum de como sua identidade sexual se combina com sua identidade racial de modo a tornar toda a sua situação de vida e o foco de suas lutas políticas algo único. O feminismo negro contemporâneo é o resultado de incontáveis gerações de sacrifício pessoal, militância e trabalho de nossas mães e irmãs.

A presença feminista negra se mostrou mais evidentemente junto da segunda onda do movimento de mulheres americanas, iniciado no final dos anos 1960. Desde o princípio, mulheres negras, do Terceiro Mundo e trabalhadoras estiveram envolvidas no movimento feminista. Contudo, tanto forças reacionárias externas quanto o racismo e o elitismo dentro do próprio movimento serviram para ofuscar nossa participação. Em 1973, feministas negras localizadas principalmente em Nova York sentiram a necessidade de formar um grupo feminista negro separado. Disso, originou-se a Organização Nacional Feminista Negra³ (NBFO).

A política feminista negra também tem uma conexão óbvia com os movimentos de libertação dos negros, particularmente aqueles das décadas de 1960 e 1970. Muitas de nós fomos militantes nesses movimentos (pelos direitos civis, no nacionalismo negro, nos Panteras Negras), e tivemos nossas vidas muito afetadas e alteradas por suas ideologias, objetivos e táticas mobilizadas para alcançar seus objetivos. Foi nossa experiência e desilusão dentro desses movimentos de libertação, bem como a experiência na periferia da esquerda branca masculina, que nos compeliu a desenvolver uma política antirracista, diferente daquela de mulheres brancas, e antissexista, ao contrário daquela de homens negros e brancos.

É inegável, também, a existência de uma gênese pessoal para o feminismo negro, isto é, a percepção política que vem das experiências aparentemente pessoais da vida individual de mulheres negras. Feministas negras, além de muitas outras mulheres negras que não se definem como feministas, experimentam e experimentaram a opressão sexual como um fator perene em suas existências cotidianas. Quando crianças, percebemos que éramos diferentes dos meninos e

2 O título em português, em tradução livre, seria “Reflexões sobre o Papel da Mulher Negra na Comunidade de Escravos” (N.T.).

3 No original, *National Black Feminist Organization* (N.T.).

que éramos tratadas de forma diferente. Por exemplo, diziam-nos em um só fôlego que ficássemos quietas tanto para sermos “mulheres sofisticadas” como para nos tornarmos menos censuráveis aos olhos dos brancos. Quando crescemos, tomamos consciência da ameaça de abuso físico e sexual por parte dos homens. No entanto, não tínhamos meios de caracterizar o que era tão evidente para nós, coisas que sabíamos que realmente aconteciam.

Feministas negras freqüentemente falam que se sentiam loucas antes de terem contato com conceitos como política sexual, dominação patriarcal e, mais importante, feminismo – a análise política e prática que nós mulheres usamos para lutar contra nossa opressão. O fato de que a política racial e o racismo são fatores difundidos em nossas vidas não permitiu, e ainda não permite, que a maioria das mulheres negras olhe mais profundamente para as próprias experiências e, dessa consciência, compartilhada e crescente, construa uma política capaz de mudar nossas vidas e acabar inexoravelmente com nossa opressão. Nosso desenvolvimento também deve estar ligado à posição econômica e política contemporânea dos negros. A geração pós-Segunda Guerra Mundial de jovens negros foi a primeira que pôde de participar minimamente de certas possibilidades educacionais e de emprego, antes completamente interditadas a negros. Embora nossa posição econômica ainda esteja no nível mais baixo da economia capitalista americana, um punhado de nós conseguiu obter certas ferramentas, resultantes de tokenismos⁴ nos âmbitos de educação e emprego, o que potencialmente nos permite combater nossa opressão de forma mais eficaz.

De início, o que nos uniu foi uma posição combinando antirracismo e antissexismo. À medida que nos desenvolvemos politicamente, nos voltamos também ao heterossexismo e à opressão econômica sob o capitalismo.

EM QUE ACREDITAMOS

Acima de tudo, nossa política surgiu inicialmente da convicção compartilhada de que as mulheres negras são inherentemente valiosas; nossa libertação é uma necessidade, não como um complemento às vontades de outrem, mas pela nossa própria necessidade de autonomia como seres humanos. Isso pode parecer tão óbvio a ponto de parecer simplista, mas é evidente que nenhum outro movimento ostensivamente progressista jamais considerou nossa opressão específica como uma prioridade ou trabalhou seriamente pelo fim dessa opressão. Apenas para

⁴ Tokenismo, aportuguesamento de *tokenism*, diz respeito a uma prática superficial de inclusão/recrutamento de grupos vulneráveis em forças de trabalho, com o objetivo de apresentar uma política de igualdade e se esquivar de acusações de discriminação (N.T.).

nomear os estereótipos pejorativos atribuídos às mulheres negras (por exemplo, mãe, matriarca, *Sapphire*⁵, prostituta, *bulldagger*⁶) e sem contar o tratamento cruel e muitas vezes assassino que recebemos, vê-se quão pouco valor foi colocado em nossas vidas durante quatro séculos de cativeiro no hemisfério ocidental. Percebemos que as únicas pessoas que se importam o suficiente conosco para trabalhar consistentemente por nossa libertação somos nós. Nossa política deriva de um amor saudável por nós mesmas, nossas irmãs e nossa comunidade, que nos permite continuar nossa luta e trabalho.

Essa ênfase em nossa própria opressão está incorporada no conceito de política identitária. Ao invés de trabalharmos para acabar com a opressão de outras pessoas, acreditamos que a política mais profunda e potencialmente radical vem diretamente de nossa própria identidade. Esse é um conceito particularmente repugnante, perigoso, ameaçador e, portanto, revolucionário no caso das mulheres negras, porque é escancarado, ao olharmos para todos os movimentos políticos que nos precederam, que qualquer um é mais merecedor de liberação do que nós. Nós rejeitamos pedestais, reinados e caminhar dez passos atrás. Sermos reconhecidas como humanas, horizontalmente, é suficiente.

Acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão pervasiva nas vidas das mulheres negras quanto são as políticas de raça e classe. Inclusive, achamos difícil a separação de raça, classe e opressão sexual, porqueem nossas vidas elas são em geral sentidas simultaneamente. Sabemos que existe uma opressão racial-sexual que não é nem exclusivamente racial nem exclusivamente sexual: por exemplo, as histórias de estupros de mulheres negras por homens brancos como uma arma de repressão política.

Apesar de sermos feministas e lésbicas, nós nos solidarizamos com os homens negros progressistas; não defendemos a fragmentação que mulheres brancas separatistas exigem. Nossa situação, como pessoas negras, exige solidariedade a respeito da questão racial, o que não é uma necessidade no caso da relação entre mulheres brancas e homens brancos, a menos que seja em termos de uma solidariedade negativa enquanto opressores raciais. Nós lutamos junto de homens negros contra o racismo, enquanto também nos confrontamos com eles a respeito do sexism.

5 *Sapphire* é um termo que tem duplo significado. Pode significar mulher atraente, “gostosa”, sensual. Também pode denominar namorada de membros da gangue Crips, a qual foi criada em meados dos anos 1960 e é expressiva na Costa Oeste dos EUA (N.T.).

6 *Bulldagger* é uma maneira pejorativa de denominar mulheres lésbicas afro-americanas (N.T.).

Percebemos que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição dos sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas, bem como do patriarcado. Somos socialistas por acreditarmos que o trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles que trabalham e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que os criam. Não estamos convencidas, contudo, de que uma revolução socialista que também não seja uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa liberdade. Chegamos ao ponto de precisarmos desenvolver uma compreensão das relações de classe que leve em conta a posição de classe específica das mulheres negras. Geralmente, somos escanteadas na força de trabalho, apesar de que neste momento em particular algumas de nós são por ora vistas como símbolos duplamente desejáveis, seja em posições administrativas como em cargos especializados. Precisamos articular a situação real de classe dessas pessoas, que não são meramente trabalhadoras sem raça e sem sexo, mas para quem as opressões racial e sexual são determinantes significativos para suas vidas laborais e econômicas. Embora concordemos, em essência, com a teoria de Marx, uma vez aplicada às relações econômicas muito específicas por ele analisadas, sabemos que sua análise deve ainda ser expandida para que possamos compreender nossa situação econômica específica enquanto mulheres negras.

Sentimos que uma contribuição política que já fizemos é a expansão do princípio feminista de que o pessoal é político. Em nossos encontros de formação de consciência, por exemplo, fomos além das descobertas das mulheres brancas em muitos aspectos por estarmos lidando com as implicações de raça e classe para além da de sexo. Mesmo nosso jeito, enquanto mulheres negras, de falar/testemunhar na língua negra sobre o que experienciamos tem uma ressonância que é tanto cultural quanto política. Por necessidade, despendemos muita energia investigando a natureza cultural e subjetiva de nossa opressão, pois nenhum desses assuntos foi examinado antes. Ninguém antes de nós examinou a textura multifacetada da vida das mulheres negras. Um exemplo desse tipo de epifania ocorreu em uma reunião enquanto discutíamos as formas pelas quais nossos primeiros interesses intelectuais haviam sido minados por nossos pares, particularmente por homens negros. Descobrimos que todas nós, por sermos “inteligentes”, também éramos consideradas “feias”, ou seja, “inteligentes-feias”. “Inteligente-feia” cristalizou a maneira pela qual a maioria de nós foi forçada a desenvolver seus intelectos, o que gerou um grande custo para nossas vidas “sociais”. As sanções das comunidades negras e brancas contra pensadoras negras é comparativamente muito maior do

que para as mulheres brancas, particularmente para aquelas das classes instruídas, média e alta.

Como já dissemos, rejeitamos a posição do separatismo lésbico por não ser uma análise ou estratégia política viável. Ela deixa de fora muitas pessoas, particularmente homens negros, mulheres e crianças. Temos uma grande quantidade de críticas e desprezo por como homens têm sido socializados nesta sociedade: o que apoiam, como agem e como oprimem. Todavia, não temos a noção equivocada de que é a virilidade por si mesma – ou seja, sua virilidade biológica – que os torna o que são. Como mulheres negras, consideramos qualquer tipo de determinismo biológico uma base particularmente perigosa e reacionária sobre a qual construir uma política. Devemos também questionar se o separatismo lésbico é uma análise e estratégia política adequada e progressista, mesmo para aquelas que o praticam, uma vez que rejeita completamente qualquer outra fonte de opressão que não seja a sexual, negando a concretude das categorias de classe e raça.

PROBLEMAS PARA A ORGANIZAÇÃO DE FEMINISTAS NEGRAS

Durante nossos anos de coletivo feminista negro, experimentamos sucessos e derrotas, alegrias e dores, vitórias e fracassos. Descobrimos que é muito difícil organizar pessoas por meio de pautas do feminismo negro, e em certos contextos é difícil até mesmo anunciar que somos feministas negras. Tentamos refletir sobre as causas dessas dificuldades, particularmente porque o movimento de mulheres brancas continua forte e em expansão. Nesta seção, discutiremos algumas das razões gerais para os problemas organizativos que enfrentamos; falaremos também, especificamente, sobre as etapas da organização de nosso próprio coletivo.

A principal fonte de dificuldade em nosso trabalho político é que não estamos apenas tentando combater a opressão em uma frente ou mesmo em duas, ao contrário, abordamos toda uma gama de opressões. Não temos privilégios raciais, sexuais, heterossexuais ou de classe nos quais podemos nos apoiar, nem temos acesso, por menor que seja, a recursos e poder que grupos possuidores de qualquer um desses tipos de privilégio têm.

O fardo psicológico de ser uma mulher negra e as dificuldades derivadas para se tomar consciência e se engajar em tarefas políticas nunca devem ser subestimadas. Muito pouco se valoriza a psique das mulheres negras nesta sociedade, que é tanto racista quanto sexista. Como uma das primeiras integrantes desse grupo disse certa vez: “Somos todas pessoas feridas apenas por sermos mulheres negras”. Somos despossuídas tanto psicologicamente como em todos os outros âmbitos; ainda assim, sentimos a necessidade de lutar para mudar a condição de

todas as mulheres negras. Em *A Black Feminist's Search for Sisterhood*⁷, Michele Wallace conclui:

Nós existimos como mulheres que são negras e que são feministas, por ora abandonadas e trabalhando independentemente, pois ainda não há um ambiente nesta sociedade remotamente simpático à nossa luta – porque, estando na base da cadeia, nós teríamos que fazer o que ninguém mais fez: teríamos que lutar contra o mundo⁸ (em livre tradução).

Wallace é pessimista, mas realista ao avaliar a posição das feministas negras, particularmente em sua alusão ao isolamento quase típico que a maioria de nós enfrenta. Podemos usar a nossa posição na camada social inferior, no entanto, para dar um salto claro na ação revolucionária. Se as mulheres negras fossem livres, isso significaria que todos os outros seriam livres, já que nossa liberdade exigiria a destruição de todos os sistemas de opressão.

O feminismo é, no entanto, muito ameaçador para a maioria das pessoas negras porque põe em xeque alguns dos pressupostos mais básicos sobre a nossa existência, isto é, que o sexo é um determinante das relações de poder. Abaixo aparece a maneira pela qual papéis masculinos e femininos foram definidos em um panfleto nacionalista negro do início dos anos 1970:

Entendemos que é e tem sido tradicional que o homem seja o chefe da casa. Ele é o líder do lar / da nação pois seu conhecimento do mundo é mais abrangente, sua consciência é mais ampla, sua compreensão é mais completa e o uso dessas informações é mais ciente.... Afinal, é razoável que o homem seja o chefe do lar porque ele é capaz de defender e proteger o seu desenvolvimento... As mulheres não podem fazer as mesmas coisas que os homens – elas são feitas pela natureza para funcionar de outra forma. Igualdade entre homens e mulheres é algo que não pode acontecer nem mesmo no mundo abstrato. Os homens não são iguais a outros homens, em habilidade, experiência ou até mesmo em compreensão. O valor de homens e mulheres pode ser visto como ouro e prata – eles não são iguais, mas ambos têm grande valor. Devemos perceber que homens e mulhe-

7 O título em português, em tradução livre, seria “Uma busca de feministas negras pela irmandade” (N.T.).

8 WALLACE, Michele. *A Black Feminist's Search for Sisterhood*. *The Village Voice*, 28 de julho de 1975, p. 6-7.

res são complementares, pois não há lar/família sem um homem e sua esposa. Ambos são essenciais para o desenvolvimento de qualquer vida que seja⁹.

As condições materiais da maioria das mulheres negras dificilmente as levariam a perturbar os arranjos econômicos e sexuais que parecem simbolizar alguma estabilidade em suas vidas. Muitas mulheres negras têm boa compreensão do sexism e do racismo, mas devido às constrições cotidianas de suas vidas não podem correr o risco de lutar contra ambos.

A reação dos homens negros ao feminismo tem sido notoriamente negativa. Eles estão, é claro, ainda mais ameaçados do que as mulheres negras pela possibilidade de que as feministas negras possam se organizar em torno de suas próprias pautas. Eles percebem que podem não apenas perder aliadas valiosas e trabalhadoras em suas lutas, mas que também podem ser forçados a mudar suas formas habitualmente sexistas de interagir e oprimir mulheres negras. As acusações de que o feminismo negro divide a luta negra são poderosos inibidores do crescimento de um movimento autônomo de mulheres negras.

Ainda assim, centenas de mulheres estiveram ativas em momentos diferentes durante os três anos de existência do nosso grupo. E cada mulher negra que chegou, veio pela necessidade imperiosa de ter uma centelha de possibilidade que não existia anteriormente em sua vida.

Quando começamos a nos reunir no início de 1974, após a primeira conferência regional do NBFO no leste dos Estados Unidos, não tínhamos uma estratégia de organização, nem mesmo uma pauta. Nós só queríamos ver o que tínhamos. Após alguns meses sem encontros, começamos a nos reunir novamente no final do ano e iniciamos uma grande variedade de atividades de conscientização. A sensação avassaladora que tivemos foi que, após anos e anos, finalmente nós tínhamos nos encontrado. Embora não estivéssemos fazendo um trabalho político enquanto grupo, cada uma de nós continuou seu envolvimento na luta lésbica, contra o abuso de políticas de esterilização e mobilizações pelo direito ao aborto, nas atividades do Dia Internacional da Mulher Terceiro-mundista e no acompanhamento dos julgamentos de Dr. Kenneth Edelin, Joan Little e Inéz García¹⁰. Durante nosso primeiro

9 Mumininas of Committee for Unified Newark. *Mwanamke Mwananchi (The Nationalist Woman)*. Newark, N.J.: 1971, p. 4-5.

10 Esses são três casos de destaque midiático da época. Dr. Kenneth Edelin foi um médico ginecologista negro condenado por homicídio do feto ao realizar um aborto legal em 1975 (o caso foi revertido em 1976, após intensa polêmica nacional).

Joan Little (caso de 1974), por sua vez, foi uma mulher negra condenada por homicídio após matar um homem em legítima defesa. Na cadeia, reagiu a uma tentativa de estupro por um de

verão, quando a adesão caiu consideravelmente, nós continuamos dedicadas a discutir seriamente a possibilidade de abrir um refúgio para mulheres agredidas em uma comunidade negra (naquele tempo não havia refúgio em Boston). Também decidimos, por volta dessa época, a nos tornarmos um coletivo independente, já que tivemos sérios desentendimentos com a postura burguesa-feminista da NBFO e sua falta de direcionamento político claro.

Também fomos contatadas, naquele período, por feministas socialistas, com as quais havíamos trabalhado em atividades pelo direito ao aborto, e que queriam nos encorajar a participar da Conferência Nacional Feminista em Yellow Springs. Uma de nossas integrantes compareceu; apesar da estreiteza da ideologia que foi promovida naquela conferência em particular, nos tornamos mais conscientes da necessidade de entendermos nossa situação econômica e de fazer nossa própria análise econômica.

No outono, quando algumas integrantes voltaram, passamos por vários meses de inatividade e divergências internas. Inicialmente conceituadas como uma divisão lésbica-heterossexual, essas discordâncias eram também resultado de diferenças políticas e de classe. Durante o verão, aquelas que seguiram se reunindo determinaram a centralidade de fazer trabalho político, de ir além das atividades de tomada de consciência e de servir exclusivamente como um grupo de apoio emocional. No início de 1976, quando algumas das mulheres que não queriam fazer trabalho político, que também tinham manifestado divergências deixaram de comparecer por conta própria, voltamos a procurar um direcionamento. Nesse momento, decidimos que nos tornaríamos um grupo de estudos, com a adição de novas integrantes. Sempre compartilhamos nossas leituras umas com as outras, e algumas de nós já escreviam artigos sobre feminismo negro para discussão interna alguns meses antes de essa decisão ser tomada. Começamos a funcionar como um grupo de estudos e também passamos a discutir a possibilidade de iniciar uma publicação feminista negra. Tivemos um retiro no final da primavera que proporcionou tempo tanto para a discussão política quanto para a resolução de questões interpessoais. Atualmente estamos planejando reunir uma coletânea de textos de feministas negras. Sentimos que é absolutamente essencial demonstrar a realidade de nossa política para outras mulheres negras e acreditamos que podemos fazer

seus guardas e o golpeia, o que o leva à morte; este caso também foi intensamente abordado pela mídia.

Inéz García, mulher de origem hispânica, foi condenada de 1974 de assassinar um homem que a estuprara. Condenada por assassinato em segundo grau, Inéz passou dois anos na cadeia até o julgamento do recurso, ocasião em que foi absolvida por legítima defesa. (N.T.)

isso escrevendo e distribuindo nosso trabalho. O fato de que feministas negras individuais estão vivendo em isolamento em todo o país, que os nossos próprios números são pequenos, e que temos algumas habilidades em escrita, impressão e publicação, nos impele a realizar esse tipo de projeto como um modo de organizar feministas negras, ao mesmo tempo em que continuamos a fazer trabalho político em parceria com outros grupos.

QUESTÕES FEMINISTAS NEGRAS E PROJETOS

Durante nosso tempo reunidas, identificamos e elaboramos muitas questões de particular relevância para as mulheres negras. O caráter inclusivo de nossa política nos desperta para qualquer situação que afete a vida de mulheres, do Terceiro Mundo e dos/das trabalhadores/as. Evidentemente, estamos comprometidas em especial em contribuir com lutas nas quais raça, sexo e classe sejam fatores simultâneos na opressão. Podemos, por exemplo, nos envolver na organização de uma fábrica que emprega mulheres do Terceiro Mundo, ou realizar um piquete em um hospital que está cortando cuidados de saúde já inadequados para uma comunidade Terceiro-mundista, ou, ainda, estabelecer um centro de atendimento a vítimas de estupro em um bairro negro. Organizar-se em torno de preocupações com políticas de bem-estar e creches também podem ser pautas. A quantidade de tarefas a serem cumpridas e as inúmeras questões que elas simbolizam refletem apenas a pervasividade de nossa opressão.

Das pautas e projetos nos quais nossas integrantes participaram estão as lutas contra o abuso de políticas de esterilização, contra o estupro, as lutas pelo direito ao aborto, por mulheres agredidas e por cuidados de saúde. Também fizemos muitos *workshops* e atividades pedagógicas sobre o feminismo negro em campi universitários, em conferências de mulheres e, mais recentemente, para mulheres cursando o ensino médio.

Uma questão de grande preocupação para nós, e que começamos a abordar publicamente, é o racismo no movimento de mulheres brancas. Como feministas negras, somos frequente e penosamente forçadas a constatar quão pouco esforço mulheres brancas fazem para reconhecer e combater seu racismo, o que requer, entre outras coisas, algo além de uma compreensão rasa sobre raça, cor e sobre a cultura e história negras. Eliminar o racismo no movimento de mulheres brancas é, por definição, um trabalho para mulheres brancas, mas continuaremos a falar sobre e a cobrar responsabilidade.

Em nossas práticas políticas, nós não acreditamos que o fim sempre justifica os meios. Para atingir objetivos políticos “corretos”, usam-se muitas ações reacio-

nárias e destrutivas. Como feministas, não queremos comprometer pessoas em nome da política. Acreditamos no processo coletivo e na distribuição não hierárquica de poder dentro de nosso grupo, bem como em nossa visão de sociedade revolucionária. Estamos comprometidas com um exame contínuo de nossas políticas, desenvolvidas por meio da crítica e autocrítica, aspectos essenciais de nossa prática. Em sua introdução de *Sisterhood is powerful*¹¹, Robin Morgan escreve:

Não tenho a menor noção de qual papel revolucionário homens heterossexuais brancos poderiam cumprir, já que eles são a própria personificação do poder e dos interesses reacionários (1970, em livre tradução)¹².

Como feministas negras e lésbicas, sabemos que temos uma tarefa revolucionária bem definida e estamos prontas para uma vida de trabalho e luta.

11 O título em português, em tradução livre, seria “A irmandade é poderosa” (N.T.).

12 No original, “[...] since they are the very embodiment of reactionary-vested-interest-power” (N.T.)

Desigualdades e laços sociais: por uma renovação da teoria do vínculo

Entrevista com Serge Paugam realizada por Pedro Martins Serra^a

Tradução realizada por Pedro Martins Serra e Marcus de Campos Bicudo^b

Serge Paugam é pesquisador e professor titular [*directeur d'étude*] de Sociologia na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris, diretor de pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e diretor da *Équipe de Recherches sur les Inégalités Sociales* (ERIS) do *Centre Maurice Halbwachs* (CMH). É autor de diversos livros sobre temas como pobreza, desigualdades sociais e exclusão.

Em 2016 assumiu, a convite do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, a disciplina “Trabalho e Vínculos Sociais no Capitalismo do Século XXI” na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, na qual apresentou aspectos teóricos e empíricos de seus trabalhos e salientou a perspectiva comparativa em nível internacional de suas pesquisas sobre as formas contemporâneas do vínculo social. Atualmente, o sociólogo francês está à frente de um grupo de pesquisadores de diferentes regiões do mundo que se reuniu em um seminário de pesquisas intitulado “Desigualdades, solidariedades e vínculos. A sociedade brasileira em perspectiva comparativa”, co-dirigido pela socióloga Nadya Guimarães Araújo, professora titular da USP e pesquisadora pelo CNPq e CEBRAP. O objetivo deste encontro, ocorrido em agosto de 2018 na FFLCH (USP), foi analisar a solidariedade e suas formas variáveis no mundo contemporâneo a partir do caso brasileiro.

Esta entrevista é o resultado de uma série de encontros e correspondências por *e-mail* com o sociólogo, que gentilmente aceitou nos falar de seus trabalhos de pesquisa, notadamente de sua teoria social do vínculo, e partilhar conosco reflexões sobre o legado de Émile Durkheim e os desafios metodológicos da pesquisa em ciências sociais.

Revista Plural Nas suas pesquisas e no seminário “Desigualdades, solidariedades e vínculos. A sociedade brasileira em perspectiva comparativa”, você parte da noção de solidariedade, que você tenta retrabalhar especialmente a partir da

a Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

b Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

teoria do vínculo social. Você poderia nos dar precisões sobre a perspectiva analítica a partir da qual você desenvolve esses trabalhos?

Serge Paugam Nas sociedades modernas, a noção de solidariedade é frequentemente associada à de Estado de Bem-Estar Social e às políticas sociais. Assim, ela designa o conjunto de organizações cuja vocação é de assegurar, em função dos debates que alimentam e renovam a questão social, a proteção aos indivíduos e a coesão social atuando pelo Direito e pela redistribuição de recursos nos domínios econômico, doméstico e político. Ela tornou-se um verdadeiro tema de pesquisa ao qual se dedicam especialistas destas questões no cruzamento da economia, das ciências políticas, da história e da sociologia, e que se reconhecem muitas vezes sob o vocábulo de “Economia Social”.

No entanto, em sua tese de doutorado intitulada *Sobre a Divisão do Trabalho Social*, Durkheim havia dado à noção de solidariedade um sentido mais amplo. Essa tese pertence ao patrimônio conceitual das ciências sociais e é ensinada, portanto, nas faculdades de sociologia de todo o mundo. Durkheim aborda, através das metamorfoses da solidariedade, a questão do laço social¹. Ele oferece um enquadramento analítico para analisar tanto o processo de diferenciação dos indivíduos quanto a coesão das sociedades modernas. As pesquisas em ciências sociais não cessaram, há mais de um século, de referirem-se à *solidariedade mecânica* e à *solidariedade orgânica*, tal é a importância fundamental desses dois conceitos

1 N.T Algumas observações sobre a tradução dos termos *lien* e *attachement* se impõem. Como outros trabalhos de Serge Paugam já encontram-se traduzidos em língua portuguesa, é importante que sejam mantidas as mesmas escolhas feitas precedentemente, as quais André Magnelli e Lucas Page Pereira - responsáveis pela tradução do artigo de Serge Paugam intitulado “Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria inacabada”, publicado em 2017, no número 44 da revista Sociologias, da UFRGS – justificam: “Na esmagadora maioria das traduções dos textos de Durkheim, o termo “lien” é traduzido por “vínculo”. Contudo, caso o fizéssemos, a sutileza conceitual e a interpretação de Paugam se perderiam, pois ele trabalha com diferenças semânticas entre *lien* e *attachement*. O problema durkheimiano do qual Paugam parte é a possibilidade de um indivíduo autônomo se vincular à [s’attacher à] sociedade. O termo *lien* é utilizado, então, em um sentido amplo, próximo ao termo *relation*, como correlato ao emprego no português de “laço” (utilizado, por exemplo, em “laço social” ou “laço entre pessoas”). Paugam não se propõe, contudo, a fazer uma teoria dos laços sociais, mas sim uma “teoria social do vínculo” [*théorie sociale de l’attachement*], desenvolvendo uma tipologia das configurações ou regimes de vínculos [*configurations ou régimes de l’attachement*]. O *attachement* é, para ele, uma forma específica de *lien*, a saber, um tipo de laço forte e obrigatório de um termo a outro – ou, ao menos, de (inter-)dependência –, normativamente regulado e/ou integrado. Ele pode formar um vínculo de um indivíduo/grupo a outro indivíduo/grupo [*l’attachement aux groupes*], ou de um indivíduo/ grupo à sociedade como um todo (*l’attachement à la société*). Nota-se, dessa forma, que, embora seja comum traduzir o termo *attachement* como sendo um tipo específico de vínculo (emocional ou afetivo), Paugam o utiliza em um sentido mais amplo, que inclui os mais diversos tipos de vínculos. Por estas razões, optei por traduzir sempre os substantivos *lien(s)* e *attachement(s)* por “laço(s)” e “vínculo(s)”, e as formas verbais *rattacher/attacher* e *lier*, respectivamente, por vincular e ligar. *Attachement* poderia ser traduzido também sem perdas por “vinculação”, mas o recusamos, seguindo indicação de R. Weiss e do próprio Paugam, a fim de evitar uma sobrecarga semântica e certa tendência substantivista atrelada ao termo.”

para a nossa compreensão do mundo social. Mas, bastante curiosamente, ainda que esses dois conceitos estejam no centro de sua demonstração e até hoje sejam objeto de estimulantes discussões e interpretações, o próprio Durkheim não mais se referirá a eles nos trabalhos que sucederam a publicação de sua tese.

Na verdade, ele abandonou os dois conceitos-chave de solidariedade em benefício de uma análise mais completa dos laços que vinculam os indivíduos *entre si* e à *sociedade*. Assim, ele passou de uma teoria da evolução da solidariedade a uma teoria do vínculo social. Porém, isso não significa que Durkheim tenha renunciado ao programa ambicioso ao qual ele havia se proposto já a partir de seus primeiros anos em Bordeaux. Se depois de sua tese ele não se refere mais ao conceito de solidariedade, tampouco abandona o enquadramento analítico que construiu. Ao contrário, ele buscará ampliá-lo ao lançar-se em seu estudo sociológico sobre o suicídio. Aliás, é logo após a publicação de *O Suicídio*, em 1897 – ou seja, quatro anos após a publicação de sua tese –, que ele utiliza o conceito de vínculo aos grupos em referência à pluralidade de laços sociais e das morais que lhes são associadas. Se olharmos bem, essa perspectiva teórica já estava presente em *Sobre a Divisão do Trabalho Social*, mas ela aparecia um pouco eclipsada sob o alicerce conceitual sobrecarregado das duas formas opostas de solidariedade. O fato de estas terem passado à posteridade não significa que elas tenham satisfeito plenamente a Durkheim, tanto mais quanto, na época, contribuíram para confiná-lo em controversos debates teóricos em torno do organicismo e de problemáticas ideológicas que pareciam distantes da visão que ele tinha da sociologia.

Isso quer dizer que o conceito de vínculo social está de acordo com a definição sociológica de solidariedade tal qual Durkheim a havia considerado antes que ela fosse desviada deste sentido por fins políticos e ideológicos? O que é certo é que, seguindo o enquadramento analítico definido por Durkheim, pode-se muito bem definir a solidariedade a partir do conjunto dos laços que vinculam os indivíduos entre si, desde as sociedades primitivas até as sociedades contemporâneas, e nisso ver um dos fundamentos antropológicos da vida social. É nessa perspectiva analítica que eu me insiro hoje.

No passado como no presente, o indivíduo não pode viver sem vínculos e passa sua vida a vincular-se – ou a voltar a vincular-se após uma ruptura – à sua família antes de tudo; mas também a seus próximos, que ele escolheu por amor ou amizade; à sua comunidade étnica ou religiosa; a seus colegas de trabalho ou a seus pares; às pessoas que compartilham as mesmas origens geográficas, sociais ou culturais; e certamente também às instituições de seu país de origem. Em outras palavras, o indivíduo é antropologicamente solidário pois não pode viver

sem esses múltiplos vínculos que lhe asseguram, a um só tempo, a proteção frente aos riscos do cotidiano e o reconhecimento de sua existência e de sua identidade enquanto ser humano. Mas o que significa realmente o vínculo em uma sociedade de indivíduos autônomos ou que se pensam como tais? Como, e em que medida, pode-se e deve-se ser ao mesmo tempo solidário à sua família, solidário aos diversos grupos de pertencimento por afinidade, solidário à sua empresa ou a seu grupo profissional, e solidário à sua nação? Uma constatação se impõe de imediato: ainda que essa questão seja colocada a todo ser humano e, por isso, corresponda a uma indagação de natureza universal, a resposta difere conforme os meios sociais, mas também e principalmente conforme as sociedades. Portanto a questão central é a de compreender os fundamentos antropológicos da solidariedade humana, analisando sociologicamente suas formas variáveis no mundo contemporâneo.

Revista Plural *Como você associa o interesse pelo estudo dos laços sociais a seus primeiros trabalhos sobre a pobreza e, especialmente, à sua tese sobre a desqualificação social?*

Serge Paugam O conceito de desqualificação tal qual eu o elaborei a partir de minhas primeiras pesquisas sobre a pobreza remete, de fato, ao processo de enfraquecimento ou de ruptura de laços do indivíduo com a sociedade, no sentido de perda de proteção e do reconhecimento social. O ser humano socialmente desqualificado é simultaneamente vulnerável diante do futuro e oprimido pelo peso do olhar negativo dirigido a ele por outrem. O objeto de estudo tal qual eu o havia definido seguindo os trabalhos de Simmel, não era a pobreza nem os pobres enquanto tais, mas a relação de assistência entre eles e a sociedade na qual eles vivem.

Minha pesquisa de 1991 havia permitido verificar cinco hipóteses que se pode assim resumir: 1) o próprio fato de receber assistência aloca os “pobres” em uma carreira específica, altera suas identidades prévias e torna-se um estigma que marca o conjunto de suas relações com outrem; 2) se os pobres, pelo fato de receberem assistência, podem ter somente um *status* social desvalorizado que os desqualifica, eles permanecem, apesar de tudo, plenamente membros da sociedade da qual eles constituem, por assim dizer, o último estrato; 3) ainda que os pobres

2 Ver PAUGAM, S. *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, 1991, oitava edição com um prefácio inédito; e PAUGAM, S. *La disqualification sociale, vingt ans après*, col. Quadrige, 2009.

Tradução em português: PAUGAM, S. *Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003).

sejam estigmatizados, eles conservam meios de resistência ao descrédito que os oprime; 4) o processo de desqualificação social abrange várias fases: fragilidade, dependência e ruptura dos laços sociais; 5) as três condições sociohistóricas da ampliação desse processo são: um nível elevado de desenvolvimento econômico associado a uma intensa degradação do mercado de trabalho; uma maior fragilidade da sociabilidade familiar e das redes de ajuda [*aide*] privada; uma política social de luta contra a pobreza que se fundamenta cada vez mais em medidas categoriais próximas da assistência [*assistance*].

A desqualificação social não significa ausência de relações sociais. Os pobres estão, por exemplo, em relação com os serviços sociais, mas sua situação se caracteriza por uma crescente pobreza relacional que soma-se à sua pobreza econômica e reforça seu sentimento de inutilidade social. É também a estigmatização dos pobres – o fato de, aos olhos da sociedade, serem pobres e nada mais do que pobres – que frequentemente os conduz a interiorizar uma imagem negativa de si e a experimentar um sentimento de inutilidade social.

Desde a minha tese, a questão dos laços sociais está, então, no centro de meus trabalhos. Pode-se ver uma continuidade entre minhas primeiras pesquisas sobre a pobreza e as que eu realizo hoje, em uma perspectiva durkheimiana, sobre o que vincula os indivíduos entre si e à sociedade através de pesquisas comparativas em nível internacional.

Revista Plural Você se refere muito a Durkheim. Ele é a sua principal fonte de inspiração?

Serge Paugam Quando eu comecei minhas pesquisas sobre a pobreza nos anos 1980, o contexto econômico estava marcado por uma degradação profunda do mercado de trabalho. Esse clima de crise da sociedade salarial causava perturbações sociais que, em vários aspectos, eram bastante comparáveis às aquelas que Durkheim estudava havia um século. O fim do século XIX foi, de fato, um período caracterizado pelos riscos inerentes ao desenvolvimento industrial, pelo deslocamento de populações suscetíveis de perderem seus vínculos locais e familiares, e pela busca de soluções para favorecer a coesão social e nacional. Ora, a partir dos anos 1980, a França – como outros países europeus – redescobriu problemas similares. Desde o início dos anos 1990 não foi raro ouvir falar em uma “crise do laço social” e da necessidade de tecer novamente ou de reestabelecer o laço social. Como sintoma dessa crise, a pobreza tornou-se objeto de novas pesquisas. Enquanto ela era tradicionalmente ancorada no estudo das desigualdades de renda e das condições de vida, eu a apreendi sob um ângulo diferente, a fim de levar em

conta os efeitos da degradação da condição salarial, do aumento das populações que recebem assistência e para pôr em questão a integração social. Assim, a pobreza foi analisada sob o ângulo das relações de interdependência entre a categoria designada como “pobre” e o resto da sociedade. O conceito de desqualificação social permite, assim, repensar a questão social em um prolongamento do estudo durkheimiano sobre a divisão do trabalho e suas “formas anormais”.

Mas eu também me insiro em uma abordagem que pretende fazer o elo entre a sociologia e a política social. Também deste ponto de vista eu me sinto em perfeita conformidade com a postura intelectual de Durkheim. Sua ambição tinha como origem o sentido do engajamento a serviço da sociedade. Durkheim fundou a sociologia no contexto político da Terceira República e permaneceu marcado por ele durante toda sua vida. Ele não buscou dissimular esse engajamento. Sua sociologia pretendia, direta ou indiretamente, concorrer na busca de soluções, como ele deixa transparecer claramente em sua célebre declaração: “Nossas pesquisas não mereceriam sequer uma hora de esforço se elas devessem ter um interesse somente especulativo”³. Ele também dizia que “somos feitos para ajudar nossos contemporâneos a se reconhecerem nas suas ideias e nos seus sentimentos mais do que para governá-los”⁴. Essa postura do intelectual [*savant*] engajado que pretende contribuir para a mudança da sociedade fundando-se, antes de tudo, sobre os resultados de suas pesquisas, corresponde a uma ética da responsabilidade dentro da qual eu me reconheço, bem como muitos outros pesquisadores contemporâneos em ciências sociais. Logo, Durkheim não contentou-se em elaborar conceitos sociológicos. Ele participou de numerosos debates de seu tempo e até propôs mudanças políticas. O projeto de reforma das corporações [*corporations*], que em 1901 ele formulava no prefácio à segunda edição de sua tese, por exemplo, pode ser considerado como um dos fundamentos da sociedade salarial que constituiu-se ao longo de todo o século XX. De fato, ele ofereceu um conjunto de respostas para garantir a todos os trabalhadores um reconhecimento de seu *status*, de suas especificidades profissionais e de sua integração orgânica ao sistema social. Com a doutrina do solidarismo, que sabe-se ter sido formulada por Léon Bourgeois⁵ três anos após a publicação da tese de Durkheim, é a arquitetura de nosso Estado social que foi colocada teoricamente na passagem para o século XX, e que permitiu,

3 Ver prefácio à primeira edição de DURKHEIM, E. *De la division du travail social*, Paris, Félix Alcan, 1893, p. XXXIX.

4 DURKHEIM, E. *L'élite intellectuelle et la démocratie*, *Revue bleue*, 5e série, t. I, p. 705-706; e DURKHEIM, E, *La science sociale et l'action*, Paris, PUF, “Le sociologue”, 1970, p. 280.

5 A primeira formulação desta doutrina encontra-se na obra de 1896 de Léons Bourdeois: *Solidarité, Villeneuve d'Ascq, Presses du Septentrion*, 1998.

pouco a pouco, a implementação de um sistema de proteção social generalizado. Ora, é o desmantelamento dessa sociedade salarial que nas duas últimas décadas conduziu-nos a voltarmos aos escritos de Durkheim. É como se o retorno às fontes conceituais e teóricas de seu pensamento constituísse, para os sociólogos, um meio de melhor interpretar, por comparação e pondo em perspectiva, os problemas sociais deste começo de século e de refletir sobre as novas formas do laço social e sobre os projetos de reforma.

Durkheim foi para mim, e é até hoje, uma fonte permanente de inspiração, porque os objetos de estudo sobre os quais eu trabalhei remetiam diretamente às questões fundamentais da integração ou da desintegração das sociedades, o que ele já havia formulado de um ponto de vista sociológico. Não se tratava simplesmente de uma passagem obrigatória: ler e reler os grandes textos de Durkheim em momentos diferentes de minha carreira foi sempre muito estimulante e intelectualmente profícuo. Mas eu devo reconhecer que, na prática, os métodos que utilizei assinalam mais uma sociologia comprehensiva que tem sua origem em Max Weber. Minha primeira pesquisa era acima de tudo qualitativa e tratava das experiências vividas da pobreza. Em segundo lugar, nas comparações eu sempre adotei um procedimento de análise fundamentado na construção de tipos ideais. Meu livro “As Formas Elementares da Pobreza” me parece ser um bom exemplo do uso que eu pude fazer dessa metodologia. Por fim, eu devo à minha leitura de Simmel a definição sociológica da pobreza que eu retomei e adaptei em minha tese sobre *A Desqualificação Social*. Em outras palavras, se a influência de Durkheim é muito forte em meus trabalhos, ela não é a única. A sociologia alemã também tem neles um lugar importante.

Revista Plural Você mobiliza a teoria do vínculo⁶ que, no entanto, é sobretudo mobilizada pela psicologia, principalmente nos trabalhos de Bowlby. Como você passa dessa abordagem mais teórica a uma abordagem mais geral em uma perspectiva sociológica?

Serge Paugam O conceito de vínculo [*attachement*] é, de fato, conhecido principalmente no domínio da psiquiatria. Ele remete a uma teoria elaborada pelo psiquiatra John Bowlby na segunda metade do século XX para qualificar a marca

6 N.T. Na psicologia, a teoria de Bowlby é denominada *attachment theory* em inglês, ou *théorie de l'attachement* em francês. Foi traduzida ao português como “teoria do apego” ou “teoria da vinculação”. Já a teoria de Paugam, *théorie sociale de l'attachement*, que foi traduzida em inglês também como *attachment theory* foi traduzida em português como “teoria social do vínculo”. Assim, a proximidade nominal que há entre as duas teorias em inglês e em francês se perde em português, por questões de tradução.

[empreinte] durável da ligação original da criança com o adulto encarregado de lhe garantir segurança desde os primeiros meses de sua vida⁷. Essa teoria continua a inspirar numerosos trabalhos de pesquisa nesse domínio. No entanto, a noção de vínculo, como nós vimos, havia sido definida por Durkheim em uma perspectiva analítica diferente. O fundador da sociologia francesa via, de fato, no vínculo com os grupos uma das fontes da moral e portanto uma das condições da integração social. Então, esse conceito apresenta o interesse de ter conhecido um desenvolvimento tanto na psicologia quanto na sociologia e remete, simultaneamente, à constituição da personalidade individual, à formação dos grupos sociais e ao funcionamento normativo da sociedade global. Ele se refere a uma questão constitutiva da vida humana e contribui para enunciar tanto princípios gerais quanto explicações às variações observáveis no seio de cada sociedade e entre diferentes sociedades. Hoje me parece que se pode associar desenvolvimentos que foram realizados em disciplinas pouco habituadas ao diálogo entre si de acordo com problemáticas diferentes e considerar o vínculo não somente como um fato psicológico, mas sobretudo como um fato social total. Na verdade, sob este ângulo é possível fazer do vínculo o fundamento de uma teoria em ciências sociais.

Os sociólogos sabem que a vida em sociedade coloca todo ser humano, desde seu nascimento, em uma relação de interdependência com os outros, e que a solidariedade constitui, em todos os estados da socialização, a base do que se poderia chamar de *homo sociologicus*, o homem vinculado aos outros e à sociedade não somente para assegurar sua proteção diante dos riscos da vida, mas também para satisfazer sua necessidade vital de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem. No entanto, nas sociedades modernas há uma proporção importante de pessoas cujos laços que os vinculam aos outros e à sociedade são fracos, talvez mesmo inexistentes, em certos casos. Nos dias de hoje, o isolamento e a decomposição dos laços sociais constituem um fator essencial de desigualdade. Alguns estão protegidos disso, enquanto outros estão particularmente expostos. Mas quais são esses laços?

Na esteira de Durkheim, eu proponho a distinção entre quatro deles: o *laço de filiação*, no sentido de relações de parentesco; o *laço de participação eletiva*, no sentido de relações entre próximos escolhidos; o *laço de participação orgânica*, no sentido da solidariedade orgânica e da integração profissional; e o *laço*

7 Ver: BOWLBY, J. Apego e perda, Vol. 1. Apego: a natureza do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2002; BOWLBY, J. Apego e perda, Vol. 2. Separação: angústia e raiva. São Paulo: Martins Fontes, 1998; BOWLBY, J. Apego e Perda, Vol. 3. Perda: tristeza e depressão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

de cidadania, no sentido das relações de igualdade entre os membros de uma mesma comunidade política⁸. Cada um deles pode ser definido a partir de duas dimensões: proteção e reconhecimento. A proteção remete ao conjunto dos suportes que o indivíduo pode mobilizar diante dos riscos da vida – recursos familiais, comunitários, profissionais, sociais... –, e o reconhecimento remete à interação social que estimula o indivíduo ao lhe dar prova de sua existência e de sua valorização pelo olhar do outro ou dos outros. A expressão “contar com” [*compter sur*] resume muito bem o que o indivíduo pode esperar de sua relação com os outros e com as instituições em termos de proteção, enquanto a expressão “importar para” [*compter pour*] exprime a também tão vital expectativa de reconhecimento. O interesse que o conceito de reconhecimento suscita hoje, desde os trabalhos de Axel Honneth⁹, não deve eclipsar o conceito de proteção que foi fundamental para compreender as transformações do laço social ao longo de todo o século XX. Considerar os dois conceitos como complementares é tanto mais heurístico quanto mais eles permitem, um e outro, dar conta da fragilidade potencial dos laços sociais contemporâneos, a qual remete pelo menos tanto ao déficit de proteção quanto à recusa de reconhecimento.

Mas retornemos ao conceito de vínculo e à sua surpresa sobre o uso que eu faço dele, ampliando-o a partir de sua ancoragem atual no domínio da psicologia. Não há razão para opor a teoria psicológica à teoria sociológica do vínculo. A linguagem específica que elas utilizam não é em si um obstáculo, pois é possível traduzi-la e assim torná-la inteligível e significante para além das fronteiras disciplinares. Os psiquiatras e os psicólogos que fizeram do vínculo sua especialidade ou seu objeto de estudo reconhecem que o que se estabelece entre a criança e sua mãe desde o nascimento é muito fortemente dependente do ambiente social e cultural, isto é das condições de existência e dos eventos que marcam a primeira socialização. Quando eles insistem sobre a marca durável desse primeiro lugar e seu efeito sobre os outros, eles admitem também que esta marca pode enfraquecer-se com o tempo em função da trajetória específica do indivíduo e de seu vínculo a outros grupos sociais na idade adulta. Os sociólogos, por sua vez, fazem análises comparáveis. A noção de marca que os psicólogos reservam ao primeiro laço é estendida pelos sociólogos a outros laços, sabendo que todo indivíduo, no curso de sua socialização, interioriza as normas sociais – a moral que a elas se refere –

8 Uma definição mais completa desses laços está em PAUGAM, S. *Le lien social*, Paris, Presses Universitaires de France, col. “Que sais-je ?”, 2008, 4a edição atualizada, 2018.

9 Ver HONNETH, Alex. *La lutte pour la reconnaissance*, Paris, Ed. du Cerf, 2002 (1a edição em alemão, 1992).

próprias aos diferentes grupos que ele frequenta duravelmente, o que o conceito de *habitus*, sob acepções diversas mas convergentes, traduz de maneira genérica. Desde as pesquisas de Pierre Bourdieu sobre o *habitus*, os sociólogos insistem sobre a pluralidade da herança transmitida. A transmissão não é somente econômica, mas também cultural, no sentido dos saberes e dos hábitos cotidianos, e constitui as predisposições mais ou menos duráveis que atuarão ao longo de toda a vida. Trata-se portanto de uma combinação das marcas, aquela deixada pelo laço de filiação estando, de alguma maneira, prolongada por aquelas que deixam inevitavelmente os outros laços em função da especificidade da trajetória de cada indivíduo. Sobre esse ponto, o conceito de marca, dos psicólogos, e o de *habitus*, dos sociólogos, incluem semelhanças e constituem planos paralelos de construção facilmente traduzíveis e integráveis em um conjunto teórico mais amplo – trabalho que ainda está por fazer.

Revista Plural Você fala em regimes de vínculo. Você pode nos dizer o que entende por isso?

Serge Paugam Você tem razão. Uma elucidação sobre o que eu entendo por regime de vínculo se impõe. A tipologia dos laços sociais permite analisar como estes últimos são entrecruzados de maneira normativa em cada sociedade e como, a partir deste entrecruzamento específico, se elabora a regulação na vida social. Esta distinção corresponde, ao menos parcialmente, à distinção entre os dois conceitos de integração e de regulação. O primeiro remete à integração dos indivíduos à sociedade; o segundo, à integração *da* sociedade. Poderíamos prosseguir dizendo que a integração à sociedade é assegurada pelos laços sociais que os indivíduos esforçam-se em construir no curso de sua socialização, conformando-se às normas sociais em vigor, e que a regulação procede do entrecruzamento normativo desses laços sociais que permite a integração da sociedade como um todo. É no sentido dessa regulação social global que eu falo em regimes de vínculo. Um regime de vínculo tem como função produzir uma coerência normativa global a fim de permitir aos indivíduos e aos grupos fazerem sociedade, para além de suas diferenciações e rivalidades. Para fazer sociedade, segundo Durkheim, não é necessário que as representações coletivas estejam presentes em cada consciência individual, sendo a pluralidade considerada como uma das características fundamentais da sociedade moderna. Mas é importante que algumas delas sejam compartilhadas pela maioria, senão por todos. Estas últimas podem muito bem ser limitadas, uma única delas poderia mesmo bastar, mas elas devem então exercer uma autoridade sobre os indivíduos, se impor a eles, lhes

inspirar uma forma espontânea de respeito e de vínculo afetivo. É também nesse sentido que se pode falar em uma economia moral dos laços sociais. Essa noção remete à regulação que se opera no nível da sociedade em seu conjunto quando se trata de entrar em acordo, não sobre tudo, evidentemente – os conflitos são inevitáveis –, mas ao menos sobre um segmento da moral coletiva, de modo a assegurar a coerência da ordem normativa e assim permitir aos indivíduos tecerem laços sem precisarem opor-se uns aos outros e promoverem não somente sua integração social, mas também a da sociedade na qual eles vivem.

O desafio consiste em passar de uma tipologia dos laços sociais (no sentido do vínculo dos indivíduos a grupos) a uma tipologia dos regimes de vínculo (no sentido da regulação normativa dos laços sociais na sociedade moderna). Em cada regime de vínculo, os quatro tipos de laços podem ter uma função de integração e/ou uma função de regulação. Um laço integrador é um laço que vincula o indivíduo aos grupos, ao passo que um laço regulador tem uma função suplementar de tessitura, que consiste em produzir um conjunto de regras e de normas suscetíveis de traduzirem-se, por uma extensão de sua influência, aos *outros* laços, até inflectir em sua concepção normativa inicial. Ela gera valores e princípios de educação moral suscetíveis de se difundirem no conjunto da sociedade. Em outras palavras, um laço regulador é, de certa maneira, um laço preeminente.

A partir dessa definição preliminar, quatro tipos de regimes de vínculo podem ser definidos: o regime de tipo *familialista*, o regime de tipo *voluntarista*, o regime de tipo *organicista* e o regime de tipo *universalista*.

O regime de tipo *familialista* tem como principal característica o fato de ser regulado pelo laço de filiação – os outros laços de participação eletiva, de participação orgânica e de cidadania, assegurando uma função de integração. Ele se funda prioritariamente sobre a moral doméstica. O regime de tipo *voluntarista* é regulado pelo laço de participação eletiva – os outros laços de filiação, de participação orgânica e de cidadania são essencialmente integradores. Ele repousa sobre a moral associativa. O regime de tipo *organicista* repousa sobre a regulação do laço de participação orgânica, o qual se entrecruza com os laços integradores de filiação, de participação eletiva e de cidadania. Ele se nutre da moral profissional. Por fim, o regime de tipo *universalista* se regula a partir do laço de cidadania e abrange, por sua influência, os laços integradores de filiação, de participação eletiva e de participação orgânica. Ele extrai toda sua força da moral cívica.

De qual regime de vínculo se aproxima tal ou qual sociedade? Para responder a isso, é necessário investigar, nas diferentes etapas de sua história e nas raízes antropológicas de seu desenvolvimento, o que constituiu sua tessitura específica.

Isso implica em um trabalho aprofundado que trate essencialmente da constituição das normas e do estudo de suas evoluções.

Revista Plural *Alguns poderiam lhe dirigir críticas apontando para uma leitura um pouco evolucionista, ou ainda determinista. Isso está presente em Durkheim? Quais são os desafios metodológicos dessa abordagem?*

Serge Paugam A análise desses diferentes regimes de vínculo, que um estudo comparatista das sociedades modernas conduz a aprofundar sempre mais, permite salientar simultaneamente a fecundidade e o necessário prolongamento da abordagem analítica de Durkheim. Essa tipologia revela uma construção ideal-típica no sentido weberiano: ela não tem como função classificar de maneira estática todas as sociedades mas, ao contrário, determinar de maneira dinâmica os fatores que as conduzem a estarem próximas em um dado momento de sua história de tal ou qual tipo. É nesse sentido que esse raciocínio ideal-típico pode ajudar a compreender melhor as dinâmicas de mudança. Um país próximo de um tipo pode conhecer transformações que o conduzem a se destacar dele progressivamente e a se aproximar de um outro. Além disso, se o âmbito nacional se impõe para que se efetue esse tipo de comparação, de forma alguma ele impede que se leve em conta as variações regionais ou locais observáveis no interior de um país, sobretudo quando elas parecem particularmente significativas. Este raciocínio teórico aumenta, enfim, a possibilidade de interpretar as tensões e os conflitos que trabalham todas as sociedades e as obrigam a lançar um olhar sobre si próprias e sobre os laços que vinculam entre si os indivíduos que dela fazem parte. De forma alguma se trata de uma abordagem evolucionista e determinista. A realidade é complexa e demanda instrumentos precisos para apreendê-la de maneira aprofundada, justamente para evitar toda abordagem globalizante e simplista.

Revista Plural *Que tipo de conclusões podem ser tiradas das pesquisas realizadas? Os dados empíricos permitem estabelecer correlações entre regimes de vínculos e indicadores socioeconômicos, por exemplo?*

Serge Paugam O trabalho consistiu na construção de indicadores estatísticos para medir esses regimes e comparar diferentes países, tentando verificar se eles estão mais próximos de um regime ou de outro. Devemos enfatizar o propósito desta abordagem. É perfeitamente possível que alguns países não possam ser facilmente identificados a um regime específico. Neste caso, o trabalho não é desconsiderar este país, mas investigar por que sua configuração em termos de ví-

culos é mais complexa que outras, e por que merece atenção especial. Este é o exercício que propus empreender construindo relações com colegas estrangeiros, tanto na Europa quanto na América do Norte e do Sul e na Ásia.

Notemos também que os indicadores construídos são inevitavelmente instrumentos grosseiros, mobilizados sobretudo por falta de fontes mais adequadas. A ideia é chegar o mais perto possível do rigor de uma definição conceitual, sem perder de vista que uma medida é quase sempre uma aproximação e, consequentemente, um compromisso com a realidade que se aceita dadas as necessidades da verificação empírica.

Para definir o laço de filiação, escolhemos quatro indicadores: 1) a proporção de jovens adultos de 25 a 34 anos que moram com um ou outro dos pais (pai ou mãe); 2) a proporção de pessoas desempregadas da mesma idade que também moram com um ou outro dos pais; 3) a proporção de pessoas com 75 anos ou mais vivendo com pelo menos um dos filhos; 4) a proporção de pessoas com 75 anos ou mais vivendo em um lar de mais de duas pessoas. Esses quatro indicadores baseiam-se, portanto, na solidariedade que se exerce dentro do lar na forma de coabitação intergeracional.

Para definir o laço de participação eletiva, escolhemos dois indicadores: 1) a proporção de membros ativos de uma associação humanitária; 2) a proporção de pessoas que fizeram uma doação para uma instituição de caridade no último mês. Ambos expressam solidariedade ativa com pessoas em dificuldade por meio do voluntariado e da filantropia. Este tipo de solidariedade não se opõe, em princípio, à solidariedade que ocorre através do sistema de proteção social, mas pode ser motivado por uma atitude voluntarista enraizada em uma concepção desconfiada do interventionismo estatal na área da proteção social.

Para definir o laço de participação orgânica, privilegiamos um indicador: a proporção de empregos abrangidos por um acordo coletivo. Este indicador expressa a solidariedade definida de acordo com a proteção oferecida pelo *status* do emprego e, portanto, das garantias de que dispõem os trabalhadores assalariados em relação a seu futuro. Esse tipo de garantia é a base do que geralmente é chamado de sociedade salarial. Para refinar este indicador, levamos em conta a proporção de empregos informais em cada um dos países considerados, já que os acordos coletivos se aplicam apenas aos empregos formais.

O laço de cidadania poderia ser apreendido por indicadores relacionados aos direitos e deveres: o sentimento, por parte do indivíduo, de que seus direitos são respeitados, o fato de se interessar pelos assuntos de seu país. Infelizmente, em vários países esses indicadores raramente estão disponíveis de maneira sistemática.

Além disso, é difícil levar em conta, numa perspectiva comparativa, indicadores objetivos como a participação dos eleitores, porque o sistema eleitoral é diferente de um país para outro – em alguns países, como o Brasil, o voto é obrigatório – e porque essa participação varia fortemente em cada país de uma eleição para outra, de um ano para o outro, de acordo com parâmetros múltiplos dificilmente controláveis. Para definir o laço de cidadania, escolhemos dois indicadores: 1) a proporção de pessoas que dizem confiar nas pessoas; 2) a proporção de pessoas que afirmam ter confiança no sistema judicial do seu país. Esses dois indicadores expressam uma alta concepção de cidadania na qual todos os membros da sociedade compartilhariam valores comuns, respeitariam as instituições que os representam, especialmente aqueles que estão sujeitos à justiça, e aceitariam o princípio da igualdade em relação aos direitos, mas também nas relações sociais. Nós construímos a hipótese de que se as pessoas confiam umas nas outras, é porque elas não sentem seus direitos ameaçados. E se confiam no sistema judicial, é também porque sabem que podem contar com as instituições de seu país e que, portanto, são tratadas como cidadãs, com direitos iguais perante a justiça.

Este trabalho apresentava vários desafios: verificar a existência de fontes estatísticas apropriadas, selecionar indicadores para cada um dos tipos de laços sociais, calcular índices e agrupá-los em índices sintéticos, comparar estes índices entre si e analisar as principais variações nacionais, mas também regionais em alguns países, como a Suíça, o Brasil ou os Estados Unidos. Estes desafios foram superados, pois conseguimos identificar os diferentes tipos de regimes de vínculos dos quais os países mais se aproximam. Ao fazê-lo, pudemos contribuir para redefinir sociologicamente as formas de solidariedade em vários países de diferentes continentes.

Este trabalho deve, no entanto, ser considerado como uma etapa de um programa maior que ainda está por fazer. Estou bem ciente de que os indicadores desenvolvidos permanecem grosseiros e dependem dos bancos de dados disponíveis. A análise pode ser prolongada pelo cruzamento de outras fontes, inclusive em escalas locais ou regionais mais refinadas. Uma vez estabelecido o enquadramento, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, resta interpretar os determinantes econômicos, sociais e políticos desses diferentes regimes de vínculos. Alguns estão relacionados à história e à antropologia e requerem um trabalho qualitativo de compilação de várias fontes. Mas esses determinantes também podem ser estudados do ponto de vista estatístico, comparando os índices que definimos com outros indicadores e desenvolvendo modelos estatísticos para explicar mais detalhadamente suas lógicas próprias.

Na etapa em que nos encontramos, entre outros resultados importantes, é preciso salientar a confirmação da hipótese de que os laços sociais são mobilizados e regulados de maneira contrastante nas sociedades. Os países se distinguem uns dos outros pela importância que dão a cada tipo de laço. Nenhum deles se destaca em todos os tipos de laços sociais ao mesmo tempo. Em outras palavras, a força de alguns desses laços leva à fraqueza de outros. Este é particularmente o caso do laço de filiação. A importância que este assume em uma determinada sociedade implica a fragilidade de outros, particularmente o laço de cidadania (existe uma correlação negativa entre estes dois tipos de ligações independentemente do país considerado, o que significa que o regime familialista é oposto ao regime universalista). Em uma sociedade em que o laço de filiação é forte, os indivíduos têm tanto mais expectativas e atenção para seus parentes na esfera familiar que têm uma maior desconfiança em relação às instituições de seus países e às pessoas que não conhecem. Isso significa que eles preferem, nas palavras de Durkheim, uma solidariedade mecânica, baseada no conhecimento face a face [*interconnais-sance*] e na semelhança, a uma solidariedade mais ampla, seja ela eletiva, orgânica ou universal. Contrariamente, nas sociedades que se singularizam pela força do laço de cidadania ou pelo laço de participação orgânica, os indivíduos sentem-se menos engajados na esfera familiar por obrigações de solidariedade direta com seus próximos. Isso não significa que eles tenham relações menos profundas ou menos afetivas com os membros da família, mas que eles se referem a uma economia moral do vínculo em que a autonomia de cada pessoa é elevada à categoria de norma social.

A confirmação empírica dos regimes de vínculos no nível nacional não deve conduzir ao segundo plano a verificação da possibilidade de variações regionais dentro de um país. O caso da Suíça é um bom exemplo. A região do Ticino (onde o italiano é a língua usual) parece corresponder a um regime de vínculos distinto de outras regiões suíças. Claramente mais familialista do que as outras, o que se deve, sem dúvida, à manutenção de uma marca duradoura de um *habitus* influenciado pelos modos de socialização em vigor nos países do Mediterrâneo, particularmente na Itália. Isto torna possível verificar ao mesmo tempo a proposta de Durkheim de que é a interação regular de pessoas reunidas no mesmo grupo que está na origem da moral e que orienta o modo legítimo de conviver, e não o oposto.

Revista Plural *Como isso se aplicaria à sociedade brasileira? Aliás, tratando-se de regimes de vínculos, podemos falar de uma sociedade brasileira?*

Serge Paugam Com Nadya Araujo Guimarães, tive o prazer de organizar no mês

de agosto de 2018, um seminário na USP intitulado “Desigualdade, solidariedade e vínculos. A sociedade brasileira em perspectiva comparativa”. Convidamos alguns de nossos doutorandos e pesquisadores interessados no tema. Foi uma experiência muito boa em que pudemos ver diferentes perspectivas sobre a sociedade brasileira tanto globalmente (em comparação a outros países) quanto em sua diversidade regional.

Paralelamente, e no âmbito da preparação deste seminário, Nadya e eu, com a colaboração de Ian Prates, pudemos verificar a possibilidade de criar para o Brasil os mesmos indicadores usados em outros países, na Europa e na América do Norte. Mas também conseguimos analisar, a partir desses indicadores, as variações temporais e regionais no Brasil, o que permite análises mais detalhadas tanto da dinâmica da mudança quanto das especificidades das principais regiões. A nível nacional, não há dúvida de que o Brasil está próximo de um regime familialista – como também é o caso do Chile. O Brasil apresenta traços característicos dos países mediterrâneos, mas ainda há variações importantes de uma região para outra e evoluções relacionadas à situação econômica e política. Todo este trabalho deve nos permitir entender melhor o que faz tanto a unidade quanto a diversidade da sociedade brasileira a partir dos laços sociais que até agora não haviam sido estudados a partir desta perspectiva analítica.

Revista Plural Seus temas de pesquisa tratam das distintas formas de vinculação do indivíduo à sociedade sem, no entanto, salientar a dinâmica propriamente conflituosa do mundo social. Ao falar de laços sociais, estão excluídas da análise as desigualdades e a luta de classes?

Serge Paugam Ao contrário, torna-se possível analisar os laços sociais como um fator essencial de desigualdade e que é, muitas vezes, subestimado. Na realidade, o que vincula os indivíduos uns aos outros e à sociedade é profundamente desigual. Um livro elaborado sob minha direção dentro da *Équipe de Recherches sur les Inégalités Sociales* (ERIS) do *Centre Maurice Halbwachs* (CMH) faz parte dessa perspectiva. Ao intitular este livro de *A Integração Desigual*, seus autores pretendem explorar a relação entre os fracassos contemporâneos do sistema de integração e a produção de desigualdades¹⁰. Mantendo-se na tradição durkheimiana, eles pretendem explorar, mais do que provavelmente pretendia o próprio Durkheim, fundações desiguais da integração e os limites dos modos de regula-

10 Ver PAUGAM, S. (org.), *L'intégration inégale. Force, fragilité et rupture des liens sociaux*, Paris Presses Universitaires de France, col. “Le lien social”, 2014.

ção dessas desigualdades específicas. Eles pretendem também contribuir para a renovação do olhar sobre a estratificação social partindo da hipótese de que não somente os capitais econômico e cultural são distribuídos de forma injusta, mas que os laços que vinculam os indivíduos a grupos e à sociedade são de força e de intensidade muito desiguais.

Este livro pretende também enfatizar que as políticas contra os efeitos deletérios da desintegração às vezes tendem, paradoxalmente, a aumentar a visibilidade de categorias consideradas “desintegradas” ou susceptíveis de o serem e por isso consagram o processo da desqualificação social destas categorias. Enfim, longe de se concentrar exclusivamente nas classes pobres, ele considera o sistema social como um todo, levando em conta a forma como as classes média e alta tentam se proteger da proximidade dos pobres e dos “excluídos” e da ameaça que estas categorias exercem sobre o seu bem-estar.

As desigualdades são apreendidas a partir de uma leitura tanto da fragilidade intrínseca desses quatro tipos de laços sociais (apresentados acima) quanto da fragilização acrescida devido ao entrecruzamento entre eles. Em outras palavras, as desigualdades são apreendidas tanto na luta empreendida pelos grupos sociais pela “distribuição dos benefícios” quanto nas falhas do próprio processo de integração social. Nós estudamos os fatores sociais que contribuem para hierarquizar a população ao longo de um *continuum* entre dois polos extremos: o da força cumulativa de quatro tipos de laços sociais que predispõe a uma integração social estabilizada e o da fraqueza cumulativa desses laços, ou mesmo a ruptura de alguns deles, o que resulta em falta de proteção e recusa de reconhecimento. Neste polo de fraqueza cumulativa de laços, existem formas de resistência à desqualificação social. Diante do esgotamento do laço de participação orgânica e do laço de cidadania, a compensação é frequentemente buscada nos recursos potenciais do laço de participação eletiva, aquele que ainda pode ser mobilizado nas relações comunitárias, muitas vezes organizadas a partir do bairro de residência. A conflitualidade se desenvolve em um contexto de rompimento dos coletivos tradicionais e funda-se sobre formas de expressão mais espontâneas e mais violentas.

Embora seja baseado em laços sociais, a abordagem analítica que adotamos neste livro afasta-se bastante dos trabalhos clássicos conduzidos na sociologia das redes sobre a força dos laços fracos. Para Granovetter, “a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, a intensidade emocional, a intimidade (confiança mútua) e os serviços recíprocos que caracte-

rizam esse laço”¹¹. Para nós, a força de um laço deve ser avaliada diferentemente de acordo com cada tipo de laço, pois cada um deles se refere a um sistema normativo específico. A força é medida não apenas em um relacionamento interpessoal, mas no vínculo ao sistema social que possibilita ou não um conjunto de relações interpessoais em distintas esferas normativas. O laço, como o entendemos, é um laço no sentido durkheimiano de vínculo à sociedade, o que implica levar em conta o sistema normativo em que ele se funda, fazendo a hipótese de que os indivíduos estão mais ou menos constrangidos a se conformarem a este último para serem integrados. No laço de filiação, por exemplo, estuda-se, é verdade, a relação entre pais e filhos, mas em relação às normas que enquadram esse laço em uma determinada sociedade, sabendo que a filiação pode assumir diferentes formas de uma sociedade para outra. No laço de participação orgânica, estuda-se a relação entre os agentes que participam da vida profissional, sabendo que essa relação é avaliada diferentemente conforme trate-se de uma sociedade salarial efetiva ou de uma sociedade salarial incompleta, de uma sociedade salarial em crise ou de uma sociedade salarial em expansão. Granovetter não faz esse tipo de pergunta. Ele estuda as relações interpessoais de uma maneira geral, sem distinguir as esferas normativas em que esses laços ocorrem, sem distinguir os diferentes tipos de laços. A teoria das redes distingue-se da teoria do vínculo e dos laços sociais à qual nos referimos.

Um laço é forte quando permite ao indivíduo proteger-se contra os riscos da vida e satisfazer sua necessidade vital de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto humano. No entanto, é em referência às normas sociais em vigor que o indivíduo pode, através do laço, assegurar sua proteção e reconhecimento. No mundo do trabalho, por exemplo, um conjunto de relações interpessoais entre colegas, fraco no sentido de Granovetter, pode, no entanto, resultar em um forte laço de participação orgânica. O indivíduo pode ter relações perfeitamente instrumentais e não emocionais com seus colegas e, ainda assim, sentir-se particularmente integrado ao grupo de trabalho, à empresa e aos padrões da sociedade salarial. O laço de participação orgânica não implica que os indivíduos que trabalham se amem. Um mínimo de confiança é necessário, mas a intimidade não é uma condição da integração profissional.

A abordagem consiste em buscar a força da integração no entrecruzamento dos quatro tipos de laços, os quais, como vimos, referem-se a diferentes sistemas

11 Ver GRANNOVETER, Mark. *The Strength of Weak Ties*, *American Journal of Sociology*, 1973, vol. 78, nº4, 1973, p. 1360-1380.

normativos que os indivíduos devem esforçar-se para respeitar, mesmo que, em determinadas circunstâncias históricas, as condições não estejam plenamente reunidas para que eles possam fazê-lo plenamente e facilmente. Nem todos os indivíduos herdam os mesmos benefícios de laço de filiação e não conseguem manter esse laço durante todo o ciclo de vida. Nem todos os indivíduos têm os mesmos trunfos para desenvolver laços eletivos regulares e diversificados. Tampouco a norma do emprego assalariado estável é acessível a todos, e os indivíduos não são todos tratados de maneira perfeitamente igual pelas instituições que mantêm o laço de cidadania. Em outras palavras, partindo desses quatro tipos de laços sociais, é possível evidenciar as desigualdades de integração às quais eles remetem de maneira quase inevitável.

Revista Plural Você também publicou em francês um livro, *O Que os Ricos Pensam dos Pobres*, que inclui entrevistas com pessoas ricas que vivem em bairros privilegiados em Paris, Dehli e São Paulo. Você poderia nos falar um pouco sobre esse trabalho?

Serge Paugam Este trabalho, em colaboração com Bruno Cousin, Camila Giorgetti e Jules Naudet é fruto de uma grande pesquisa recente sobre a percepção da pobreza e da desigualdade no bairros ricos de três grandes cidades: Paris, São Paulo e Delhi¹². A partir dos principais resultados, o livro tenta analisar, a partir de entrevistas aprofundadas¹³, como os habitantes dos bairros ricos mais segregados vêm a justificar suas práticas de autossegregação no tecido urbano e suas estratégias de evitamento de categorias sociais inferiores.

Esta pesquisa nos levou a explorar as dimensões contemporâneas da discriminação contra os pobres. Perguntando às pessoas nesses guetos de opulência o que eles pensam da pobreza e, mais geralmente, da desigualdade, estamos bem conscientes de ter causado, de forma quase experimental, as mais fortes reações em relação à alteridade. Tratava-se, de certa forma, de fazer sobressair, como por meio de uma lupa, o que o cotidiano nem sempre revela diretamente. Ao viverem voltados para si mesmos, os ricos não falam espontaneamente sobre os pobres e às vezes não os vêem. No entanto, suas práticas autossegregativas podem ser a

12 Ver PAUGAM, Serge; COUSIN, Bruno; GIORGETTI, Camila; NAUDET, Jules. *Ce que les riches pensent des pauvres*, Paris, Seuil, 2017.

13 80 entrevistas foram realizadas em cada metrópole, constituindo um total de 240. Essas entrevistas foram realizadas a domicílio nos 12 bairros selecionados (quatro por metrópole). Esse tipo de pesquisa apresenta um caráter inovador. As entrevistas na metrópole de São Paulo foram realizadas no Morumbi, nos Jardins, em Higienópolis e em Alphaville.

expressão de uma disposição mais ou menos determinada de se desvincilar da presença dos pobres em sua cercanía.

Como a segregação espacial em muitas grandes cidades aumentou nos últimos anos, principalmente devido à concentração de riqueza em alguns bairros, fazia sentido partir destes últimos para entender a realidade da relação que os ricos têm com os pobres e assim questionar o que torna possível ou, ao contrário, o que entra na solidariedade entre esses dois grupos situados nos dois extremos da escala social. Pudemos revelar sucessivamente o que motiva os ricos a produzirem uma fronteira moral entre eles e o mundo exterior, o que os leva a experimentar um sentimento de repulsa física no contato com os pobres, e que os permite justificar sua superioridade social e neutralizar a compaixão aos mais desfavorecidos. Essas três dimensões constituem o que chamamos de tríptico da discriminação. O fato de isto ser verificado de várias formas em cada metrópole já é um primeiro resultado importante. Estamos lidando aqui com um mecanismo sociológico que estrutura as relações sociais entre ricos e pobres e que pode levar a formas radicais de separatismo social. Trata-se, portanto, de uma estrutura analítica relevante para pensar o funcionamento e a dinâmica das sociedades modernas diante desse risco potencial.

Em muitos aspectos, o que estabelecemos pode figurar na continuidade de estudos históricos sobre esse tema. Os excertos de entrevistas que publicamos neste livro confirmam formas de distanciamento dos pobres que eram comuns no século XIX. Essa notável semelhança entre as representações do passado e do presente pode reforçar a ideia de que existe uma continuidade histórica nas formas de evitamento dos pobres pelos ricos. A realidade, no entanto, é mais complexa. Não há uma representação única da pobreza que possa impor-se de maneira homogênea. A questão da pobreza remete, na França, a uma tradição republicana de solidariedade, que não existe nessa forma e nessa retórica no Brasil e na Índia. O próprio termo solidariedade é, nestes países, usado com menos frequência e não tem o mesmo significado. As pessoas que entrevistamos em Paris estão, pelo menos em parte, imbuídas dessa ideologia republicana e internalizaram os limites do que podem revelar de sua visão dos pobres sem se expor a uma correção [*appel à l'ordre*] pelos atores que mantêm a consciência solidarista (igrejas, movimentos de caridade, sindicatos, partidos políticos, representantes de causas humanitárias, etc.). A percepção da pobreza pelos ricos, portanto, não é imutável historicamente nem invariável conforme os lugares. Se o risco de desprezo e de distanciamento dos pobres é verificado nas três metrópoles de nossa pesquisa, ele não o é nas mesmas

proporções. As variações observadas e analisadas neste livro são pelo menos tão importantes em termos de resultados quanto as formas estruturais comuns.

Quando as três dimensões do processo de discriminação contra os pobres pelos ricos se reforçam mutuamente, as condições para o recalcamento da solidariedade são satisfeitas. É realmente difícil falar de complementaridade entre os indivíduos de uma sociedade e pensar em termos de coesão social quando a fronteira moral entre os ricos e os pobres se alimenta de uma vontade de cisão baseada no espectro da sujeira e da contaminação, e se baseia em uma retórica de justificação da pobreza e da desigualdade. Essas condições são muito mais comuns na metrópole de São Paulo e Nova Deli do que na metrópole parisiense.

Para interpretar essas variações, no último capítulo recorremos à teoria dos vínculos. O processo de naturalização da pobreza e a reprodução de uma ordem social desigual são mais frequentemente associados com o que chamamos de um regime familialista, isto é, um sistema em que o quadro normativo de solidariedade repousa, de forma preeminente, no vínculo de filiação e na moral doméstica. Este regime favorece a satisfação dos interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos e a desconfiança em relação às instituições públicas, incluindo aquelas destinadas a promover a coesão social ou reduzir a pobreza. As entrevistas realizadas em São Paulo e Déli se enquadraram nesse tipo de configuração.

A articulação dos tons argumentativos da discriminação dos pobres não é tão sistemática nas entrevistas realizadas em Paris. O caráter indesejável dos pobres é, neste último caso, menos racionalizado e os modos de justificar a pobreza baseiam-se mais na noção de mérito dos ricos do que na preguiça ou na natureza indolente dos pobres. Acima de tudo, o discurso sobre a pobreza não se presta a um questionamento fundamental dos princípios solidaristas, os quais se articulam, inclusive com certa frequencia, com o elitismo republicano e com a busca da excelência, notadamente pelo investimento no sucesso escolar de seus filhos. Trata-se de uma vitimização controlada dos pobres que conseguimos aproximar do regime organizista, que se baseia na preeminência do laço de participação orgânica e da moral profissional sobre outros tipos de laços. Essa percepção, que integra a pobreza na sociedade ainda que atribuindo aos pobres um *status* inferior e desqualificado, não é acompanhada de um recalcamento da solidariedade; ela torna possível, em dez disso, uma solidariedade à distância. Nessa configuração, os pobres não estão imunes a formas recorrentes de desprezo ou vexação. O desemprego de que muitas vezes são objeto é geralmente estigmatizado e os desempregados de longa duração são frequentemente suspeitos de se aproveitarem do assistencialismo.

Estudar de maneira comparativa o que os ricos pensam dos pobres nos esclarece no que diz respeito às principais formas de discriminação contra os pobres em vigor nas sociedades modernas, mas também sobre os obstáculos à solidariedade entre esses dois grupos sociais opostos em termos de padrão de vida. Em sua primeira lição dada em 1888 em Bordeaux, em seu curso de ciências sociais, Émile Durkheim afirmou que a principal tarefa da sociologia era restaurar as ideias de solidariedade. Apesar do quadro limitado da investigação que conduzimos, podemos ter contribuído, pelo menos indiretamente, para este projeto do fundador da sociologia francesa, mostrando as diferenças persistentes entre essa realidade antropológica da solidariedade nas sociedades modernas e a consciência – limitada – que dela podem ter os mais ricos.

Revista Plural *Em seus trabalhos, você mobilizou estudos quantitativos e qualitativos, bem como níveis macro, meso e micro, e realizou comparações em nível internacional¹⁴. O que finalmente caracteriza sua maneira de fazer sociologia é esse cruzamento de vários métodos e várias escalas? Aliás, você também coordenou um livro¹⁵ que mostra um pouco das facetas dessa abordagem sociológica. Essa é uma postura que você aconselha aos sociólogos?*

Serge Paugam Percebo que muitos sociólogos se especializam em um método e nunca fazem uso de outros. Há, por vezes, disputas entre os adeptos inabaláveis desta ou daquela abordagem, cada um deles convencido de que a sua escolha metodológica é melhor e mais interessante que as outras. Isto é frequentemente o que acontece entre “quantitativistas” e “qualitativistas”, os primeiros culpam os segundos pela sua falta de rigor, ou ainda sua abordagem literária do social, e, vice-versa, a segunda replica à primeira que os seus indicadores estatísticos são grosseiros e simplistas e que sua demonstração não leva suficientemente em conta a natureza frequentemente enviesada dos dados que usam. Essas visões são caricaturais. Na sociologia, não há metodologia infalível. Cada uma delas tem vantagens e limitações, e a escolha que devemos fazer depende principalmente do objeto de estudo. No meu trabalho, experimentei várias e muitas vezes articulei na mesma pesquisa uma abordagem quantitativa e qualitativa. E incentivo enfaticamente meus alunos a se qualificarem em vários métodos para

14 Ver PAUGAM, S. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. col. “Le lien social”, 3a edição atualizada. Paris: Ed. PUF, 2013.

15 Ver PAUGAM, S. (org.). *L'enquête sociologique*, Paris, Presses Universitaires de France, col. “Quadrigé-manuels”, 2010 (traduzido para o português: *A pesquisa Sociológica*, São Paulo, Vozes Editora, 2015).

que, assim que se fizer necessário, possam fazer a escolha mais apropriada. O livro *A Pesquisa Sociológica*, que coordenei, reflete essa ambição pedagógica de dar aos estudantes da sociologia as bases do trabalho sociológico, detalhando todos os seus passos sucessivos e descrevendo-o na pluralidade de suas formas. Ele foi preparado quando eu era responsável pela formação sociológica na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) e decidimos coletivamente dar aos alunos a formação metodológica mais completa possível. No meu trabalho, também atribuo grande importância à comparação internacional e à inclusão de diferentes escalas (nacionais, regionais e locais), o que às vezes implica novas experiências metodológicas de acordo com as questões que colocamos. No seminário semanal que ofereço na EHESS no âmbito da cátedra “Sociologia das Desigualdades e Rupturas Sociais”, tenho a sorte de orientar trabalhos de estudantes de vários países (Europa, Ásia, Américas do Norte e Sul) e que trabalham com diferentes áreas culturais, o que permite comparações muito estimulantes.

Revista Plural *Nos últimos anos, há uma renovação [renouveau] dos estudos sobre Durkheim. Você pode explicar quais são as razões disto? Essa renovação é visível também no Brasil?*

Serge Paugam Há cerca de vinte anos, estamos testemunhando de fato uma renovação dos estudos sobre Durkheim. Esse movimento começou com a comemoração do centenário do surgimento da maioria de seus trabalhos com novos livros ou edições de periódicos. A pesquisa sobre Durkheim e suas obras também é perceptível também internacionalmente. Um centro de pesquisa, o *British Center for Durkheimian Studies*, inteiramente dedicado ao estudo de Émile Durkheim, foi fundado em Oxford em 1991. Desde 1995, este centro publica, anualmente, a revista *Durkheimian Studies/Études durkheimiennes*. Todos os livros de Durkheim são regularmente reeditados e enriquecidos com novos prefácios ou introduções. Também vale a pena mencionar a publicação da monumental biografia de Durkheim por Marcel Fournier, em 2007, e traduzida para o inglês em 2012. Émile Durkheim não é mais apenas o ponto de referência obrigatório para sociólogos e professores de sociologia. É um clássico renovado [*réinvesti*] e cada vez mais no centro dos debates contemporâneos sobre os fundamentos das sociedades modernas.

Como podemos entender essa retomada de interesse? A primeira explicação provavelmente está no que pode ser chamado um pouco paradoxalmente da similaridade dos contextos. No final do século XIX, Durkheim era sensível ao risco de desintegração e desregulamentação da sociedade de seu tempo. Ora, a última

década do século XX foi também a da redescoberta de problemas semelhantes. A segunda explicação tem a ver com a postura intelectual do fundador da sociologia francesa. Sua ambição era ser útil à sociedade, o que correspondia perfeitamente ao espírito dos republicanos do final do século XIX. Tudo ocorre como se um retorno às fontes conceituais e teóricas de seu pensamento fosse, para os sociólogos e filósofos de hoje, uma maneira de melhor interpretar, por comparação e distanciamento [*mise en perspective*], os problemas sociais deste início do século e de refletir sobre novas formas do laço social e projetos de reforma. Por fim, podemos ver na releitura contemporânea de Durkheim o efeito do cruzamento cada vez mais frequente das disciplinas das ciências sociais. Essa renovação não concerne apenas aos sociólogos. É visível nas publicações de cientistas políticos e filósofos, que agora organizam regularmente seminários sobre o pensamento de Durkheim, que convidam sociólogos a se juntarem à sua reflexão. Embora Durkheim tenha travado uma luta feroz para fazer a Universidade reconhecer a sociologia como uma ciência positiva autônoma, é, pelo menos em parte e paradoxalmente, à abertura [*décloisonnement*] dessa disciplina que devemos a releitura cruzada de seus textos fundadores. A sociologia é agora reconhecida e sua durabilidade, assegurada; os próprios sociólogos, embora sensíveis à tradição de sua disciplina, não precisam mais, como Durkheim, conduzir uma luta de fronteira. Eles podem, ao contrário, dialogar com disciplinas vizinhas e se alimentar desse diálogo para renovar suas abordagens teóricas e empíricas. Filósofos e cientistas políticos também parecem se beneficiar dessa abertura, que sem dúvida contribui para o futuro das ciências sociais no século XXI. A publicação recente de uma edição inteiramente dedicada a ele na *Revue Internationale de Philosophie* é um exemplo notável.

Esse movimento é visível no Brasil? Márcio de Oliveira e Raquel Weiss, sociólogos brasileiros - respectivamente professor da Universidade Federal do Paraná e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - mostraram em um artigo recente como a carreira de Durkheim tem sido marcada por representações bastante negativas¹⁶. Considerado por muitos como um sociólogo conservador e positivista, os brasileiros muitas vezes o contrastaram de maneira caricatural e pouco favorável com Karl Marx e Max Weber. Qualificar Durkheim desta forma é um erro de julgamento feito por aqueles que não concederam o tempo necessário para uma leitura minuciosa e que não reconhecem o compromisso republicano de Durkheim, particularmente ao lado de Jaurès e dos progressistas de seu tempo.

16 OLIVEIRA, Márcio de; WEISS, Raquel. *Vers un renouveau durkheimien au Brésil*, *Sociologie*, nº3, vol 8, 2017, p. 321-330.

Dos grandes clássicos, Durkheim é o que menos inspirou pesquisas teóricas e empíricas no Brasil. Observa-se, no entanto, há vinte anos, um início de reversão desta imagem negativa, abundante retomada das pesquisas sobre Durkheim, um movimento do qual faz parte a criação, em 2012, do Centro Brasileiro de Estudos Durkheimianos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que abre novas perspectivas para as gerações futuras. Notemos também que a revista *Sociologias* publicou recentemente uma edição especial dedicada a Durkheim. Por fim, o congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Brasília em 2017, organizou uma mesa redonda intitulada “Cem anos sem Durkheim”, que suscitou grande interesse, o que parece confirmar a tendência que nós observamos a nível internacional. Isso me alegra muito e espero contribuir para este movimento através do meu trabalho sobre desigualdades e laços sociais no Brasil e em outros países.

■ TRADUÇÃO

A noção de campo de uma perspectiva transnacional¹: A teoria da diferenciação social sob o prisma da história global²

*The notion of field from a transnational perspective:
The theory of social differentiation under the prism of global history*

Gisèle Sapiro^a

Traduzido por Marcello G. P. Stella^b

“A noção de campo supera o historicismo sem recair no essencialismo”. Pierre Bourdieu no seminário “Campo, tipologia e limites dos campos”, 11 de maio de 1973.

A crítica do “nacionalismo metodológico”³ e o desenvolvimento de abordagens transnacionais questionaram a pertinência do Estado-nação como unidade de pesquisa. Ainda mais quando processos observados no seio dos Estados-nação resultem de interações com outras sociedades e que, aparentemente, a existência de elementos semelhantes em culturas diferentes seja, comumente, o produto da circulação de modelos e de trocas, mais do que o resultado de causas comparáveis (quando não se trata de uma herança comum). O conceito de “campo” é afetado por essa mudança de perspectiva do nacional para o transnacional? Em qual aspecto? Esta é a questão central desta reflexão ainda provisória.⁴

Apesar do conceito de campo ser geralmente empregado em quadros nacionais e de pesquisadores que abordam objetos transnacionais e internacionais renunciarem ao seu uso, prescindindo dele pelo menos restritivo “espaço”, em nenhum

1 A autora e o tradutor agradecem o apoio para a feitura da tradução dos professores Afrânio Garcia Jr., Luiz Carlos Jackson e Sérgio Miceli.

2 Referência para o artigo original: SAPIRO, Gisèle. Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (N°200), p. 70-85, 2013/5. DOI 10.3917/arss.200.0070

a Diretora de pesquisas no CNRS e diretora de estudos na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales).

b Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, é atualmente doutorando na mesma instituição e programa tendo como grande área de estudo a sociologia da literatura e a sociologia da cultura.

3 WIMMER, Andreas & SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: an essay in historical epistemology. *International Migration Review*, 37(3), p. 576-610, 2003.

4 Agradeço a Jerome Bourdieu, Christophe Charle, Johan Heilbron, Julien Duval et Franck Poupeau pelos seus comentários muito úteis para esta minha reflexão.

lugar de sua obra, Pierre Bourdieu afirma que os campos são obrigatoriamente circunscritos ao perímetro do Estado-nação. O campo é um conceito abstrato que permite a autonomização metodológica de um espaço de atividade definido de maneira relacional (de acordo com princípios de oposição estrutural que desenham uma topografia de posições em função da distribuição de um capital específico) e dinâmica (essas posições evoluem em função das lutas internas do campo que impõem uma temporalidade própria), sob condição que esta se justifique por razões sócio históricas. As fronteiras de um campo se relacionam com as da divisão do trabalho e das fronteiras geográficas, mas essas fronteiras não estão dadas de antemão, elas evoluem com o tempo, e são constantemente colocadas em questão. Logo, elas são construídas pelo pesquisador, como Bourdieu explica nos seminários sobre o campo:

A questão dos limites geográficos de um mercado pode ser uma questão pertinente para uns e não para outros. Vejamos um mercado matrimonial: a probabilidade de uma moça originária da Haute-Savoie, nascida acima de 2000 metros, de se casar com um parisiense é Σ . A questão dos limites geográficos de um mercado pode ser pertinente: em alguns casos os limites teóricos de um campo podem ser definidos em termos de limites geográficos. É o que ocorre num campo no qual o limite, em sentido matemático, é uma fronteira, no sentido geográfico e político: a partir de certa distância geográfica, o casamento torna-se muito improvável. Consideremos agora a difusão de obras culturais: coisas distantes no espaço geográfico podem ser próximas no espaço pertinente ao campo. Por exemplo, em 1945, a filosofia alemã estava próxima de Paris e Harvard estava distante; em 1973, a filosofia alemã se distanciou de Paris e a de Harvard se aproximou (Todos esses exemplos têm por objetivo destruir a mentalidade realista)⁵.

Proponho a releitura da teoria dos campos a partir de uma perspectiva sócio histórica de longa e média duração. Depois de abordar o processo de diferenciação dos campos, discutirei o fenômeno da nacionalização e o papel do Estado na formação dos campos; em seguida analisarei os modos e estratégias de internacionalização ou transnacionalização, as tensões entre as fronteiras estatais, fronteiras de mercado e fronteiras de campo; e os indicadores de emergência de campos

5 BOURDIEU, Pierre, seminário «Champ, typologie et limites des champs», 11 de maio de 1973, no presente número, p. 73.

transnacionais, levando em conta os campos de produção cultural (especialmente o campo literário, que tem a propriedade de ser, ao mesmo tempo, “nacional” e “internacional”) e o campo científico (considerando as ciências humanas e sociais, também divididas entre sua ancoragem “nacional” e seu grau variável de “internacionalização). Por fim, voltarei à questão da comparação, contestada, pelos partidários de uma história “global”, “entrecruzada” (“entangled”) ou “conectada”, por seu efeito de reificação de fronteiras nacionais e de ocultação dos fenômenos de circulação de intercâmbios e transferências.⁶

A DIFERENCIACÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

A emergência dos campos relativamente autônomos é estreitamente vinculada a dois processos correlacionados, que foram definidos respectivamente por Durkheim e Weber: a divisão social do trabalho e a diferenciação das atividades sociais. Esse duplo processo, todavia, não tem nada de inelutável nem de mecânico. A autonomização de um domínio de atividade resulta geralmente de uma luta levada a cabo por um grupo de especialistas (por exemplo, juristas) pela obtenção de reconhecimento social por sua autoridade e competência sobre o domínio em questão, instaurando assim uma separação entre profissionais e profanos (por exemplo, entre clérigos e leigos). A teoria dos campos integra desse modo a análise weberiana, da qual retira consequências metodológicas, a saber, a possibilidade de autonomizar – de modo sempre relativo – um campo como objeto de estudo. Mas a autonomia pode também resultar de lutas de interesse e de processos de diferenciação propriamente ditos, que usurparam de certos grupos seus domínios de competência específicos⁷.

Os campos mais autônomos são aqueles que conseguiram estabelecer suas próprias regras de funcionamento e seus valores específicos, liberados de constrições religiosas, políticas ou econômicas. Ainda é fato que a religião, a política e a economia formaram ou, pelo menos as duas últimas, formam ainda os campos dominantes, conforme a posição social de seus agentes. Dotados eles mesmos de regras que lhes são próprias, eles estão em competição por subsumir os outros domínios de atividades aos seus próprios princípios. Os princípios religiosos por muito tempo subjugaram os interesses intelectuais, políticos, econômicos, sendo

6 Para uma síntese desses debates, ZIMMERMANN, Benedicte; Michael WERNER. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réfléxivite. *Annales HSS*, 58(1), p. 7-36, 2003.

7 É por exemplo, o caso dos homens de letras no século XIX, ver SAPIRO, Gisèle. *La Responsabilité de l'écrivain. Littérature, droit et morale en France XIXe-XXIe siècles*. Paris: Seuil, 2011.

a autonomização dos campos político e econômico um processo bastante tardio⁸. Se os momentos revolucionários tiveram por efeito autonomizar as batalhas políticas colocando seus próprios princípios acima de todas as outras coisas, como ocorrido durante a Revolução Francesa ou bolchevique, a perenização de um campo político, por sua vez, é ligada ao parlamentarismo que institucionalizou a luta concorrencial pela conquista da voz e do acesso ao poder, instaurando uma separação entre profissionais e profanos⁹. Esse jogo contribui ao fechamento em si mesmos dos espaços nacionais, ao qual retornarei mais adiante. O campo econômico conquistou sua autonomia em relação ao campo político e religioso não somente impondo a lei do mercado e a livre concorrência, mas também almejando fazer da economia uma ciência de governo a partir do século XVIII¹⁰. A luta pelo liberalismo econômico foi estreitamente associada à luta pelo liberalismo político (sem que a ligação entre as duas coisas seja obrigatória). Nos regimes autoritários, o campo econômico era largamente subordinado ao poder político. Nos Estados que adotaram a economia de mercado, o grau de regulação conheceu fortes variações, do reconhecimento de direitos sociais à organização da concorrência e até a política de desregulação que é testemunha da inversão da relação de forças entre o campo político e o econômico (sem que essa evolução tenha sido linear e nem harmônica entre países diferentes). O “New Public Management” subordinou o Estado aos critérios da racionalidade econômica (por meio dos “indicadores de performance”¹¹), colocando-o em rota de colisão com o princípio do desinteresse subjacente à noção de serviço público¹².

8 Sobre o campo religioso ver BOURDIEU, Pierre. *Genèse et structure du champ religieux. Revue française de sociologie*, 12(3), p. 295-334, 1971a. e BOURDIEU, Pierre. *Une interpretation de la théorie de la religion selon Max Weber. European Journal of Sociology*, 12, p. 3-21, 1971b.

9 BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon; Presses universitaires de Lyon, 2000. Sobre o processo de profissionalização dos políticos, ver WEBER, Max. *Le Savant et le politique*. Trad. Française. Paris: Plon, 1959.; sobre o caso francês, ver OFFERLE, Michel (dir.). *La Profession politique XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999, p. 37-68.; e para uma síntese de trabalhos sobre o campo político numa perspectiva sócio-histórica, ver DULONG, Delphine. *La Construction du champ politique*. Paris: Presses universitaires de Rennes, 2010.

10 SKORNICKI, Arnault. *L'Économiste, la cour et la patrie*. Paris: CNRS Ed., coll. «Culture & société», 2011. Sobre o campo dos economistas e seu papel social na segunda metade do século XX, ver LEBARON, Frederic. *La Croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil, coll. «Liber», 2000.

11 Na França, esses indicadores são provenientes do campo econômico (via os grandes gabinetes de conselhos e os percursos escolares e profissionais dos altos funcionários: formação em gestão, passagem de um alto cargo no serviço público para outro no serviço privado, etc.) são consolidados e utilizados pelo Ministério das Finanças que comanda assim desde 2001 os outros ministérios, especialmente o da Função Pública. Sobre a implantação do New Public Management » na França, ver o número especial dirigido por HENRY, Odile; PIERRU, Frédéric. *Le conseil de l'État. Expertise privée et réforme des services publics. Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, juin, 2012.

12 Sobre esse princípio de desinteresse, ver BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. «Cours et travaux», 2012.

O combate pela autonomia é liderado por instâncias que pretendem encarnar o interesse específico. O grau de centralização de um campo varia em função da aptidão de uma instituição em monopolizar o poder, por exemplo, a Igreja católica romana. Quando uma instituição alcança um alto grau de monopólio em um campo, devemos substituir “campo” por “corpo”: “[...] há um corpo quando um conjunto de indivíduos relativamente homogêneos, do ponto de vista dos princípios de diferenciação dominantes no universo social considerado, é unido por solidariedade fundada sobre a participação comum no mesmo capital simbólico.¹³” Apoiando-se no livro de Ernst Kantorowicz, *Le Deux Corps du roi*, Pierre Bourdieu focaliza a reflexão dos canonistas medievais (os teólogos do direito da Igreja) sobre a noção de *Corporatio*, que traduz-se também pelo termo de “*Universitas*”. A circunscrição do recrutamento por concurso, *numerus clausus*, etc. é uma modalidade de controle de acesso ao campo que é suscetível de conduzir à sua transformação em corpo. Pierre Bourdieu dá o exemplo da formação de um corpo de filósofos profissionais sob a Terceira República¹⁴.

Entretanto, é raro que o recrutamento social de um campo seja assim homogêneo, e as diferenças de estatuto (ou de corporações no campo administrativo) geram frequentemente os princípios de oposição estrutural¹⁵. Na realidade, a vantagem da teoria dos campos em comparação à sociologia das profissões é que ela considera as atividades, mesmo quando elas alcançaram certo nível de autonomia, como sempre relativamente heterônomas (por exemplo, as relações de classe) e como mais ou menos heterogêneas. Essa heterogeneidade pode resultar das condições de trabalho e de estatuto (por exemplo, os estatutos de independente, assalariado ou funcionário que podem coexistir em um mesmo domínio de atividade¹⁶) ou do recrutamento social (as origens sociais ou a formação educacional, opondo, por exemplo, antigos alunos das grandes Escolas ou de Oxbridge aos outros). Tais clivagens subentendem quase sempre as relações de força que estruturam os campos e as lutas internas que estão nas origens das suas transformações,

13 BOURDIEU, Pierre. « Le fonctionnement du champ intellectuel », *Regards sociologiques*, 17-18, 1999, p. 11. Ver também BOURDIEU, Pierre. « Effet de champ et effet de corps », *Actes de la recherche en sciences sociales*, 59, 1985, p. 73.

14 A partir do estudo de FABIANI, Jean-Louis. *Les Philosophes de la République*. Paris: Minuit, coll. « Le sens commun », 1988.

15 Por exemplo, o ofício de engenheiro consultor na França se estruturou em torno da oposição entre os engenheiros saídos dos grandes corpos administrativos do Estado e aqueles que provenham das grandes escolas de engenharia. Ver HENRY, Odile. *Les Guérisseurs de l'économie. Sociogenèse du métier d'ingénieur-conseil*. Paris: CNRS Éd., 2013.

16 SAPIRO, Gisèle. *Les professions intellectuelles, entre l'État, l'entrepreneuriat et l'industrie. Le Mouvement social*, 214, p. 3-24, janvier-mars, 2006.

mesmo se, à medida que avança a autonomia do campo, os princípios de divisão (entre forças de autonomia e forças de heteronomia) são cada vez menos indexados às propriedades sociais anteriores e cada vez mais vinculados à distribuição do capital simbólico específico.

As relações de dependência e de imbricação entre campos assim como as alianças estabelecidas com forças exteriores para afirmar a sua autonomia ou, ao contrário, reforçar sua subordinação, são, junto com as lutas internas, os principais fatores de evolução dos campos, que não tem nada de teleológico ou de linear. O Estado tem o poder de arbitrar as relações de força entre grupos concorrentes, como foi o caso na França dos escritores em face aos universitários controlados pela Igreja no século XVII (sobretudo com a oficialização da Academia francesa¹⁷), ou dos médicos face aos clérigos no século seguinte¹⁸ - arbitragem que consolidava a monarquia absoluta em face à Igreja.

Dessa maneira, após a heresia interior da Reforma, a autoridade da Igreja católica foi desafiada do exterior, a partir do século XVII, pela monarquia absoluta na França. No século XIX, a Igreja romana ensaiou a reafirmação de seu poder transnacional contra o desenvolvimento das identidades nacionais e dos Estados-nação. A concorrência entre Estado e Igreja pela hegemonia se manifestou principalmente na luta pelo monopólio da educação¹⁹, que na França tomou contornos extremos desde a política da deschristianização na fase mais radical da Revolução e, sobretudo, nos primeiros decênios da Terceira República até a lei de Separação (laicização da escola, escolarização obrigatória primária, constituição de um ensino não religioso para as mulheres até então massivamente formadas em instituições religiosas, interdição do ensino por congregações não autorizadas, privatização da religião, excluída pela lei de 1881 dos domínios protegidos pelo Estado, etc.). Essa luta está por trás do processo de nacionalização que se generaliza no século XIX.

¹⁷ VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Münich, coll. «Le sens commun», 1985. Christian Jouhaud mostra o paradoxo da autonomia do campo literário ter passado por uma dependência reforçada em relação ao Estado, ver JOUHAUD, Christian. *Les Pouvoirs de la littérature. Histoire d'un paradoxe*. Paris: Gallimard, coll. «NRF Essais», 2000.

¹⁸ Como mostrou a historiadora americana Jan Goldstein, a noção de «contágio moral» permite aos médicos invadir o domínio do espírito, o qual os clérigos tinham sob monopólio até então, demonstrando sua aptidão a participar da manutenção da ordem social no caso das epidemias «morais» (as ondas de suicídio, por exemplo), de crises de convulsão coletiva (tais quais aquelas suscitadas pelo falecimento do jansenista François de Páris em 1727), e de tumultos políticos. GOLDSTEIN, Jan. “Moral contagion: a professional ideology of medicine and psychiatry in eighteenth- and nineteenth-century France”. In: GEISON, Gerald L.. *Professions and the French State 1700-1900*. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 1984, p. 181-222.

¹⁹ Sobre a educação como desafio maior da formação dos Estados modernos, ver GELLNER, Ernst. *Nations et nationalisme*. Trad. Française. Paris: Payot, 1989.

A NACIONALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DOS CAMPOS

Na verdade, é desde o começo do século XIX que o Estado-nação torna-se o quadro de referência pertinente para o estudo dos processos de diferenciações dos campos, quando o nacionalismo se tornou o princípio de coesão que suplantou a religião para formar entidades abstratas sob uma base territorial. Mas, nutrindo-se de tradições populares locais revisitadas e “folclorizadas” (à maneira de Béla Bartók retrabalhando melodias folclóricas para se integrar às obras musicais eruditas), a construção de identidades nacionais é operada em um processo transnacional de circulação desse modelo de um país para outro²⁰: a lista de elementos que a formavam incluía uma língua, uma literatura, obras pictóricas e musicais “típicas”, etc. Essa construção permitiu às culturas dominadas sua autonomização em relação às culturas dominantes (em particular em relação à cultura francesa), e promoveu a formação de um espaço internacional de competição entre Estados-nação, definidos sobre uma base ao mesmo tempo cultural (nacional) e territorial, de início em escala europeia, depois mundial²¹. Os Estados protagonizaram essa competição colocando em jogo medidas protecionistas para as empresas nacionais e as profissões organizadas, e favorecendo a produção cultural nacional por políticas de incentivo à criação e à difusão para o exterior (por exemplo, no período entre guerras, o governo fascista apoiou ativamente a exportação de literatura italiana na tentativa de se igualar à França e à Alemanha). No entanto, enquanto regiões inteiras no mundo continuavam apartadas desse processo, esses territórios que impunham barreiras jurídicas e aduaneiras não se constituíam como fronteiras impermeáveis. De um lado, a diferenciação dos campos de produção cultural nacionais na Europa se deu baseada numa cultura comum, a cultura clássica, e de modelos importados de culturas dominantes: assim, a literatura em hebreu moderno produzida na Palestina na primeira metade do século XX emprestou seus modelos da literatura russa (e os empréstimos tomados da literatura francesa são largamente entrelaçados pelas traduções em russo)²². De outro lado, as lógicas de expansão dos mercados, as ambições hegemônicas do colonialismo, são

20 THIESSE, Anne-Marie. *La Crédation des identités nationales. Europe XVIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1999.

21 Sobre a formação dos campos literários nacionais, ver CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999. e CASANOVA, Pascale. (dir.). *Des littératures combatives. L'internationale des nationalismes littéraires*. Paris: Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2011. Sobre a nacionalização do campo musical, ver FULCHER, Jane F. *The Composer as Intellectual. Music and Ideology in France (1914-1940)*. New York: Oxford University Press, 2005.

22 Como mostrou EVEN-ZOHAR, Itamar. Russian and Hebrew: the case of a dependent polysystem. *Poetics Today*, 11(1), p. 97-110, 1990.

fatores de formação de espaços de circulação e intercâmbio que transbordavam os territórios nacionais.

Se o colonialismo manteve as populações em estado de privação de representação política autônoma, sua dimensão cultural (que passava pela educação, a aprendizagem da língua do colonizador, a escolarização) ajudava a contribuir a alargar as fronteiras nacionais dos campos em uma dupla direção: primeiramente, expansão do mercado de bens culturais em direção aos territórios que se tornavam destinos para os produtos das nações colonizadoras (por exemplo, os livros), em segundo lugar, havia a formação de uma elite de produtores culturais nos países colonizados. Fato significativo, o combate pela independência tomou em vários lugares uma forma nacional, que não era a única opção possível: por exemplo, o pan-arabismo ou o pan-africanismo se ofereciam como alternativa, da mesma forma que o pan-americanismo na América Latina; a “negritude” como condição social ligada a cor da pele constituía igualmente uma opção promovida na literatura por Césaire²³ nas Antilhas. No seu curso *Sobre o Estado*, Pierre Bourdieu lembra que uma verdadeira abordagem histórica deve levar em conta os “possíveis não concretizados”²⁴. As fronteiras nacionais, que se tornaram tão evidentes e foram admitidas como naturais por gerações de pesquisadores, devem ser relativizadas historicamente, sabendo que esse viés “nacionalista” é o produto mesmo desse processo de nacionalização (a história e a literatura são disciplinas que foram as mais vinculadas à definição de identidade nacional, mas a sociologia é também muito nacional nos seus objetos, em parte em razão da demanda social e política).

Se as fronteiras nacionais devem ser postas em questão, é necessário também questionar seus efeitos. Ampliando a definição weberiana de Estado, Pierre Bourdieu descreve o processo pelo qual o Estado moderno monopolizou não somente a violência física, mas também a violência simbólica, esta permitindo “justificar” e legitimar aquela até nos seus piores abusos. O Estado moderno é principalmente o poder de produzir identidades legítimas. A escola é seu principal instrumento: ela tem por função não somente dar contorno às identidades dos sujeitos, mas também inculcar neles o sentido da legitimidade cultural que define “insiders” e “outsiders” (os de dentro do grupo e os de fora do grupo de acordo com Merton), assim como a hierarquia social entre os grupos (por exemplo, por meio da hierar-

23 Para uma análise do movimento de negritude que recorre de modo heurístico ao conceito de campo, ver MALELA, Buata B. *Les Écrivains afro-antillais à Paris (1920-1960)*. Paris: Karthala, 2008.

24 BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2012.

quia de dialetos, sotaques, ou etnias), o grupo dominante detendo a possibilidade de universalizar seus atributos particulares.

Antes do processo de secularização, no quadro da divisão do trabalho entre poder espiritual e temporal, a violência simbólica era exercida pela Igreja que tinha a seu cargo a educação e o enquadramento das identidades subjetivas. Este poder espiritual foi desafiado primeiro pela Reforma, depois pelos filósofos que, no século XVIII, afirmaram a autonomia da razão, teorizada por Kant, que fundaria o processo de autonomização do campo intelectual em relação ao campo religioso²⁵. Na França, isso resultou em parte do apoio, já mencionado, que a monarquia absoluta conferiu desde o século XVII aos homens de letras que escreviam em francês, a fim de promover uma produção literária secular em língua nacional, contra os doutos das universidades então controladas pela Igreja, nas quais a língua de comunicação era o latim e o espaço de referência a Europa. Tal campo intelectual em vias de constituição iria conhecer um processo de diferenciação no século seguinte, todavia de uma maneira que variou entre diferentes países de acordo com as relações de força entre campo religioso, campo literário, campo universitário e campo político²⁶.

Se o Estado permitiu a outros campos de produção cultural, especialmente o artístico e o musical, a emancipação da tutela da Igreja e do clientelismo (e, primeiramente se elevar ao nível de uma arte liberal com a criação de uma academia), é a formação de um mercado de bens simbólicos no século XVIII que está na origem da autonomização do campo literário e artístico, das liberdades progressivas em relação ao controle estatal mais rigoroso, assim revertido à ordem temporal da oferta e da demanda (o que contribui a colocar um fim ao monopólico acadêmico, com o crescimento dos intermediários como editores e galeristas)²⁷. A autonomia (relativa) conquistada por esses campos se sustenta, entretanto em um equilíbrio frágil entre as diferentes forças que a procuram monopolizar, neste caso o Estado e o mercado: o mercado permitiu eludir as constrições estatais, mas impôs por sua vez a sua lei, a do lucro, geradora de uma heteronomia crescente, a qual o Estado

25 CHARTIER, Roger. *Les Origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Seuil, 1990, rééd. « Points », p. 220 sq, 2000. ; ROCHE, Daniel. *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1988. ; MASSEAU, Didier. *L'Invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 1994.

26 CHARLE, Christophe. *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris: Seuil, 1996.

27 BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symboliques. *L'Année sociologique*, 22, p. 49-126, 1971.; BOURDIEU, Pierre. *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992. ; BOURDIEU, Pierre. *Manet. Une révolution symbolique*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2013.

pode, em retorno, contrabalançar os efeitos utilizando-se de políticas de apoio ao polo de produção restrita dos campos de produção cultural, como é o caso nos países que implantaram políticas culturais desse tipo²⁸.

O Estado contribuiu igualmente para a autonomização de outros campos, por exemplo, o campo jurídico (em cuja consolidação os juristas tiveram papel destacado²⁹), o campo médico, como vimos, e depois, no curso do século XIX, o campo político, o campo universitário, e inúmeros domínios de especialização como a psiquiatria, a psicologia, a história, a sociologia, a arquitetura, etc. Esses domínios conheceram um processo de profissionalização e de institucionalização acadêmica que permitiu na França, a monopolização progressiva pelo Estado do controle do acesso à profissão, pelo controle da titulação. Nesse sentido, o Estado contribuiu fortemente, na França como em grande número de países europeus centrais e do Leste europeu³⁰, para aquilo que Andrew Abbott chamou de “divisão do trabalho de *expertise*”³¹, arbitrando as lutas de concorrência entre os especialistas pelo monopólio das competências de um domínio de atividade sobre um território nacional³². O que não impede absolutamente a circulação entre campos nacionais.

FATORES E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

- 28 SAPIRO, Gisèle. The literary field between the state and the Market. *Poetics. Journal of Empirical Research on Culture, the Media and the Arts*, 31(5-6), p. 441-461, 2003. A implantação dessas políticas não se deu sem reticências por parte dos meios literários e artísticos, como mostrou, DUBOIS, Vincent. *La Politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris: Belin, 1999.
- 29 BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2012. A organização da profissão de advogado no século XVIII constituiu uma etapa importante desse processo de autonomização ; ver KARPIK, Lucien. *Les Avocats. Entre l'État, le public et le marché. XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 1995. Sobre a recomposição do campo jurídico francês sob a Terceira República com a emergência dos constitucionalistas, ver SACRISTE, Guillaume. *La République des constitutionnalistes. Professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914)*. Paris: Presses de Sciences Po, 2011.
- 30 Nos Estados burocráticos e autoritários, como os impérios frances, alemão e habsburgo, uma parte dos serviços intelectuais, tais como o ensino, foram assimilados a função pública, o que permitiu liberá-los das constrições de mercado e de impedir que interesses particulares, sobretudo econômicos sobrepuxessem o interesse geral, que os controlava no plano ideológico; SIEGRIST, Hannes. “The professions in nineteenth-century Europe”. In: HARTMUT, Kaelble (éd.). *The European Way*. New York: Berghahn Books, 2004, p. 68-88.
- 31 ABBOTT, Andrew. *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1988.
- 32 Na Grã-Bretanha, na Alemanha e na Itália, as profissões liberais contribuíram a unificação do Estado; ver PERKIN, Harold. *The Rise of Professional Society. England since 1880*. Londres/ New York: Routledge, 1989. ; COCKS, Geoffrey; JARAUSCH, Konrad. *German Professions, 1800-1950*. New York: Oxford University Press, 1990. ; MCCLELLAND, Charles E. *The German Experience of Professionalization. Modern Learned Professions and their Organizations from the Early Nineteenth Century to the Hitler Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. ; MALATESTA, Maria (ed.). *Society and Professions in Italy, 1860-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Essa circulação internacional depende de vários fatores. Em primeiro lugar, as migrações desejadas ou forçadas (exílios), fonte de potencial renovação de campos nacionais³³, mas cujos efeitos podem ser limitados pelo protecionismo estatal destinado a regular a concorrência entre as profissões organizadas (por exemplo, a lei de 1933 interditando o exercício da medicina na França àqueles que não eram detentores de um doutorado em medicina francês, e a outra lei de 1934 proibindo o exercício de certas profissões liberais – advogado, arquiteto – aos estrangeiros). Segundo fator, a circulação de pessoas e de modelos é largamente determinada por relações de força desiguais entre países centrais e periféricos (ou dominantes e dominados): isso se dá desde a migração de elites para estudar no exterior (como foi o caso, na primeira metade do século XX, de uma parte das elites do Leste europeu, indo para a Alemanha e para França³⁴, ou das colônias em direção a Grã-Bretanha e a França) ao reconhecimento da equivalência de diplomas, fruto de acordos bilaterais que regulamentam os intercâmbios. Favorecida pela circulação internacional de elites, a importação de modelos escolares e profissionais estrangeiros participa dessas trocas culturais desiguais. Enfim, as instâncias internacionais tais como o Instituto de cooperação intelectual da Sociedade das Nações no período entre guerras, depois a UNESCO que o sucedeu a partir de 1945, tiveram uma participação significativa na formação de espaços culturais científicos e profissionais internacionais, sempre mantendo uma concepção de representação ancorada no pertencimento nacional: elas também apoiaram a criação de sociedades de autor, associações profissionais, federações de ensino e de jornalismo que favoreceram a difusão do modelo de organização profissional e a harmonização das regulamentações (direito autoral, propriedade intelectual, regras de deontologia). Paralelamente, ainda que a organização da pesquisa permaneça em bases nacionais até hoje, as fundações filantrópicas estadunidenses contribuíram fortemente à circulação de modelos e regras do jogo nas ciências naturais e nas ciências sociais, mesmo se essas últimas permanecem intensamente vinculadas – em graus variáveis – às respectivas tradições nacionais³⁵. Por um

33 Sem que isso tenha sido automático, como o mostra, através de uma comparação entre o caso de Lévi-Strauss e de Gurvitch: JEANPIERRE, Laurent. Une opposition structurante pour l'anthropologie structurale: Levi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux Etats-Unis. *Revue d'Histoire des sciences humaines*, 11, p. 13-43, 2004.

34 KARADY, Victor. "L'émergence d'un espace européen des connaissances sur l'homme em société: cadres institutionnels et démographiques". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des Etats-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 43-68.

35 HEILBRON, Johan et al. (2009). "Internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des Etats-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 319-346.

paradoxo aparente, essas instâncias igualmente favoreceram a formação de campos nacionais nos países onde eles não existiam.

A ideologia internacionalista da Sociedade das Nações ou da UNESCO acompanha e dá abrigo, na realidade, por meio de incitações explícitas, à formação de Estados-nação assim como à nacionalização dos campos profissionais, científicos e culturais, ainda encorajando os intercâmbios entre eles. Essa é uma das formas que toma o internacionalismo político, que varia entre uma concepção essencialista da nação (internacionalismo fascista) e uma concepção instrumentalista e temporária (internacionalismo comunista), mas que é igualmente um fator de circulação (de modelos e de pessoas) e de trocas. Entre esses dois extremos, é preciso situar as alianças culturais de caráter por vezes essencialista (como o pangermanismo e o panlatinismo) e as alianças regionais, de fundamentos mais geopolíticos (como o pan-americano e o pan-africanismo), e que podem adotar formas mais ou menos instituídas (como a União Europeia).

A construção europeia oferece um terreno de observação particularmente interessante das modalidades de internacionalização de campos, mas também de obstáculos e resistências que encontram nesses caminhos. A aparição dessa entidade supranacional que é a União Europeia não colocou em questão a autonomia dos campos estatais, políticos ou jurídicos nacionais, apesar da formação de um verdadeiro “campo Eurocrata”³⁶ e de um campo jurídico europeu “fraco”³⁷, as culturas administrativas, políticas e jurídicas dos países de origem dos participantes continuam a pesar nos posicionamentos e nas alianças ou antagonismos. Do mesmo modo, ela está longe de ter operado o trabalho de integração cultural realizado pelos Estados-nação³⁸, a despeito das múltiplas tentativas mais ou menos autônomas de criar um “imaginário” coletivo: antologias, coleções, obras coletivas³⁹, coleções históricas⁴⁰, essa derrota pode ser explicada ao mesmo

36 GEORGAKAKIS, Didier (dir.). *Le Champ de l'Européatie. Une sociologie politique du personnel de l'EU*. Paris: Economica, coll. « Études politiques », 2012.

37 VAUCHEZ, Antoine. The force of a weak field: law and lawyers in the government of the European Union. *International Political Sociology*, 2, p. 128-144, 2008.; e VAUCHEZ, Antoine; WITTE, Bruno de (eds.). *Lawyering Europe. European Law as a Transnational Social Field*. Oxford: Hart Publishing, 2013.

38 SWAAN, Abram de. “The European void: the democratic deficit as a cultural deficiency”. In: FOSSMAN, John; SCHLESINGER, Philip (dir.). *The European Union and the Public Sphere. A Communicative Space in the Making?*. Londres/New York: Routledge, 2007, p. 135-153.

39 Ver por exemplo KELLER, Ursulla; RAKUSA, Ilma (dir.). *Writing Europe. What is European about the Literatures of Europe? Essays from 33 European Countries*. Budapest/ New York: CEU Press, 2004.

40 Como a coleção « Faire l'Europe » lançada em 1988, em torno do historiador Jacques Le Goff, por cinco editoras europeias. Ver SERRY, Hervé. “Faire l'Europe” : enjeux intellectuels et enjeux éditoriaux d'une collection transnationale.” In: SAPIRO, Gisèle. *L'Espace intellectuel en Europe :*

tempo pela história da nacionalização dos campos (que faz com que a educação permaneça muito fortemente nacional), e pelo estado atual das relações de força internacionais: de um lado, a hegemonia estadunidense que focaliza a mirada de muitos produtores intelectuais e culturais (a tal ponto que as relações culturais e intelectuais intra europeias são cada vez mais mediadas pelos Estados Unidos), de outro lado o mal estar com a possibilidade do agravamento de uma cisão entre Norte e Sul.⁴¹

É preciso diferenciar a ideologia internacionalista da palavra de ordem da globalização, que substituiu a de “desenvolvimento” no final dos anos de 1970⁴². Essa palavra de ordem é expressão da ideologia neoliberal, que visava abrir as fronteiras à circulação de produtos abolindo os monopólios estatais e queria propagar a lei do mercado nas regiões onde ela não se aplicava (como nos antigos regimes comunistas ou antigos países do terceiro mundo de economia em parte administrada). Ela acompanhou a formação de um campo econômico mundial dominado pelas multinacionais e caracterizado entre outras coisas pelas políticas de deslocalização e de fluxo de capitais não controlados, como descreve Pierre Bourdieu⁴³. A luta contra a globalização favoreceu em troca a internacionalização dos movimentos políticos e sociais contra a ideologia neoliberal e o surgimento de um movimento altermundialista, que tem apesar de tudo raízes ainda bastante locais⁴⁴.

A transformação das relações de força entre campos deve ser compreendida à luz não somente das lutas internas a cada um deles, além disso, no caso limite, de sua internacionalização (a importação do “New Public Management” na França, que subordinou o campo estatal ao campo econômico, é um exemplo paradigmático desse processo⁴⁵). Se o grau de internacionalização dos campos é variável (por exemplo, a literatura é menos internacionalizada que as artes plásticas ou a música;

de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Decouverte, 2009, p. 227-252.

41 Sobre esses obstáculos, ver SAPIRO, Gisèle. “Introduction”. In: _____. (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle.* Paris: La Decouverte, 2009, p. 5-25.

42 WALLERSTEIN, Immanuel. *Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-monde.* Trad. Française. Paris: La Decouverte, coll. << Grands Repères Manuels >>, 2006, p. 136. Sobre as origens e difusão da noção de globalização, ver LECLER, Romain. “Itinéraire d'une notion”. In: *Sociologie de la mondialisation*. Paris: La Decouverte, coll. << Repères >>, 2013, p. 7-30.

43 BOURDIEU, Pierre. “Du champ national au champ international”. In: *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, coll. << Librairie >>, 2000, p. 273-280.

44 SOMMIER, Isabelle et al. *Généalogie des mouvements altermondialistes en Europe. Une perspective comparée*. Paris: Karthala, 2008

45 BEZES, Philippe. État, experts et savoirs neo-manageriaux. Les producteurs et diffuseurs du New Public Management en France depuis les années 1970. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, p. 16-37, juin, 2012.

as ciências humanas e sociais menos que as ciências naturais; o direito menos que a economia⁴⁶), é por diversas razões que são vinculadas às suas histórias, ao seu recrutamento social, assim como ao meio de expressão (imagens ou som versus linguagem) ou ao grau de formalização (matematização, modelização) e de standardização dos seus procedimentos. Inúmeros campos, tais como o campo acadêmico e o campo literário, são atravessados pela oposição entre nacional e internacional, em outras palavras, entre agentes voltados para a acumulação de poder simbólico no nível nacional e outros que o obtêm no nível internacional⁴⁷. Essas posições não tem nada de essencialistas. Podemos mesmo formular uma hipótese – ou predizer – que segundo a posição do país e do campo nacional considerado nas relações de força internacionais, os dominantes estarão mais no lado internacional, do que no lado nacional. Quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominada no espaço internacional, mais os seus dominantes tenderão a ocupar posições voltadas para o internacional (como as elites dos países do Leste europeu citados acima), e em consequência, serão capazes de impor os modelos importados de fora nos seus países (em razão do prestígio vinculado ao internacional). Ao inverso disso, quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominante no espaço internacional, como a literatura francesa e a filosofia alemã pelo seu passado, ou da sociologia americana hoje, mais seus dominantes se concentrarão na acumulação de capital simbólico no nível nacional – suficiente ou quase para lhes assegurar uma visibilidade internacional, dada a capacidade dos campos dominantes a se irradiar para além de suas fronteiras. Reveladores a esse respeito são as mudanças de estratégia dos agentes ou instituições dominantes inicialmente, focadas no espaço nacional, que, em um momento de declínio relativo da posição de seu campo nacional na cena internacional, se voltam para o novo centro desse espaço internacional (como por exemplo, a Sciences Po). No polo dominado, o recurso ao internacional é uma estratégia recorrente dos agentes para afirmar sua posição, como várias especialidades excluídas da universidade ou marginais em seu meio, tais como a estatística, a demografia em seus inícios e ainda a psicanálise, que invocaram modelos externos nas suas lutas por se institucionalizar como disciplinas acadêmicas. A teoria dos campos demonstra seu valor heurístico sublinhando as disputas próprias do espaço de recepção

46 GINGRAS, Yves. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 141-142, mars, p. 31-45, 2002.

47 BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Minuit, coll. « Le sens commun », 1984. ; CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

para compreender os fenômenos de importação e de apropriação de modelos de produção estrangeiros, através do estudo dos usos que são feitos desses modelos⁴⁸.

No entanto, ainda que haja um nacionalismo de esquerda – em luta contra diferentes formas de dominação e/ou de imperialismo políticas, econômicas, sociais e culturais (por exemplo, o nacionalismo republicano francês da Revolução no começo da Terceira República, ou os nacionalismos galicistas ou quebequenses) – e um nacionalismo de direita – que exclui as minorias étnicas, os estrangeiros e visa afirmar sua superioridade sobre as outras nações, almejando até conquista-las -, há diferentes estratégias de internacionalização em função dos tipos de heteronomia político-estatais ou econômicas: assim, no polo mundano do campo intelectual, que é encarnado pelas academias (Academia Francesa, Academia de ciências morais e políticas, etc.) prevalece uma concepção estatal de internacionalismo, de acordo com a qual os produtores culturais e intelectuais são supostamente “representantes” de seu país de origem; no polo de grande produção, as multinacionais, que retrazem as constrições do campo econômico globalizado no interior das indústrias culturais, tendem a “desnacionalizar” os produtos destinados à circulação mais ampla possível, e, portanto a mais indiferenciada. No polo de produção restrita ou no polo autônomo do campo, os agentes intervêm em seu próprio nome, sob o abrigo de seu capital simbólico específico, como ilustra o exemplo de colóquios e de congressos científicos internacionais; enfim, para os vanguardistas, que reagrupam os recém-chegados no polo temporalmente dominado do campo de produção cultural, a internacionalização durante muito tempo foi um meio de lutar contra os caminhos nacionais tradicionais de acumulação de capital simbólico (institucionalização, profissionalização, divisão do trabalho, separação das artes) e tomou comumente a forma politizada (algumas vezes se suavizando, como no caso dos surrealistas, até os movimentos políticos internacionais com os quais eles compartilharam essas características, como o comunismo, o trotskysmo, o anarquismo).

MERCADOS, ESTADOS, CAMPOS: A GUERRA DAS FRONTEIRAS

A atração que os campos nacionais dominantes exercem sobre os outros contribui a borrar as fronteiras geográficas, ao mesmo tempo em que ela

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 145, p. 3-8, dezembre 2002. Para estudos de casos exemplares, ver MATONTI, Frédérique. L'anneau de Moebius. La réception en France des formalistes russes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 52-67, mars, 2009. ; HAUCHECORNE, Mathieu. Le “professeur Rawls” et le “Nobel des pauvres”. La politisation différencié des théories de la justice de John Rawls et Amartya Sen dans les années 1990 en France. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 94-113, mars, 2009.; e POPA, Ioana. *Traduire sous contraintes. Littérature et communisme (1947-1989)*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2010.

é uma fonte de renovação: pensemos em Beckett ou Ionesco, que transformaram o espaço dos possíveis do campo literário francês⁴⁹, ou nos *Subaltern Studies* que subverteram do interior os fundamentos da dominação ocidental (contribuindo a reforçar a hegemonia cultural americana, já que eles foram difundidos a partir de lá, enfraquecendo a posição da produção europeia na cena mundial).

Contudo, essa integração de elementos “estrangeiros” não é dada e regularmente provoca reações protecionistas: já evocamos as leis que interditam ou limitam o exercício de certas profissões aos estrangeiros. Nas profissões não organizadas, onde as barreiras à entrada não são controladas, a abertura do campo é objeto de tensões permanentes. Basta evocar os escândalos que emergiram quando da atribuição do prêmio Goncourt à René Maran pela *Batouala*, com o subtítulo *Véritable roman nègre*, em 1921, depois a atribuição ao escritor belga Charles Plisnier em 1937, e a uma escritora imigrante de origem russa e judia (a primeira mulher premiada), Elsa Triolet, em 1945; ou ainda pela eleição em 1982 para a Academia Francesa de Marguerite Yourcenar, escritora de origem belga, primeira mulher eleita, e depois pela escolha de Leopold Sedar Senghor que a sucedeu em 1983⁵⁰. A noção de “literatura francesa” é levada a englobar, na prática, as obras publicadas pelos editores franceses, marginalizando assim os seus pares de outros países francófonos. Note-se que mesmo as instâncias estatais dedicadas à proteção e ao desenvolvimento da cultura nacional acabam por reconhecer que a “literatura francesa” não é unicamente produzida por escritores de nacionalidade francesa: o decreto de nº 93-397 redefinindo as missões do Centro Nacional do Livro (CNL) em 1993, substitui o termo “escritores franceses” por “escritores de língua francesa” no artigo 2 da lei de 11 de outubro de 1946, para designar as pessoas que poderiam beneficiar-se dos auxílios governamentais franceses. Isso se explica pela reorientação da política do CNL desde 1975 em direção ao apoio à edição (francesa) mais que aos escritores⁵¹, a qual pode ser vista como uma

49 Ver CASANOVA, Pascale. *Beckett, l'abstracteur. Anatomie d'une révolution littéraire*. Paris: Seuil, 1997.

50 Ver ROBICHON, Jacques. *Le Défi des Goncourt*. Paris: Denoel, 1975. ; SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris: Fayard, 1999, p. 330- 331.. ASSOULINE, Pierre. *Du côté de chez Drouant. Cent dix ans de vie littéraire chez les Goncourt*. Paris: Gallimard/France Culture, 2013.; NAUDIER, Delphine. L’irrésistible élection de Marguerite Yourcenar à l’Académie française. *Cahiers du Genre*, 36, p. 45-67, 2004.; e, sobre as questões em torno da eleição de Senghor, DUCOURNAU, Claire. *Écrire, lire, élire l’Afrique : les mécanismes de réception et de consécration d’écrivains contemporains originaires de pays francophones d’Afrique subsaharienne*. Thèse de doctorat en sociologie. Paris: EHESS, 2012, p. 123-136.

51 Assim que o atesta a mudança de nome de «Centre national des lettres» (Centro Nacional de Letras) para «Centre national du livre» (Centro Nacional do Livro).

refração do domínio da produção cultural de subordinação crescente do campo político ao campo econômico.

Nos domínios em que o conhecimento profundo da língua é uma condição de entrada (literatura, ciências humanas e a maior parte das ciências sociais), dois tipos de fronteiras se superpõem sem que uma anule a outra: linguísticas e estatais. Se as zonas linguísticas formam um mercado onde os produtos e modelos circulam dos centros em direção às periferias (por exemplo, as regiões colonizadas ou sob hegemonia cultural), as fronteiras estatais constituem uma proteção para a produção local (aduaneira, proteção jurídica contra a falsificação, proteção dos títulos escolares), favorecendo a emergência de campos nacionais (pelas políticas de incentivo, ou de criação de instâncias tais quais as academias ou estabelecimentos de ensino superior e pesquisa). Assim, o desenvolvimento da edição estadunidense a partir do século XIX ou da edição quebequense desde 1945 tornou possível a autonomização de um campo literário nacional contra a dominação inglesa e francesa respectivamente. Mas essa condição necessária está longe de ser suficiente, como ilustra o caso belga: em realidade, à diferença do campo literário estadunidense que, desenvolvendo-se no século XIX, além de ter tido estruturas editoriais independentes, criou uma literatura própria emancipada dos modelos britânicos (emprestando principalmente formas bíblicas como em Walt Whitman e Emily Dickinson) e assim obteve sucesso na longa duração ao reverter a relação de força com a literatura inglesa nos anos 1960 (os fatores políticos e econômicos também ajudaram), os escritores valões, suíços, romanos e quebequenses viram sempre em Paris o lugar de consagração supremo. Assim explica Pierre Bourdieu: “Tudo se passa como se todo escritor de nacionalidade belga (como todo escritor francês de origem provinciana) balançasse entre duas estratégias, portanto duas identidades literárias, uma estratégia de identificação à literatura dominante e uma estratégia de pertencimento ao mercado nacional e de reivindicação da identidade belga⁵².”. O caso belga, suíço e quebequense, como os casos das literaturas africanas⁵³, provam assim que as fronteiras dos campos não são necessariamente

52 BOURDIEU, Pierre. Existe-t-il une littérature belge? Limites d'un champ et frontières politiques. *Études de lettres*, vol. 3, p. 3, 1985. Sobre o caso belga, ver também ARON, Paul.“La littérature en Belgique francophone de 1930-1960 : débats et problèmes autor d'un “sous-champ””. In: EINFALT, Michael, et. Al. (eds).. *Intellektuelle Redlichkeit – Intégrité intellectuelle. Literatur – Geschichte – Kultur. Festschrift für Joseph Jurt*. Heidelberg, Universitätsverlag, 2005, p. 417-428. Sobre as dificuldades enfrentadas pelos escritores francófonos para se integrar ao campo literário francês, ver o caso de Ramuz estudado por MEIZOZ, Jerome. *Ramuz. Un passager clandestin des Lettres françaises*. Geneve: Ed. Zee, 1997.

53 Ver FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains*. Paris: Karthala, 2001. (e principalmente, nesse volume, a discussão da pertinência do conceito de campo por MOURALIS, Bernard. “Pertinence de la notion de champ littéraire en littérature africaine”. In:

estatais e que as fronteiras linguísticas podem ser mais relevantes, circunscrevendo imediatamente um público potencial⁵⁴: a fronteira entre os espaços literários valão e flamengo é mais estanque que em relação ao campo francês e holandês respectivamente; a situação é comparável para Québec, mesmo se, por uma inversão do movimento histórico que a conduziu a se orientar em direção ao campo literário francês, uma das estratégias da literatura quebequense para se autonomizar hoje consista em virar para o lado da literatura canadense de língua inglesa, a qual se posiciona, quanto àquela, em relação à literatura americana (o Canadá constitui, além disso, uma alternativa importante para a produção literária estadunidense). Alguns editores quebequenses adotam assim estratégias para contornar o centro por meio de alianças com os editores francófonos de outros países, principalmente africanos, em torno de projetos de coedição⁵⁵.

As fronteiras nacionais, que durante longo tempo não foram levadas em conta pela história literária, escondem assim uma forte centralização da vida cultural em torno de certas cidades, em particular a capital no caso francês, onde o grau de concentração é bem mais elevado do que nos Estados Unidos ou na Alemanha (o que não significa que a cidade deva ser uma unidade de observação privilegiada para a observação dos campos de produção cultural; ela pode sê-lo, por outro lado, para os fenômenos de circulação de produtos culturais, em função da localização das instâncias de difusão como as editoras ou as galerias de arte⁵⁶). Essa concentração induz fenômenos de relegação a segundo plano das províncias, destinadas a ser periferias das zonas culturais, voltadas a uma identidade regional⁵⁷, enquanto que os centros detêm o poder de universalização. As tentativas de revalorização da produção cultural regional em nível internacional – onde ela estava até então condenada à invisibilidade – são igualmente geradoras de escândalos, como aquele provocado pelo convite à Catalunha para a Feira do livro de Frankfurt em 2007: os

FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains*. Paris: Karthala, 2001, p. 57-71.) ; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen; STADTLER, Katharina (dir.). *Les Littératures africaines de langue française à l'époque de la postmodernité. État des lieux et perspectives de la recherche*. Oberhausen: Athena, 2004. ; e DUCOURNAU, Claire. *Écrire, lire, élire l'Afrique : les mécanismes de réception et de consécration d'écrivains contemporains originaires de pays francophones d'Afrique subsaharienne*. Thèse de doctorat en sociologie. Paris: EHESS, 2012, p. 123-136.

54 GAUVIN, Lise. *Écrire, pour qui ? L'écrivain francophone et ses publics*. Paris: Karthala, 2007.

55 Ver DORE, Martin. "Stratégies editoriales et marché international : le cas d'un éditeur canadien francophone, Hurtubise HM". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). (2009), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde, 2009.

56 Para o exemplo dos fluxos de tradução, ver SAPIRO, Gisèle. *Les traductions littéraires entre Paris et New York à l'ère de la globalisation*. Étude réalisée dans le cadre d'une convention avec le MOTif (Observatoire du livre et de l'écrit en Ile-de-France), CESSP, avril 2010 (http://www.lemotif.fr/fichier/motif_fichier/143/fichier_fichier_synthia.se.paris.newyork.paris.pdf).

57 Como mostrou THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France. Le mouvement régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: PUF, 1991.

organizadores da feira foram admoestados por favorecerem o nacionalismo catalão convidando somente escritores que escreviam em catalão e não os escritores que escreviam em castelhano, mas que viviam também na Catalunha. Essas polêmicas revelam a tensão entre diferentes tipos de fronteiras, linguísticas, nacionais e territoriais, que não se anulam entre si, fato que a construção dos Estados-nação ocultou.

A lógica do mercado se confrontou cada vez mais com a estatal, que se transformou, através das políticas de incentivo, em garantia de autonomia relativa dos campos de produção cultural diante do mercado. No domínio das indústrias culturais, a globalização é traduzida em primeiro lugar por uma acentuação das constrições propriamente comerciais, através da aceleração do processo de concentração e de fusão-aquisição e internacionalização de grandes grupos. Ela gerou protestos do lado dos representantes do polo de difusão restrita, que denunciaram os riscos de padronização dos produtos culturais contra a qualidade, originalidade e inovação⁵⁸. De seu lado, os representantes do polo de grande difusão fazem valer, contra o que eles consideram como uma posição elitista, as preferências do público, o qual a satisfação, mensurável pelas vendas, deveria sobressair sobre qualquer outro critério, e eles denunciam políticas de apoio estatal como formas de monopólio que atrapalham a concorrência entre os produtos (no domínio do cinema e do livro isso se acentua).

Esses debates se inscrevem no contexto das negociações do GATT-OMC e das polêmicas em torno da “exceção cultural”. As negociações iniciadas em 1986 no quadro da rodada do Uruguai discutiam a extensão da liberalização dos intercâmbios de comércio de serviços (GATS), os quais incluíam bens imateriais ou não corpóreos, e, fundamentalmente, os produtos culturais. O debate versava principalmente sobre o audiovisual, que a delegação estadunidense queria inscrever na lista de produtos submetidos ao livre comércio, o que implicaria o abandono dos sistemas de incentivo às produções nacionais. Essa demanda provocou uma viva reação de países como a França, conduzindo o Parlamento europeu a adotar, em 1993, uma resolução de adesão à “exceção cultural”, de acordo com a qual os bens culturais não são mercadorias como as outras e devem gozar de um estatuto à parte conferindo-lhes direitos a incentivos públicos⁵⁹. Criticada pelo seu caráter

58 Ver por exemplo, no domínio do livro, SCHIFFRIN, Andre. *L'Édition sans éditeurs*. Paris: La Fabrique, 1999. e SCHIFFRIN, Andre. *Le Contrôle de la parole. L'édition sans éditeur, suite*. Paris: La Fabrique, 2005. ; ALBERTO, Roland et al.. *Le Livre : que faire ?*. Paris: La Fabrique, 2008. ; VIGNE, Eric. *Le Livre et l'éditeur*. Paris: Klincksieck, 2008.

59 GOURNAY, Bernard. *Exception culturelle et mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Po, coll. «<La bibliothèque du citoyen >», 2002.; REGOURD, Serge. *L'Exception culturelle*. Paris: PUF, coll.

defensivo, protecionista, elitista e eurocêntrico (ela privilegiava a proteção das obras culturais consagradas pela tradição ocidental, em detrimento de outras culturas nacionais ou regionais), a noção de “exceção cultural” foi trocada, sob a égide da UNESCO, pela de “diversidade cultural”, que fazia referência ao conjunto do sistema de valores e práticas de diferentes sociedades, conforme a definição antropológica da noção de cultura.

Adotada em 1999 pelos ministros da Cultura reunidos na UNESCO, esse princípio foi reconhecido no ano seguinte pelos chefes de Estado e de governos membros do G8 reunidos no encontro de Okinawa (Japão) como “fonte de dinamismo social e econômico que pode enriquecer a vida humana no século XIX suscitando a criatividade e estimulando a inovação”, e o que implica “a diversidade na expressão linguística e criativa”. A declaração da UNESCO sobre a diversidade cultural foi adotada em setembro de 2001. Ela estipula que a diversidade cultural, fator de desenvolvimento (econômico, sobretudo) “constitui patrimônio comum da humanidade”. Negando a capacidade das forças de mercado de preservá-la, ela reivindica o reconhecimento da especificidade dos bens e serviços culturais “por que eles são portadores de identidade, de valores e de sentido”, e que eles não devem por consequência ser considerados como uma mercadoria como outras. Em seguida a essa Declaração, a elaboração da Convenção sobre a diversidade cultural no seio da UNESCO, visando harmonizar os dispositivos de proteção dos bens e serviços culturais em nível internacional, foi promovida na 32^a sessão da Conferência geral em outubro de 2003 e adotada em outubro de 2005⁶⁰.

Constituída em referencial das políticas culturais (que precisaram da construção de indicadores⁶¹), a noção de diversidade rapidamente conheceu repercuções nos meios culturais, ou foi posta em oposição à de padronização: em 2006, a Aliança dos editores independentes por outra globalização lançou um apelo a favor da bibliodiversidade⁶². No entanto, essa noção igualmente foi reapropriada

« Que sais-je ? », 2002.

- 60 REGOURD, Serge. (dir.), *De l'exception à la diversité culturelle*. Paris: La Documentation française, 2004 ; Luis FAJARDO, Luis Mauricio Bustamante. *L'adoption de la diversité culturelle à l'UNESCO. Analyse sociologique d'une stratégie de légitimation culturelle*. Mémoire de Master 2 en sociologie, sous la direction de Gisèle Sapiro. Paris: EHESS, 2007.
- 61 O Ministério francês da cultura, por exemplo, financia uma pesquisa sobre a diversidade nos diferentes ramos das indústrias culturais e da comunicação: BOUQUILLION, Philippe (dir.). *Rapport sur la diversité culturelle et les nouvelles technologies – filière audiovisuelle, département des Etudes, de la Prospective et des Statistiques du ministère de la Culture.. 2007*.
- 62 COLLECTIF. *Des paroles et des actes pour la bibliodiversité*. Paris: Alliance des éditeurs indépendants, 2005.

pelo polo de grande produção e pelas multinacionais que fazem da hibridação de culturas um meio de diversificação de produtos, embaçando os princípios de oposição com o polo de produção restrita.

A noção de diversidade subjaz, também as categorias de “*World Music*” e de “*Worldfiction*”, que foram impostas desde os anos 1980 no mundo anglo-americano para designar as produções advindas de culturas não ocidentais e da periferia do mercado de bens simbólicos. As mesmas foram traduzidas em francês, em primeiro lugar, por expressões como “*musiques du monde*”, depois “*musiques actuelles*”, e também com a de “*littérature monde en français*”. Como a expressão “*musiques actuelles*”, “*cinémas du monde*” tornou-se, na França, uma categoria de intervenção pública visando favorecer a diversidade cultural para contrastar com a acachapante dominação do cinema americano (a política de apoio a tradução de obras contemporâneas de literatura estrangeira, implantada em 1989, é ainda outra ação visando o fortalecimento da diversidade cultural nos domínios do livro). A produção estadunidense domina na verdade no polo comercial do mercado mundial de bens simbólicos, em todas as indústrias culturais: cinema, disco e também livro (a maioria das traduções de *best-sellers* ou de livros pertencentes a gêneros mais comerciais como o romance sentimental provêm do inglês, e particularmente dos Estados Unidos; essas traduções entram em concorrência não somente com outras línguas, fracamente representadas nesse polo, como ocorre, inversamente, no polo de produção restrita onde a diversidade linguística conforme a língua de origem tende a ser máxima, mas também em relação com a produção local⁶³). As políticas culturais visam contrabalançar essa dominação, mas carregam em si uma face dupla: entre o protecionismo do mercado nacional e o incentivo ao polo de produção restrita.

Na primeira prevalece o incentivo sem julgamento da qualidade da obra: no domínio do cinema, por exemplo, isso se dá com a política de apoio automático ao cinema nacional em função de seu desempenho histórico, que permitiu a imposição do cinema francês face ao cinema americano (enquanto que em 2001, 73% dos filmes repertoriados no *box-office* dos quinze países europeus eram americanos); no domínio do livro, houve vantagens fiscais, empréstimos sem cobrança de juros, subvenções, direitos de empréstimo, regime de proteção social assimilado aos assalariados. Na segunda impõe-se um incentivo baseado

63 SAPIRO, Gisèle. (dir.). *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008.

em procedimento de seleção e de apreciação qualitativa: uma instância coletiva, composta de pessoas qualificadas, deve estabelecer uma classificação com toda independência e dar seu julgamento artístico, sobre qual critério artístico deve ser levado primeiro em consideração; por exemplo, no domínio do livro, as comissões do Centro nacional do livro na França ou as bolsas destinadas a “jovens talentos” na Suécia, nos Países Baixos, ou no Canadá; no domínio do cinema, as comissões do CNC (instituído sob a autoridade de André Malraux, esse apoio seletivo no setor do cinema consiste em auxílio na forma de subvenção, os empréstimos somente são reembolsados na medida em que as receitas do filme permitirem a quitação); nos Estados Unidos onde existe também um polo de produção restrita em todos os setores (e, por conseguinte nos campos), o *National Endowment for the Arts*, criado em 1965 e financiado por um orçamento federal é a instância que efetua o trabalho de seleção.

Do ponto de vista das fronteiras, as políticas têm também uma dupla face: de um lado, elas mantêm (muitas vezes artificialmente) uma relativa autonomia dos mercados nacionais inseridos no mercado mundial de bens simbólicos; de outro lado, elas favorecem a formação e permanência de um polo de produção restrita desse mesmo mercado (ou seja, um campo relativamente autônomo). Todavia, à medida que os incentivos públicos ou privados (mecenato, fundações filantrópicas) constituem uma condição da sobrevivência dos campos de produção cultural, a tendência das políticas culturais é a de integrar cada vez mais as lógicas do mercado (tornado um referencial para essas políticas) arriscando conduzir ao sacrifício as produções mais inovadoras.

AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DE CAMPOS TRANSNACIONAIS

A existência de instâncias de consagração específicas diferencia o campo de um mercado; elas não se confundem nem com as instâncias próprias ao mercado (como as feiras), nem com as instituições nacionais tais como a Academia Francesa, que, sempre buscando o exercício de um poder temporal sobre aqueles que são seus membros, pode se beneficiar de um fraco reconhecimento simbólico, no polo mais autônomo do campo, onde “é melhor ser publicado pela editora Minuit que ser publicado pela Academia Francesa”, como resume Pierre Bourdieu⁶⁴ (mesmo se historicamente a Academia Francesa contribuiu para a autonomização do campo

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000^a, p.64.

literário francês⁶⁵). Assim, a existência de instâncias específicas internacionais (como o prêmio Nobel de literatura e o PEN Clube), supranacionais (como as revistas e associações europeias de ciências sociais⁶⁶) ou transnacionais (como os colóquios e congressos científicos ou os festivais) constitui um indicador da formação de espaços supranacionais que permanecem, todavia, mais frequentemente dependentes dos campos nacionais e das relações de força entre eles (sem dúvida por falta de uma instância supranacional estatal suficientemente poderosa para lhes transcender).

O espaço de recepção das revoluções simbólicas é igualmente um indicador de existência de um campo transnacional, que permite situá-lo no espaço e no tempo: esse espaço pode ser observado há muito tempo não somente nos universos onde a circulação não é constrangida pela língua (como a arte pictórica, a música instrumental, ou as ciências mais formalizadas), mas também no caso da literatura e das ciências humanas, apesar do obstáculo linguístico, e também, no caso intermediário do cinema⁶⁷. Certamente, além das defasagens temporais (que os meios tecnológicos permitem reduzir), essa circulação e, por consequência, as chances de acesso à visibilidade internacional, são largamente determinadas pelas relações de força internacionais: testemunha disso são as desigualdades entre línguas e países no mercado mundial da tradução (o inglês chegando sempre em primeiro lugar, inclusive no polo de produção restrita)⁶⁸, ou entre países no mercado da arte contemporânea, mercado globalizado e relativamente desnacionalizado, no qual

65 Como mostrou VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Minuit, coll. «Le sens commun», 1985. Sobre a evolução da posição da Academia francesa desde o século XIX, ver CHARLE, Christophe. *Naissance des << intellectuels >> 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990. et ; SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris: Fayard, 1999, chap. 4.

66 Sobre as condições de formação de um espaço europeu das ciências sociais, ver HEILBRON, Johan. The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, 10, 2013. ; sobre o caso da sociologia, HEILBRON, Johan. “La sociologie européenne existe-t-elle ?”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009c, p. 347-358.

67 HEILBRON, Johan. Échanges culturels transnationaux et mondialisation : quelques réflexions. *Regards sociologiques*, 22, p. 141-154, 2002. ; Sobre a literatura, ver CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.

68 HEILBRON, Johan. Towards a sociology of translation. Book translations as a cultural world system. *European Journal of Social Theory*, 2(4), p. 429-444, 1999. , trad. française, “Le système mondial des traductions”. In: Sapiro, Gisèle (dir.), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale*, Paris: Nouveau Monde, p. 253-274 ; e SAPIRO, Gisèle. (dir.). *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. «Culture et société», 2008. É significativo sobre essa relação, que as literaturas periféricas que conseguiram alcançar certa visibilidade na cena internacional nesse período da globalização, como a literatura holandesa e a israelita (em hebreu moderno), foram fortemente apoiada por uma política estatal ajustada ao mercado mundial da tradução (ver as contribuições de J. Heilbron et G. Sapiro em *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. «Culture et société», 2008, chap. 11 et 14).

a pretensão universalista esconde as hierarquias implícitas entre os países onde se concentram as galerias mais dotadas em capital simbólico, a saber, os Estados Unidos e a Alemanha⁶⁹. Assim, os bens simbólicos circulam principalmente do centro para a periferia no polo de produção restrita desse mercado mundial, mas a capacidade dos centros de apropriação das invenções e inovações produzidas na periferia, de um lado, e a autonomia relativa dessas circulações em relação ao fluxo global e as lógicas de mercado, de outro, atestam a existência de campos de escala transnacional (por exemplo, enquanto a maior parte de títulos traduzidos em francês no setor de ciências humanas e sociais entre 1985 e 1992 provinha do inglês, para as obras de filosofia, o alemão ficava em primeiro lugar, signo do capital simbólico acumulado pela tradição filosófica alemã e do fraco reconhecimento que gozava a filosofia americana na França⁷⁰).

Outro indicador de emergência desses espaços: as redes e as colaborações científicas, que podem ser medidas pela publicação de artigos em parceria: Yves Gingras e Johan Heilbron mostram assim, em uma pesquisa sobre a evolução das publicações científicas em ciências sociais e humanas escritas em colaboração internacional por pesquisadores de variados países europeus, modalidade incrementada no período da globalização, dentro e fora da Europa⁷¹. Dessa pesquisa, que isola um subconjunto de revistas europeias comparando-as às revistas nacionais e internacionais, conclui-se que se a tendência à internacionalização, variável de acordo com as diferentes disciplinas, aumentou no nível intra-europeu (sem dúvida favorecida pelos programas colaborativos colocados em prática pela União Europeia), são as colaborações com pesquisadores americanos que prevalecem, prova da posição dominante destes últimos no espaço internacional das ciências sociais. Os resultados obtidos levam os autores a pensar, contudo, que uma boa parte da produção das ciências sociais permanecerá local e nacional, em razão de sua indexação espaço-temporal.

69 Ver QUEMIN, Alain. *L'Art contemporain international. Entre les institutions et le marché*. Paris: Jacqueline Chambon/Artpice, 2002. ; QUEMIN, Alain. *Les Stars de l'art contemporain*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2013.

70 Ver SAPIRO, Gisèle; POPA, Ioana. “Traduire les sciences humaines et sociales : logiques éditoriales et enjeux scientifiques”. In: SAPIRO, Gisèle. *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation*. Paris: CNRS Ed., coll. « Culture et société », 2008, chap. 5. ; PUDAL, Romain. “La philosophie peut-elle être américaine? Les obstacles à l'importation du pragmatisme en France”. In: SAPIRO, Gisèle. *Traduire la littérature et les sciences humaines : conditions et obstacles*. Paris: DEPS (ministère de la Culture), 2012, p. 321-342.

71 GINGRAS, Yves; HEILBRON, Johan. “L'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006)”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 359-390.

Assim o enraizamento nacional dos campos é um fato histórico que podemos datar e que não tem nada de universal nem de inelutável, mesmo se as evoluções recentes mostram a força de resistência dessa ancoragem tanto na prática quanto nas representações: os Estados-nação continuam a jogar um papel importante nos mercados de bens culturais globalizados em diferentes níveis (no superior pela formação educacional, para além pelas políticas de incentivo e os diversos auxílios), e em inúmeros campos, a ficção estabelecida das identidades nacionais continua enquadrando a percepção desses bens: é claramente o caso da literatura ou das noções de “literatura francesa”, “literatura americana”, “literatura italiana”, que continuam a prevalecer, ocorrendo o mesmo com grande número de disciplinas como a filosofia (“alemã”, “francesa”), a sociologia (“americana”, “francesa”), e mesmo a matemática (“americana”, “francesa”); o que mascara, entretanto, sua heterogeneidade (aí compreendido o ponto de vista das origens geográficas⁷²) e o fato de que o espaço dos possíveis está longe de ser circunscrito ao território nacional. Entretanto, como vimos, essa ancoragem há muito esconde a história transnacional que subjaz a formação desses campos nacionais, assim como os intercâmbios que contribuíram à sua evolução e as diversas formas de extensão ou de reconfiguração espacial que conheceram (especialmente através do colonialismo ou dos fenômenos de hegemonia e de lutas que os engendraram). Os diferentes modos de internacionalização que observamos hoje devem ser restituídos nesta história de longa duração da formação dos Estados-nação e das relações de força entre eles, do colonialismo e das ideologias internacionalistas, que contribuíram à reconfiguração das fronteiras geográficas dos campos⁷³. É necessário também levar em conta os fenômenos de imbricação entre campos e mercados, de um lado, entre subcampos e campos de outro (como as especialidades no seio de campos disciplinares ou profissionais), assim como as relações de dependência entre os campos nacionais (por exemplo, o campo literário belga em relação ao campo literário francês) ou entre os diferentes campos (como o exemplo citado dos campos político e econômico). Se as lógicas de expansão dos mercados são um fator de internacionalização que favorece a circulação e os intercâmbios (e sua

72 Assim, os escritores publicados por um editor francês que tiveram ao menos um livro traduzido do francês ao inglês e publicado nos Estados Unidos entre 1990 e 2003, pertencem a mais ou menos 30 nacionalidades diferentes (mesmo se sua representação é desigual, três quartos dos títulos traduzidos provêm de um autor de nacionalidade francesa). SAPIRO, Gisèle. *Les traductions littéraires entre Paris et New York à l'ère de la globalisation*, étude citée.

73 Ver Go, Julian. Global fields and imperial forms. *Sociological Theory*, 26(3), p. 201-229, 2008; e o número “Bourdieu and the international”, *International Political Sociology*, 5(3), 2011. Ver SAPIRO, Gisèle. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of translations in the US and in France. *Poetics*, 38(4), p. 419-439, 2010.

sincronização crescente), elas podem também ser um fator de heteronomia, necessitando de estratégias de resistência para defender a autonomia dos campos, que se desenvolvem em escala local como os de nível internacional ou transnacional (como, por exemplo, a mobilização do PEN Clube para apoiar a tradução contra a dominação do inglês⁷⁴). A internacionalização das estratégias e lutas em defesa da autonomia é uma das alavancas da emergência de campos transnacionais, com a criação de instâncias específicas, a extensão do espaço de recepção, e a formação de redes mais ou menos informais dando lugar a colaborações e a trocas.

Devemos reivindicar, enfim, o banimento do método comparativo? Certamente não, contanto que seja praticado um comparatismo estrutural – ou seja, fundado sobre princípios de homologias estruturais entre espaços sociais e campos, mas também sobre os princípios de diferenciação próprios a cada sociedade⁷⁵ –, que leve em conta os intercâmbios, as relações de força e as relações de dependência e de imbricação, quer se trate da comparação entre espaços (entre campos nacionais ou supranacionais) ou entre períodos (entre diferentes estados de um mesmo campo)⁷⁶ – o que permite o conceito abstrato de campo. E os efeitos de defasagem temporais induzidos pela circulação de modelos (entre diferentes países ou entre diferentes campos – por exemplo, o modelo de organização profissional) lembram que contemporaneidade não é sinônimo de sincronia e que a força heurística do conceito de campo não reside tanto na sua definição espacial, para além de suas próprias propriedades relacionais e dinâmicas, quanto na sua historicidade e temporalidade própria (fundamentos que ele supõe).

74 Como o explica Pierre Bourdieu a propósito do modelo de análise de *La Distinction* na ocasião de uma conferência no Japão em 1989: esse modelo permite << recuperar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e o qual se deve procurar o princípio [...] nas particularidades das *histórias coletivas* diferentes >>. A capacidade de transposição do modelo no espaço e no tempo está ligada a seu caráter relacional: a posição das práticas culturais no espaço social não resulta de propriedades que lhes são inerentes, mas de seus usos pelos grupos sociais como maneira de se distinguir ou de se diferenciar em relação a outras práticas. É porque << a comparação só é possível de *sistema a sistema* >>; BOURDIEU, Pierre. “Espace social et espace symbolique”. In: _____. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil, 1994, p. 17 et 19-20.

75 CHARLE, Christophe. *Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris: Seuil, 1996. ; BOSCHETTI, Anna. “Pour un comparatisme réflexif”. In: _____ (dir.). *L'Espace culturel transnational*. Paris: Nouveau Monde, 2010.; SAPIRO, Gisèle. “Comparaison et échanges culturels : le cas des traductions”. In: COLLECTIF. *Faire des sciences sociales*. vol. 2, *Comparer*. Paris: Ed. de l'EHESS, 2012, p. 193-221. ; VAUCHEZ, Antoine. Le prisme circulatoire. Retour sur un leitmotiv académique. *Critique internationale*, 59, p. 9-16, 2013.

76 BOURDIEU, Pierre. “Le moment critique”. In: _____. *Homo academicus*, Paris: Minuit, coll. << Le sens commun >>, 1984, chap. 5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, Andrew. *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labor.* Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1988.
- ALBERTO, Roland et al.. *Le Livre : que faire ?.* Paris: La Fabrique, 2008.
- ARON, Paul.“La littérature en Belgique francophone de 1930-1960 : débats et problèmes autor d'un “sous-champ””. In: EINFALT, Michael, et. Al. (eds).. *Intellektuelle Redlichkeit – Intégrité intellectuelle. Literatur – Geschichte – Kultur. Festschrift für Joseph Jurt.* Heidelberg, Universitätsverlag, 2005, p. 417-428.
- ASSOULINE, Pierre. *Du côté de chez Drouant. Cent dix ans de vie littéraire chez les Goncourt.* Paris: Gallimard/France Culture, 2013.
- BEZES, Philippe. État, experts et savoirs neo-manageriaux. Les producteurs et diffuseurs du New Public Management en France depuis les années 1970. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, p. 16-37, juin, 2012.
- BOUQUILLION, Philippe (dir.). *Rapport sur la diversité culturelle et les nouvelles technologies – filière audiovisuelle, département des Etudes, de la Prospective et des Statistiques du ministère de la Culture.. 2007.*
- BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. *Revue française de sociologie*. 12(3), p. 295-334, 1971a.
- _____. Une interpretation de la théorie de la religion selon Max Weber, *European Journal of Sociology*, 12, p. 3-21, 1971b.
- _____. Le marché des biens symboliques. *L'Année sociologique*, 22, p. 49-126, 1971c.
- _____. *Homo academicus.* Paris: Minuit, coll. << Le sens commun >>, 1984.
- _____. Effet de champ et effet de corps. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 59, p. 73, 1985a.
- _____. Existe-t-il une littérature belge? Limites d'un champ et frontières politiques. *Études de lettres*, vol. 3, p. 3, 1985b.
- _____. *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire.* Paris: Seuil, 1992.
- _____. “Espace social et espace symbolique”. In: _____. *Raisons pratiques.* Paris: Seuil, p. 17 et 19-20, 1994.
- _____. Le fonctionnement du champ intellectuel. *Regards sociologiques*, 17-18, p. 11, 1999.
- _____. *Propos sur le champ politique.* Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000a.
- _____. “Du champ national au champ international”. In: _____. *Les Structures sociales de l'économie.* Paris: Seuil, coll. << Liber >>, 2000b, p. 273-280.
- _____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche em sciences sociales*, 145, decembre, p. 3-8, 2002.

- _____. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2012.
- _____. *Manet. Une révolution symbolique*. Paris: Seuil/Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2013.
- BOSCHETTI, Anna. “Pour un comparatisme réflexif”. In: _____ (dir.). *L'Espace culturel transnational*. Paris: Nouveau Monde, 2010.
- CASANOVA, Pascale. *Beckett, l'abstracteur. Anatomie d'une révolution littéraire*. Paris: Seuil, 1997.
- _____. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.
- _____. (dir.). Des littératures combatives. L'internationale des nationalismes littéraires. Paris: Raisons d'agir, coll. « Cours et travaux », 2011.
- CHARLE, Christophe. Naissance des << intellectuels >> 1880-1900. Paris: Minuit, 1990.
- _____. Les Intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée. Paris: Seuil, 1996.
- CHARTIER, Roger. *Les Origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Seuil, 1990, rééd. « Points », p. 220 sq, 2000.
- COCKS, Geoffrey; JARAUSCH, Konrad. *German Professions, 1800-1950*. New York: Oxford University Press, 1990.
- DORE, Martin. “Stratégies editoriales et marché international : le cas d'un éditeur canadien francophone, Hurtubise HM”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). (2009), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale*. Paris: Nouveau Monde, 2009.
- DUBOIS, Vincent. *La Politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris: Belin, 1999.
- DUCOURNAU, Claire. *Écrire, lire, élire l'Afrique : les mécanismes de réception et de consécration d'écrivains contemporains originaires de pays francophones d'Afrique subsaharienne*. Thèse de doctorat en sociologie. Paris: EHESS, 2012, p. 123-136.
- DULONG, Delphine. *La Construction du champ politique*. Paris: Presses universitaires de Rennes, 2010.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Russian and Hebrew: the case of a dependent polystem. *Poetics Today*, 11(1), p. 97-110, 1990.
- FABIANI, Jean-Louis. *Les Philosophes de la République*. Paris: Minuit, coll. « Le sens commun », 1988.
- FAJARDO, Luis Mauricio Bustamante. *L'adoption de la diversité culturelle à l'UNESCO. Analyse sociologique d'une stratégie de légitimation culturelle*. Mémoire de Master 2 en sociologie, sous la direction de Gisèle Sapiro. Paris: EHESS, 2007.
- FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains*. Paris: Karthala, 2001.

- FULCHER, Jane F. *The Composer as Intellectual. Music and Ideology in France (1914-1940)*. New York: Oxford University Press, 2005.
- GAUVIN, Lise. *Écrire, pour qui ? L'écrivain francophone et ses publics*. Paris: Karthala, 2007.
- GELLNER, Ernst. *Nations et nationalisme*. Trad. Française. Paris: Payot, 1989.
- GEORGAKAKIS, Didier (dir.). *Le Champ de l'Eurocratie. Une sociologie politique du personnel de l'EU*. Paris: Economica, coll. « Études politiques », 2012.
- GINGRAS, Yves. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 141-142, mars, p. 31-45, 2002.
- GINGRAS, Yves; HEILBRON, Johan. “L'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006)”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 359-390.
- GO, Julian. Global fields and imperial forms. *Sociological Theory*, 26(3), p. 201-229, 2008.
- GOLDSTEIN, Jan. “Moral contagion”: a professional ideology of medicine and psychiatry in eighteenth- and nineteenth-century France”. In: GEISON, Gerald L.. *Professions and the French State 1700-1900*. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 1984, p. 181-222.
- GOURNAY, Bernard. *Exception culturelle et mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Po, coll. « La bibliothèque du citoyen », 2002.
- HAUCHECORNE, Mathieu. Le “professeur Rawls” et le “Nobel des pauvres”. La politisation différenciée des théories de la justice de John Rawls et Amartya Sen dans les années 1990 en France. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 94-113, mars, 2009.
- HEILBRON, Johan. Towards a sociology of translation. Book translations as a cultural world system. *European Journal of Social Theory*, 2(4), p. 429-444, 1999.
- _____. Échanges culturels transnationaux et mondialisation : quelques réflexions. *Regards sociologiques*, 22, p. 141-154, 2002.
- _____. “Le système mondial des traductions”. In: Sapiro, Gisèle (dir.), *Les Contradictions de la globalisation éditoriale* Paris: Nouveau Monde, 2009a, p. 253-274.
- _____. “Repenser la question des traditions nationales en sciences sociales”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009b, p. 301-318.
- _____. “La sociologie européenne existe-t-elle ?”. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009c, p. 347-358.
- _____. The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, 10, 2013.

- HEILBRON, Johan et al. (2009). "Internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 319-346.
- HENRY, Odile. *Les Guérisseurs de l'économie. Sociogenèse du métier d'ingénieur-conseil*. Paris: CNRS Éd., 2013.
- HENRY, Odile; PIERRU, Frédéric. Le conseil de l'État. Expertise privée et réforme des services publics. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 193, juin, 2012.
- JEANPIERRE, Laurent. Une opposition structurante pour l'anthropologie structurale : Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux Etats-Unis. *Revue d'Histoire des sciences humaines*, 11, p. 13-43, 2004.
- JOUHAUD, Christian. *Les Pouvoirs de la littérature. Histoire d'un paradoxe*. Paris: Gallimard, coll. « NRF Essais », 2000.
- KARADY, Victor. "L'émergence d'un espace européen des connaissances sur l'homme et la société: cadres institutionnels et démographiques". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009, p. 43-68.
- KARPIK, Lucien. *Les Avocats. Entre l'État, le public et le marché. XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 1995.
- KELLER, Ursulla; RAKUSA, Ilma (Dir.). *Writing Europe. What is European about the Literatures of Europe? Essays from 33 European Countries*. Budapest/ New York: CEU Press, 2004.
- LEBARON, Frederic. *La Croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil, coll. « Libé », 2000.
- LECLER, Romain. "Itinéraire d'une notion". In: . *Sociologie de la mondialisation*. Paris: La Découverte, coll. « Repères », 2013, p. 7-30.
- LÜSEBRINK, Hans-Jürgen; STADTLER, Katharina (dir.). Les Littératures africaines de langue française à l'époque de la postmodernité. État des lieux et perspectives de la recherche. Oberhausen: Athena, 2004.
- MALELA, Buata B. *Les Écrivains afro-antillais à Paris (1920-1960)*. Paris: Karthala, 2008.
- MALATESTA, Maria (ed.). *Society and Professions in Italy, 1860-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MASSEAU, Didier. *L'Invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle*. Paris: PUF, 1994.
- MATONTI, Frédérique. L'anneau de Moebius. La réception en France des formalistes russes. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177, p. 52-67, mars, 2009.

- MCQUELLAND, Charles E. *The German Experience of Professionalization. Modern Learned Professions and their Organizations from the Early Nineteenth Century to the Hitler Era.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MEIZOZ, Jerome. *Ramuz. Un passager clandestin des Lettres françaises.* Geneve: Ed. Zoe, 1997.
- MOURALIS, Bernard. "Pertinence de la notion de champ littéraire en littérature africaine". In: FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). *Les Champs littéraires africains.* Paris: Karthala, 2001, p. 57-71.
- NAUDIER, Delphine. L'irrésistible élection de Marguerite Yourcenar à l'Académie française. *Cahiers du Genre*, 36, p. 45-67, 2004.
- OFFERLE, Michel (dir.). *La Profession politique XIXe-XXe siècles.* Paris: Belin, 1999, p. 37-68.
- PERKIN, Harold. *The Rise of Professional Society. England since 1880.* Londres/ New York: Routledge, 1989.
- POPA, Ioana. *Traduire sous contraintes. Littérature et communisme (1947-1989).* Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2010.
- PUDAL, Romain. "La philosophie peut-elle être américaine ? Les obstacles à l'importation du pragmatisme en France". In: SAPIRO, Gisèle. *Traduire la littérature et les sciences humaines : conditions et obstacles.* Paris: DEPS (ministère de la Culture), 2012, p. 321-342.
- QUEMIN, Alain. *L'Art contemporain international. Entre les institutions et le marché.* Paris: Jacqueline Chambon/Artprice, 2002.
- _____. *Les Stars de l'art contemporain.* Paris: CNRS Ed., coll. « Culture & société », 2013.
- REGOURD, Serge. *L'Exception culturelle.* Paris: PUF, coll. « Que sais-je ? », 2002.
- _____. (Dir.). *De l'exception à la diversité culturelle.* Paris: La Documentation française, 2004.
- ROBICHON, Jacques. *Le Défi des Goncourt.* Paris: Denoel, 1975.
- ROCHE, Daniel. *Les Républicains des lettres: gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle.* Paris: Fayard, 1988.
- SACRISTE, Guillaume. *La République des constitutionnalistes. Professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914).* Paris: Presses de Sciences Po, 2011.
- SAPIRO, Gisèle. *La Guerre des écrivains, 1940-1953.* Paris: Fayard, 1999, p. 330- 331.
- _____. The literary field between the state and the market . *Poetics. Journal of Empirical Research on Culture, the Media and the Arts*, 31(5-6), p. 441-461, 2003.
- _____. *Les professions intellectuelles, entre l'État, l'entrepreneuriat et l'industrie.* *Le Mouvement social*, 214, p. 3-24, janvier-mars, 2006.

- _____. *Translatio. Le marché dela traduction en France à l'ère de la mondialisation.* Paris: CNRS Ed., coll. << Culture et société >>, 2008.
- _____. “Introduction”. In: . (dir.). *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle.* Paris: La Decouverte, 2009, p. 5-25.
- _____. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of translations in the US and in France. *Poetics*, 38(4), p. 419-439, 2010a.
- _____. Les traductions littéraires entre Paris et New York a l'ère de la globalisation, étude réalisée dans le cadre d'une convention avec le MOTif (Observatoire du livre et de l'écrit en Île-de-France), CESSP, avril, 2010b (http://www.lemotif.fr/fichier/motif_fichier/143/fichier_fichier_synthase.paris.new.york.paris.pdf).
- _____. *La Responsabilité de l'écrivain. Littérature, droit et morale en France XIXe-XXIe siècles.* Paris: Seuil, 2011.
- _____. “Comparaison et échanges culturels : le cas des traductions”. In: COLLECTIF. *Faire des sciences sociales, vol. 2, Comparer.* Paris: Ed. de l'EHESS, 2012, p. 193-221.
- SAPIRO, Gisèle; POPA, Ioana. “Traduire les sciences humaines et sociales : logiques éditoriales et enjeux scientifiques”. In: SAPIRO, Gisèle. *Translatio. Le marché dela traduction en France à l'ère de la mondialisation.* Paris: CNRS Ed., coll. << Culture et société >>, 2008.
- SCHIFFRIN, Andre. *L'Édition sans éditeurs.* Paris: La Fabrique, 1999.
- _____. *Le Contrôle de la parole. L'édition sans éditeur, suite.* Paris: La Fabrique, 2005.
- SERRY, Herve. “Faire l'Europe” : enjeux intellectuels et enjeux éditoriaux d'une collection transnationale.” In: SAPIRO, Gisèle. *L'Espace intellectuel en Europe : de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle.* Paris: La Decouverte, 2009, p. 227-252.
- SIEGRIST, Hannes. “The professions in nineteenth-century Europe”. In: HARTMUT, Kaelble (éd.). *The European Way.* New York: Berghahn Books, 2004, p. 68-88.
- SKORNICKI, Arnault. *L'Économiste, la cour et la patrie.* Paris: CNRS Ed., coll. <<Culture & société>>, 2011.
- SOMMIER, Isabelle et al.. *Généalogie des mouvements altermondialistes em Europe. Une perspective comparée.* Paris: Karthala, 2008.
- SWAAN, Abram de. “The European void: the democratic deficit as a cultural deficiency”. In: FOSSMAN, John; SCHLESINGER, Philip (dir.). *The European Union and the Public Sphere. A Communicative Space in the Making?.* Londres/New York: Routledge, 2007, p. 135-153.

- THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France. Le mouvement régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: PUF, 1991.
- _____. *La Création des identités nationales. Europe XVIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1999.
- VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Minuit, coll. «Le sens commun», 1985.
- VAUCHEZ, Antoine. The force of a weak field: law and lawyers in the government of the European Union. *International Political Sociology*, 2, p. 128-144, 2008.
- _____. Le prisme circulatoire. Retour sur un leitmotiv académique. *Critique internationale*, 59, p. 9-16, 2013.
- VAUCHEZ, Antoine; WITTE, Bruno de (eds.). *Lawyering Europe. European Law as a Transnational Social Field*. Oxford: Hart Publishing, 2013.
- VIGNE, Eric. *Le Livre et l'éditeur*. Paris: Klincksieck, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Comprendre le monde. Introduction à l'analyse des systèmes-monde*. Trad. Francaise. Paris: La Decouverte, coll. «Grands Repères Manuels», 2006, p. 136.
- WEBER, Max. *Le Savant et le politique*. Trad. Francaise. Paris: Plon, 1959.
- WIMMER, Andreas & SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: an essay in historical epistemology. *International Migration Review*, 37(3), p. 576-610, 2003.
- ZIMMERMANN, Benedicte; Michael WERNER. Penser l'histoire croisé: entre empirie et réflexivité. *Annales HSS*, 58(1), p. 7-36, 2003.

Das mônadas às redes: o resgate de um social associativo para a Sociologia Digital

From monads to networks: the rescue of an associative social for Digital Sociology

Leonardo Pastor^a

Resumo Buscou-se, neste artigo, relacionar as propostas sociológicas de Gabriel Tarde com perspectivas atuais de interseção entre a sociologia e práticas envolvendo dados e métodos digitais, interpretando a emergência do campo da sociologia digital a partir do resgate de um social associativo. Em um primeiro momento, apresentamos o debate entre Tarde e Durkheim, demonstrando duas concepções distintas de teorização e prática das ciências sociais; em seguida, apontamos as principais questões elaboradas por Tarde, e de que forma podemos compreendê-las e recuperá-las atualmente; por fim, discutimos questões voltadas para a constituição de uma sociologia digital, elencando algumas problematizações e desafios apontados por autores que trabalham com o tema. Argumentamos que o desenvolvimento de uma sociologia digital necessita estar em concordância com uma reconfiguração do que se entende por “social”; nesse sentido, propomos a recuperação e atualização de um social associativo trabalhado por Gabriel Tarde, permitindo uma compreensão sociológica que escapa a uma exclusividade humana e envolve dinâmicas atuais do cotidiano mediado por tecnologias digitais de informação e comunicação.

Palavras-chave Sociologia Digital; Gabriel Tarde; Teoria Social

Abstract We seek to relate the sociological proposals of Gabriel Tarde with contemporary perspectives of interceptions between sociology and the practices of data and digital methods, interpreting the emergence of the field of digital sociology from the rescue of an associative social. At first, we present the debate between Tarde

^a Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PPGCC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista de doutorado da CAPES; mestre pelo mesmo programa de pós-graduação; graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação da UFBA; é pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (Lab 404), coordenado pelo Prof. Dr. André Lemos, e membro do Núcleo de Estudos em Ciências Sociais e Saúde (ECSAS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA; participou em 2011 e 2012 de programa de intercâmbio na Université Paris 8 Vincenne-Saint-Denis; entre 2018 e 2019 esteve em período de doutorado sanduíche (PDSE/Capes) na Universidad Complutense de Madrid, sob orientação da Profa. Dra. Amparo Lasén; dentre seus interesses, destacam-se: Cultura digital, Teoria Ator-Rede, Fotografia e Etnografia.

and Durkheim, demonstrating two distinct conceptions of theorization and practice of the social sciences; then we point out the main questions elaborated by Tarde, and how we can understand and retrieve them today; finally, we discuss the issues of the constitution of a digital sociology, listing some of the problematizations and challenges pointed out by authors working on the theme. We argue that the progress of a digital sociology needs to be in accordance with a reconfiguration of what is meant by “social”; in this sense, we propose the recovery and updating of an associative social developed by Gabriel Tarde, allowing a sociological understanding that escapes a human exclusivity and involves current dynamics of the daily life mediated by digital technologies of information and communication.

Keywords Digital Sociology; Gabriel Tarde; Social Theory

INTRODUÇÃO

Para Gabriel Tarde (2007c), toda coisa é uma sociedade; para Émile Durkheim (2014), todos os fatos sociais são coisas. Não se trata de uma simples inversão linguística, mas de enunciados capazes de refletir propostas sociológicas que, à época dos autores, entraram em intenso conflito. O que se entende, afinal, por “social”? – esta é a questão central levantada no nascimento de uma ciência social, a qual, atualmente, é retomada em discussões epistemológicas na disciplina.

Vencedoras deste debate inicial, as perspectivas de Durkheim moldaram grande parte das pesquisas futuras em sociologia. No entanto, alguns autores contemporâneos sugerem novas problematizações sociológicas capazes de fugir à lógica do social como um conjunto de elementos estáveis – ou como um domínio especial da realidade –, na linha desenvolvida a partir de Durkheim, resgatando as potencialidades associativas do social – entendê-lo como um princípio de conexões –, aproximando-se, portanto, de Tarde (CANDEA, 2010; LATOUR, 2012b; VARGAS, 2000).

Buscou-se, neste artigo, discutir e evidenciar a importância do resgate de conceitos e perspectivas de Gabriel Tarde para a renovação nas reflexões e métodos sociológicos atuais e as possíveis influências no desenvolvimento de uma sociologia digital. Primeiramente, portanto, contextualizamos o debate entre Tarde e Durkheim, apontando suas concepções sociológicas distintas e influências no desenvolvimento da área; em seguida, discutimos as principais questões trabalhadas por Tarde, tensionando-as de forma a recuperá-las em uma discussão sociológica atual; a partir desta discussão, demonstramos como um social associativo tardiano se relaciona com lógicas de difusão de dados digitais, evidenciando a importância de seu resgate para a renovação nas reflexões e métodos sociológicos atuais e as possíveis influências no desenvolvimento de uma sociologia digital.

Argumenta-se, através deste percurso, que há um promissor direcionamento da sociologia para um entrelaçamento com filosofias empíricas, perspectivas antropológicas, propostas pluralísticas de “social” e métodos digitais. Argumentamos, ainda, que o desenvolvimento de uma sociologia digital necessita entrar em relação com uma nova definição de social; sendo assim, propomos como ponto de partida um resgate da sociologia de Gabriel Tarde e suas consequências para uma sociologia contemporânea alinhada com uma cultura digital e tecnologias de informação e comunicação.

SOCIOLOGIA DO SOCIAL E SOCIOLOGIA DAS ASSOCIAÇÕES

No último período do século XIX, o debate¹ entre Émile Durkheim e Gabriel Tarde chamou a atenção da comunidade acadêmica francesa. Trata-se, como explica Marcia Consolim (2010, p. 40), de um episódio que “pode ser considerado clássico na história das ciências sociais”, explicitando as disputas que marcaram o nascimento do campo sociológico e que, de certa forma, persistem e são resgatadas atualmente, seja por um valor histórico ou para demarcar um posicionamento sociológico capaz de evitar ou extrapolar uma perspectiva durkheimiana ainda predominante – como é caso, por exemplo, deste trabalho.

Tanto Durkheim quanto Tarde, de maneiras muitas vezes distintas, buscaram delimitar o que se entenderia por uma ciência social em uma época na qual não existia ainda uma cadeira de sociologia na universidade francesa. O primeiro, apesar de ter grande influência na fundamentação de boa parte da sociologia como a conhecemos hoje, não recebeu reconhecimento imediato. Tarde, por outro lado, no mesmo período já obtinha grande prestígio acadêmico, com obras de alcance internacional. No entanto, como explica Laurent Mucchielli (2001), o prestígio solitário de Tarde, em contraste com o empenho de pesquisa coletivo de Durkheim, auxiliou em uma influência futura mais eficiente das perspectivas sociológicas durkheimianas. Apesar do sucesso acadêmico em sua época, a sociologia de Tarde torna-se esquecida no desenvolvimento posterior da disciplina. Dessa forma, “Durkheim entrou para a história como pai fundador da sociologia científica e Tarde foi neutralizado como mero precursor da disciplina” (VARGAS, 2007, p. 9).

Dentre as questões de discordância entre os autores, a visão sobre a constituição das ciências sociais é uma das mais evidentes ao longo de seus debates.

¹ O debate presencial entre os dois autores aconteceu em 1903 na *École des Hautes Études Sociales*; no entanto, não há nenhum registro extenso do acontecimento. Uma versão deste debate, reencenada em 2007 e 2008 por Bruno Latour – enquanto Tarde – e Bruno Karsenti – como Durkheim –, foi realizada através de fragmentos das obras dos dois autores (Vargas et al., 2014).

Segundo Marcia Consolim (2010), Durkheim se encaminhava cada vez mais para uma especialização da sociologia, enquanto Tarde começava a diminuir seu interesse por questões específicas, a exemplo da criminalidade, e passava a refletir sobre uma sociologia geral. Porém, aprofundando-se nestas discordâncias sobre a própria sociologia, percebe-se uma forte contradição, por um lado, entre uma percepção de social como uma coisa, um domínio específico da realidade, permitindo-se desenvolver explicações sociais reaplicáveis, e, por outro lado, um social capaz de rastrear conexões, formado por associações e imerso em uma realidade descontínua. A primeira, desenvolvida a partir de Durkheim, é aquela que Bruno Latour (2012b) chama de “sociologia do social”, enquanto a segunda, influenciada por Tarde, seria uma “sociologia das associações”. Como veremos adiante, Latour argumenta pela necessidade de se resgatar este segundo tipo de perspectiva sociológica.

Se levarmos em conta tais diferenças, percebemos uma elaboração de social e sociedade de influência durkheimiana que, ao longo do desenvolvimento da disciplina, tornou-se bastante disseminada – apesar de diversas formulações e métodos, em termos gerais os estudos sociológicos basearam-se na lógica de uma sociologia do social. Pode-se perceber, inclusive, que a inicialmente criticado *As regras do método sociológico* tornou-se posteriormente uma influência decisiva na conformação de uma perspectiva comum de “social”. As discordâncias, apropriações e formulações a partir de Durkheim são diversas, mas é possível observar como uma certa lógica de compreensão do social permanece: um grupo específico de fenômenos que se distingue daqueles estudados, por exemplo, pelas ciências na natureza; formas de conduta e pensamento exteriores ao indivíduo; fato social como um grupo específico de fenômenos, coisas que são produtos da atividade humana (DURKHEIM, 2014).

Uma das preocupações de Durkheim, especialmente nos momentos de definição da ciência social e de seus métodos sociológicos, é uma constituição específica de um “fato social”. Sua busca, portanto, refere-se a uma necessidade de demonstrar um agregado de fenômenos através dos quais é possível perceber uma conformação própria de caráter humano, porém exterior ao indivíduo – fenômenos que se distinguem daqueles estudados pelas ciências na natureza ou centrados na psicologia do indivíduo. Antes de delimitar um método para estudá-los, Durkheim demonstra a necessidade de percebê-los como um fragmento específico da realidade. Em clara diferença aos “fenômenos orgânicos” ou “fenômenos psíquicos”, os fatos sociais “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem

a ele” (DURKHEIM, 2014, p. 3). Por isso que, para ele, a denominação de “sociais” é decorrente de fatos não encontrados em nenhuma outra categoria de fatos já classificados e estudados: “Esses fatos constituem portanto uma espécie nova, e é a eles que se deve ser dada e reservada a qualificação de sociais” (DURKHEIM, 2014, p. 4). Eles fazem parte, portanto, do que seria um domínio reservado à sociologia.

Nesse sentido, Durkheim percebe os fatos sociais como coisas, algo dado, colocado à observação do sociólogo. Esse caráter especial dos fatos sociais, portanto, coloca-nos em condição de considerá-los apenas em si mesmos, “separados dos sujeitos conscientes que os concebem”. Ou seja, deve-se “estudá-los de fora, como coisas exteriores” (DURKHEIM, 2014, p. 28). Além de externos, eles devem ser percebidos como coercitivos, capazes de conformar certas atitudes individuais. Nessa sociologia de Durkheim (2014, p. 75), formada como uma ciência das coisas, a “generalidade dos fenômenos” deve ser “tomada como critério de sua normalidade”. São esses caracteres exteriores que definem os objetos de pesquisa em uma sociologia do social. Durkheim, por exemplo, ao estudar formas da vida religiosa sugere que, para se buscar as características gerais da religião – uma formação social específica presente em toda religião –, é necessário investigar suas formas mais primitivas, ao invés de lidar com as mais complexas. Ou seja, pesquisar a religião no que ele chama de “civilizações primitivas”, nas quais os fatos sociais colocam-se em sua versão mais elementar. Por se tratarem de representações coletivas, formando realidades também coletivas, Durkheim (1990, p. 13) argumenta que “a religião é uma coisa eminentemente social”². São coisas sociais, formam um pensamento coletivo próprio. Para Durkheim, todos os fenômenos, se considerados como sociais, formam categorias coletivas específicas. Nesse sentido, pode-se dizer que “a sociedade é uma realidade *sui generis*” (DURKHEIM, 1990, p. 22).

A sociologia de Gabriel Tarde, ou uma sociologia das associações, percorre um caminho diferente. Ele abdica de uma explicação totalizante, de formatos de representações coletivas construídas através de uma visão macro – como propunha a escola durkheimiana –, compreendendo a vida social não como força estável explicativa, mas como diferenças que devem ser explicadas e se configuram em relações infinitesimais (VARGAS, 2000). Em outras outras palavras, o social se coloca como aquilo que deve ser explicado, e não como conjunto explicativo. Uma sociedade, portanto, não é uma realidade nela própria – envolvendo fatos sociais que só se explicam por outros fatos sociais –; para Gabriel Tarde (1890,

2 “*la religion est une chose éminemment sociale.*” Tradução nossa. Todas as citações em língua estrangeira utilizadas neste trabalho terão tradução nossa, com o trecho original em nota de rodapé.

p. 77), “uma sociedade é sempre, em graus diversos, uma associação”³, em uma organização da imitatividade. Ao contrário da argumentação durkheimiana, Tarde (2007b, p. 79) entende que “toda coisa é uma sociedade, que todo fenômeno é um fato social”. Excluindo-se um social específico e definido *a priori*, nos deparamos com o realismo descontínuo das mônadas.

MONADOLOGIA RENOVADA

Para Leibniz (2004, p. 131), a mônada é uma “substância simples, que entra nos compostos”. Seriam espécies de “Átomos da Natureza” ou “Elementos das coisas”. Elas, segundo o filósofo, necessitam ser diferentes umas das outras, já que na natureza não existem seres idênticos; são produzidas a partir de um Deus considerado uma unidade primitiva; são “Fulgurações contínuas da Divindade” (LEIBNIZ, 2004, p. 139). As mônadas, portanto, encarnam a singularidade e multiplicidade simultâneas, funcionando como átomos individuais que, ao mesmo tempo, formam uma totalidade. Nesse sentido, escreve Gabriel Tarde (2007b, p. 53), tais “mônadas, filhas de Leibniz, seguiram caminho desde seu pai. Por diversas vias independentes, elas se insinuam no coração da ciência contemporânea, sem o conhecimento dos próprios cientistas.” Esse átomo científico, ou essa mônada de Leibniz, ao ser atualizado colocam-nos inevitavelmente na percepção de uma “descontinuidade dos elementos” e “homogeneidade de seu ser”; ou seja, uma multiplicação descontínua por imitação e diferença, como será visto adiante neste artigo, e uma quebra do “abismo que separa o movimento e a consciência, o objeto e o sujeito, a mecânica e a lógica” (TARDE, 2007b, p. 53). Em outras palavras – mais próximas do vocabulário da Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012b), por exemplo –, trata-se da relação entre a heterogeneidade das redes e seu caráter de hibridismo. A mônada, da forma como é atualizada por Tarde, coopera portanto para evitar uma separação radical entre natureza e cultura, humanos e não humanos; ou, nos termos de Whitehead (1994, p. 38), evitar uma bifurcação da natureza em dois sistemas de realidade, e preferir, na verdade, entendê-la como um “complexo de entidades inter-relacionadas” (WHITEHEAD, 1994, p. 19).

Ao retirar Deus da lógica das mônadas de Leibniz, elas se tornam livres. Na perspectiva tardiana, explica Bruno Latour (2010), a quantificação toma este lugar de Deus nas mônadas, coordenando ações entre elas. Sem a divindade unificadora, elas se intercruzam livremente. Ao invés de fechadas, teríamos mônadas abertas e relacionais:

3 “Une société est toujours, à des degrés divers, une association [...]”

Pode-se esperar resolvê-los [os mistérios filosóficos] concebendo mônadas abertas que se interpenetrariam reciprocamente em vez de serem exteriores umas às outras? Creio que sim, e observo que, ainda por esse lado, os progressos da ciência, não digo contemporânea apenas, mas moderna, favorecem a eclosão de uma monadologia renovada (TARDE, 2007b, p. 79).

Dessa forma, diferentemente de um átomo fechado, as mônadas refletem um individual aberto. Ou, melhor, não haveria mais a necessidade de se pensar em uma sociedade como estrutura totalizante já que não haveria um átomo individual a contrapô-la. O elemento individual, na verdade, é mônada, “uma representação, uma reflexão, ou uma interiorização de todo um conjunto de outros elementos emprestados do mundo a sua volta”⁴ (LATOUR, 2010, p. 154). Não há, portanto, uma estrutura preenchida por indivíduos, mas elementos relacionais envolvidos em cada entidade – trata-se, na atualização feita por Latour (2010), de um ator-rede. Para Tarde, mesmo o indivíduo já é uma multidão. Nesse sentido, a unidade sociológica nunca seria o indivíduo, e muito menos uma sociedade totalizante; a sociologia tardiana, portanto, parte das mônadas renovadas – conectivas, plurais e abertas. Radicaliza-se a mônada de Leibniz até o ponto no qual uma descontinuidade última se torne continuidade, até a unicidade da mônada se tornar multiplicidade. E isto, segundo Gabriel Tarde, gera uma consequência epistemológica importante, como já vimos: toda coisa é uma sociedade e todo fenômeno é também um fato social. Portanto, um “ser vivo é uma sociedade”, da mesma forma que um “ser puramente mecânico” também seria (TARDE, 2007b, p. 83). O social está para além das relações humanas; está também nas máquinas, no trabalho das abelhas, das formigas. Para perceber a multiplicidade das mônadas, escreve Tarde (2007b, p. 76), devemos nos afastar de um “preconceito antropocêntrico”:

Na verdade, é lícito perguntarmo-nos, comparando às invenções celulares, às indústrias celulares, às artes celulares, tais como um dia de primavera as *expõe*, nossas artes, nossas indústrias, nossas pequenas descobertas humanas mostradas em nossas exposições periódicas, se é realmente certo que nossa inteligência e nossa vontade próprias, grandes *eus* dispondão de vastos recursos de um gigantesco estado cerebral, levam a melhor sobre as dos pequenos *eus* confinados na minúscula cidade de uma célula animal ou mesmo vegetal. Com certeza, se o

⁴ “a representation, a reflection, or an interiorization of a whole set of other elements borrowed from the world around it.”

preconceito de nos acreditarmos sempre superiores a tudo não nos cegasse, a comparação não penderia a nosso favor. É esse preconceito, no fundo, que nos impede de crer nas mônadas. (TARDE, 2007b, p. 74)

Em outros termos, pode-se dizer que se trata também de uma proposta de evitar uma purificação entre sociedade e natureza e, portanto, de maneira oposta àquela defendida por Durkheim, expandir a diversidade e pensar o social para além de uma realidade humana fechada. Como escreve Tarde (2007b, p. 104), “a diversidade, e não a unidade está no coração das coisas”. As mônadas tendem ao mesmo tempo a se reunirem e a se diferirem. Elas se propagam através de imitação, produzindo diferença em fluxos de crença e desejo. Ou seja, toda imitação produz diferença.

IMITAÇÃO E DIFERENÇA

Um dos motivos para um obscurecimento da sociologia de Gabriel Tarde após a sua morte refere-se à crença de que ela se resumiria a uma espécie de psicologia, ou uma interpsicologia (VARGAS, 2000). Dessa forma, a sociologia de Tarde não seria, de fato, uma sociologia, resumindo-se supostamente a um caráter individualista ou psicológico. Como explica Eduardo Viana Vargas (2000), essa definição eminentemente individualista da sociologia tardiana deve-se, especialmente, ao olhar operado através da lógica do discurso sociológico de Durkheim, capaz de se manter em uma forte contraposição entre indivíduo e sociedade – em uma sobreposição da segunda sobre o primeiro. Se, como sabemos, as ciências sociais se desenvolveram através de bases durkheimianas, mostra-se compreensível taxar as propostas de Tarde como um psicologismo ou individualismo metodológico, algo que não seria ainda uma sociologia.

Há, porém, aspectos difíceis de serem percebidos a partir de um olhar estriamente durkheimiano – ou de uma sociologia do social – à microssociologia de Tarde. Como lembra Vargas (2000, p. 195), ao contrário do que se poderia inferir, o social em Tarde não é explicado pelo individual: “o que importa são os microrrelacionamentos, as múltiplas relações difusas e infinitesimais que se produzem entre ou nos indivíduos.” O objeto desta sociologia, portanto, não é o indivíduo, mas sim “as pequenas repetições, oposições e adaptações, ou seus correlatos sociológicos, as imitações, hesitações e invenções que constituem matéria subrepresentativa e, como tal, remetem não aos indivíduos, e sim [...] a fluxos e ondas de crenças e desejos” (Vargas, 2000, p. 195). Para Tarde, a imitação é gerada a partir de tais fluxos de crença – as forças plásticas, que dão forma – e desejos – as forças funcionais, dando movimento –, os quais traçam a vida social. São forças, na verdade,

passíveis de quantificação, e não qualificação. Como explica Dominique Reynié (2005, p. XVIII), “toda sociedade humana é um sistema complexo de crenças e desejos introduzidos na vida social pela invenção e propagados pela imitação”.

O princípio da imitação, para Tarde (1890), relaciona-se diretamente com o social. Toda relação social, ou todo fato social, distingue-se dos outros por ser imitativo. Não há, portanto, um caráter de semelhança – como, por exemplo, em Durkheim –, mas uma diferenciação pela imitação. Nesse sentido, uma sociedade não é um agregado específico, uma coisa, mas uma imitatividade, uma associação. Em um dos capítulos de *Les lois de l'imitation*, Gabriel Tarde (1890, p. 82) se questiona diretamente: “o que é uma sociedade?”. Ao final, ele responde de maneira direta: “é a imitação”⁵.

Buscando uma característica puramente social para os fatos humanos, Tarde percebe como eles, inevitavelmente, perpassam por outros fenômenos também de ordem natural. Sendo assim, há para ele uma analogia possível entre, por exemplo, as sociedades animais e humanas. Temos, portanto, duas formulações importantes que escapam à “sociologia do social”: o social não é exclusividade da atividade humana, os fatos sociais não significam fatos humanos; a particularidade do ser social é seu fator imitativo, e não o organizacional. Ao invés de um domínio especial da realidade, vemos, em Tarde, uma realidade descontínua formulada por imitações e diferenças. Em outros termos, teríamos uma sociologia das associações capaz de ignorar um social definido *a priori* e permitir investigar as múltiplas conexões de híbridos de humanos e não humanos (LATOUR, 2012b).

A continuidade do social, segundo Tarde, dá-se pela imitação. São repetições, imitações que geram diferenças. Um dialeto local, por exemplo, de uso comum de algumas famílias, pode, pouco a pouco, através da imitação, tornar-se um idioma nacional (TARDE, 1890). Ou, então, quando Tarde (2005) analisa a questão das massas e da opinião pública, seu interesse não está em uma consciência coletiva que opera a nível estrutural, mas, ao contrário, nas relações operadas nas conversações – e suas configurações com os livros e os jornais. A conversação, de maneira descontínua, é um dos agentes da imitação – sua evolução, assim como qualquer outro fenômeno social, opera através das leis da imitação. Imita-se, afinal, porque “o que a coisa social deseja antes de tudo, como a coisa vital, é se propagar e não se organizar”⁶ (TARDE, 1890, p. 82). A organização é apenas um meio através do

5 “En résumé, à la question que nous avons posée en commençant: Qu'est-ce que la société ? nous avons répondu : c'est l'imitation.”

6 “Mais ce que veut la chose social avant tout, comme la chose vitale, c'est se propager et non s'organiser.”

qual a repetição imitativa se coloca como objetivo. A sociedade, portanto, não é uma organização de indivíduos ou uma entidade superior agregadora, mas uma “organização da imitatividade”⁷ (TARDE, 1890, p. 78).

Nessa mesma lógica, Gabriel Tarde (2007a, p. 164) argumenta que “a diferença é a causa e o objetivo e a harmonia, o meio e o efeito”. Em um movimento duplo, a diferença produz harmonia, ao mesmo tempo em que esta engendra a primeira. Como exemplo, Tarde fala do corpo humano, do qual sua harmonia possui como causa a diversidade dos órgãos, gerando o efeito de diferenciações maiores da espécie humana em relação a outras, e até dos humanos entre si. Em meio à harmonia, multiplicam-se as diferenças. A harmonia, portanto, explica apenas parcialmente os fenômenos, enquanto a diferença “explica a razão de tudo” (TARDE, 2007a, p. 140) – o social se formula por diferença, por imitação, e não por harmonia ou organização. Em termos mais amplos, pode-se dizer que os fluxos de crença e desejo tendem a se propagar, através da imitação; e, ainda, essa imitação não significa propagação do igual, mas produção de diferença. Por isso, então, Tarde (2007b, p. 94) escreve que “a diferença vai diferindo”.

Se, portanto, a diferença vai diferindo, através das diversas imitações e relações, o social nunca poderá ser um conjunto estável e explicativo. Pelo contrário, o social se aproxima mais do dinamismo, da mobilidade, das associações em constante movimento:

Portanto, assim como o indivíduo, por mais maravilhosamente organizado que seja, está subordinado a esse caos que chamamos uma sociedade e uma história, assim também, na sociedade considerada abstratamente, vemos as partes mais bem dispostas, as mais regulares, servirem simplesmente ao que há de mais estranho, mas também de mais variado: a novidade social incessante. (TARDE, 2007a, p. 160)

ENTRE SOCIOLOGIA RELACIONAL E FILOSOFIA EMPÍRICA

Mostra-se importante observar como, para Tarde, a questão do social passa também por questionamentos filosóficos. Vê-se que, curiosamente, as críticas recebidas pela sociologia tardiana – voltadas para a acusação de psicologismo ou de formular conceituações filosóficas que fugiriam à ciência social –, colocam-se atualmente como um dos pontos fortes para sua retomada. A microssociologia de

⁷ “l’organisation de l’imitativité”

Tarde relaciona-se, também, a uma proposta filosófica que foge ao substancialismo, e isso acaba tendo uma consequência direta na prática sociológica. Para Tarde,

A unidade das relações sociais não é dada *a priori*, nem se resolve em termos de morfologia social: ao contrário, ela é sempre contingente e se estrutura situacional e temporalmente, isto é, na simultaneidade das convicções e das paixões. Convém chamar a atenção sobre isso porque o privilégio explicativo das representações coletivas e aquele do local, do morfológico, são tributários de uma metafísica da identidade e da substância incompatível com os princípios da microssociologia de Tarde, segundo os quais a diferença e a multiplicidade são os únicos fenômenos decididamente fundamentais. O que interessa a Tarde sempre é uma relação – a repetição, a oposição e a adaptação que, como tal, é cerebral e infinitesimal, vale dizer, dessubstancializada (VARGAS, 2000, p. 212).

As leis da imitação fazem sentido, apenas, se consideradas através da ótica de uma filosofia não-essencialista. Como argumenta Tarde (2007b, p. 113), “toda a filosofia fundou-se até agora no verbo Ser [Être] cuja definição parecia a pedra filosofal a descobrir. Pode-se afirmar que, se tivesse sido fundada no verbo Haver [Avoir], muitos debates estéreis, muitos passos do espírito no mesmo lugar teriam sido evitados”. O verbo *avoir*, em francês, remete em português aos verbos “ter” e “haver”. A escolha⁸ pelo “haver” refere-se a um sentido de relação com a diferença, não uma simples posse. O *avoir* se coloca como relacional, em oposição a um *être* fechado em si. Trata-se, portanto da reivindicação de uma abertura monadológica da filosofia. Seu fundamento se concentraria em um “Eu hei” [J'ai] ao invés do “Eu sou” [Je suis]. O *je suis* remete apenas a sua própria existência, e nada para além dela – nega-se a realidade exterior. No entanto, as coisas não são simplesmente, elas *estão*. Uma “filosofia do Haver” (TARDE, 2007b, p. 114) explicaria por propriedades, ao invés de entidades – passa-se da essência à propriedade. Ao encontrar-se com uma filosofia do Haver, Gabriel Tarde (2007b, p. 98) pode argumentar: “Existir é diferir”.

Esta perspectiva filosófica, como seria possível imaginar, funde-se com a lógica do social trazida por Tarde – ou, pode-se dizer, não seria possível demonstrar em que ponto termina a filosofia e começa a sociologia, elas se misturam radical-

8 A tradução realizada por Paulo Neves de “Monadologia e Sociologia”, editado pela Cosac Naify, traz sua escolha pelo “haver” fundamentada na sua maior flexibilidade perante o “ter”, buscando agregar um sentido mais adequado às propostas de Tarde na sugestão de uma filosofia do *avoir*. Para mais detalhes a respeito da tradução, ver TARDE, 2007, p. 42-44.

mente. Um rompimento com uma metafísica substancialista significa, também, um distanciamento do social autorreferente, dominado por humanos estruturados em uma sociedade macro. O social torna-se relacional, associação – múltiplas e híbridas, de humanos e não-humanos. Como explica Latour (2014), na contramão das teorias durkheimianas – que buscavam uma ruptura definitiva com a filosofia –, Gabriel Tarde lidava diretamente com uma conexão entre a teoria social e as questões metafísicas que a permeiam.

A disputa atual, inclusive, pela reconfiguração do que se entende por social – ou, simplesmente, um resgate de um social associativo, como sugere Tarde –, em ampliação de uma metafísica relacional e rejeição da bifurcação entre natureza e cultura, trazem consequências que afetam não apenas a sociologia, mas também perspectivas antropológicas (STRATHERN, 2014; VIVEIROS DE CASTRO, 2015), propostas filosóficas (STENGERS, 2008) ou, até, discussões no campo da comunicação (LEMOS, 2013), dentre outras. Tais disciplinas correlatas, ao se relacionarem com a sociologia, ao mesmo tempo auxiliam em uma proposta sociológica pluralística e absorvem aquilo que pode reconfigurar, também, parte de suas lógicas epistemológicas e metodológicas: o social como associação.

É neste sentido, de intercruzamento entre perspectivas pluralísticas, que o sociólogo – ou filósofo, ou antropólogo? – Bruno Latour (2012a) vai inclusive retomar a necessidade de se basear no que ele chama de uma filosofia do ser-enquanto-outro ao invés daquela dominada pelo ser-enquanto-ser – ou, no vocabulário de Tarde, uma filosofia do Haver ao invés do Ser. Trabalhar, portanto, com subsistência ao invés de substância; evitar grandes transcendências, e permitir observar as pequenas transcendências e imanências. É um ser que passa por outros para poder existir. Na linguagem da Teoria Ator-Rede, falaríamos em perceber as associações, as conexões entre os mediadores. Ou, ainda, em outra formulação: entender uma mobilidade do social, uma sociologia das associações, ao invés de defini-lo *a priori* em uma sociologia do social. Tomar Tarde como ponto de partida, e não Durkheim.

Tendo como grande influência a microssociologia de Tarde, a filosofia de Étienne Souriau e o pragmatismo de William James, Bruno Latour (2012a) defende o que ele chama de uma “filosofia empírica” ou “antropologia filosófica”, envolvendo-se, assim, em um emaranhado sociológico/metafísico/antropológico em torno dos modos de existência dos modernos. Apoiando-se na lógica social tardiana, na qual a diferença vai diferindo, Latour busca descrever – filosófica e etnograficamente – os diferentes modos de ser que mantém a subsistência do ser-enquanto-outro. Nesta investigação sobre as alteridades próprias dos modernos, Latour mantém como metalinguagem o modo de rede.

Para além da definição conectiva de Michel Serres (1968), a rede – ou junção de ator-rede –, demonstra a possibilidade de se redefinir o social a partir das associações. Perceber, na verdade, um social em mobilidade, em movimentos de crenças e desejos, em processos de imitação e produção de diferença. Ao retirar Deus das mônadas de Leibniz, ao abri-las através da monadologia renovada de Tarde, elas se transformam em redes de associações.

MÔNADAS: UM TESTE DIGITAL

Os rastros digitais, além de certas possibilidades analíticas proporcionadas pelo uso de ferramentas e análises baseadas em dados processados por sistemas computacionais, colaboraram para confirmar algumas das práticas sociológicas sugeridas por Gabriel Tarde. É o que defendem, por exemplo, Latour et al. (2012) em artigo no qual as propriedades monadológicas do social são testadas através de rastros digitais. Os autores argumentam que a possibilidade atual de trabalhar com banco de dados digitais permite revisitá a teoria social tardiana de forma a dispensar a lógica de análise sociológica dominante na qual noções como individual e sociedade – ou o *todo* e as *partes* – são composições obrigatórias. Ou seja, sugere-se abdicar de uma análise sociológica baseada em dois níveis, para se direcionar a uma topologia plana, mantendo-se em um mesmo nível sem agregar noções estruturais.

Latour et al. (2012), para demonstrar inicialmente pontos de seu argumento, dão como exemplo as dinâmicas sociais através de plataformas digitais. Os perfis, ou a própria noção de “perfil”, criados em redes sociais – como *Facebook*, *Flickr*, *Academia.edu* etc – sugerem como eles não podem ser entendidos como um simples indivíduo. Se buscarmos através de ferramentas e redes sociais online, por exemplo, informações de alguém que não conhecemos, deparamo-nos não com um indivíduo, mas com uma confluência de páginas diversas, em uma experiência de navegação na *web* que permite percorrer diferentes redes sem realocar o olhar em uma estrutura superior ou em um indivíduo. Ao buscar um ator, encontramos na verdade um ator-rede. Ou, em outros termos: “Quem é este ator? Resposta: esta rede”⁹ (LATOUR et al., 2012, p. 593). Percorre-se, portanto, diferentes banco de dados, e não diferentes domínios da realidade. Em termos de uma pesquisa sociológica, evitariam os um movimento de passagem do individual para o todo, ou do micro para o macro, para observar os rearranjos interconectados de atores-rede. Levando em conta a simplicidade do exemplo, ainda assim pode-se perceber

⁹ “Who is this actor? Answer: this network.”

como “perfis disponíveis digitalmente abrem novas questões para a teoria social que não precisam ser enquadradas no ponto de vista individual/coletivo.”¹⁰ (LATOUR et al., 2012, p. 595)

Em termos mais amplos, pode-se dizer que a dinâmica digital coopera para se compreender a urgência de uma reinterpretação do social capaz de ampliar a percepção para as conexões entre os atores-rede. Latour et al. (2012, p. 598) sugerem livrar-se de uma perspectiva atomista – numa relação entre agentes individuais e estruturas complexas – em favor de uma lógica monadológica do social como defendida por Gabriel Tarde: “A mònada não é a parte de um todo, mas um ponto de vista sobre todas as outras entidades tomadas separadamente e não como uma totalidade”¹¹. Tratam-se, porém – como apresentamos nas páginas anteriores –, de mònadas relacionais e abertas; não há estrutura composta por indivíduos, e sim mònadas interconectadas em multiplicações descontínuas realizadas através de imitação e diferença.

Não se mostra possível, por exemplo, pensar em uma *parte* de um *todo*, já que não há nenhum tipo de *todo*. Uma navegação realizada através de perfis em plataformas digitais, por exemplo, em um movimento de ator para a rede, não há uma relação de particular para o geral, “mas de particular para mais particulares.” (LATOUR et al., 2012, p. 599) Como explicam os autores, a noção de mònada, pensada em termos sociológicos por Tarde, torna-se operacional agora com o acesso às mídias digitais. O princípio monadológico, à época de Tarde difícil de ser comprovado empiricamente, renova-se mais uma vez a partir de técnicas de visualização e navegação digitais. Aponta-se também a necessidade de, através dos dados digitais, ultrapassar alguns dos métodos comuns às ciências sociais baseados em lógicas estruturais. Como explicam Latour et al. a

mineração de dados não resulta nos mesmos hábitos científicos da simulação: ao invés de se perguntar como estruturas globais emergem de interações locais, nós propomos ilustrar a ferramenta de navegação que direcionam a atenção do observador de sobreposições confusas para os poucos elementos que viajam de uma mònada para a próxima [...]

10 “(...) the digitally available profiles open new questions for social theory that don't have to be framed through the individual/collective standpoint.”

11 “A monad is not a part of a whole, but a point of view on all the other entities taken severally and not as a totality.”

É possível fazer justiça para tal experiência comum ao se deslocar da predição e simulação para a descrição e mineração de dados? Nossa abordagem sugere uma forma de navegação dessas paisagens de dados através de um ponto de vista monadológico, o qual pode capturar a riqueza de associações enquanto se mantém fiel à complexidade dos agentes. (LATOUR et al. (2012, p. 605–606)¹²

Tendo em vista tal análise sociológica realizada em um nível, sem direcionamentos entre *parte* e *todo* ou entre micro e macro, Latour et al. (2012) desenvolvem um experimento utilizando-se de dados digitais. Ou seja, através de banco de dados e redes digitais, fazem um teste¹³ do princípio monadológico de Gabriel Tarde. As mônadas, eles argumentam, redefinem a noção de um *todo* e sugerem uma incoerência das teorias sociológicas que se baseiam em dois níveis de análise.

Começa-se a perceber, portanto, como os métodos digitais podem se relacionar com uma perspectiva de social alinhada àquela desenvolvida por Gabriel Tarde e atualizada, por exemplo, pela Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012b). A emergência de uma sociologia digital reflete, também, a necessidade de uma reinterpretação da própria definição de “social” – e, consequentemente, dos métodos e ferramentas capazes de explorá-lo enquanto uma múltipla associação em rede.

SOCIOLOGIA DIGITAL

A computação, os dados digitais, as ferramentas de monitoramento online, as novas tecnologias de informação e comunicação, os algoritmos, a ubiquidade e pervasividade da internet, dentre diversas inovações que surgiram no final do século passado e início do atual, cooperaram para remodelar tanto nossa vida cotidiana quanto os métodos científicos. As ciências sociais, no entanto, parecem ter demorado para perceber as transformações em curso. Um dos primeiros a apontar a necessidade de mudanças na disciplina, e os desafios para seu futuro em um meio dominado por dados digitais, foi o sociólogo Andrew Abbott (2000), em artigo no qual demonstra a importância de se desenvolver novas formas teóricas e metodo-

¹² “In other words, data mining does not result in the same scientific habits as simulation: instead of asking how global structures emerge from local inter- actions, we propose to illustrate a navigational tool that shifts the attention of the observer from confusing overlaps to the few elements that travel from one monad to the next [...] Is it possible to do justice to such a common experience by shifting from prediction and simulation to description and data mining? Our approach suggests a way of navigating through these datascapes with a monadological point of view, which can capture the richness of associations while remaining faithful to the complexity of agents.”

¹³ Latour et al. (2012) demonstram a rede que se forma ao se pesquisar pela expressão “self-organization” na Web of Science© entre 2006 e 2010. As visualizações geradas podem ser observadas neste link: <http://medialab.sciences-po.fr/publications/monads> (Acesso em 19 junho 2019).

lógicas capazes de sustentar a atual produção de dados em larga escala. Apesar de indicar algumas soluções baseadas, ainda, em um social entendido de forma estrutural – escapando, neste sentido, ao argumento de um social associativo defendido neste trabalho –, seu texto mantém, por outro lado, a importância de abrir espaço na sociologia para a interpretação e utilização de dados digitais em suas análises.

Nesse sentido, Abbott (2000, p. 298) argumenta: “Nós precisamos repensar a análise de dados desde suas bases”¹⁴. Passaríamos, agora, a abandonar certas noções de causalidade, e os métodos clássicos de processamento de dados – em pequeno volume e variedade –, em direção ao trabalho científico direcionado a uma infinidade de dados complexos – em grande volume, variedade e velocidade, a exemplo dos tipos de dados que são chamados atualmente de Big Data¹⁵. Para Abbott (2000), as novas possíveis metodologias que surgem, baseadas especialmente na ciência da computação, em algoritmos e em grandes quantidades de dados digitais, estariam distantes daquelas ainda utilizadas pelos estudos em sociologia.

Como explica Leonardo Nascimento (2016), o termo “sociologia digital”, no entanto, surge apenas quase dez anos depois em artigo de Jonathan Wynn (2009). A preocupação levantada é, novamente, em termos metodológicos. Através de suas próprias experiências de pesquisa com estudantes em sala de aula relacionadas ao uso de mídias e tecnologias, Wynn reflete sobre o uso dos dados digitais – e de ferramentas para capturá-los e processá-los. Trabalhando com uma perspectiva que relaciona mídia, tecnologia e sociologia, o pesquisador aponta os desafios de uma mudança para uma sociologia digital.

Começa-se a perceber a necessidade, através de reflexões em torno da crescente digitalização de nossa vida cotidiana, de uma reconfiguração de diversos métodos da sociologia, colocando-a em um novo patamar coerente com a vigente cultura digital. Para James C. Witte (2012), por exemplo, necessitamos repensar a própria sociologia. Segundo ele, a internet conseguiu afetar as investigações sociológicas, e o pesquisador deve se adequar a essas mudanças. Para Witte (2012, p. 83), “na medida em que as tecnologias de informação e comunicação baseadas na internet transformam a sociedade, elas transformam, também, a disciplina da sociologia.” Nesse sentido, os pesquisadores em ciências sociais passam a enfrentar o desafio de, ao mesmo tempo, necessitarem utilizar ferramentas digitais para desenvolvimento de suas próprias pesquisas – desde formas simples, como a busca por referências bibliográficas através da internet, até processamento e formatos de visualização

14 “We have to rethink data analysis from the ground up.”

15 Sobre Big Data, observar as definições e discussões apresentadas por Rob Kitchin (KITCHIN, 2014a, 2014b) e as problematizações trazidas por Boyd e Crawford (2012).

de grandes quantidades de dados – e, ainda, enfrentar as dinâmicas sociais que passam cada vez mais pela mediação de dispositivos e redes digitais.

Ao perceber a importância do desenvolvimento de uma sociologia alinhada às transformações digitais, alguns autores chegam a falar, inclusive, em uma crise da sociologia (BACK, 2012; SAVAGE; BURROWS, 2007). Eles argumentam que os sociólogos ainda não se adequaram totalmente à grande proliferação de dados digitais e à capacidade de analisá-los e processá-los através de novos métodos e ferramentas. Para Savage e Burrows (2007), o uso unicamente de métodos como *survey* e entrevistas é incompatível com as necessidades empíricas atuais – por isso, eles defendem, há uma eminente crise da sociologia empírica. De maneira semelhante, Back (2012) relata como a cultura digital pode oferecer uma oportunidade para a formulação de novos métodos na pesquisa em ciências sociais – supera-se a crise empírica através da renovação das ferramentas sociológicas para a conexão com uma realidade digitalizada.

Para além de formulações estatísticas simples, ou o uso exclusivo de *surveys*, a sociologia começa a enfrentar formas de coleta automática de dados, mineração digital, ferramentas de *web scraping*, ou ainda maneiras de extração na lógica $n = all$ do Big Data (BURROWS; SAVAGE, 2014; KITCHIN, 2014a, 2014b; MARRES; WELTEVREDE, 2013; NASCIMENTO, 2016). Se, para diversos segmentos da sociedade – com consequências em nossa vida cotidiana –, a produção, difusão e processamento de uma diversidade de dados digitais provoca mudanças significativas, essa transformação deveria ocorrer também nos métodos de coleta e análise nas ciências sociais. Como explica Rob Kitchin (2014b), uma “revolução dos dados” traz consequências para companhias, governos e a sociedade civil, criando novas práticas e conhecimentos sobre formas de governabilidade, vigilância, produções de capital, relações com o espaço, e inclusive em relação à prática científica. Seguindo essas transformações, Kitchin (2014b) defende um engajamento crítico e filosófico maior em relação à atual revolução dos dados, especialmente em torno das relações com o Big Data e Open Data.

As ciências sociais, portanto, começam a perceber um movimento importante das últimas décadas: nossa sociedade passa a ser envolvida por mediações digitais (LUPTON, 2015). No livro *Digital Sociology*, Deborah Lupton reflete sobre a inserção das novas tecnologias digitais em nosso cotidiano, e de que forma essa relação traz consequências para a sociologia. Segundo a autora, os sociólogos deveriam não apenas estudar sobre os usos das tecnologias digitais como, também, utilizá-las em suas práticas de pesquisa. Isso transformaria, inclusive, a própria disciplina – permitindo o desenvolvimento de uma sociologia digital. Não se trata, Lupton (2015) argumenta, simplesmente de uma crise da disciplina, mas uma oportunidade

para os sociólogos desenvolverem novos métodos de análise, e permitir um novo direcionamento para a área. Através dos dados digitais, deve-se refletir sobre a própria prática sociológica. Segundo Lupton,

Se se reconhece que “a vida é digital” [...], eu argumentaria que a sociologia necessita colocar o estudo das tecnologias digitais central a suas funções. Todos os tópicos que os sociólogos pesquisam e ensinam atualmente estão inevitavelmente conectados a tecnologias digitais, seja o foco em sociologia da família, ciência, saúde e medicina, conhecimento, cultura, economia, emprego, educação, trabalho, gênero, risco, idade ou raça e etnia. Estudar a sociedade digital é focar nos muitos aspectos que são há muito tempo preocupações centrais dos sociólogos: infância, identidade, corpo, relações de poder e desigualdades sociais, redes sociais, estruturas sociais, instituições sociais e teoria social. (LUPTON, 2015, p. 8)¹⁶

Enquanto as pessoas passam cada vez mais a trocar informações e conversas através de aplicativos para *smartphone* e em redes sociais digitais, vemos ao mesmo tempo o funcionamento de lógicas de processamento de dados voltadas para soluções em Big Data e Open Data (KITCHIN, 2014b), possibilidades para mineração e análise de dados em redes sociais (JUNGHERR, 2015), desenvolvimento de objetos inteligentes a partir da Internet das Coisas (ATZORI ET AL., 2012; LEMOS, 2013), formas de monitoramento de rastros pessoais na web (BRUNO, 2014), além das transformações das cidades em *smart cities* (KITCHIN, 2014c; LEMOS; MONT’ALVERNE, 2015).

Neste cenário, a sociologia necessita se tornar digital – como defendido pelos autores apresentados nesta seção. Ao mesmo tempo, no entanto, ela deve também refletir sobre a própria definição de social, tornando-o associativo, capaz de capturar as conexões, relações e redes.

CONCLUSÃO: UM SOCIAL ASSOCIATIVO PARA A SOCIOLOGIA DIGITAL

Torna-se mais evidente, através das discussões em torno dos desafios à sociologia trazidos pela cultura digital, a necessidade de se reconfigurar métodos e práticas científicas da disciplina. No entanto, argumentamos pela importância de,

16 “If it is accepted that ‘life is digital’ [...], I would argue that sociology needs to make the study of digital technologies central to its very remit. All of the topics that sociologists now research and teach about are inevitably connected to digital technologies, whether they focus on the sociology of the family, science, health and medicine, knowledge, culture, the economy, employment, education, work, gender, risk, ageing or race and ethnicity. To study digital society is to focus on many aspects that have long been central preoccupations of sociologists: selfhood, identity, embodiment, power relations and social inequalities, social networks, social structures, social institutions and social theory.”

para além desses desafios, incluir um outro: reconfigurar – ou reagregar, recuperar, reinterpretar – o que se entende por “social”. Se trabalhada em termos de um social definido ao estilo durkheimiano, uma sociologia digital – mesmo incorporando ferramentas para análise de dados digitais – pode não estar ao alcance das exigências trazidas pela emergência, por exemplo, do Big Data, das redes sociais online, dos algoritmos computacionais, enfim, da tradução constante de nossa vida cotidiana em dados. Um social percebido como um grupo específico de fenômenos, associado unicamente à atividade humana, envolvendo fatos sociais entendidos enquanto forças externas, parece-nos não dialogar com propostas sociológicas que trabalham em meio a tecnologias digitais de informação e comunicação.

Nesse sentido, argumenta-se que o desenvolvimento de uma sociologia digital necessita se relacionar com uma nova definição de social. Ou, em outros termos, um social associativo que pode ser resgatado a partir de Gabriel Tarde e, agora, atualizado de forma a se colocar como uma concepção pluralística.

Levando em conta as exigências de uma sociologia digital, uma das questões trabalhadas por Tarde que mais chamaria atenção seria aquela voltada para uma sociologia que escapa ao domínio exclusivo humano. Com tantos dados, algoritmos, dispositivos, telas, redes, ferramentas digitais, programações, objetos inteligentes, seria inviável pensar em um social restrito à atividade humana. Como apresentamos nas páginas anteriores, Tarde opera o social em termos de uma realidade descontínua pautada por imitações e diferenças, ao invés de definir um domínio especial da realidade de exclusividade dos humanos. É nosso preconceito antropocêntrico, diria Tarde, que nos faz colocar sempre em um patamar de superioridade, por exemplo, em relação às sociedades animais ou vegetais – e nos impediria, portanto, de acreditar nas mônadas. Ou, indo além, de nos fazer esquecer da importante agência dos objetos.

O percurso para uma sociologia digital, se desenvolvido em direção a um social definido previamente, mantido por estruturas a agir sobre os indivíduos – sempre e exclusivamente humanos –, esbarraria nas limitações de uma “sociologia do social” incompatível com a dinâmica atual de nosso cotidiano mediado por tecnologias digitais de informação e comunicação. Como, por exemplo, estudar interações em redes sociais na internet sem considerar a agência dos algoritmos? Ou, então, como ignorar nossa associação com os *smartphones*?

Se, ao contrário, não apenas incluirmos não humanos na formação do social, mas também pensarmos a ação em termos de uma associação de mediadores – formados por híbridos de humanos e não humanos –, teríamos uma perspectiva sociológica de influência tardiana mais adequada aos estudos direcionados ou

desenvolvidos metodologicamente através dos dados e dispositivos digitais. Não significa, portanto, modificar o olhar sociológico dos sujeitos para os objetos, mas compreendê-los em termos simétricos, em associações de híbridos (LATOUR, 1997, 2012b) – em um social móvel e associativo. Segundo Tarde, entendemos o social como um princípio de conexões – entre híbridos, atores-rede –, e não um domínio especial da realidade.

Como demonstramos neste artigo, Gabriel Tarde (1890) foge a uma argumentação durkheimiana e indica que uma sociedade é sempre, na verdade, uma associação, através de uma organização da imitatividade. Ou seja, a vida social, para ele, não seria uma força estável explicativa; é, na verdade, diferenças que necessitam ser explicadas e se colocam em relações infinitesimais (VARGAS, 2000). Se o resgate deste argumento, portanto, pode provocar mudanças na forma como a prática sociológica, em diversos campos, é compreendida, percebe-se a importante influência que poderia ter em relação à sociologia digital. As redes digitais, os dados multiplicados em diversas plataformas, códigos e dispositivos, encaixam bem como uma metáfora – ou mesmo uma comprovação empírica – da própria monadologia renovada de Tarde e, em consequência, na formulação de um social associativo.

Além disso, como apresentado nas páginas anteriores, a microssociologia de Tarde coloca-se em relação a uma filosofia não-substancialista. Trata-se de uma sociologia que necessita estar em constante relação com suas disciplinas correlatas, inclusive a filosofia. Por isso, as leis da imitação tardianas funcionam apenas em uma filosofia do Haver ao invés do Ser – ou do ser-enquanto-outro ao invés do ser-enquanto-ser (LATOUR, 2012a). O social, inclusive, seria pensado nesses termos pluralísticos, conectivos, associativos.

Em meios às redes digitais, Big Data, Internet das Coisas, mediações computacionais, dados digitais, algoritmos, *smart cities*, dispositivos etc, como pensar – em termos sociológicos, filosóficos, antropológicos, comunicacionais – o social, as dinâmicas sociais e a própria prática das ciências sociais? Um social associativo, como defendido por Gabriel Tarde, pode ser um caminho produtivo para se discutir, ampliar e transformar a sociologia digital. Nesse sentido, as mônadas tardianas encontram seus lugares em meio à multiplicação dos dados digitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOT, Andrew. Reflections on the future of sociology. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 2, p. 296–300, 2000.
- ATZORI, Luigi et al. The social internet of things (SIoT) - When social networks meet the internet of things: Concept, architecture and network characterization. *Computer Networks*, v. 57, p. 3052–3066, 2013.

- Networks*, v. 56, n. 16, p. 3594–3608, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.comnet.2012.07.010>>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- BACK, Les. Live sociology: Social research and its futures. *Sociological Review*, v. 60, n. Suppl. 1, p. 18–39, 2012.
- BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Critical Questions for Big Data. *Information, Communication & Society*, v. 4462, n. June 2012, p. 37–41, 2012.
- BRUNO, Fernanda. Rastrear, classificar, performar. *Ciência e Cultura*, v. 68, p. 34–38, 2014.
- BURROWS, Roger J; SAVAGE, Mike. After the crisis? Big Data and the methodological challenges of empirical sociology. *Big Data and Society*, n. June, p. 1–7, 2014.
- CANDEA, Matei. *The Social after Gabriel Tarde*. New York: Routledge, 2010.
- CONSOLIM, Marcia. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). *História: Questões & Debates*, n. 53, p. 39–65, 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/24116/16147>>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- _____. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: Quadrige / PUF, 1990.
- JUNGHERR, Andreas. *Analyzing Political Communication with Digital Trace Data*. Cham, Heidelberg, New York, Dordrecht, London: Springer, 2015.
- KITCHIN, Rob. Big Data, new epistemologies and paradigm shifts. *Big Data & Society*, v. 1, n. 1, p. 1–12, 2014a. Disponível em: <<http://bds.sagepub.com/content/1/1/2053951714528481>> [nhttp://bds.sagepub.com/content/spbds/1/1/2053951714528481.full.pdf](http://bds.sagepub.com/content/spbds/1/1/2053951714528481.full.pdf)>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- _____. *The Data Revolution*. London: SAGE, 2014b.
- _____. The real-time city? Big data and smart urbanism. *GeoJournal*, v. 79, n. 1, p. 1–14, 2014c.
- LATOUR, Bruno. *Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des Modernes*. Paris: Éditions La Découverte, 2012a.
- _____. “Gabriel Tarde and the End of the Social”. In: JOYCE, Patrick (Org.). *The social in question: new bearings in history and the social sciences*. London / New York: Routledge, 2014. p. 117–132.
- _____. *Nous n'avons jamais été modernes*. Paris: La Découverte, 1997.
- _____. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador / São Paulo: Edufba, Edusc, 2012b.
- _____. “Tarde's idea of quantification”. In: CANDEA, Matei (Org.). *The Social After Gabriel Tarde: Debates and Assessments*. New York: Routledge, 2010. p. 145–162.
- _____. et al. The whole is always smaller than its parts - a digital test of Gabriel Tardes' monads. *British Journal of Sociology*, v. 63, n. 4, p. 590–615, 2012.

- _____ LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. “Os princípios da filosofia ou a monadologia”. In: . *Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 129–149.
- LEMOS, André. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____ ; Mont’Alverne, Adelino. Cidades Inteligentes no Brasil: as Experiências em Curso de Búzios, Porto Alegre e Rio de Janeiro. *Comunicação Midiática*, p. 21–39, 2015.
- LUPTON, Deborah. *Digital Sociology*. New York: Routledge, 2015.
- MARRES, Noortje; Weltevrede, Esther. Scraping the Social?. *Journal of Cultural Economy*, v. 6, n. 3, p. 313–335, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17530350.2013.772070>>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41, p. 35–54, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200003&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. *Sociologias*, v. 41, n. 18, p. 216–241, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/53754/37173>>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- REYNIÉ, Dominique. “Gabriel Tarde, teórico da opinião”. In: TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SAVAGE, Mike; BURROWS, Roger. The Coming Crisis of Empirical Sociology. *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 885–899, 2007. Disponível em: <<http://soc.sagepub.com/cgi/content/abstract/41/5/885>> <http://soc.sagepub.com/cgi/reprint/41/5/885.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- _____ SERRES, Michel. «Introduction». In: . *Hermès 1: La communication*. Paris: *Les Éditions de Minuit*, 1968. p. 11–35.
- STENGERS, Isabelle. Experimenting with Refrains: Subjectivity and the Challenge of Escaping Modern Dualism. *Subjectivity*, v. 22, n. 1, p. 38–59, 2008.
- STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____ . “A variação universal”. In: . *Monadologia e sociologia: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007a. p. 133–164.
- _____ . *Les lois de l’imitation*. Kindle ed. Paris: Collection Etudes, 1890.
- _____ . “Monadologia e sociologia”. In: _____ *Monadologia e sociologia: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007b. p. 51–131.
- _____ . *Monadologia e sociologia: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007c.
- VARGAS, Eduardo Viana. *Antes tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

- _____. “Gabriel Tarde e a diferença infinitesimal”. In: Tarde, Gabriel. *Monadologia e sociologia: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 7–50.
- _____. *et al.* O debate entre Tarde e Durkheim. *Teoria E Sociedade*, v. Número Esp, p. 28–61, 2014.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- WITTE, James C. A Ciência Social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios. *Sociologias*, v. 14, n. 31, p. 52–92, 2012.
- WYNN, Jonathan R. Digital sociology: Emergent technologies in the field and the classroom. *Sociological Forum*, v. 24, n. 2, p. 448–456, 2009.

Estudantes do Prouni na crise do lulismo

Prouni scholars in the crisis of Lulism

Henrique Bosso da Costa^a

Resumo No ano de 2005, o governo Lula deu início ao Programa Universidade para Todos (Prouni), uma política pública criada com o propósito de formar mão de obra qualificada, abrindo espaço para que 1,4 milhão de pessoas de classes baixas chegassem ao ensino superior privado até 2014. Através do programa, o governo passou a dar isenções fiscais às instituições de ensino em troca da concessão de bolsas de estudo. Neste estudo de caso ampliado, utilizou-se a etnografia em uma grande universidade privada da cidade de São Paulo, em que jovens estudantes de cursos de tecnologia foram questionados sobre modos de vida, opiniões e expectativas sobre educação e trabalho, visões de mundo e da política em particular. Em busca de se manter em condições competitivas no mercado de trabalho contemporâneo, este grupo especialmente incorporado pela reestruturação produtiva vê no diploma uma “fuga para a frente”, negando as características que marcaram o fordismo periférico da geração de seus pais.

Palavras-chave Prouni. Lulismo. Etnografia. Reestruturação produtiva. Precariedade.

Abstract In 2005, the Lula government launched the University for All Program (Prouni), a public policy created to provide skilled labor, opening up space for 1.4 million people from lower classes to reach private higher education until 2014. Through the program, the government began to grant tax exemptions to educational institutions in exchange for the granting of scholarships. In this extended case study, ethnography was used in a large private university in the city of São Paulo, where young students of technology courses were questioned about lifestyles, opinions and expectations about education and work, worldviews and politics in particular. In order to maintain competitive conditions in the contemporary labor market, this group, especially incorporated by the productive restructuring, sees in the diploma an “fleeing forwards”, denying the characteristics that marked the peripheral Fordism of the generation of their parents.

Keywords Prouni. Lulism. Etnography. Productive restructuring. Precariousness.

^a Doutorando no Programa de pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas, mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição.

INTRODUÇÃO

Em 2014, cerca de 1,4 milhão de pessoas em todo o Brasil eram ou haviam sido atendidas por um dos programas de maior sucesso implementados pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o Programa Universidade para Todos (Prouni). Nesse mesmo ano, Dilma Rousseff foi reconduzida à Presidência do país, em um cenário diferente daquele que enfrentara quatro anos antes: as dificuldades econômicas que atingiriam o crescimento e o mercado de trabalho começavam a dar as caras, e com elas a crise política. No entanto, a petista foi reeleita com a vitalidade ainda imponente do *lulismo*, o pacto de governabilidade que, sob a liderança carismática do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma intensa valorização da demanda por produtos de exportação brasileiros, permitiu a opção política de execução de programas sociais e a inclusão de milhões de pessoas no mercado formal de trabalho e no mundo do consumo.

Na base paulistana do *lulismo*¹, trabalhadores-estudantes se enfrentam em um mercado de trabalho reestruturado, no qual a manutenção de suas condições de *empregabilidade* depende de se manterem competitivos diante de uma concorrência sempre crescente. Para isso, buscam certificações que lhes garantam, via de regra, a simples manutenção no emprego e, eventualmente, alguma melhora como fruto da obstinação – embora, em muitos casos, não reste outra saída além da “viração”². Para formá-los, se oferece um sistema educacional privado, de baixa qualidade, responsável pela reprodução social por meio da reposição de uma mão de obra de remuneração igualmente baixa. Desse modo, políticas públicas focalizadas permitem que o Estado garanta simultaneamente a gestão da questão social, o fluxo contínuo de trabalhadores e o rendimento do capital pelo sistema de ensino privado.

Na periferia de São Paulo, era esse o cenário quando da eleição de Fernando Haddad para a prefeitura da capital, dois anos antes. O ex-ministro da Educação e criador do Prouni venceria a eleição mesmo com um baixo patamar inicial de

-
- 1 André Singer destaca que o primeiro aumento importante do salário mínimo ocorreu em maio de 2005, e “é razoável imaginar que a poderosa combinação Bolsa Família-salário mínimo tenha demorado alguns meses para produzir efeitos. Mas além do aumento obtido pelos milhões que recebem um salário mínimo da Previdência Social, outra possibilidade aberta aos aposentados, às vezes principal fonte de recursos em pequenas comunidades, foi o uso do crédito consignado” (SINGER, 2009, p. 93). Essa mistura de políticas públicas e renovação da base da pirâmide resultou na conversão desse setor antes hostil ao PT para a principal base eleitoral do partido.
- 2 Para Vera Telles, jovens que chegaram ao mercado de trabalho na década de 2000 “entraram em um mundo já revirado” (TELLES, 2006, p. 180), onde a precariedade e o desemprego banalizaram-se e as fronteiras entre o formal e o informal e entre o permanente e o temporário se diluem, mudando a forma como veem o trabalho: não mais pela busca de estabilidade, mas pela realidade dos empregos precários, de alta rotatividade e baixos salários.

intenções de voto, contando com o impulso final do voto da periferia. Haddad, afinal, tinha o que mostrar: a gestão da *nova questão social*³ estivera no centro da atuação petista também nos governos que passou a comandar das prefeituras até a presidência. O caso que nos interessa, o Prouni, foi emblemático do momento de euforia vivido pelo país, quando mais da metade da população se tornou a “nova classe média” (como o governo petista, acompanhando a opinião de alguns economistas, passou a se referir a esse contingente)⁴ e teve acesso a políticas públicas variadas e de magnitude inédita. Além de incluir um vasto contingente de jovens das classes baixas no ensino superior privado e de garantir a retomada do crescimento do setor, o programa agregou-se a um conjunto de iniciativas de renovação do mercado de trabalho brasileiro e da demanda por um determinado tipo de mão de obra semqualificada, porém de baixa remuneração. A realidade do pós-fordismo brasileiro acentuara sua contradição inerente: segundo Marcio Pochmann (2012), na década de 2000 foram criados 2,1 milhões de empregos por ano, mas 95% deles pagavam até 1,5 salário mínimo.

O pano de fundo da reestruturação produtiva ajuda a compreender a fadiga que já começava a ser notada entre porções das periferias metropolitanas nos últimos anos, como demonstram as pesquisas de Gabriel Feltran em São Paulo. Essa percepção viria a se confirmar inclusive em antigos redutos petistas, como a região dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, conhecida como ABC, e bairros paulistanos que foram os alicerces da formação do PT nas décadas de 1970 e 1980. O “projeto do trabalhador”, que consolidou a perspectiva de luta dos movimentos populares nos anos 1980, vinha progressivamente dando espaço para a gestão do mercado da cidadania por organizações não governamentais (ONGs) e especialistas (FELTRAN, 2007). A flexibilização do trabalho e o neoliberalismo implodiam as pontes constituídas pela ideia de sociedade sala-

3 A questão social surge na lacuna entre a organização política e o sistema econômico como resultado da expansão do assalariamento. Esse espaço concerne ao “social”: sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço e promover integração. A sociedade salarial é, portanto, “também uma *gestão política* que associou a sociedade privada e a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado” (CASTEL, 2015, p. 478-479). Com a reestruturação produtiva, a questão social se renova em termos distintos, pois a trajetória de integração pelo direito ao trabalho e pela extensão das proteções sociais é interrompida, sendo substituídas pelas políticas de *inserção*, em que se “definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social” e se “desenvolvem estratégias específicas para elas” (CASTEL, 2015, p. 538). Para este artigo, será usado o termo *inclusão* para caracterizar esse fenômeno.

4 Segundo Marcelo Neri (2008), o grupo que ele denomina de classe C, ou “classe média” por critérios estritamente estatísticos, atingia 44,19% da população em 2012, um crescimento de 17,03% em seis anos. Apesar de considerar tais definições insuficientes e inadequadas para este estudo, importa citá-las para entender o sentido da aplicação das políticas públicas no contexto do lulismo.

rial e de direitos e, com eles, a noção de educação pública e universal – sendo o Prouni o coroamento de um longo processo de formação de força de trabalho pelo setor privado de educação (PRANDI, 1982).

Tais alterações tanto no regime de acumulação quanto na ideologia do período também viriam impactar a maneira como os jovens se comportam diante do mercado, de suas opções profissionais e de suas perspectivas futuras. Ainda mais dramaticamente, afetariam a própria construção do caráter desse grupo social. Junto das novas tecnologias e da era da informação, a indistinção entre tempo do trabalho e tempo de não trabalho, bem como uma transformação na estrutura institucional, estimulam o trabalho de curto prazo, por contrato e temporário, em que as empresas eliminam camadas de burocracia e de estabilidade, tornando-se mais planas e flexíveis (SENNETT, 2012). A aposta dos governos do PT na gestão do social e no acesso à cidadania por meio do consumo contribuiria para a diluição da identidade de uma parte considerável da classe trabalhadora.

A enorme expansão de vagas no ensino superior na última década com o Prouni e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) espelha à sua maneira o processo verificado na França a partir dos anos 1980 com o programa “80% au bac”⁵, levado a cabo pelo governo Mitterrand. Stéphane Beaud e Michel Pialoux (2009) estudaram as consequências desse conjunto de transformações na nova sociabilidade produzida entre a classe operária francesa. Os sociólogos constataram que o principal resultado do programa foi a desvalorização dos cursos profissionalizantes de nível médio, justamente aqueles que estruturavam a identidade operária francesa até meados dos anos 1970, e a “fuga para a frente”, isto é, a recusa e o deslocamento dessa massa de jovens da classe trabalhadora das profissões técnicas em direção a uma incerta disputa das profissões de nível superior. Me apoiando no trabalho realizado por Beaud e Pialoux, onde a política de massificação do ensino médio provocou um processo de “desoperariação” das classes baixas e de enfrentamento geracional com a identidade operária, tracei um paralelo com o caso francês identificando no Prouni um instrumento de fuga das ocupações precárias e manuais.

Esses processos de subjetivação levariam a escolhas políticas que, até certo ponto, não haviam sido previstas. Em geral, os estudantes que acessam o Prouni são recém-saídos do ensino médio⁶. Embora a maioria já tenha trabalhado, neles

5 Referência ao *baccalauréat*, o diploma de ensino médio no sistema de ensino francês.

6 A seleção do Prouni é feita por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O programa exige que o aluno tenha cursado o ensino médio em escola pública ou com bolsa integral em escola privada. As bolsas integrais do programa são reservadas a estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, enquanto as parciais (50%) são destinadas àqueles com renda familiar *per capita* de até 3 salários mínimos. Também oferece bolsas para os estudantes que

percebemos uma adaptabilidade maior das condições do mercado de trabalho na área em que atuam, assim como uma incômoda resignação quanto a ele. Tendo sua relação com o tempo transformada pela flexibilização das relações de trabalho, é plausível apontar que todas as dimensões de suas vidas seriam igualmente afetadas pela impossibilidade de construir afinidades duradouras. Entre esses estudantes surgem aspectos de negação da condição trabalhadora e de incorporação do individualismo como perspectiva única.

No sentido de estruturar a reflexão, a pesquisa teve por objetivo mapear ideologicamente dois grupos de estudantes bolsistas do Prouni de uma grande universidade privada de massas, localizá-los no vasto universo do trabalho precário e em suas dimensões políticas possíveis. Na etnografia, selecionei 14 estudantes favorecidos pelo Prouni nas unidades Barra Funda, Vergueiro e Santo Amaro da Universidade A⁷, com os quais realizei, entre 2013 e 2014, ao menos duas entrevistas aprofundadas sobre questões que envolvem modos de vida, opiniões e expectativas sobre educação e trabalho, visões de mundo e da política em particular, além de ter visitado mais de duas dezenas de vezes os campi, onde estive por extensos períodos em meio aos alunos da instituição. Neste artigo, destaco um grupo de trabalhadores-estudantes de um setor dinâmico do capitalismo pós-fordista, o de serviços em empresas de tecnologia, *call centers*, comércio, *marketing eletrônico* e segurança da informação. A última fase das entrevistas coincidiu, propositadamente, com o período da campanha presidencial de 2014⁸.

Como observam Gianpaolo Baiocchi e Brian T. Connor (2008), o olhar etnográfico volta-se para o estudo da política, ao defini-la como os eventos, instituições e atores que são normalmente consideradas “políticos”, mas em pequena escala; para o estudo dos encontros rotineiros entre as pessoas e aquelas instituições e atores normalmente invisíveis em abordagens não etnográficas; e para o estudo de outros tipos de eventos, instituições e atores de alguma forma consequentes para a política (como a apatia ou a não participação em movimentos sociais).

se autodeclararam pretos, pardos ou índios no ato da inscrição (obedecendo a um cálculo baseado no número de cidadãos pretos, pardos e indígenas em cada Unidade da Federação, segundo o último Censo do IBGE).

7 O nome da universidade será resguardado, tendo em vista evitar quaisquer problemas legais.

8 O presente artigo origina-se na pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa contou com um segundo grupo de estudantes prounistas do curso de Pedagogia da mesma universidade do campus de Santo Amaro. O objetivo era comparar os dois grupos, que se diferenciavam pelo perfil dos cursos, pela localização dos campi, pelas trajetórias de vida e pela média de idade (22,3 anos entre os tecnólogos e de 28,8 entre as pedagógas). Devido à impossibilidade de aprofundar a análise de ambos neste espaço, privilegiei o grupo de tecnólogos, que considero mais representativo das tendências do mercado de trabalho e do *ethos* contemporâneo. Ver COSTA, 2015.

Este último foco do olhar etnográfico vincula-se de maneira especial à análise apresentada neste artigo, sendo chamada de experiência vivida da política (*lived experience of the politics*).

A proposta metodológica que se mostrou adequada à pesquisa de tipo qualitativo, à etnografia política e à expansão de seus resultados para um contexto mais amplo foi o estudo de caso ampliado. Para Michael Burawoy (2009), a ciência reflexiva tem por princípio o diálogo, virtual ou real, entre observador e participantes, o qual se insere em um segundo diálogo, entre processo local e forças externas; tais forças, por seu turno, podem ser compreendidas apenas mediante a expansão do diálogo da teoria consigo mesma. Segundo o autor, a objetividade não é mensurada por procedimentos que assegurem um mapeamento acurado do mundo, mas pelo aumento do conhecimento, ou seja, pela reconstrução imaginativa que acomode às anomalias. Assim, o método do estudo de caso ampliado aplica a ciência reflexiva à etnografia, no sentido de extrair o geral do particular a fim de mover do “micro” ao “macro” e de conectar o presente ao futuro.

O TRABALHO INFORMACIONAL E O DIPLOMA EM QUESTÃO

A juventude que flutuou, no período do auge lulista, para a “classe C” foi também o principal alvo das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, com especial destaque para o Prouni. A associação entre mobilidade social e acesso ao ensino superior sugere, portanto, algumas questões importantes. Para Marcio Pochmann, a emergência econômica de grandes parcelas da população demonstraria um tipo de mobilidade dentro da própria classe trabalhadora, a partir da “recuperação recente da participação do rendimento do trabalho na renda nacional” (POCHMANN, 2012, p. 19), o que significa ampliação da taxa de ocupação e da formalização dos empregos, além de queda da pobreza absoluta. Essa renovação na base da pirâmide social brasileira seria puxada, sobretudo, pelo setor terciário, o qual gerou 2,3 vezes mais empregos do que o setor secundário.

Concomitantemente à mobilidade, houve um incremento da formação escolar na base da pirâmide. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram a manutenção da trajetória de elevação do nível de instrução formal dos trabalhadores, com ligeiro aumento da participação dos vínculos formais de empregos ocupados por trabalhadores com ensino médio completo, que alcançou 45,2%, e com ensino superior completo, que correspondeu a 18,5%. Ao mesmo tempo, caiu a participação dos vínculos de trabalhadores com até o ensino fundamental incompleto, passando de 25,8%, em 2012, para 24,5%, em 2013 (DIEESE, 2014).

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Álvaro Comin e Rogério Barbosa (2011, p. 77) analisaram a variação da média de anos de estudo entre 1995 e 2009, notando que se alterou significativamente a distribuição dos indivíduos quanto aos graus completos, reduzindo-se a quantidade de pessoas sem níveis de ensino completos, com um crescimento acelerado da participação relativa dos níveis de ensino mais elevados. Em relação ao conjunto de indivíduos no ensino superior, os dados apontavam que o crescimento das vagas atingia principalmente a população ocupada, sobretudo aquela com uma jornada superior a 40 horas semanais. O perfil etário desses estudantes sugere que se trata, na maioria, de pessoas já há muito inseridas no mercado de trabalho, as quais retornam aos estudos em proporção cada vez maior. A tendência de envelhecimento da população no ensino superior é nítida: em 1995, 31% dos estudantes de graduação brasileiros tinham mais de 25 anos, enquanto em 2009 esse número alcançava 40%.

O trabalho informacional, no qual se inserem os estudantes de Tecnologia entrevistados, é atravessado por essas transformações recentes no mercado de trabalho brasileiro, atraindo a atenção de jovens dispostos a seguir carreiras diferentes daquelas praticadas por seus pais – operários, servidores públicos, professores e empregadas domésticas são algumas das ocupações parentais mencionadas pelos entrevistados.

Para compreender esse processo, pode ser útil fazer uma aproximação comparativa entre os casos brasileiro e francês. Alguns autores permitem observar que, embora com formações de classe e desenvolvimentos históricos específicos, eles apresentam similaridades a partir da substituição do modelo fordista pela introdução de formas flexíveis de acumulação que afetam as relações de produção em nível global e em sua versão periférica (BRAGA, 2003, p. 34). Robert Castel (2015), Braga (2003), entre outros, veem a precarização do trabalho como um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas e econômicas do capitalismo moderno, tanto aqui como na França, e não como um processo genérico de “exclusão” social.

Segundo Isabel Georges (2009), as vagas de emprego no setor informacional – ela utiliza o exemplo do *telemarketing*, a mais precária das profissões da área – exigem nível de escolaridade relativamente elevado, sendo este um dos principais critérios de seleção no momento do recrutamento. Por outro lado, o “rendimento” dessa escolaridade é muito baixo, geralmente colocando o trabalhador em uma situação de sobrequalificação no que concerne a sua ocupação. Tal situação pode favorecer a emergência de uma “relação paradoxal em relação à escola”, pois esta não favorece o acesso ao emprego qualificado, mas a ocupações que, como nesse

caso, desvalorizam os saberes adquiridos (GEORGES, 2009, p. 227). A conclusão da autora sugere que somente aqueles que contam com certa estabilidade socioprofissional dos pais e começam os estudos superiores tendo frequentado o ensino médio em estabelecimentos privados ou escolas profissionalizantes públicas têm pretensões de mobilidade.

A “fuga para a frente” é um dos motivos para que a desintegração do mercado de trabalho atinja com tanta dramaticidade o jovem trabalhador precário. Ela se dá diante da pressão extenuante por qualificação que vem diretamente das empresas contratantes. Como alertava Robert Castel, ao elevar o nível das qualificações exigidas, elas criam uma situação na qual jovens que “há vinte anos teriam sido integrados sem problemas à produção acham-se condenados a vagar de estágio em estágio ou de um pequeno serviço a outro” (CASTEL, 2015, p. 538). O primeiro resultado desse novo quadro é que jovens sem qualificação ficam sem alternativas ao desemprego, pois os postos que poderiam ocupar já estão tomados por aqueles que detêm um certificado superior. Além disso, e de maneira mais profunda, faz com que políticas públicas de qualificação profissional como o Prouni pareçam inválidas como alternativas para evitar o desemprego ou precaver contra a “não empregabilidade”: o mais provável é que essas políticas resultem no aumento do número de desempregados qualificados.

Para esses jovens, a preocupação prioritária reside em se manter em condições competitivas no mercado de trabalho que, por causa da grande oferta de mão de obra, seleciona cada vez mais pelo critério do diploma. No período em que realizei as entrevistas, Rodolfo⁹, 22 anos, era estudante de Segurança da Informação no campus Vergueiro da Universidade A. Em uma noite de outubro de 2014, ele me recebeu na entrada da faculdade, portando sobretudo e um ar soturno. Entre seus pares entrevistados, ele é o que se encontra mais próximo da classe média. Seu primeiro emprego foi em 2009, como estoquista em uma loja de roupas, onde ficou por cerca de sete meses. Na época, ele cursava o ensino médio e trabalhava, quando começou a fazer um curso técnico de informática em uma Escola Técnica Estadual (Etec), junto do ensino secundário, e deixou o emprego. Quando ele nasceu, seus pais e as duas irmãs mais velhas se mudaram para a Vila Mariana, atualmente um bairro de classe média na Zona Sul de São Paulo. O pai começou sua vida profissional como auxiliar de cozinha em padarias, quando chegou à cidade, e conseguiu progredir até se tornar cozinheiro profissional – uma trajetória difícil de se reproduzir nos dias de hoje.

9 Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, para preservar sua identidade.

A despeito da inflação que atingiu o valor dos imóveis na capital nos anos 2000 (e principalmente em bairros próximos ao centro, como a Vila Mariana), Rodolfo justifica a melhora das condições de vida pelo fato de ele e suas irmãs terem começado a trabalhar cedo e porque o aluguel é antigo e os donos do imóvel são amigos da família. Diz que sem o Prouni não teria como fazer faculdade e, desempregado, não poderia arcar com a despesa. Ele começou a se interessar por informática ainda durante o ensino médio, frequentando um telecentro da Prefeitura de São Paulo, implementado pela gestão petista de Marta Suplicy, quando teve a primeira oportunidade de acessar a internet. Rodolfo admite que a situação da família melhorou nas últimas décadas, apesar de atribuir a relativa estabilidade econômica atual, como é recorrente nas entrevistas que fiz, ao trabalho e à perseverança da família.

É porque a classe média... é engraçado eu dizer. Eu tinha um amigo que era de classe média. Ele morava ali perto da Vila Mariana, tinha um excelente apartamento, grande, eles eram uma família... a gente brincava, você é maior “ricão”, mas eles eram de classe média. Mas teve um contratempo, e por um deslize hoje eles são de classe baixa. Para haver um deslize e você cair ou subir, não é porque você está no meio, é porque estava em um patamar e desceu pra outro. “Ah, aconteceu um acidente, agora sou da classe baixa e daqui uns dias eu volto pra classe média, daqui uns dias eu sou da...” Eu diria assim: se é tão flexível que você mude de classe, então não existe essa do meio. Ou você é uma ou você não é. Então se você é quase rico, você é pobre; se você é quase pobre, você é rico. (Rodolfo, 22 anos)

O contexto de desigualdades regionais no tecido urbano de São Paulo também influencia a percepção dos estudantes diante dos obstáculos colocados pela inserção no mercado de trabalho. Em outra região da cidade, jovens que veem no trabalho informacional uma saída para um eventual destino operário miram um estilo de vida diferente, semelhante ao da classe média tradicional. Apesar de reconhecer o Itaim Paulista como uma região carente, Fernanda, aluna do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet no campus Barra Funda da Universidade A, não leva esse aspecto em consideração quando compara seu bairro à Zona Sul paulistana, que ela considera mais desenvolvida. Filha de pais nordestinos divorciados, ela, com 24 anos, separada e mãe de uma filha, costuma sair do bairro no extremo da Zona Leste para se divertir na Zona Sul.

O que você identifica de tão diferente assim entre as zonas Leste e Sul?

Na Zona Leste, eu não gosto muito dos bares de lá. Não gosto. A estrutura dos lugares, a educação das pessoas... é tudo diferente, os hábitos. A gente está na mesma cidade, mas de uma zona para outra é completamente diferente.

Por que você acha que é assim?

Não sei te dizer. Não posso dizer que é a condição financeira, porque isso não influencia a pessoa, é algo que vem da cultura dela. Mas, na Zona Leste, eu acho muito bagunçado. Eu não me identifico com a Zona Leste. (Fernanda, 24 anos)

Quando conversamos pela primeira vez, em 2013, Fernanda procurava estágio na área de Tecnologia – ela diz não ter se identificado com o último emprego, como escriturária na área de previdência privada do Banco do Brasil, de onde havia saído cerca de dois meses antes da entrevista. Para isso encarou o ciúme do ex-marido, que não a deixava estudar, prestou o Enem e mirou na área de Tecnologia da Informação (TI). Mas, assim como outros entrevistados, escolheu o curso pela facilidade de acesso – ela gosta mais de banco de dados, “que é a parte que está por trás do que você vê” na internet, explica.

Na medida em que o modo de regulação¹⁰ contemporâneo é também uma forma de negação da questão social como questão política, erigindo em seu lugar técnicas focalizadas e imediatas de gerenciamento da desigualdade, como se comportariam então jovens nessas condições de vida diante do lulismo? Seria razoável afirmar que esse “público-alvo” se comportasse como tal, visto que o Prouni, para eles, é exatamente uma política de gerenciamento de uma população “pendurada por um fio”, como diria Robert Castel (2015)?

O esvaziamento do Estado de sua dimensão propriamente política não é uma invenção petista, mas encontrou no partido um executor competente. Na posição de gestor da questão social no Ministério da Educação, Fernando Haddad implementou o Prouni a partir de pressupostos assumidamente técnicos de eficiência, levando à prática o ensinamento de Herbert Marcuse de que “racional é aquele que mais eficientemente aceita e executa o que lhe é determinado, que confia seu destino às grandes empresas e organizações que administraram o aparato” (MARCUSE,

10 Leda Paulani (2009, p. 26) define o modo de regulação como “as instituições, normas, os modos de cálculo e procedimentos que asseguram a reprodução do capital como relação social”. Trata-se de um conjunto de cinco formas institucionais – a relação de trabalho, a relação concorrencial intercapitalista, o regime monetário e financeiro, a forma de organização do Estado e o regime internacional – que quando combinadas determinam a forma específica que assume a acumulação de capital em cada momento histórico.

1999, p. 97). À época da tramitação do Projeto de Lei n.º 3.582/04, que tratava da instituição do Prouni, Haddad e João Paulo Bachur (2004) afirmavam que o programa “foi idealizado justamente a partir do diagnóstico de que o setor privado de educação superior, apesar de movimentar quase 1% do PIB nacional, não só não recolhia impostos como gerava uma contrapartida social ínfima” (HADDAD; BACHUR, 2004, p. 2). A maneira escolhida para lidar com a nova questão social teria como impacto a reprodução pelos seus beneficiários de um comportamento gerencial, de si mesmos e das escolhas ideológicas por ela estimuladas.

Um exemplo disso é a própria opinião dos entrevistados sobre o Prouni, segundo a qual a construção ideológica que envolve o projeto do trabalhador e a universalização de direitos é praticamente inexistente, dando lugar a uma visão pragmática da necessidade do diploma universitário e das exigências do mercado de trabalho. Nas falas dos entrevistados, o Prouni se revela como um programa apropriado aos tempos atuais: não pretende, na visão deles, construir cidadania ou mesmo carreiras de longo prazo, mas é um passo fundamental para “esquentar” o currículo e se manter no mercado de trabalho em condições de concorrer com outros milhares de jovens em situação similar. É o caso de Lúcia, que na época das entrevistas tinha 22 anos e era estudante do curso de Tecnologia em Banco de Dados, no campus Barra Funda da Universidade A. Para ela, o Prouni é uma ótima iniciativa, mas, ao mesmo tempo, Lúcia acha que “eles não estão fazendo muito mais que a obrigação”. Cabe a instituições como a Universidade A abastecer o mercado de trabalho com mão de obra rapidamente disponível.

Não é incomum que os estudantes da área de Tecnologia se importem pouco com a escolha do curso, que os levaria a ocupações muito semelhantes. A maioria dos entrevistados escolheu o curso depois de ingressar no mercado de trabalho. O curso escolhido por Lúcia é resultado de convicção em falta e senso prático em demasia. Ela diz que se inscreveu para o Enem em três oportunidades, mas compareceu apenas na última tentativa. Depois do resultado, saiu em busca de faculdades:

Fui olhando pela nota de corte, porque é mais fácil você ver pela nota de corte do que pelo curso que você quer fazer. Então fui olhando pela nota de corte, fazendo uma seleção do que tornaria mais fácil pegar uma bolsa, então me inscrevi para os dois cursos que eles solicitam, e consegui os dois. (Lúcia, 22 anos)¹¹

11 O período de inscrições para o Prouni dura uma semana, durante a qual o candidato tem acesso à nota de corte das instituições que lhe interessam, podendo então compará-la com a nota que obteve no Enem.

São as dificuldades de uma vida de oportunidades limitadas que os levam a soluções imediatistas. Todos os estudantes do grupo pesquisado trabalhavam e ajudaram com a renda familiar em algum momento da vida. A bolsa do Prouni contribuiu para que alguns permanecessem no curso, eventualmente reduzindo a carga horária de trabalho ou a necessidade de um emprego mais estafante. Habitante da Vila Ré, no distrito da Penha, Lúcia morava próximo dos pais – o pai é funileiro e a mãe ela não soube precisar, ambos com o ensino fundamental completo. Em nossa primeira entrevista, realizada em outubro de 2013, Lúcia trabalhava como estagiária em uma empresa de treinamento e consultoria de *software*, no centro de São Paulo, ganhando um salário mínimo. Perguntada se notava uma diferença na oferta de emprego no centro da capital, respondeu que “sim, mas isso é óbvio. Eu acho que nunca vai ter um monte de empresa na Zona Leste suficiente para dar emprego para tanta gente que tem lá.” Ela se queixava bastante da escola em que estudou no ensino médio. “Tudo ruim”, diz, referindo-se tanto à estrutura da escola quanto aos professores.

Lúcia conta que “muitas das coisas de Tecnologia que eu sei hoje aprendi sozinha, que a faculdade também não está ensinando muita coisa” – uma opinião compartilhada por outros entrevistados. Antes, ela havia feito o mesmo curso na unidade da Vila Maria, que achava melhor, “porque os professores eram mais dedicados”, provavelmente pelo fato de que as salas tinham poucos alunos. “Não é como agora que é lotada a sala, que a gente teve até que trocar porque não tinha espaço”. A descrição de Lúcia ilustra o outro lado da moeda da utopia do trabalho informacional: um ano depois da primeira entrevista, Lúcia não trabalhava mais no mesmo emprego porque seu contrato de estágio havia se encerrado. Como vinha enfrentando dificuldade em encontrar outra ocupação na área, ela ajudava em um *pet shop* de uma amiga, “só pra quebrar o galho, porque cada dia parece que está mais difícil encontrar emprego na minha área”.

Juliana, estudante do curso de Sistemas da Informação no campus Vergueiro, tem 19 anos e opiniões agudas sobre o presente. Ela acha que seus colegas na Universidade A *não se esforçam muito*, e pensa o mesmo sobre seus amigos do bairro do Jabaquara, na Zona Sul, alguns deles moradores de uma favela nas proximidades de seu condomínio. Para ela, “ninguém mais pega na sua mão e diz que tem que fazer porque é importante”, afirma em relação ao ensino atual, de modo que “você faz se você quiser” e quem não se esforça não consegue continuar. A jovem trabalhava à época em uma empresa de cobrança no centro da capital, como auxiliar de suporte técnico, com carteira de trabalho assinada e salário de R\$ 900,00. Ela conta do orgulho de seus pais em ver o irmão (também aluno da

Universidade A) e ela no ensino superior, que eles não tiveram oportunidade de cursar – sentimento recorrente entre os pais dos entrevistados, o que se explica em parte pela relação estudada por Beaud e Pialoux (2009) de uma geração passada com as próprias referências e a sofrida constatação de que nada têm a ensinar a seus filhos, trabalhadores precários cuja experiência e destino profissionais muito diferem dos seus.

Mas Juliana tem uma opinião pesadamente realista sobre o diploma universitário. Para ela, o certificado de conclusão é “aquela coisa escrita”, “burocrática”, “para colocar no currículo” e que importa mais porque as empresas exigem. Não que ela não considere necessário adquirir conhecimento, porém “não é só o diploma que faz uma pessoa, mas sim o esforço”. Além do mais, “o conhecimento está na nossa cara” diz, referindo-se à internet.

Para mim, o diploma não é fundamental. Eu, infelizmente, estou fazendo só para ter no meu currículo. É claro que busco o conhecimento também, mas hoje as empresas só querem ver o que está escrito no seu currículo. Na verdade, acho que o objetivo de todo mundo é esse mesmo. (Juliana, 19 anos)

Naturalmente, quando perguntados sobre o futuro, os estudantes de tecnologia tentam demonstrar otimismo, na medida em que depositam no diploma universitário a esperança de se manterem em boas condições de competir no mercado de trabalho, incorrendo na repetição da afirmação de valores em que se veem aprisionados. Anderson tem 19 anos, estuda Ciências da Computação no campus Barra Funda da Universidade A, mora com a mãe no Brás e sustenta a casa com o novo salário, de 1,5 salário mínimo – até dois anos antes, ele trabalhava como programador¹² em uma empresa de desenvolvimento de *websites* no município de São Caetano do Sul, primeiro como estagiário e depois efetivado. Seus pais são separados: ela é manicure e ele, professor de História na rede pública. Anderson havia sido registrado na empresa poucas semanas antes de nossa primeira entrevista. Ele deposita confiança no futuro, mas sabe que a formação que está adquirindo na Universidade A assenta mais no âmbito da exigência do mercado do que necessariamente em um diferencial qualitativo.

12 A carreira de programador recebeu tratamento privilegiado pelos estudos do pós-fordismo informacional, a partir do conhecido estudo de Manuel Castells (2016). Contudo, para Braga (2009), tomando como base os trabalhadores das Centrais de Teleatividades (CTAs), ao contrário da promessa de emancipação presente na utopia da sociedade da informação, é mínima a possibilidade de que um jovem formado em uma universidade privada brasileira de massa venha a se integrar a ela.

Eu acho que vai abrir bastante coisa, vai abrir bastante oportunidade, porque na minha área é necessária uma faculdade, 80% das vagas são pra pessoal formado, então, se você não se forma, não tem como arrumar uma vaga, por menor que seja a vaga. Então acho que vai abrir algumas portas, algumas oportunidades boas. (Anderson, 19 anos)

O otimismo de Anderson contrasta com a pouca materialidade que ele é capaz de colocar em seus projetos futuros. Ele sabe que a formação que a faculdade lhe proporciona serve apenas como uma garantia mínima: a de não ser eliminado nessa primeira barreira do mercado de trabalho. O otimismo serve como um valor ético, atemporal, que, ao contrário de negar o extremo realismo que ele e os demais cultivam, paralisa-os naquela condição de curto prazo. Como diz Sennett, Anderson “tornou-se estático; está encurralado na pura e simples afirmação de valores” (SENNET, 2012, p. 31).

A situação não é diferente para Jéssica, que frequentou por um ano o curso de Tecnologia de Sistemas para Internet, no campus Barra Funda da Universidade A. Ela tinha uma bolsa integral do Prouni, mas não gostou do curso, que imaginava ser semelhante a Publicidade ou Marketing, quando, na verdade, trata-se de um curso voltado para a área de Tecnologia. Com 24 anos, filha de um policial militar aposentado e de uma funcionária de escola pública, mora no bairro Cachoeirinha, na Zona Norte da capital, já trabalhou como babá e teve uma experiência no *telemarketing*, que achou “um pouco ruim, porque você tem que lidar com pessoas que se acham na razão de estar certas, estando erradas”. Por causa do estresse do trabalho, não permaneceu muito tempo na profissão. Jéssica é um caso exemplar de “viradora”, como chamou Vera Telles (2006): já trabalhou como babá, com transporte escolar, em uma gráfica e no *telemarketing* e, naquele momento, procurava emprego novamente.

O que você achava do trabalho no telemarketing?

É para quem quer ganhar dinheiro fácil e rápido. Porque essa empresa foi boa para ganhar dinheiro fácil e rápido, mas se você não tomar cuidado, acaba surtando lá dentro.

Por quê?

Porque é muito puxado, o funcionário é muito desvalorizado. Apesar de você ter a parte financeira boa, não compensa muito. Mexe muito com a estrutura

psicológica da pessoa. O tempo que eu trabalhei lá... eu saí de lá por questões de saúde, porque já não estava mais aguentando, estava mexendo... mexe muito com o seu psicológico... dependendo da área que você trabalha, se é no SAC [Serviço de Atendimento ao Consumidor], se é cobrança, se é atendimento ao cliente, se é vendas... é meio puxado. (Jéssica, 24 anos)

Para esses jovens, o conjunto de circunstâncias que atravessam sua relação com o trabalho desagua num caráter moldado por esse tipo de significação limitada de planos e relações. A “fuga para a frente” é nada mais do que esse aprisionamento na afirmação de um otimismo de difícil realização, já que não se fundamenta em um projeto realista de futuro. Junto das novas tecnologias e da era da informação, vêm a implosão das distinções entre tempo do trabalho e tempo do não trabalho e a elevação exponencial do trabalho abstrato, uma transformação na estrutura institucional acompanhada do trabalho de curto prazo. É sua relação com o tempo que muda, tempo que o mercado de trabalho no capitalismo flexível não lhes oferece.

Nada que lembre, por outro lado, uma nostalgia de um fordismo idílico, impondo-se para eles uma realidade ainda mais deteriorada. Por sinal, a tarefa de decifrar seus valores já nasce com uma perspectiva diferente: para eles nunca houve degradação das condições do mercado de trabalho. Eles já sentiram esse mundo “pós-fordista” a pleno vapor, o que condicionou todas as suas experiências de vida para além do próprio trabalho.

O CETICISMO EM RELAÇÃO À POLÍTICA

Em tal contexto, esses jovens naturalmente responderiam a outros estímulos, muito diferentes daqueles que rondaram o imaginário das classes trabalhadoras as quais testemunharam o nascimento do PT e que vão diluindo as expectativas de conquista de direitos por meio do associativismo dos anos 1980 (FELTRAN, 2007). A política, para os jovens estudantes de Tecnologia que entrevistei, é não apenas algo distante de seu cotidiano, mas também indefinível em seus conceitos normativos básicos. Poucos souberam mobilizar posições de esquerda ou de direita, identificar coerentemente seus representantes e se associar a eles. Não se trata nem mesmo de uma influência indireta, mas de outra geração nascida para a política já com o PT no poder.

Com uma reiterada sensação de que não há grandes diferenças entre os partidos, restando o apego a personalidades que fujam do estereótipo, Ricardo, de 28 anos e morador de Ermelino Matarazzo, no extremo da Zona Leste da capital, dá um parecer curioso quando perguntado sobre os políticos que admira:

Eduardo Suplicy, então senador pelo PT, Plínio de Arruda Sampaio, candidato a presidente pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2010, e Éneas Carneiro, folclórico político da extrema-direita, candidato à Presidência por diversas vezes e que chegou a se eleger deputado federal. “Ele era muito inteligente”, diz, “só que ninguém levava ele a sério”.

Ricardo, por ser o mais velho do grupo, teria, em tese, mais condições de avaliar diferenças entre os últimos governos. Ele era aluno de Sistemas da Informação no campus Barra Funda da Universidade A – o curso ensina a elaborar *softwares* que vão desde programas básicos de controle de estoque até sistemas de processamento de informações. Seu pai, gerente de uma loja de material de construção, e sua mãe, dona de casa, são separados, e ele sustentava a casa em que morava com a avó, trabalhando em tempo integral em uma empresa terceirizada, com salário de 1,5 salário mínimo, em Guarulhos. Perguntado se tem lembranças do governo de Fernando Henrique Cardoso, Ricardo diz que não vê diferenças entre os governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e petista. Inclusive, via repetir com Dilma a mesma política de privatizações. “Pra mim, a maior jogada do Fernando Henrique foi o [Plano] Real, que estabilizou um pouco o país, sei lá. Mas falar que os caras fizeram algo além de vender todas as nossas estatais... não vi diferença nenhuma. E a Dilma fazendo a mesma coisa, um partido dizia-se de esquerda, agora fazendo a mesma que todos os outros fizeram.”

Com exceção de Anderson, de 19 anos, nenhum dos estudantes de Tecnologia demonstrava afinidade com o PT. A mãe de Anderson não gosta do partido, mas seu pai, com quem diz não ter muito contato (eles são divorciados), é simpatizante. Ele tem votado no PT nas últimas eleições, mas não admite que isso se dê por influência do pai, professor de História da rede estadual e “que vai votar de camisa vermelha e tudo mais”. Diz que começou a notar a política com as manifestações de junho de 2013 e achou que, naquele momento, precisava tomar um lado. “Fui na internet, comecei a procurar, li uns artigos, não lembro de quem agora, mas li uns artigos. E comecei a me informar um pouco”. As declarações de Anderson sugerem uma relação idealizada com o pai, a única conexão com o PT que existe em seu relato. A família da mãe, com quem tem mais contato, é refratária ao partido e tem votado na oposição. Na relação com eles, Anderson diz ser “do contra”.

Anne Müxel (1997, p. 153) comenta em investigação sobre a juventude francesa dos anos 1990, que nessa década a palavra “política” suscitava rejeição e imagens negativas, trazendo a crise de representação para a superfície. Em sua pesquisa, a socióloga francesa coletou denúncias de promessas não cumpridas pela esquerda francesa e o desencanto gerado por isso, levando a uma falência da própria ideia

de projeto político. A retórica do desencanto, por sua vez, acabava servindo para alimentar a suspeita de mentira que recai sobre a política e para legitimar um relacionamento desiludido e distanciado da juventude em relação a esta.

Para identificar esse processo, a autora recolheu depoimentos de jovens, na França, que haviam iniciado sua participação na política institucional durante o governo socialista de François Mitterrand, exatamente o responsável pelo “fim das ilusões”, nas palavras de seus entrevistados. Como também vimos em Beaud e Pialoux (2009), a passagem do Partido Socialista pelo governo francês foi um marco na desconstrução da identidade operária, partindo exatamente do novo paradigma educacional oferecido para os jovens da classe trabalhadora. Com base nesse exemplo, é possível interpretar as entrevistas com os jovens brasileiros do século XXI sob a mesma lente. Isso significa aceitar que estes “nasceram” para a política durante um governo do PT, finalmente quando a esquerda local chegava ao poder e estabelecia uma longa hegemonia. Exatamente porque não há para eles a experiência de outra agremiação que simbolizasse o poder, é compreensível que esses jovens na casa dos 20 anos não fizessem associação positiva com o partido que começava a colher o desgaste da longevidade.

A entrevista de Jéssica demonstra como os novos hábitos associados a essa geração, em especial o uso intenso das redes sociais, denotam uma nova relação com a política e potencializam o desconforto de alguns jovens desse estrato social com o PT. Ouvindo-a contar o caso de uma “informação” a que teve acesso por meio da rede social *Facebook*, deparei-me com uma mistura de ingenuidade e má vontade com Dilma Rousseff. Uma “notícia” ali compartilhada, das mais fajutas, não suscitou a desconfiança de Jéssica. Pelo contrário, serviu para legitimar sua posição.

Questão de política mesmo, eu não sabia da história da Dilma. Um professor meu publicou uma reportagem no Facebook e eu fui ler. Aí fiquei sabendo coisas da Dilma. Foi uma das partes que também me desagradou do PT. Que eu não sabia, por exemplo, que ela não podia pisar em vários países porque era procurada. Tem várias coisas de que eu não fazia ideia, então isso foi importante na minha opinião política. Interferiu bastante, porque como eu já não simpatizava muito [com a Dilma], não tinha muito o que me agradasse, mas também não tinha o que me desagradasse. Quando comecei a ler e fiquei sabendo um pouco mais, por esse meu professor, comecei a ter coisas contra. Antes eu não tinha nem a favor, nem contra, mas então passei a ter coisas contra. (Jéssica, 24 anos)

Reunindo os vários elementos presentes em seus discursos, as entrevistas com os estudantes apontam para a afirmação de um caráter moldado pelo regime de trabalho flexível e pela perda de horizontes de longo prazo, consagrando o que Marcuse definiu como uma *racionalidade da competição*, “em que o interesse racional foi substituído pelo interesse de mercado, e a conquista individual foi absorvida pela eficiência” (MARCUSE, 1999, p. 97). Visto como elitizado e de perfil “gestor” pela mídia tradicional e pelo eleitorado de classe média, o PSDB parecia ser a opção intuitiva naquele momento às reflexões desses jovens trabalhadores do que o datado projeto do trabalhador que o PT ainda diz representar. Fernanda é a entrevistada que ilustra com mais ênfase essa postura. Ela se declara abertamente *antipetista*, por isso votou em Marina Silva, no primeiro turno das eleições de 2014, e em Aécio Neves, no segundo. Um ano antes, Fernanda era mais comedida. Dizia que tinha “uma opinião sobre o PT”, que era, na verdade, uma sentença: “eu não voto nesse partido”. Ela já havia votado em José Serra na eleição presidencial de 2010. Assim como Jéssica, Fernanda instrumentaliza a imprensa para legitimar uma posição que é ideológica, porque, diz ela, “o PSDB pega em um nível mais alto”, uma clara referência à imagem elitista que muitos associam aos tucanos.

Por que você não gosta do PT?

É errado eu pensar dessa forma, mas eu não gosto de discutir sobre política. Pode me agregar, mas eu não tenho conhecimento para discutir sobre isso. Mas é uma opinião que eu tenho a respeito do PT, sobre muitas coisas, até mesmo que a gente vê na imprensa, então, naquela época, decidi por votar no Serra.

Você acha que tem diferença entre o PT e o PSDB?

Tem diferença, mas eu acredito que o PT tem que de alguma forma trazer seus eleitores, assim, um público mais carente. Eles pegam um ponto mais carente. E o PSDB já pega em um nível mais alto. Eu não entendo muito disso, por isso decidi... eu não tenho nenhuma opinião formada sobre nenhum dos partidos, por isso votei nulo nas últimas eleições [municipais] em São Paulo. Eu vou continuar assim.

Sobre o governo Dilma, você tem alguma opinião?

É um governo carente. A Dilma, eu acredito que está muito perdida no governo. Ela está sendo baseada, sustentada pelo Lula, eu acredito que seja isso. Mas é só essa opinião que eu tenho. Acredito que é um governo que não está sendo bom. E deixa muito a desejar. (Fernanda, 24 anos)

Fernanda foca sua rejeição ao PT naquilo que é mais frequente na crítica das classes médias tradicionais ao partido: sua vinculação aos pobres e ao voto supostamente irrefletido manifestado por eles, uma acusação bastante semelhante à que se fazia ao populismo varguista e que tem sido frequente nas últimas eleições. Quando diz que o PSDB “pega em um nível mais alto”, a prounista moradora do Itaim Paulista, no extremo leste de São Paulo, faz referência ao eleitor geralmente associado aos tucanos, ou seja, o morador do centro expandido, de melhor renda e escolaridade. Em contraposição, o PT falaria “para baixo”, para os menos instruídos e carentes da capacidade cognitiva necessária para o exercício do voto. O discurso de Fernanda explicita não apenas essa visão manifestada por parte da classe média, mas como setores da população precarizada, sobretudo os mais jovens, estão dispostos a assimilar esse ideário quando alcançam melhores condições materiais de vida, mirando a ideologia do lugar aonde querem chegar. Por ironia, foi, no entanto, durante a década lulista que esse avanço material se efetivou.

Eles [os políticos] têm uma facilidade muito grande de enganar as pessoas. Sou muito pessimista em relação à política, acho que nunca vai melhorar, só se jogar uma bomba no Congresso Nacional. São coisas que a gente vai percebendo e é por isso que está essa merda. Eu falei com os meus pais e eles disseram que sempre teve muito lixo na política. Mesmo que um político tenha boa intenção no começo, depois que ele entra nesse meio... é muito poder, muito dinheiro envolvido, e ele acaba perdendo o foco da missão que tinha. (Juliana, 19 anos)

Jéssica e Juliana reforçam uma visão cética sobre a política e o senso comum de que a política corrompe, e os candidatos menos competitivos não teriam “competência”. Portanto, nenhum político serve e tudo vai continuar como está – por isso o voto nulo em todos os níveis na primeira rodada eleitoral. Quando Juliana ressalta que o PT está há 12 anos no governo, no entanto, a visão instrumental da política aponta diretamente para o partido que está no poder, sofrendo o desgaste da longevidade. Para essas jovens que votam pela primeira ou segunda vez, não há referências de virtudes ou escândalos políticos de outros partidos. Juliana diz também não gostar do governador de São Paulo, o tucano Geraldo Alckmin, mas não sabe identificar um motivo específico. De modo que a Presidência da República canaliza suas insatisfações, posição representada pela maioria dos estudantes

entrevistados, que rejeitaram Dilma no primeiro turno¹³ e aderiram em minoria no segundo, e que acredita que dependa apenas de si mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Prouni é uma tecnologia de gestão social desenhada pelo governo Lula que, ao mesmo tempo, dá seguimento a um modelo de reprodução da força de trabalho semiqualificada e de baixa remuneração, de acordo com o que Francisco de Oliveira (2003) já havia identificado na diluição progressiva da diferença entre trabalho formal e informal, na alta rotatividade e na precarização das relações de trabalho. Seu sucesso em *incluir* centenas de milhares de jovens no ensino superior fez com que o programa tivesse continuidade na gestão Dilma, e mesmo após a cassação de seu mandato, em agosto de 2016. Enquanto o processo de *impeachment* da presidente se efetivava, o número de beneficiários do Prouni chegava, no segundo semestre daquele ano, a 1,9 milhão em todo o Brasil, segundo o Ministério da Educação (MEC)¹⁴, sendo esses estudantes uma parcela do eleitorado brasileiro que progrediu economicamente nos 13 anos de governo petista.

A crise econômica que se seguiu à reeleição de Dilma, e se aprofundou cada vez mais desde então – queda de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) de 2015, com recuo de 6,2% na indústria e 2,7% nos serviços (IBGE, 2015) –, bem como o processo institucional que culminou em sua cassação pareciam indicar o fim da hegemonia lulista iniciada em 2003. É possível enxergar sua força, entretanto, em um de seus programas sociais de maior sucesso: em 2017, já sob governo Temer, o MEC anunciou 214.110 bolsas do Prouni, entre integrais e parciais, o maior número já oferecido desde a criação do programa, e 5% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior, mesmo em contexto de queda na arrecadação federal¹⁵.

Na insatisfação desses jovens que representam uma categoria pouco notada nas discussões polarizadas dos últimos anos, emergem os sentimentos contraditórios que carregam esses trabalhadores-estudantes beneficiários do Prouni de que o país não lhes dá condições de competir no mercado de trabalho e fugir de empregos

¹³ No caso das estudantes de Pedagogia, classifiquei-as com base nas suas escolhas por vocação, nas expectativas de estabilidade, nas reflexões sobre desigualdade social e no projeto do trabalhador ainda presente de maneira residual. A hipótese de que esses elementos as amarrariam ao lulismo se confirmou com a sua adesão quase unânime (cinco das seis entrevistadas) a candidatura de Dilma já no primeiro turno de 2014 (COSTA, 2015).

¹⁴ Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas>. Acesso em: 17 dez. 2019.

¹⁵ Folha De S. Paulo. “ProUni oferece mais de 214 mil bolsas, maior número desde a sua criação”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/01/1854462-prouni-oferece-mais-de-214-mil-bolsas-maior-numero-desde-a-sua-criacao.shtml>. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

instáveis, mesmo com a posse de um diploma. Eles fazem parte de um regime econômico flexibilizado, em que tiveram sua relação com o tempo revirada pelos padrões impostos pelas empresas. Estão impedidos de planejar o futuro: “como se podem buscar objetivos de longo prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?” (SENNETT, 2012, p. 27). Em uma típica perspectiva weberiana, não estariam esses jovens simplesmente fazendo escolhas racionais diante das possibilidades escassas que lhes são dadas e que são comuns diante da sua situação de classe?

O quadro aqui descrito remete os jovens pesquisados imediatamente a uma relação superficial com a política. Esta, para fazer sentido, depende fundamentalmente de compromissos de longo prazo, precisamente o que o capitalismo hoje não permite, pela opressão cada vez maior do tempo. Era exatamente isso que diferenciava o fordismo, mesmo em sua versão periférica desenvolvimentista, possibilitando que o projeto do trabalhador pudesse avançar até a criação de instrumentos de luta política consolidados e ideologicamente consistentes, isto é, relações sociais duráveis. A reestruturação produtiva trouxe consigo uma nova relação com o tempo de trabalho e com o tempo da política, e uma nova forma de lidar com a questão social. Para que lado se inclinariam os prounistas paulistanos, em especial os jovens do estrato que identifiquei aqui, é uma das incógnitas fundamentais suscitadas pela crise do lulismo. O que era possível ver naquele momento é que, para jovens que veem a política pelos olhos do regime flexível e das políticas públicas focalizadas, buscar manter-se em condições mínimas de competição no mercado de trabalho é também reinterpretar a política pelo seu aspecto gerencial e descrever de seu sentido normativo.

BIBLIOGRAFIA

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BAIOCCHI, Gianpaolo; CONNOR, Brian T. The ethnos in the polis: political ethnography as a mode of inquiry. *Sociology Compass*, v. 2, n. 1, p. 139–155, 2008.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009.

- BRAGA, Ruy. “A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo”. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 59-88.
- _____. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.
- BURAWOY, Michael. *The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 91, p. 75-95, novembro de 2011.
- COSTA, Henrique. *Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- DIEESE. *O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: resultados da RAIS 2013*. São Paulo, setembro de 2014.
- FELTRAN, Gabriel. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 72, p. 83-114, 2007.
- GEORGES, Isabel. “Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil”. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 213-230.
- HADDAD, Fernando; BACHUR, João Paulo. “Um passo atrás, dois à frente”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 de dezembro de 2004, p. 2.
- IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes: 4º trimestre de 2015*. Brasília, outubro/dezembro de 2015.
- MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- MÜXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem ‘rótulos’. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 151-166, maio/junho/julho/agosto de 1997.
- NERI, Marcelo Côrtes. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 23, 2009.

- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PRANDI, José Reginaldo. *Os favoritos degradados: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje*. São Paulo: Loyola, 1982.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 173-195, junho de 2006.

Vergonha no self e na sociedade: uma resenha

Shame in self and in society: a review

Aristides Ariel Bernardo^a

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges (Org. e trad.). *Vergonha no self e na sociedade: a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff*. Recife: Ed. Bagaço, João Pessoa: Edições do GREM, 2016. [Coleção Cadernos do GREM, n. 10].

O livro *A vergonha no Self e na sociedade: a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff* é a união de vários artigos do sociólogo Thomas Scheff, traduzidos e organizados por Mauro Guilherme Pinheiro Koury e Raoni Borges Barbosa. Os artigos selecionados fornecem uma significativa introdução à sociologia e a antropologia das emoções de Scheff, bem como uma visão de seu percurso teórico e metodológico na análise das emoções, em especial da vergonha.

Mauro Koury é antropólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, e considerado um dos pioneiros no estudo da antropologia e da sociologia das emoções no Brasil. É coordenador do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM), fundado em 1994. Raoni Borges é Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco e membro do GREM. Estes partem de uma perspectiva sociocultural das emoções como explicação social para os fenômenos emocionais. Propõem uma tentativa de demonstrar que o modo como vemos e sentimos o mundo ao nosso redor e todos os fenômenos recorrentes de interações sociais são constituídos no seio destas mesmas interações, que regem nosso comportamento e que nos ensinam como nos portar diante do outro. As emoções resultariam do *self*. Isto é, são produzidas no contato com o outro. É nesta troca que as emoções ganham sentido.

Alguns dos artigos reunidos nessa coletânea foram inicialmente traduzidos e publicados na Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (RBSE), fundada em 2002 e editada pelo GREM, atualmente em seu número 50. Este livro está dividido em nove capítulos mais uma introdução escrita pelos organizadores. Esta introdução é iniciada situando alguns dos movimentos sociais que começaram

^a Licenciado em Ciências Sociais pela UFMS.

a emergir nos Estados Unidos na década de 1960, contexto que colaborou para um movimento de autocrítica das ciências sociais a partir de 1970. Tais revisões corroboraram numa renovação das bases das ciências sociais e na formulação de novas disciplinas, como a sociologia e antropologia das emoções. Segundo os organizadores, Thomas Scheff participou ativamente em ambos os movimentos, sociais e acadêmicos.

Scheff foi de grande importância para a consolidação do campo da sociologia das emoções, principalmente por enfocar em seus estudos uma emoção específica, a vergonha, considerada por ele como fundamental para o entendimento da sociedade moderna ao ter como base os estudos de Norbert Elias e Erving Goffman.

No primeiro capítulo do livro intitulado “Três pioneiros na Sociologia das Emoções”, Scheff atribui à importância das emoções nas ciências sociais a três sociólogos que se detiveram a investigar uma emoção específica: a vergonha. São eles, Norbert Elias, Richard Sennett e Helen Lynd. Scheff chega a afirmar que antes desses três “os estudos sobre emoções pairavam apenas como uma sombra no pensamento sociológico” (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 23). Scheff então sugere que a sociologia, a antropologia e a psicologia devem seguir os parâmetros de investigação destes três autores, tendo como base a hipótese de que a vergonha está aumentando nas sociedades modernas, no passo em que nossa consciência dela está diminuindo. Deve-se considerar também a influência da classe social a qual se pertence no tocante a um maior sentimento de vergonha. E por fim considerar as emoções como sociais e psicológicas.

Para Scheff, a vergonha, embora deliberadamente presente nas sociedades modernas, vem sendo camouflada e reprimida ao ponto de ter se tornado um tabu, o que dá nome ao segundo capítulo do livro: “A repressão da vergonha”. A palavra vergonha se tornou um tabu talvez igual ou maior que a palavra sexo. Para tanto, argumenta que há muitos trabalhos que abordam a vergonha sob outro rótulo, seja pelo que ele aponta ser uma vergonha da vergonha ou por que os pesquisadores não têm consciência de que esta emoção faz parte ou é o tema central de seus estudos. Assim, vergonha apareceria camouflada por termos como medo, rejeição, desrespeito, estigma, honra, vingança. Neste sentido, o autor averigua um declínio no uso da palavra vergonha nos livros de língua inglesa, francesa, alemã e espanhola durante os últimos dois séculos. Scheff então apresenta alguns exemplos em que não só o termo vergonha, mas o sentimento em si é ocultado, reprimido e evitado, o que dificultaria o entendimento do mesmo e o avanço científico sobre o assunto, apontando, dessa forma, a importância em se trabalhar a vergonha nas ciências sociais e psicologia.

Ao argumentar a respeito do tabu sobre a vergonha Scheff afirma, no terceiro capítulo “Vergonha no *Self* e na sociedade”, que segundo o psicólogo Gershen Kaufman “existe, geralmente, vergonha sobre a vergonha, existe também um risco de ofensa ao se referir a ela” (KOURY; BARBOSA, 2016, p.66). Para o autor isso pode ser explicado por Elias em *O Processo Civilizador*, com a descoberta de utilização da vergonha como forma de controle social e um forte processo de repressão da vergonha.

Dois processos seriam de grande importância nos estudos sobre essa emoção: 1) conceituar a vergonha e traçar uma linha histórica de como esta emoção teve seu significado modificado das sociedades tradicionais para as modernas e 2) como esta começou a ser reprimida nas sociedades modernas. Mais uma vez é em Elias que o autor busca uma resposta para esses questionamentos. Segundo Scheff, Elias “mostra como a vergonha passou para a clandestinidade nas sociedades modernas” (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 84), e como essa repressão da vergonha, tomada como forma de controle social, regulou a vida cotidiana das pessoas. Por isso, Scheff considera a vergonha uma emoção central para o estudo social das emoções. Essa seria nosso “giroscópio moral”. A vergonha agiria, assim, em nossa consciência moral, sinalizando uma ameaça a um vínculo social, bem como regularia nossa consciência acerca das demais emoções.

Dessa forma, no oitavo capítulo, intitulado “A vergonha como a emoção principal da análise sociológica: exemplos nas músicas populares”, aponta três razões pelo qual crê que a vergonha deve ser considerada a principal emoção na análise sociológica. A primeira é por eleger a vergonha a um patamar de onipresença, estando em todas as experiências e condutas humanas. A segunda é sua consideração sobre a vergonha ser “a força motriz de nossa vida moral: é o sentimento de vergonha que impulsiona a consciência” (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 230). E por fim, esta emoção seria aquela que controla a expressão e o reconhecimento de nossas outras emoções, além da própria vergonha, ou seja, regula todas as nossas emoções.

No quarto capítulo intitulado “Desvendando o processo civilizador: vergonha e integração na obra de Elias”, Scheff afirma que Elias teria descoberto o significado social da vergonha, sendo esta uma emoção mestra no entendimento da sociedade e dos processos formadores do comportamento social moderno. Elias teria chegado a tal feito utilizando-se do método parte/todo, que consiste em analisar as partes “microscópicas” de um determinado fenômeno, no caso de Elias, os manuais de comportamento, onde encontra as situações que a vergonha se expressa por meio do discurso. Assim, compara estes discursos expostos nos manuais mais antigos com os dos séculos mais recentes, onde encontra a progressão do avanço da vergonha

nesses últimos. Com os resultados obtidos por meio dessas microanálises das partes (indivíduo, situação ao qual este estaria situado, discursos) ele os interpreta num “contexto de totalidades cada vez mais abrangentes”, seja “instituições sociais [...], densidade populacional crescente, racionalização, e monopólio estatal da violência física” (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 136). No entanto, para Scheff, Elias falha no último passo da análise parte/todo, que seria “gerar uma teoria micro-macro explícita” sobre os achados da pesquisa, “bem como um método explícito para testar a teoria” (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 137). Ainda assim, aponta que Elias avançou consideravelmente nos estudos sobre vergonha em relação aos demais pesquisadores que até então se detiveram sobre essa emoção.

Já no quinto e sexto capítulo, a discussão apresentada versa sobre a teoria goffmaniana, sendo intitulados, respectivamente, “Conceitos podem ser justificados? O caminho de Goffman” e “Goffman sobre as dimensões da superfície e do interior da vida social”. Aqui o autor realiza um balanço crítico sobre a obra de Goffman e as contribuições deste autor acerca do seu esforço de desenvolver novos conceitos “caracterizados pela sua abertura e flexibilidade operatória na análise de situações reais e complexas” (KOURY; BARBOSA, 2016, p. 19). Scheff aponta que, por outro lado, Goffman examina e aborda as emoções a partir de uma perspectiva superfície/interior na análise dos fenômenos intersubjetivos. Superfície seria entendida como uma descrição de comportamentos individuais e coletivos, aquilo que pode ser percebido pela análise e observação, e interior, nesse caso em específico, seria o embaraço e os pensamentos sobre os pensamentos dos outros, ou seja, a intersubjetividade. Nesse sentido, Goffman explorou as emoções, especificamente o embaraço, pensamentos e ações. Assim, Scheff argumenta como Goffman deu uma grande contribuição para as ciências sociais ao desenvolver estudos que relacionam a dimensão superficial, ações e comportamentos, com a dimensão interior da vida humana, pensamentos e emoções.

Entretanto, faltaria para esses autores, como apresentado no capítulo sete, “O mistério das emoções”, uma definição para as emoções que abordam. Nesse sentido, Scheff argumenta sobre a importância de uma definição clara, objetiva e operacional das emoções e do próprio conceito de emoção. Atribui a dificuldade de realização do mesmo ao fato de o estudo sobre emoções ainda ser recente; possível causa do grande desacordo entre os pesquisadores da área. Segundo o autor, os pesquisadores das emoções utilizaram as categorias de emoções específicas e o próprio conceito de emoção de forma vernacular, sem se preocuparem em buscar uma conceituação específica para seu objeto de estudos. O capítulo nove, “Rotinas em ciências humanas: o caso da palavra emoções”, é por sua vez,

um aprofundamento dessa discussão, onde Scheff trabalha com a ideia de necessidade de conceitos precisos e operatórios da palavra “emoções” e das emoções específicas. As ciências sociais e humanas em geral teriam caído em uma rotina tanto metodológica quanto teórica, que pouco se volta a pensar de maneira diferente e inovadora, mas que por sua vez apenas reproduz conceitos vernaculares sem a preocupação de sistematização de seus significados.

Scheff cita John Dewey que, segundo o autor, buscou definir o termo emoções. No entanto, critica dois pontos de seu estudo: 1) o de considerar as emoções como uma disposição corporal e 2) a falta de preocupação de Dewey em aplicar sua teoria a emoções específicas, se mantendo geral e abstrata. E Nina Bull, que discorre sobre um estudo baseado em relatos verbais sobre a raiva e o medo, sem oferecer, no entanto, definições completas sobre essas emoções.

Pode-se aclarar, assim, que, as principais dificuldades encontradas ao se deparar com estudos voltados para as emoções dentro da sociologia, estão localizadas, a princípio, na conceptualização de o que vem a ser ou significar a categoria de análise “emoção”, o seu principal objeto de estudos (BERNARDO, 2016, p.161).

O próprio Scheff, nesses artigos que compõem o livro, embora crítico de algumas definições, como apontado acima, não elabora uma definição clara, objetiva e operacional da categoria emoções, como propõem ser necessário.

Constata-se também, nos inúmeros estudos sociológicos voltados para esse objeto, que muito pouco, ou nada, tem-se voltado à preocupação de se desenvolver uma taxonomia ou significado conceptual objetivo para o que vem a ser emoção do ponto de vista da sociologia. Obras de autores contemporâneos brasileiros, que discutem a problemática das emoções, a exemplo dos próprios organizadores deste livro, que versam suas investigações sobre emoções específicas, como o luto, o medo, a vergonha, a amizade e confiança, não aplicam em seus trabalhos uma conceptualização destas mesmas emoções específicas a qual se dedicam.

Dessa maneira, permanece à luz do conhecimento de quem obtém um primeiro contato com a sociologia das emoções e suas principais discussões uma vaga compreensão, pautada principalmente no conhecimento do senso comum, sobre o que se entende acerca de emoções enquanto categoria sistemática de análise (BERNARDO, 2016, p.162).

Independentemente deste ponto em questão, Thomas Scheff é considerado um dos pioneiros da sociologia das emoções por se dedicar enfaticamente a esse objeto de estudo, em especial da emoção vergonha, considerada por ele, a emoção principal para a compreensão das sociedades modernas. Por isso é uma leitura fundamental para aqueles que querem ingressar nessa área de estudos, e para o público em geral. Os esforços dos organizadores em trazer essas discussões para o contexto brasileiro vêm se demonstrando extremamente relevante para difundir a sociologia e antropologia das emoções no Brasil. As obras organizadas nessa coletânea são profundas em suas análises, mas de fácil leitura e compreensão, permitindo dessa forma, uma fácil aproximação do público geral com os conceitos principais desse campo disciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDO, Aristides Ariel. O campo da sociologia das emoções: relevância acadêmica e perspectivas de análise. *Revista Urutáguia*, Maringá, n. 34, jun.-nov., p. 156-173. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/issue/view/1142/showToc>. Acessado em: 04/06/2018.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges (Org. e trad.). *Vergonha no self e na sociedade: a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff*. Recife: Ed. Bagaço, João Pessoa: Edições do GREM, 2016. [Coleção Cadernos do GREM, n. 10].